UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SOCIEDADE E POLÍTICA EM RIBEIRÃO PRETO: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO (1960-1964)

Milton Carneiro Júnior

Franca
2002

UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SOCIEDADE E POLÍTICA EM RIBEIRÃO PRETO: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO (1960-1964)

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca "Dr. Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da professora Mildred Regina Gonçalves.

Aluno: Milton Carneiro Júnior

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Sidney Galli
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Franca
2002

À minha esposa e companheira Liamar, a quem devo a realização desse trabalho, que me incentivou nos momentos mais críticos da pesquisa, apoiando-me, sempre, com suas carinhosas palavras e ações decididas.

À profa. Mildred, que nos depositou inteira confiança, acreditando podermos desenvolver esse projeto a contento. Esperamos ter minimamente atingido os objetivos propostos e as expectativas levantadas, falhas eventuais são de nossa inteira responsabilidade, posto que, ao lado de suas generosas e valiosas observações, deu-nos inteira liberdade de ação com relação à pesquisa e às conclusões a que chegamos.

Aos familiares e pessoas mais próximas, que souberam compreender que nossa ausência do convívio cotidiano deveu-se aos compromissos assumidos com essa pesquisa, impossibilitando a nossa presença em momentos que para nós também se revestiam de grande importância.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de bolsa de estudos, possibilitando que tempo integral fosse dedicado à pesquisa.

Agradecimentos

Muitas entrevistas foram realizadas no decorrer da confecção desse trabalho e algumas delas revestiram-se de empatia mútua, aumentando o respeito já existente do pesquisador pela vida pregressa dos entrevistados. A grande maioria não foi citada textualmente no corpo do trabalho, mas serviu para elucidar questões que ficariam obscuras se se utilizasse somente fontes impressas.

Agradecemos especialmente a Said Issa Halah, Clarimundo Alves de Souza Filho, Antônio Reis Villalobos, Luciano Lepera, Patrocínio Henrique dos Santos, João Batista Garcia (J.B. Garcia), Faustino Jarruche, Welson Gasparini, Zenon Sitrângulo, Pedro Tarlá, Foaade Hanna, Ferez Sabino, Argeu Egidio dos Santos, Maria Zoratti Delibo, José Velloni, José Alves de Castro, Aloísio Olaia Paschoal, José Alves de Castro, Sérgio Rubens Sant'Anna, Benny Tostes Sant'Anna, Francisca Pillegi Martinelli, Osório Carlos do Nascimento e Rosa Maria Cosenza de Oliveira, Maria Aparecida dos Santos, Lúcio Mendes, Wanderley Caixe, que, com suas informações, conseguiram apresentar-nos um conjunto coerente da década de 1960.

Ao professor Divo Marino agradecemos a gentileza de emprestar-nos a coleção do semanário *A Palavra* que foi de utilidade ímpar em nosso trabalho. A pesquisa no jornal *Diário de Notícias*, na Cúria Metropolitana, foi facilitada por Milena e Wagner, da mesma forma, em continuidade, quando esse periódico foi enviado ao Seminário da cidade de Brodowsky, Lizandra e Ivone gentilmente cederam espaços para a realização das pesquisas. Quanto ao jornal *Diário da Manhã*, Mauro e Tânia, funcionários do Arquivo Municipal de Ribeirão Preto, foram muitíssimos prestativos, não só colocando à disposição aquele periódico como inclusive comunicando o encontro de documentos outros que puderam ser utilizados em nosso trabalho.

Agradecemos também aos dirigentes sindicais ribeirãopretanos que nos forneceram atas de suas entidades, especialmente o de bebidas, de fiação e tecelagem e o dos oficiais marceneiros, esse, na pessoa de seu presidente João

Batista Prisco, providenciou tanto acomodações no sindicato como confiou-nos o empréstimo das mesmas para consultas e sua reprodução.

Ao vereador Antônio Lages, que intercedeu junto a Câmara Municipal a apresentação de documentação sobre assuntos pertinentes à pesquisa.

À Leila e Eduardo, que possibilitaram confortáveis acomodações na biblioteca da Câmara Municipal, para que pudéssemos realizar nossa pesquisa nas atas das sessões daquela Casa de Leis, sobretudo no período compreendido entre 1960 a 1968.

Aos funcionários do Museu Histórico e Pedagógico "Washington Luís", de Batatais, que nos forneceram fitas VHS com depoimento do padre Celso Ibson de Sylos.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, pela presteza com que fomos atendidos em suas acomodações, assim como o envio do material por nós solicitado.

Agradecemos a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que pudéssemos apresentar esse trabalho que, esperamos, seja útil à historiografia ribeirãopretana.

Abstract

This work intends to rescue historiographically the period between 1960-1964, São Paulo State, where it can be seen a clean loss of the political hegemony of the dominating classes.

The moment was of intensive local, national and international changes. Besides it, the political agitations of the period showed that it was not possible anymore to keep on the social control by the dominating class using the same methods. Until now, they were, they were efficient.

But now it was necessary to make some readjustments in these methods and others had to be implemented. Althought they have produced new conflicts, at the end the final objective was reached.

This work showed the effective participation of the dominating ribeirãopretana class in the deposition of the president João Goulart, victim of a military and civil conspiracy.

To reach the aim, some groups of the civil society and several institutions were fundamental by using philanthropic and social workings characteristics.

The control of the jornalism and the difusion of some informations contributed to give and ideoligical configuration to the society. These postures became evident the preoccupation of the dominating classes in oppresssing the communicating means whose opinions were different from their.

It was also showed the control over the syndicates (labor unions), that was possible due to capacitance courses given to their leaders, who received special training in U.S.A., through the Ponto IV international pact. The collaboration between worker and ownershippers became difficult to the communists the ascendency over the local workers.

In the same way, it contributed to maintain the local society by using repressive police state force and restraining any manifestation of the more excited men or understood by the local dominating class as dangerous to the capitalism.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I - As diferentes concepções de desenvolvimento brasileiro 17

CAPÍTULO II - Estratégias de dominação: controle sindical e assistencialismo . 55

CAPÍTULO III - Estratégias de dominação: hegemonia e ação política 203

CONCLUSÃO 246

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 250

INTRODUÇÃO

Este trabalho sobre o município de Ribeirão Preto compreende o período 1960-1964 e abrange a administração municipal do prefeito Alfredo Condeixa Filho, 1960-1963, eleito pelo PSP (Partido Social Progressista), e parte da administração de Welson Gasparini, eleito pelo PRP (Partido de Representação Popular) no período subseqüente, que vai de 1964 a 1968. O período estudado teve no plano federal a correspondência com o último ano do governo presidencial de Juscelino Kubitschek, com a gestão dos governos de Jânio Quadros, João Goulart e parte de Castelo Branco.

Momento de crescente participação popular na política brasileira, foi o município de Ribeirão Preto palco de intensas lutas em consonância com as rápidas mudanças que se operavam na sociedade brasileira. As discussões cada vez mais assíduas das ações do governo federal possibilitaram que se politizassem as discussões a respeito das possíveis alternativas que se colocavam. Questões como nacionalismo, defesa da economia nacional, sindicalismo, moralidade administrativa, reforma agrária, integração da economia brasileira ao mercado mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos, religião, assistencialismo, comunismo e anticomunismo e tantas outras passaram a fazer parte do dia-a-dia de parcela crescente da população. Essas discussões também ganharam maior profundidade na medida em que foram assumindo conotações mais ideológicas. É dessa forma politizada e organizada, que se apresentaram, à sociedade ribeirãopretana, para a sua apreciação, inúmeras possibilidades para resolver os impasses que se abriam também dentro dos espaços da própria municipalidade, afetando sobremaneira a vida de todos os seus habitantes.

Os grandes temas nacionais e internacionais como reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, intervenção do Estado na economia, reforma agrária, desemprego, condições de vida e de trabalho dos assalariados, inflação, dependência externa e tantas outras, ao se associarem aos problemas entendidos como os mais relevantes de Ribeirão Preto, acirraram os já conflituosos

relacionamentos sociais locais. As alternativas para a solução dos problemas locais foram sentidas, a partir daí, como estritamente ligadas às necessárias alterações estruturais da sociedade como um todo. Assim, um problema local era imediatamente remetido e analisado à luz de questões mais globais da economia e política nacional e internacional. Nesse sentido, estabeleceu-se uma conexão entre os interesses locais e aqueles localizados em outras instâncias decisórias.

Em Ribeirão Preto, já no início da década de 1960, uma parcela da sua sociedade, ainda que de forma incipiente, desejava conquistar maior autonomia em relação às estruturas existentes, entendidas como arcaicas, com o objetivo de colocar em prática ações que entendiam necessárias e inadiáveis, a fim de minorar ou mesmo solucionar alguns dos problemas sobretudo no campo social. A própria dinâmica dessas ações esbarrou na oposição daqueles que controlavam a política local não só por meio dos partidos, mas, sobretudo, das instituições da sociedade civil. Porém o momento político apresentou intensa e crescente efervescência, o que possibilitou que as análises e intervenções dos setores reformistas se justificassem plenamente, não a partir do pensamento produzido por parte da intelectualidade local, comprometida com a manutenção do *status quo*, mas tendo por referência outros grandes centros de produção cultural.

Nesse mesmo movimento, as formas eficientes de dominação utilizadas ao longo do tempo, e que beneficiaram a parte economicamente privilegiada da sociedade ribeirãopretana, deram mostras inequívocas de serem insuficientes e inadequadas ao novo momento histórico. Mesmo mantendo alguns de seus mecanismos institucionais de dominação, foram necessários uma série de ajustamentos e maior empenho, por parte dessa elite, para fazer frente à onda de descontentamentos e de questionamentos que estavam se avolumando por não serem respondidos. Ao mesmo tempo, a classe dominante temia que uma dinâmica e bem coordenada politização pudesse ultrapassar os marcos meramente reivindicativos e corporativos que já eram entendidos, em grande parte dos casos, como inaceitáveis.

Semelhante dinâmica aconteceu no Brasil, sobretudo durante o governo Juscelino Kubitschek, onde a grande expansão econômica e a rápida

industrialização produziram distorções no campo social, aumentando o êxodo rural, concentrando renda em razão de um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava determinados setores da economia em detrimento de outros. Isso só foi possível se realizar devido a uma disforme e inconsistente oposição ao governo de Juscelino Kubitschek. Mesmo assim, aqueles que se beneficiaram do modelo econômico aplicado até então tinham clara a impossibilidade de se manter um determinado e seguro ritmo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, realizava enormes distorções sociais, como o aumento da pobreza mais fortemente na área rural, o êxodo rural e urbano, a inflação e outros, sem a existência de competentes aparatos institucionais, políticos e ideológicos. Desejavam os privilegiados do modelo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek que a criação desses novos aparatos, muitos deles postos em funcionamento antes mesmo do término do mandato presidencial, pudesse ser eficaz o suficiente para, mesmo com os percalços e a oposição que já se fazia sentir, prosseguir na implantação de um modelo cosmopolita de desenvolvimento. Esses aparatos institucionais objetivaram não só a ação em bloco e a hegemonização ideológica dos que defendiam o modelo nacional-associado. Pretenderam também dar sustentação às suas ações, enquanto segmento político e econômico já que estavam sendo os maiores beneficiários e, assim conduzirem, tanto os setores político-partidários como a sociedade em geral, a acreditar que somente com a continuidade do programa de abertura ao capital estrangeiro e a participação do Estado em específicas e restritas áreas no processo de produção econômica poderia, no futuro, a sociedade como um todo receber os benefícios.

Não podendo contar com todos os aparatos do Estado que apresentavam em determinados pontos resistências aos encaminhamentos da burguesia nacional-associada, e sabedores de que a conquista da opinião pública não se fazia apenas pelo domínio da máquina governamental, foram construídas e dinamizadas organizações paralelas, para que o domínio desse segmento fosse pleno. É nesse sentido que teremos o surgimento do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), a ADEP (Ação Democrática Popular), a ADP (Ação Democrática Parlamentar) no final da década

de 1950 e início dos anos 60 com a finalidade de conduzir politicamente todo o processo em curso no país. O surgimento dessas e outras entidades advieram da percepção, cada dia mais clara, de que a ação de hegemonização da sociedade passava pela conquista de amplos segmentos, inclusive os populares. E que suas ações enfocadas até então, sobretudo no executivo federal, não seriam suficientes para manter, por muito tempo, esse modelo de desenvolvimento, dada a pressão crescente dos setores que sentiram-se prejudicados pela aplicação do processo rápido de desenvolvimento, assim como aqueles que secularmente foram ignorados e violentados em todo o curso da história brasileira.

O populismo, que em determinadas fases do desenvolvimento econômico brasileiro apresentou grandes vantagens para a continuidade ou implementação de políticas governamentais, mostrou durante o governo Juscelino toda a sua limitação. Sobretudo porque o populismo, que na sua complexa dinâmica fortalecia os aparelhos de dominação do Estado, estava sendo encaminhado no sentido contrário, ao contradizê-lo.

Tínhamos assim, claramente perceptíveis, o surgimento e a ampliação de uma grave e séria crise de hegemonia no Brasil, dada a falta de unidade em torno de um projeto que unificasse toda a nação e estabelecesse um *pacto* entre as classes sociais. Da mesma forma que a classe dominante ressentia-se da ausência de mecanismos eficazes nas estruturas nacionais para a manutenção de sua dominação, regiões brasileiras e especificamente as cidades economicamente importantes como Ribeirão Preto construíram todo um complexo institucional próprio para viabilizar seu domínio local. Também se ressentiram da falta de um poderoso instrumental político-ideológico que pudesse dar continuidade a uma hegemonia que estava sendo questionada ainda não de forma muito definida. Era possível detectar práticas que chocavam-se com as condutas esperadas pela classe dirigente local, ao mesmo tempo que seus discursos estavam eivados de conservadorismo. O contrário também foi observado, ou seja, a defesa de determinadas teses mais radicais, que propunham alterações estruturais de vulto e que encontravam guarida em ações que mantinham o *status quo*. Essa dissonância entre teoria e prática mostrava o desgaste e os limites

de uma hegemonia que foi impactada em grande medida pelos acontecimentos políticos extra-município.

Essa hegemonia da classe dominante ribeirãopretana, consolidada através dos anos, esteve assentada basicamente na ampla participação e veiculação de ações filantrópicas, com a forte presença das esposas dos empresários mais destacados da sociedade; na cooptação de lideranças sindicais, visando o atenuamento de suas reivindicações trabalhistas, limitando-se, quando muito, ao campo meramente salarial e assistencial; na criação de entidades de cunho paternalista e/ou formativo de mão-de-obra e de mentalidades que se adequassem à dinâmica capitalista como o SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional do Comércio). Quanto à difusão de cultura de massa, os jornais e rádios representavam um aparato importante para a classe dominante, assumindo posição razoavelmente confortável até os anos de 1961. Outra maneira de consolidar essa hegemonia foi o uso da repressão político-policial, utilizando aparatos estatais como a Força Pública ou o DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) para refrearem ou anularem os grupos reticentes que tinham, por força de uma ideologia mais consistente – o comunismo e as suas gradações esquerdizantes –, o seu principal referencial teórico para se buscar uma sociedade mais harmônica. Esse tipo de repressão sempre foi seletiva e se aplicou aos que não assimilavam, resistiam ou mesmo questionavam as emanações ideológicas da classe dominante que tinha na mídia local seu grande espaço de difusão.

Ao longo do tempo, memorialistas ribeirãopretanos como Rubem Cione[1], Prisco da Cruz Prates[2], José Pedro de Miranda[3], João Emboaba da Costa[4] publicaram obras plenas de lugares-comuns e facilmente assimiláveis pela historiografia local, exaltando as classes dominantes e suas dinâmicas organizativas, além de outras informações sobre o município de Ribeirão Preto.

---

[1] CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto.* Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997. 5 v.
[2] PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora.* 4. ed. Ribeirão Preto: [s.n], 1975; PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão e os seus homens progressistas.* 2. ed. Ribeirão Preto: [s.n.], 1983.
[3] MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Guarulhos: Distribuidora Paulista, 1971.
[4] COSTA, João Emboaba da. *Álbum comemorativo do 1º centenário de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: [s.n.], 1956.

Essa maneira de recompor um passado idílico, sem referência aos conflitos de classes, descontextualizado e aparentemente descompromissado, fez com que Ribeirão Preto ficasse sem um referencial historiográfico que pudesse, minimamente, instrumentalizar as classes dominadas para os desafios que se apresentavam. Isto acontece porque, segundo Chesneaux:

> Nas sociedades de classe, a historiografia faz parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder. O aparelho de Estado procura controlar o passado, simultaneamente, no nível da política prática e no nível da ideologia.
>
> O Estado e o poder organizam o tempo passado e moldam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos.[5]

A consolidação dessa forma de ver o passado arraigou-se de tal modo que algumas publicações que surgiram a *posteriori* mantêm, no fundamental, a mesma perspectiva, tentando dar uma roupagem mais *moderna* utilizando as mesmas premissas. Ainda Chesneaux:

> As classes dirigentes e o poder de Estado freqüentemente apelam ao passado de modo explícito: a tradição, aí incluídos os seus componentes culturais específicos, a continuidade e a história são invocados como fundamentos do princípio de sua dominação.[6]

Exemplo típico desse tipo de recomposição, mantendo-se a mesma substância historiográfica, é o livro *Os desbravadores: personalidades que fizeram a história no interior paulista*[7], que exalta, dentre outras, personalidades da sociedade ribeirãopretana e para tanto reportam-se, em essência, a memorialistas e outras referências bibliográficas que primam pela ausência de critérios científicos. Não poderia ser diferente, já que o objetivo desse tipo de trabalho é de revitalizar, rejuvenescer e atualizar as tradições e, com isso, justificar o domínio atualmente exercido pelos seus descendentes.

---

[5] CHESNAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995. p. 28 (Série Fundamentos, 109).

[6] Ibidem, p. 29.

[7] AMORIM, Galeno (Org.). *Os desbravadores*: personalidades que fizeram história no interior paulista. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

Essa linha de trabalho favoreceu outras publicações que retratam personalidades locais, sem a necessidade de buscar historiograficamente, dentro dos marcos mais gerais, as origens e as dinâmicas sociais que fizeram essa elite ocupar posições de destaque.

No entanto, o meio acadêmico, em destaque a UNESP - Campus de Franca, vem suprindo lacunas e acrescentando novos acontecimentos e interpretações à historiografia ribeirãopretana e outras cidades da região, assim lançando luzes sobre a história do município em questão.

Podemos constatar isto por meio de alguns dos trabalhos acadêmicos apresentados, todos eles como dissertação de mestrado na FHDSS – UNESP/Franca:

De José Antonio Lages, *O povoamento da mesopotâmia Pardo-Mojiguaçu por correntes migratórias mineiras: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883)*[8], posteriormente publicado sob o título: *"Ribeirão Preto: da figueira à Barra do Retiro – povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*[9]. Trabalho que utilizou fontes inéditas e dados quantitativos enriqueceu a compreensão sobre como se deu a ocupação do solo e os conflitos daí resultantes que se constituíram a antiga freguesia de Casa Branca, que deu origem ao município de Ribeirão Preto.

Liamar Izilda Tuon, *O cotidiano cultural de Ribeirão Preto (1880-1920)*[10], recebeu por parte da imprensa ribeirãopretana grande acolhida, pois produziu-se, a partir de seu trabalho, um encarte especial sobre François Cassoulet[11], destacado empresário cultural da cidade no começo do século XX. Essa pesquisa evidenciou diferentes formas de manifestações culturais e de lazer dos diversos grupamentos sociais e que representavam, *grosso modo*, as condições materiais de existência e de origem da sociedade local.

---

[8] LAGES, José Antonio Corrêa. *O povoamento da Mesopotâmia Pardo-Mojiguaçu por correntes migratórias mineiras*: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883). 1995. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista. Franca.

[9] LAGES, José Antonio. *Ribeirão Preto*: da figueira à Barra do Retiro - o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

[10] TUON, Liamar Izilda. *O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920).* 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

[11] O fascículo nº 35 é parte integrante da revista Revide nº 185, publicada em Ribeirão Preto.

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa, *Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)*[12], demonstrou como se organizaram os comunistas em Ribeirão Preto e, especialmente, seu *locus* organizativo, a UGT (União Geral dos Trabalhadores). Atividades desenvolvidas, organização, enfrentamentos policiais, repressão e controle estão descritos nesse trabalho.

Sandra Márcia Tonetto, *A política econômica de Getúlio Vargas e a crise do café em Ribeirão Preto (1930-1945)*[13], esclarece, utilizando em grande parte pesquisas realizadas em jornais locais, as mudanças ocorridas no campo, principalmente no que se refere às alterações de culturas agrícolas, assim como a incrementação da policultura, fruto das oscilações dos preços das matérias-primas ou alimentares ofertadas pelo mercado interno ou externo.

Estevam da Rocha Pomar, *Dutra, Adhemar e a repressão do PCB – O incidente de Ribeirão Preto (1949)*[14], mostra a organicidade do Partido Comunista Brasileiro no município, as manifestações de insatisfação popular, as formas de repressão e intensa observação a que foram submetidos os militantes e simpatizantes do comunismo.

Marcelo Botosso, *A guerrilha ribeirãopretana: a história de uma organização armada revolucionária*[15], demonstra como se constituiu o grupamento guerrilheiro específico de Ribeirão Preto e região conhecido como FALN. Tal grupamento guerrilheiro, organizado por estudantes universitários e tendo por objetivo instituir a luta armada no campo, foi fruto da negação pela opção da luta pacífica e meramente política para combater o regime instituído pelo golpe civil-militar de 1964.

---

[12] ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)*. 1997. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

[13] TONETO, Sandra Márcia. *A política econômica de Getúlio Vargas e a crise do café em Ribeirão Preto (1930-1945).* 1997. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

[14] POMAR, Estevam da Rocha. *Dutra, Adhemar e a repressão do PCB*: O Incidente de Ribeirão Preto (1949). 2000. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

[15] BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirãopretana*: a história de uma organização armada revolucionária. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

Elaine Maria Gumieiro, *Ribeirão Preto e o desenvolvimento de seu comércio: 1890-1937*[16], realizou um amplo estudo que, partindo da crise da mineração no século XVIII e a ocupação do solo ribeirãopretano, perpassou as diversas atividades econômicas do campo e culminou no desenvolvimento do comércio e algumas atividades do setor secundário.

Além desses trabalhos produzidos por alunos de pós-graduação da UNESP - Campus de Franca e que são fundamentais para a compreensão da história de Ribeirão Preto, outras universidades realizaram estudos importantes.

Sebastião Geraldo, *Comunicação oral: resgate da memória proletária em Ribeirão Preto*[17], coletou interessantes depoimentos de pessoas, sobretudo militantes ou simpatizantes do PCB, que puderam relatar fatos que, de outra forma, jamais teriam vindo a público. Esses depoimentos circunscrevem-se dos anos da década de 1930 até 1960, dando enfoque especial à década de 1950.

Luciana Suarez Galvão Pinto, *Crise de ajustamento da economia de Ribeirão Preto: 1930-1956*[18], em uma abordagem econômica conseguiu demonstrar que as crises de preços de café tiveram pouco reflexo na economia ribeirãopretana, no que se refere à arrecadação de tributos municipais.

Os trabalhos até aqui realizados demonstraram estudos de parte da historiografia ribeirãopretana, enfocando diversas abordagens e períodos. Nenhum deles fez uma análise dos mecanismos de dominação, que iam além daqueles instituídos pelo Estado.

O grau de radicalismo que a sociedade brasileira conheceu, sobretudo nos grandes centros urbanos como São Paulo e Belo Horizonte entre outros, nos períodos próximos ao golpe de 1964, teve muita correspondência com os fatos transcorridos na cidade de Ribeirão Preto, que apresentou grande concentração de renda, enquanto um enorme contingente populacional reivindicava melhores

---

[16] GUMIERO, Elaine Maria. *Ribeirão Preto e o desenvolvimento de seu comércio (1890-1937).* 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

[17] GERALDO, Sebastião. *Comunicação oral*: resgate da memória proletária em Ribeirão Preto. 1990. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[18] PINTO, Luciana Suarez Galvão. *Crise de ajustamento da economia de Ribeirão Preto (1930-1956).* 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

condições de vida e, na periferia da cidade, surgiam as favelas, fruto da nova reorganização das relações de produção no campo. O setor rural foi o pólo dinâmico na década de 1960 ao presenciar uma crescente mobilização de seus trabalhadores. Inicialmente, a organização dos trabalhadores rurais se deu pela ação do Partido Comunista Brasileiro, sendo seguido logo depois pela Igreja Católica. Setor que sempre manteve seus privilégios, os proprietários rurais não admitiram que os trabalhadores do campo se organizassem para reivindicar seus direitos.

Com a finalidade de manter seus privilégios intocados, a classe dominante urbana e rural ribeirãopretana lançou mão de uma grande variedade de ações tentando envolver toda a sociedade, criando uma nova hegemonia. Porém não obteve o sucesso desejado, pois havia dentro dos estratos médios dessa sociedade setores que não participavam das premissas da classe dominante e por isso não acreditavam que as soluções propostas por ela fossem as mais adequadas e eficientes.

Para uma análise correlata dos assuntos referentes ao Brasil, utilizamos a obra de René Armand Dreifuss[19] *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* que utiliza basicamente as premissas metodológicas de Antônio Gramsci. Esta obra foi de fundamental importância nos trabalhos desenvolvidos e muitos de seus pressupostos foram aqui corroborados. Além disso, permitiu melhor compreensão da realidade ribeirãopretana à luz de acontecimentos mais gerais mas estreitamente ligados ao município.

Uma das grandes contribuições de Dreifuss foi a robustez teórica, metodológica e documental consubstanciada em sua obra, o que nos permitiu a compreensão fiel da dinâmica da política nacional, dando contornos precisos sobre os interesses em jogo na sociedade brasileira, sobretudo na década de 1960. A multiplicidade de institutos e associações criadas pela elite orgânica, e que tinha por núcleo decisório um diminuto e seleto grupo de pessoas, mostra como era necessário o controle sobre eles. O intercâmbio que essas associações e entidades mantinham com suas congêneres remete aos ensinamentos de Gramsci sobre a

[19] DREIFUSS, René Armand. *1964 - A conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de classe . Tradução de Else Ribeiro Pires Vieira et alli. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

sociedade civil. Fica assim exposta a atuação da classe dominante que, frente à falta de hegemonia, preparou-se para a tomada do Estado, conquistando importantes espaços e influência na sociedade como um todo. Nesse processo, isolou ou anulou os setores de oposição. Esses procedimentos demonstraram a acuidade com que uma parcela da classe dominante se preparou para ser efetivamente dirigente. Dreifuss facilitou em muito a compreensão de acontecimentos que, sem dúvida, ficariam obscuros sem esse tipo de análise. Outro fator relevante em seus estudos foi o de constatar que os militares desempenharam um papel importante mas não o principal e decisivo durante todo o processo de construção do golpe de Estado de março de 1964. Uma multiplicidade de organismos conspirativos foram necessários para dar organicidade, tessitura e respaldo político para que a vitória de classe fosse possível.

Da mesma forma, mostra que a criatividade dos setores dominantes da sociedade brasileira foi capaz de, competentemente, dar respostas ao crescimento de uma oposição política que, embora inconsistente, obstaculizava seu avanço. A ação conjunta do capital – sobretudo o grande capital nacional e estrangeiro – pôde debelar todo tipo de organização que se desenhava então e que, potencialmente, colocava em risco seus projetos de crescimento e acumulação econômica.

Os organismos formadores de opinião, que agiam de forma explícita ou velada, foram fundamentais para criar no organismo social as condições para a vitória da classe dominante. Nessa ação, participaram os setores civil, religioso e militar, espraiando suas influências por todo o corpo social.

A introdução dos pressupostos teórico-metodológicos de Antônio Gramsci, dada a sua amplitude de análise, contribuiu enormemente para melhor compreensão dos acontecimentos históricos consubstanciados no período.

Carlos Nelson Coutinho, estudioso de Gramsci no Brasil, relata:

> Estou convencido, porém, que o filão mais fecundo da atual influência de Gramsci no Brasil consiste no uso cada vez maior de suas categorias em análises de problemas específicos da realidade brasileira de ontem e de hoje. [...]. É graças à sua profunda

> *universalidade* que Gramsci é capaz de iluminar aspectos decisivos de nossa *peculiaridade* nacional.[20]

Para Coutinho[21] muitas premissas do marxismo vulgar que foram acolhidas como verdadeiras, próximas de dogmas, não se revelaram sensatas, como, por exemplo, a análise do latifúndio, que era visto como impedimento para o avanço global do capitalismo. Essa interpretação não se confirmou. Da mesma forma a afirmação de que as transformações sociais e econômicas seriam resultados de movimentos populares. Isto também provou ser falso, visto que é possível o Estado, em acordos com frações da classe dominante, conseguir fazer as modificações "pelo alto", necessárias à sua própria manutenção, excluindo-se a participação popular.

Essas relativizações feitas por Coutinho visam à defesa da metodologia gramsciana, mostrando que ela tem uma sutileza e uma sensibilidade maiores e podem abarcar o objeto de análise com maior profundidade e acuidade.

Outro trabalho similar ao de Dreifuss e que utilizou a mesma metodologia de análise, porquanto mais circunscrito aos acontecimentos do Estado de Minas Gerais foi *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*, de Heloisa Maria Murgel Starling[22]. Em ambas as pesquisas, tanto a de Dreifuss como a de Starling, recebeu destaque a análise da Igreja (sua estrutura e os religiosos) como determinantes dos acontecimentos que se processaram nas respectivas sociedades. A questão religiosa foi, ao que tudo indica, um importante amalgamador social, eficientemente utilizado pelos conspiradores de 1964. As encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, ambas de João XXIII, permitiram as mais diversas interpretações, tanto por aqueles que desejavam utilizá-las como instrumento de transformação ou como manutenção de uma estrutura, sobretudo agrária. O entendimento dos documentos papais evoluiu, assim, para entendimentos mais radicais, dependendo do uso e do posicionamento que se queria fazer deles.

---

[20] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci no Brasil*: recepção e usos. In: MORAES, João Quartin de (Org.). *História do Marxismo no Brasil*: teoria e interpretações. Campinas: EDUNICAMP, 1998. p. 136.
[21] Ibidem, p. 136-137.
[22] STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais*: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Puderam ser utilizados tanto pela esquerda como pelos setores conservadores. Foi nesse terreno extremamente complexo que a sociedade civil se movimentou dinamicamente, tentando influenciar a sociedade em geral e o Estado em particular.

Em princípios da década de 1960, era tal a diversidade de entendimento acerca dos mais diversos assuntos que não se apresentava um segmento da sociedade que pudesse conduzir hegemonicamente o país. Os problemas e os desafios, por se mostrarem complexos, não foram bem compreendidos e analisados por muitas pessoas até mesmo para aquelas que vivenciaram o momento. Entendemos que essa clareza de entendimento e reflexão se deu pela falta do uso de metodologias equivocadas ou reducionistas que não conseguiram chegar ao âmago dos problemas.

Somente com um instrumental metodológico adequado foi possível dar as respostas às questões tão complexas apresentadas. E, no caso de Ribeirão Preto, foi fundamental entender o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos[23], definidos como aqueles que têm a responsabilidade e a sensibilidade para dar a uma determinada classe social a homogeneidade e a consciência necessárias para a realização de suas tarefas históricas.

Os intelectuais orgânicos ribeirãopretanos, identificados por nós como os jornalistas, radialistas e memorialistas, desempenharam papel de destaque na sociedade civil.

No decorrer do trabalho, procuraremos demonstrar como e porque veiculavam suas idéias e porque se tornaram portadores dos interesses de um grupo. Cidadãos mais letrados, através de suas profissões, tinham em geral um olhar crítico sobre os acontecimentos da época.

A grande projeção e respeitabilidade que estes intelectuais alcançavam, além da popularidade inerente às suas atividades, fizeram com que tivessem contato com importantes segmentos sociais, capaz de influenciá-los num relacionamento dialético. Nesse sentido, esses formadores de opinião pública, importantes para a conformação de um consenso no interior da sociedade civil, para Coutinho é:

> [...] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.[24]

Gramsci, que sempre deu importância à divulgação de material cultural, assim declara sobre como se dá o domínio ideológico de uma classe dominante:

> [...] isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a "frente" teórica ou ideológica. A parte mais considerável e dinâmica dessa frente é a editorial em geral: editoras (que tem um programa implícito e explícito e se apóiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais.[...].
>
> A imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não é a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e os nomes das ruas.[25]

Percebeu-se, de forma evidente, a estreita ligação entre a dominação econômica e a construção historiográfica e o papel que a classe dominante reservou para si.

Foram envidados enormes esforços para que a realidade tivesse outra conotação e que a dominação dos meios de produção e os proventos daí advindos tivessem entendimentos diversos pela sociedade em geral. A classe dominante como geradora e co-responsável por mazelas sociais – na medida em que a apropriação das mercadorias não se faz solidariamente e nem na proporção dos esforços – poderia ser facilmente questionada se medidas defensivas não fossem tomadas.

Dentre as várias alternativas, o controle social dos meios de comunicação pareceu ser uma necessidade fundamental.

As fontes utilizadas nesse trabalho foram as atas das Câmara municipal de Ribeirão Preto de 1960 a 1968, os jornais locais, as entrevistas e os documentos do DEOPS-SP. As atas da Câmara de Ribeirão Preto de 1960 a 1968 retrataram as

---

[23] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 175.
[24] Ibidem, p. 127.
[25] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2. p. 78

discussões e os projetos apresentados pelos vereadores, suas preocupações e seus posicionamentos político-ideológicos.

O *Diário da Manhã*, mostrou a mudança de um jornal que, inicialmente, era um veículo informativo, que representava importante segmento da classe dominante ribeirãopretana e que, com o passar do tempo, próximo aos anos 1961, alterou sua linha editorial, adotando uma linha mais reformista dentro das propostas do presidente João Goulart. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, veiculava e defendia entidades da sociedade civil, responsáveis pelo golpe civil-militar de 1964. Assim, teve um posicionamento "híbrido", oscilando entre mudanças e certo radicalismo de esquerda, com matérias que expressavam um tom conservador e até mesmo reacionário. Isso mostrou a tensão existente dentro da sociedade ribeirãopretana e refletida nas páginas desse periódico. Foi radicalizando-se para a esquerda ao longo de 1964, sendo fechado pelo golpe de Estado imediatamente após a vitória dos conspiradores. Volta a circular após dois meses sem guardar correspondência com o período imediatamente anterior, ou seja, tornou-se um jornal sem as características polêmicas de toda a sua trajetória.

O jornal *Diário de Notícias*, pertencente à Arquidiocese Metropolitana de Ribeirão Preto, a partir da interferência de seu arcebispo D. Luis do Amaral Mousinho em 1956, assumiu a linha adotada pela *Ação Católica*, ou seja, não era apenas um periódico religioso mas também propunha engajamentos na vida social e política. No momento em que se inicia mais organizadamente um trabalho social com os trabalhadores rurais, sobretudo no ano de 1962, com o intuito de realizar a sindicalização, o jornal reserva maior espaço a esta questão. Com o tempo, o jornal foi se politizando, com editoriais condenando enfaticamente os maus patrões que exploram em demasia seus trabalhadores, suscitando grande reação dos proprietários rurais. Em fevereiro de 1964, chegou a ser momentaneamente fechado por questões políticas, embora tenha declarado que as motivações foram de caráter financeiro. Seu fechamento mostrou que o jornal não representava o conjunto do pensamento católico. No início de abril de 1964 tem nova interrupção e retorna dois meses depois com uma linha editorial já bem mais amena e conciliadora.

O semanário *A Palavra*, que começou a circular em 06 de março de 1961, assumiu desde o início uma postura nacionalista e a favor de reformas estruturais. Vários articulistas participavam da redação, com liberdade de escrever o assunto que desejassem, porém a marca que os unia era a luta em prol de uma política externa independente e contra o imperialismo norte-americano. Em abril de 1964 foi fechado, voltando a circular, sem ter mais a mesma periodicidade e o mesmo conteúdo. Não chegou a ser editado no ano seguinte.

Além dos periódicos, a pesquisa no arquivo do Estado, sobretudo na documentação do DEOPS-SP, mostrou fatos relevantes da política ribeirãopretana, coletada pelos órgãos da polícia política, mostrando as preocupações desse aparato estatal com a vida tanto de pessoas quanto das instituições municipais.

As entrevistas realizadas se mostraram extremamente valiosas na medida em que propiciaram o entendimento de questões obscuras e um detalhamento maior que somente a pesquisa em documentação, por mais farta que fosse, não conseguiria apreender o sentimento e as preocupações daquele momento.

À medida em que procedíamos ao levantamento de dados e informações, entendemos ser importante notas explicativas no decorrer de nossa exposição para que aspectos didático-pedagógicos fossem também contemplados. Daí a justificativa do grande número de notas que aparecem no decorrer desta pesquisa.

CAPÍTULO I

AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

O governo Juscelino Kubitscheck (1956-1960), com seu programa desenvolvimentista, propiciou a criação de uma infra-estrutura básica para que o setor secundário da economia se expandisse. As altas taxas de crescimento mais significativas observadas nesse período foram em relação a produção de aço (100%), às indústrias mecânicas (125%), às indústrias elétricas e de comunicações (380%) e das indústrias de equipamentos e transportes (600%). A economia apresentou-se pujante, com uma taxa de crescimento médio de 7% ao ano[26].

Fazendo uso da Instrução 113 da SUMOC[27], Juscelino propiciou a desnacionalização da economia, pois muitas empresas nacionais, localizadas em posições estratégicas, não conseguiam competir em igualdade de condições com as empresas estrangeiras. Para Viana[28], os incentivos creditícios, que foram concedidos somente ao capital estrangeiro, fizeram com que muitas empresas de capital nacional, para sobreviverem no mercado, se associassem àquelas que estavam em posições mais vantajosas, ficando, porém, acionariamente subordinadas. Ao lado da Instrução 113 da SUMOC, outras ações foram implementadas por Juscelino, favorecendo ainda mais as empresas de capital estrangeiro por meio da isenção total de impostos e financiamentos via BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) a longo prazo e com juros negativos. Garantiu, ademais, que as empresas que viessem a se instalar no Brasil não tivessem muitos concorrentes na sua área de exploração, propiciando, assim, alta lucratividade já que atuariam em setores monopólicos ou oligopólicos. Era a chamada política de substituição de importações. Estávamos presenciando o desmonte da política nacionalista e protecionista arquitetada por Getúlio Vargas na primeira gestão de seu governo.

---

[26] SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 204.

[27] SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito, criada pelo Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Sua criação foi proposta pelo professor Otávio de Bulhões ao Ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa, como instituição que constituiria o embrião do futuro Banco Central do Brasil. A SUMOC teve parte de suas funções transferidas para o Banco Central quando da sua criação em abril de 1965. A Instrução 113 da Sumoc, baixada em 17 de janeiro de 1955 pelo governo Café Filho, permitia a importação de equipamentos pelas empresas estrangeiras sem a devida cobertura cambial, distinção não extensiva às empresas nacionais. Mostrava-se, assim, que sua política não tinha o viés nacionalista que marcou o governo Getúlio Vargas.

[28] VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de Base e a política nacionalista de desenvolvimento*: de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Ao lado desse enorme incentivo financeiro e fiscal proporcionado pelo governo, os Estados Unidos e os países europeus, estes últimos já em parte recuperados economicamente da 2ª Guerra Mundial, dispuseram capitais para serem investidos em outros países, vindo a produzir equipamentos e mercadorias no próprio local de consumo. A entrada de empresas estrangeiras no Brasil seguiu a lógica da reprodução do capital, que buscava dirigir seus investimentos para os locais onde havia maiores facilidades, possibilidades e segurança necessárias a sua melhor remuneração.

Os investimentos realizados nos países avançados tendiam, dentro do estágio capitalista em que se encontravam à época, a ter menor remuneração de capital como conseqüência do aumento das poupanças internas e do declínio geral da procura de seus produtos.

Já nos países atrasados ocorria o inverso. Havia uma precária poupança interna e as oportunidades de venda de suas mercadorias eram muito grandes. Nesse sentido é que se deve entender o fluxo de capitais que se deu de forma crescente no Brasil. E a concepção econômico-liberal presente na América Latina fornecia o suporte ideológico ao ingresso desses capitais, já que se acreditava que os investimentos traziam, automaticamente, o desenvolvimento.[29] O sociólogo Fernando Henrique Cardoso observou essas alterações na dinâmica capitalista internacional que se dera fundamentalmente:

> A partir da metade dos anos cinqüenta, mais ou menos, ocorreu uma mudança no ritmo e forma do movimento internacional de capitais e na própria organização das empresas capitalistas internacionais. Estas transformações alteraram a forma as relações Centro-Periferia. [...]. Basta indicar que a atuação do que veio a chamar-se de Empresa Multinacional aumentou consideravelmente. Mais ainda: estas velhas empresas – alguns velhos trusts transformados em conglomerados e diversificando seus investimentos à escala mundial ou novas organizações que surgiram com este caráter – passaram a intensificar os investimentos industriais na periferia.[30]

---

[29] GASPARIAN, Fernando. *Capital estrangeiro e desenvolvimento na América Latina*: o mito e os fatos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p . 20-21.

[30] CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. *Cadernos CEBRAP*. Petrópolis, n. 33, p. 44, 1980.

Houve consonância entre a necessidade de capitais pela administração Juscelino Kubitschek e expansão de capitais que estariam ociosos nos países desenvolvidos. Essa junção de fatores propiciou grande entrada de divisas que foram aplicadas no setor produtivo. As facilidades aos investimentos estrangeiros foram responsáveis pelo crescimento vertiginoso da economia brasileira.

Porém essa expansão foi seguida de graves distorções já que a pequena burguesia industrial brasileira não conseguia obter do poder público o mesmo incentivo dado às empresas estrangeiras. Da mesma forma, o setor rural não apresentava crescimento significativo. Ou, o que era também verdadeiro, não tinha o poder de articulação política das grandes corporações nacionais que chegavam, no limite, a associarem-se a grupos econômicos estrangeiros.

As empresas, geralmente de pequeno porte, com mercadorias produzidas fundamentalmente para consumidores de baixa renda, foram caracterizadas por Octávio Ianni como *nacionalistas* pelo menor poder de barganha política e influência econômica. Essas empresas teriam, na sua concepção, interesses e dinâmicas próprias e não diretamente ligados à expansão capitalista internacional.[31] Ao contrário, seu crescimento fundamentar-se-ia nas condições de vida e de salários dos assalariados brasileiros[32]. Daí entenderem os comunistas e uma parcela dos nacionalistas que poderiam haver interesses comuns entre a burguesia nacional e o proletariado. Em 1958, o Partido Comunista Brasileiro, por meio das Resoluções de seu Comitê Central, aprovou a ação política a ser empreendida naquela fase. A conclusão era a de que:

---

[31] No entendimento de Caio Prado Júnior, deve-se ter cuidado em não generalizar casos particulares em que empresas nacionais foram prejudicadas com o ingresso de capital estrangeiro. Para ele, no geral, as empresas se beneficiaram com a introdução de tecnologia e do aumento da capacidade produtiva provocada pela abertura econômica dada aos países centrais. A perda que houve para a burguesia nacional foi política, pois os centros decisórios e dinâmicos não lhe pertenciam. Mas isso não afeta a burguesia que caracteriza o imperialismo, quando muito, como concorrente, da mesma forma como ocorrem litígios entre empresas em disputas de mercado. Dessa maneira seria equivocado esperar que casos isolados de empresas que tiveram seus interesses contrariados se transformassem numa conflito de caráter antiimperiaista. É absolutamente, possível e isso é observável, uma composição em bases amigáveis entre capitais nacionais e estrangeiros, o que mostra que não passa de um mito apregoar a existência de um *capitalismo progressista* de origem nacional. cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 187-190.

[32] IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico*: 1930-1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. p. 169.

> A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso País, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.
>
> A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política de dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressivo da economia nacional e à democratização radical da vida política.[33]

Para o Partido Comunista, as classes sociais fundamentais, mesmo que antagônicas, deveriam organizar-se em uma frente política contra os interesses capitalistas estrangeiros, já que ambas tinham seus interesses contrariados.[34] Entendia essa parcela da ala esquerda brasileira que as empresas multinacionais, ao explorarem a economia nacional, remetiam os lucros às suas matrizes, descapitalizando o país, produzindo o aumento inflacionário, déficits constantes e crescentes na balança comercial, queda do nível de vida dos assalariados e, conseqüentemente, empobrecimento e diminuição do poder de compra dos trabalhadores brasileiros.[35] Para vencer o imperialismo, deveria ser aplicada uma política de acúmulo de forças, de união nacional contra os agentes econômicos que dilapidavam as riquezas brasileiras para o gozo de capitalistas estrangeiros.

Nesse sentido é que, em janeiro de 1959, na apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para verificar os efeitos da Instrução 113 da SUMOC na economia brasileira, o seu relator, deputado federal Dagoberto Salles (PSD-SP), expõe suas impressões que tomam contornos morais:

---

[33] Resolução de 1958 do PCB. *Aprofunda-se a contradição entre a Nação brasileira e o imperialismo norte-americano.* In: CHACON, Valmireh. *História dos Partidos Brasileiros.* Brasília: EDUnB, 1981. p. 379.

[34] Caio Prado Junior alerta para as constantes manifestações dos industriais brasileiros de se criar no Brasil facilidades para o ingresso de capital estrangeiro no país. Congressos de empresários ocorridos nos anos 1940 eram explícitos a isso, mostrando total simpatia a iniciativas e inversões de capitais oriundos de outros países. Nesse sentido, jamais houve por parte da burguesia nacional grande empenho em combater a Instrução 113 da SUMOC. cf. PRADO JÚNIOR, op. cit, p. 186-187, nota 31.

[35] Uma outra crítica pertinente à Instrução 113 da SUMOC é que ela possibilitou a remessa de lucros das empresas estrangeiras estabelecidas no país às suas matrizes através da supervalorização dos equipamentos importados, muitas vezes obsoletos. cf. BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização*: a experiência brasileira 1964-1974. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 11. (Retratos do Brasil, 96).

> Só mesmo êsse desastroso e desmoralizador complexo de inferioridade que se tem buscado implantar em nosso espírito, achincalhando legítimas realizações nossas, fazendo que seja de bom-tom pôr em permanente dúvida e mesmo negar as possibilidades de empreendimentos vultosos ao brasileiro, poderá impugnar a existência em nosso meio de homens de emprêsa que, em organizações estatais ou particulares, sejam capazes de dar pleno e cabal desempenho às tarefas do presente. [...]. E dessa forma chegamos ao absurdo: a fabricação nacional automobilística poderá (e êsse fato não tem passado despercebido de economistas) ser mais oneroso à nossa balança de pagamentos externos, com a evolução dos capitais aqui invertidos, do que a pura e simples importação.
>
> Entendemos, portanto, que cabe aos poderes públicos nacionais e no caso ao Congresso Brasileiro o estabelecimento de medidas eficazes para o policiamento efetivo das inversões estrangeiras no Brasil [...].[36]

Dada a fragilidade programática ou interesses divergentes que se abrigavam no interior dos partidos políticos, não existia nessas agremiações unidade que sustentasse um projeto nacionalista e que colocasse em relevo a indústria nacional. A alternativa encontrada foi a criação, dentro do Congresso Nacional, de um grupamento político que articulasse esse empreendimento. Assim, a Frente Parlamentar Nacionalista fez sua primeira manifestação pública no Congresso em 6 de junho de 1956 e, entre outros pontos, defendeu a revisão de acordos internacionais de comércio, controle das remessas de lucros, proteção às empresas nacionais, defesa dos monopólios estatais existentes bem como a possibilidade de constituição de outros. Fazia a crítica aos acordos realizados sobre a exploração de minérios por empresas estrangeiras, além de outros pontos que não se referiam propriamente à esfera econômica. No plano cultural, com o fito de preservar a identidade do povo brasileiro, pretendia o estímulo ao cinema nacional e outras atividades que evitassem a propagação em grande escala do modelo de vida das nações mais desenvolvidas economicamente.

A Frente Parlamentar Nacionalista era integrada por parlamentares de diversos partidos, mas numericamente o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era maioria, ou seja, 60%[37].

---

[36] SALLES, Dagoberto. *As razões do nacionalismo.* São Paulo: Fulgor, 1959. p. 183-184.

[37] NEVES, Lucila de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 61-71, 1994. p. 65.

Portanto, já se tinham formado, pelo menos embrionariamente, organizações para a discussão de temas que seriam politizados e potencializados no início da década seguinte e entrariam definitivamente na agenda política nacional.

O projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek começou a ser questionado porque o tão almejado progresso social não se realizou. Se, de um lado, o parque industrial brasileiro apresentava grande desenvolvimento, por outro lado também era visível o aumento do desemprego, a inflação, o êxodo rural, a explosão populacional nas cidades, as péssimas condições de vida do trabalhador rural e outras questões sociais não atendidas.

A inflação no governo Juscelino Kubitschek não atingiu valores que pudessem inviabilizar ou distorcer os financiamentos. Em 1956 chegou a 19,2%; 1957 a 12,5%; 1958 a 12,2%; 1959 a 37,7% e 1960 a 30,9%. Quando muito, propiciou a aplicação em investimentos imobiliários e especulativos. Mas para o empresariado, sobretudo os detentores de grande capital, atuou de forma benéfica, pois funcionou como confisco salarial aos trabalhadores, visto que a reposição salarial não era imediata.[38] Juscelino, mesmo com as críticas que lhe foram feitas, manteve-se fiel ao seu programa de governo, na tentativa de consolidar seu projeto que privilegiava o setor secundário.

Sendo a industrialização *stricto sensu* tema não-ideológico, ou seja, aprovado por todos e sendo que, na política nacional, ainda havia espaços para manobras dentro do campo populista[39], Juscelino, atuando no *vazio político*, pôde completar seu governo com relativa estabilidade sem fazer modificações substanciais na sua política ao longo do período. Seu governo se caracterizou pela improvisação de atitudes políticas no sentido de desmobilizar grupos ou frentes que pudessem lhe fazer algum tipo de oposição.

---

[38] IANNI, op. cit., p. 170, nota 32.

[39] Segundo Weffort, "A popularidade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de "vazio político", em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. Convém lembrar que o populismo se dá quando da crise de hegemonia oligárquica e das instituições liberais que obrigam a um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento político do Executivo e do poder econômico e administrativo do Estado." In: Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 159.

O aparato jurídico-administrativo estatal de que dispunha o executivo federal não sofreu grandes alterações desde o período getulista, o que se transformou num complicador adicional para o governo Juscelino Kubitschek e para os futuros presidentes. Seriam precisos instrumentos políticos ágeis para que o chefe do Executivo pudesse responder a contento e com a rapidez necessárias às dificuldades para fazer as correções de curso que uma economia tão dinâmica solicitava.

A sociedade brasileira, ao se tornar altamente complexa devido às recentes e radicais transformações que se operaram no campo econômico e social, apresentou um forte descompasso com o campo político em que poucas transformações se observaram, sobretudo naquelas que se esperavam representar democraticamente a sociedade: o Congresso Nacional. Em virtude disso, dinâmicas e poderosas forças atuavam dentro e fora do aparato estatal, exercendo uma influência muito grande diretamente no executivo federal.

Uma realidade mais complexa no campo social, político e econômico e a permanência de um aparato burocrático que já se sentia obsoleto, foram, sem dúvida, os grandes desafios que Juscelino legou aos seus sucessores.

Ao final de seu governo, Juscelino foi obrigado a tomar medidas impopulares para atender aos compromissos financeiros internacionais, como a retirada dos subsídios do trigo e da gasolina, ambos itens importados e que incidiam diretamente na composição do preço do pão e do transporte.

Com o declínio das exportações, implementaram-se novos estímulos para essa atividade, com a oferta de bônus adicionais, mas infrutíferos. Foi necessário então recorrer ao financiamento externo via FMI[40] para saldar os pagamentos. Ao fazer isso, o desgaste político se tornou inevitável. O presidente Juscelino Kubitschek, o FMI e os Estados Unidos receberam críticas severas por parte dos comunistas, que responsabilizaram-lhes pela situação delicada em que se encontrava a economia brasileira. Exibiam-se os limites do populismo naquele

[40] Segundo Hobsbawn, o FMI, Fundo Monetário Internacional, foi criado na Conferência de Bretton Woods em julho de 1944, e juntamente com o Banco Mundial "tem por objetivo promover o investimento internacional e manter a estabilidade do câmbio, além de tratar de problemas da balança de pagamento." In: HOBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos. O breve século XX*: 1914-1991. Tradução de Marcos Santamaria. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 269.

momento, delineando-se a possibilidade de um rompimento da política de *compromissos* levada a cabo até então.[41]

A questão que se colocava era qual o grau de autonomia, ou seja, até que ponto o Estado teria controle e autonomia para decidir as político-econômicas a serem implementadas, dada a sua forte integração na economia mundial de forma subalterna. E quais as vantagens que traziam para o Brasil a manutenção daquele modelo de industrialização.

Para Furtado[42], o país ao participar mais ativamente do comércio mundial, com empresas estrangeiras produzindo os bens de consumo de que necessitava, potencializou um lado altamente negativo. Fragilizou os centros de decisão nacionais no que se refere à economia, criou uma crescente pressão na balança de pagamentos em virtude da transferência líquida de lucros e colocou em marcha um processo em que as empresas multinacionais tiveram o controle de todo o processo de investimentos. Com o passar do tempo, esse modelo mostrou seu esgotamento e forçou o Estado a tomar decisões políticas mais agressivas na tentativa de resolver impasses e obstáculos que se apresentavam para a continuidade de seu desenvolvimento. Porém a mudança de curso ou mesmo a continuidade do modelo econômico passava necessariamente pelo crivo de novos acordos entre as classes sociais.

Dada a discrepância entre os projetos que já se delineavam, dificilmente um acordo de base populista seria possível. As demandas sociais pareciam grandes demais para serem suprimidas ou terem suas soluções adiadas dentro do quadro de uma democracia representativa. E os novos atores econômicos, sobretudo os de base estrangeira ou associada, faziam críticas severas a esse tipo de solução política, encontrando respaldo muito grande em parlamentares conservadores da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático).

Finda a primeira fase de seu governo, quando Juscelino recebeu apoio político de base populista, estabeleceu-se um impasse. Ou far-se-ia contenção dos

---

[41] SKIDMORE, op. cit. p. 220-222, nota 26.

[42] FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 79.

salários ou executar-se-ia uma política de reformas nos setores mais atrasados da economia — no caso, os setores agrários — visando a ampliação de mercado e a continuidade da expansão capitalista. A dificuldade estava em saber com quais forças políticas e setores sociais poder-se-ia estabelecer base sólida para empreender essas reformas.

Porém, nem todo o setor produtivo propunha ou aceitava alterações que passassem pela reforma de base a partir dos mecanismos populistas. Esse setor foi representado sobretudo pelas empresas que dispunham de maior aporte tecnológico e maior produtividade, ou seja, as empresas de capital estrangeiro.

Como a base econômica brasileira estava assentada nas grandes empresas, estrangeiras, nacionais e estatais, e o projeto deste empresariado se afigurava de *domínio*, qualquer acordo, para eles, não passaria mais pelo campo do nacional-populismo.[43]

Outro fator importante, que resultou na crescente resistência às transformações estruturais no aparato estatal, foi o aumento da politização tanto no Congresso Nacional como na sociedade como um todo. Foi sensível o recuo do setor empresarial representado por alguns grandes industriais defensores de posições reformistas ou progressistas. De favoráveis mas com algumas reservas às reformas de base, passaram gradativamente a posições mais conservadoras, temendo que, no bojo das alterações que se propunham apoiar, viessem outras que afetariam seus interesses não só específicos, mas também de classe.

O anticomunismo apregoado por muitas organizações da sociedade civil fez com que as teses reformistas e seus defensores fossem interpretados como agentes comunistas, que desejavam mudanças radicais na sociedade brasileira. A tese dos setores mais radicalmente conservadores era a de que a aceitação das reformas teria por desdobramentos a intervenção estatal na economia, a subtração da liberdade, a diminuição da produtividade e o aumento da pobreza.[44] Por essa interpretação

---

[43] CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 110-111.

[44] Esse recrudescimento a posições mais conservadoras é muito perceptível nas publicações mensais da revista *Ação Democrática*, órgão de divulgação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). A primeira publicação deu-se em junho de 1959, com uma tiragem de 25 mil exemplares e em junho de 1963

conservadora, os resultados a serem atingidos pelas reformas de base seriam antagônicos àqueles apresentados por seus defensores.

Do projeto da CEPAL ao ingresso do capital estrangeiro

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, criada em 1948, em Santiago do Chile, congregou economistas latino-americanos que tiveram como objetivo precípuo realizar uma análise das dificuldades e obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos. Por *periféricos* eram entendidos os países que ainda não haviam atingido um grau de industrialização suficientemente alto e que pudesse atender o seu mercado interno com produtos manufaturados e bens de consumo duráveis, portanto caracterizados por uma economia agro-exportadora primária. Os produtos exportados pelos países periféricos tinham constantemente seus preços relativos e absolutos diminuídos, ao passo que os produtos industrializados e importados dos países centrais eram constantemente majorados em seus valores.

Assim, as transações comerciais eram francamente desfavoráveis aos países de economia agro-exportadora. Essa realidade segundo os estudiosos da CEPAL, não iria se reverter se não houvesse algum tipo de intervenção do Estado na economia, pois a tendência de pauperização dos países periféricos, via trocas desiguais, não se reverteria, mantendo uma política econômica liberal de tipo clássico.

Para Cardoso, as idéias centrais que nortearam a CEPAL iam contra as concepções líbero-ortodoxas vigentes até então e que propunham a manutenção da divisão internacional do trabalho baseadas na especialização alcançada por cada país. Dentro da premissa liberal, entendia-se que os países, que tinham consolidado um certo grau de especialização na produção de um determinado produto, teriam os

---

era responsável pela distribuição de 255 mil revistas em todo o território nacional. cf. HASSLOCHER, Ivan (Dir.). *Boletim da Ação Democrática*. Rio de Janeiro, v. 4, nº 49-50, p. 12-13, jun./jul. 1963.

preços de suas mercadorias altamente competitivos já que produzidos em larga escala. Portanto, poderiam oferecê-lo ao mercado mundial e, na própria dinâmica de trocas comerciais entre países industrializados e agro-exportadores, tender-se-ia ao equilíbrio das balanças de pagamentos. [45]

O que ficou evidente nas conclusões cepalinas é que gradativamente estavam se degradando os preços dos produtos exportados nos países periféricos, que compreendiam basicamente alguns alimentos e matérias-primas, enquanto os preços dos produtos industrializados fornecidos pelos países centrais eram mantidos ou elevados. A permanência desse modelo econômico mostrou-se altamente inadequada e prejudicial aos países localizados na periferia do sistema capitalista. Os cepalinos, tendo à frente Raul Prebisch, detectaram que as principais causas dessa crescente distorção se devia ao grau de sofisticação tecnológica dos países industrializados, que aumentaram a sua produtividade mas não diminuíram os preços de suas mercadorias. Isso ocorreu, segundo esses analistas, porque esses produtos são de origem oligopólica, ou seja, não estão sujeitos à dinâmica do mercado.

As premissas das trocas desiguais ainda se sustentariam mesmo que não se alterassem os patamares observados no intercâmbio entre centrais e periféricos, por causa da maior produtividade alcançada pelas mercadorias industrializadas. Dito de outra forma: a maior produtividade atingida pelos países centrais não resultaram em diminuição de preço de suas mercadorias, enquanto os países periféricos aumentavam ou poderiam aumentar seu volume exportado sem com isso ter seus valores globais majorados.[46]

A proposta da CEPAL era sobre a necessidade de se aumentar a produtividade *per capita* e de se acumular capitais elevando a qualidade de vida das massas. Tanto a esquerda quanto a direita receberam com reservas essas propostas porque elas não explicitavam as formas como isso aconteceria. As críticas dos setores conservadores se exacerbaram quando os economistas da CEPAL enfatizaram que as soluções, para se resolver o desequilíbrio na balança de

[45] CARDOSO, op. cit., p. 21-25, nota 30.
[46] Ibidem, p. 26.

pagamentos, recomendavam ações mais enérgicas sob o comando estatal combinadas com a preservação dos salários, já reduzidos. Questões mais delicadas foram deixadas de lado, como a necessidade da reforma agrária. O receio era de que medidas mais amplas fossem interpretadas como uma retórica anticapitalista, embora não se deixasse de realçar a necessidade de um moderado protecionismo, um programa de substituição de importações. Projetos governamentais como a SUDENE[47] (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), durante o governo Kubitschek, levado a termo por Celso Furtado, ele mesmo um dos grandes representantes do pensamento cepalino, mostraram como eram percebidos e enfrentados os problemas do desenvolvimento aliado à melhoria das condições sociais da população. Enquanto Prebisch fazia sérias ressalvas quanto à entrada de capitais estrangeiros no alavancamento das economias nacionais, já estava em curso a expansão desses capitais para os países periféricos.[48]

Observou-se que alguns economistas, como Felipe Herrera[49], empreenderam uma construção teórica que, de certa forma, respaldava as assertivas da CEPAL, no que se refere ao intercâmbio desigual, e que a industrialização e o programa de substituição de importações não surtiram os efeitos desejados. Mas não criticavam o capital estrangeiro alocado e que foi fundamental para a formação dessa estrutura que fragilizava, via remessa de lucros, a economia. E perdendo parte da autonomia política por causa dos centros decisórios das grandes empresas instaladas no Brasil se localizarem nos países centrais. O fato de substituir as importações, sem outras medidas tomadas concomitantemente, mostrou que não era a melhor solução para o país, visto é claro, pela ótica das classes populares. A crítica que se fazia é que, apesar de todos os esforços encetados, os países periféricos, vale dizer os países latino-americanos, ainda têm na pauta de exportações quase que exclusivamente matérias-primas e agrícolas. A solução agora passava, depois da substituição de

[47] A SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, vinculada ao Ministério do Interior, foi projetada pelo economista Celso Furtado e criada em 1959 para planejar e coordenar a ação dos órgãos federais na região.
[48] CARDOSO, op. cit. p. 26, nota 30.
[49] HERRERA, Felipe. *O desenvolvimento da América Latina e seu financiamento*. [s.l.:s.n.]: APEC, 1968. p. 44-45.

importações, para uma dinamização da pauta exportadora, incluindo aí produtos semi-elaborados que tinham maior valor agregado.

A industrialização brasileira a partir do governo Kubitschek

O crescimento industrial brasileiro se deveu basicamente a alguns fatores: a facilidade de entrada de capitais sem qualquer tipo de restrição e um mercado ávido de mercadorias a serem aqui produzidas, embora fossem, em seu conjunto, destinadas às classes de maior poder aquisitivo.

E o empresariado nacional, que não teve as mesmas facilidades que as empresas estrangeiras em relação à importação de bens de capital, contava com o poderoso auxílio financeiro dos próprios trabalhadores, através do *empréstimo compulsório*, que era a não-transferência automática das perdas do poder aquisitivo de seus empregados devido à inflação.

Foi dessa forma, então, que o Estado assegurou um rápido crescimento industrial, marcado pelo concentracionismo de renda e pelo enfraquecimento da indústria nacional de pequeno porte.

Os benefícios que as empresas estrangeiras receberiam não seriam transferidos para o conjunto da população. Fundamentalmente alojadas em setores de maior lucratividade e com maior aporte tecnológico, visavam atender com a produção de suas mercadorias às classes mais privilegiadas da sociedade. Como essa classe social era reduzida, as empresas atuavam de forma oligopólica ou monopolística, pois sabiam que a restrição do mercado não comportava um rebaixamento dos preços de suas mercadorias. Dentro dessa perspectiva, maiores tecnologias que redundassem em maior produtividade teriam valor relativo já que, ao final, o mercado consumidor permaneceria inelástico. As empresas multinacionais não aceitavam a diminuição da margem de seus lucros por unidade produzida, visto que os cálculos para a composição de preço foram feitos

independentemente dos custos, mas levando-se em conta o potencial de mercado[50]. Assim o desenvolvimento das indústrias e do setor secundário não alavancou ou dinamizou a agricultura como era de se esperar.

Por atuar em setores específicos, a grande indústria estrangeira favoreceu a compra de mercadoria para estratos sociais brasileiros também específicos. Muitos daqueles que se sentiram beneficiados pela possibilidade de adquirir esses bens, mais baratos que os importados, viam favoravelmente, pelo menos no primeiro momento, a política de abertura da economia pois, se isso não ocorresse, estariam impossibilitados de consumir tais produtos.

Porém os efeitos negativos vieram mais tarde, quando a remessa de lucros para as matrizes suplantou a entrada de novos investimentos, descapitalizando a economia brasileira[51].

No início dos anos 60, depois de um rápido processo de industrialização na segunda metade da década anterior, constatou-se que não se conseguiu minorar os problemas de êxodo rural e urbano, manter o nível salarial e outros aspectos sociais. A dificuldade apresentada na balança comercial internacional colocou todo o modelo à prova, ou seja, uma economia assentada no consumo das classes privilegiadas, na não-efetivação das reformas estruturais e na diminuição das exportações dos produtos agrícolas. Tudo isto levou segmentos da sociedade a se questionarem se o capitalismo, da forma como ele se apresentou concentrador e excludente, deveria ser mantido. Esse questionamento, que deveria ficar adstrito à discussão econômica, espraiou-se para o campo moral: crescimento e desenvolvimento estavam em lados opostos. O desenvolvimento teria que passar pela distribuição de renda e da propriedade para atender às necessidades da população, o que contrariava a dinâmica imposta pelas multinacionais aqui instaladas.[52]

Pode-se, então, concluir que o crescimento da economia brasileira, com a substituição de importações, não se refletiu em melhor padrão de vida para as

---

[50] FURTADO, op.cit., p. 79, nota 42.
[51] SALLES, op. cit., p. 182, nota 36.
[52] CARDOSO, op. cit., p. 46, nota 30.

classes populares, embora houvesse despertado, de forma quase generalizada, o orgulho nacional em perceber que o país estava se desenvolvendo e se transformando. Porém este desenvolvimento tinha finalidade específica, da mesma forma como eram específicos os seus beneficiários.

O empreendimento rural também deu mostras de que não acompanhou a expansão industrial e dentre todos os setores foi o que apresentou o mais baixo índice de crescimento. Utilizando-se o índice 100 para os diversos setores da economia brasileira em 1939, tivemos em 1960: agricultura – 183, indústria – 552, comércio – 237, transportes – 310 e a média entre esses setores de 279.[53] Como as forças do mercado não conseguiram dinamizar a produção agrícola, uma série de intervenções dos governos pós-Juscelino deveria ocorrer. Dentre essas intervenções-ações, estava a polêmica reforma agrária. O empobrecimento do trabalhador rural, desassistido, a ausência de uma legislação específica que o amparasse também foram assuntos colocados na ordem do dia dos futuros presidentes.

O governo Jânio Quadros

O presidente Jânio Quadros, que assumiu o governo em 1961, criou uma série de expectativas quanto às diretivas que implementaria nos mais variados setores da vida nacional. Sem vínculos partidários, populista, recebeu o apoio da UDN e de seu principal representante, Carlos Lacerda, por ser uma pessoa eleitoralmente viável e porque as suas práticas políticas não tinham conotação getulista. Era tido como um liberal.

Seu vice, João Goulart, alçado ao governo pela coligação PSD-PTB, representava o passado getulista, ele mesmo ocupando a pasta de ministro do Trabalho no segundo governo Vargas (1951-54). Era identificado, grosso modo,

[53] IANNI, op. cit., p. 157, nota 32.

pela íntima ligação com as organizações sindicais e pela intervenção estatal na economia em favor do empresariado nacional. Recebendo expressiva votação dos setores trabalhistas, reformistas e esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista, não fora bem recebido por uma grande parcela dos empresários que tinha grande aversão ao passado getulista e populista.

A despeito de quem pudesse achar dúbias a personalidade e atitudes de Jânio, antes de sua eleição, o CONCLAP (Conselho Nacional das Classes Produtoras) enviou-lhe um questionário sobre uma série de itens versando sobre os mais variados e delicados assuntos da vida nacional. Foi a partir das respostas, amplamente favoráveis à burguesia, que essa entidade empresarial decidiu apoiá-lo fortemente. A FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo) também o apoiou política e financeiramente.[54]

Apesar de ser clara a íntima ligação de Jânio Quadros com os setores empresariais nacionais e estrangeiros, tentou-se, por meio de publicações dessa classe, desvencilhar junto à opinião pública essa relação. Atribuía-se aos comunistas a tentativa de caracterizar Jânio como representante ideal das classes conservadoras:

> Apresentaram-no como vendido a grandes emprêsas estrangeiras, promoveram a impressão e divulgação de folhetos infamantes, quer acusavam o Sr. Quadros de lacaio de grandes grupos financeiros nacionais e internacionais, e nisso tiveram a dócil colaboração do Marechal candidato.[...].[55]

As suas ações no campo internacional, como o reatamento das relações comerciais com o bloco soviético, a não-intervenção em Cuba e outras medidas dentro de sua Política Externa Independente, ainda que se afigurassem no campo do liberalismo, não se enquadravam nos moldes esperados pelos Estados Unidos e por setores militares e civis brasileiros. Uma série de atos aparentemente confusos e contraditórios de Jânio Quadros apenas demostraram o quão difícil era governar o

---

[54] DREIFUSS, op. cit., p. 157, nota 32.
[55] HASSLOCHER, Ivan (Dir.). *Boletim de Ação Democrática*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 1, nov. 1960.

país sem lançar mão de reformas estruturais. Para Moniz Bandeira a característica desse governo era a de que:

> A duplicidade de Quadros, com sua demagogia nacionalista, confundiu as massas, sem contudo abalar a confiança que nele tinham os reacionários. Durante toda a campanha, ele prometeu o que interessava substancialmente à oligarquia financeira, aos fazendeiros, aos exportadores de café e aos expressivos grupos da indústria de São Paulo (particularmente os estrangeiros), que financiaram e com os quais ele assumira todos os compromissos. Apregoou a *verdade* cambial (liberação de câmbio), o saneamento da moeda, o combate à inflação, enfim, as medidas recomendadas para o Brasil pelas autoridades de Washington e pelo FMI. Seus pronunciamentos a favor da chamada livre empresa foram coerentes com as atitudes que tomou no Governo de São Paulo.[56]

Suas ações no campo político, com a nomeação de ministros de Estado que faziam parte do corpo gerencial das grandes empresas estrangeiras, a indicação dos principais postos da burocracia formados por empresários e tecno-empresários conservadores, não deixam quaisquer dúvidas pela opção político-ideológica de Jânio.[57]

A alternativa escolhida, ao não conseguir administrar todo esse complexo, foi a renúncia.

O Governo João Goulart

Assumindo o governo em situação adversa em setembro de 1961, quando se observava uma forte crise de hegemonia no aparelho estatal, João Goulart foi obrigado a aceitar o Parlamentarismo como solução do impasse que se estabeleceu. Nem os golpistas tinham forças suficientes para impedir sua posse nem a sociedade

---

[56] BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 403.

[57] Segundo René Armand Dreifuss, as forças políticas que apoiavam Jânio eram nitidamente conservadoras, sendo elas o centro organizativo do golpe civil-militar de 1964. cf. DREIFUSS, op. cit., p. 127-128, nota 19.

organizada em dar sustentação necessária para que assumisse suas funções dentro das regras legais estabelecidas pela Constituição.

Os seus ministros de Estado, que estabeleceram os gabinetes governativos, não conseguiram implementar minimamente seus projetos, já que a sociedade estava num crescendo de polarização política também refletida nas Casas Legislativas. Mesmo com o restabelecimento do Presidencialismo e o quadro institucional já normalizado, os impasses permaneceram ou mesmo aumentaram, pois colocaram Goulart ainda mais em evidência.

Foi durante o seu governo que as classes dominantes conseguiram a hegemonia necessária, tanto para estabelecer projetos de continuidade de desenvolvimento econômico, como colocar em operação todos os conhecimentos acumulados até então. A queda de Goulart foi o projeto burguês em movimento.

A classe dominante organizou-se de forma mais eficiente e habilmente envolveu a opinião pública a seu favor. Utilizou-se de amplos expedientes legais e ilegais para atingir seus fins.

As reformas estruturais ou de base, como ficaram conhecidas, receberam severas críticas das classes conservadoras, sobretudo as que se relacionavam com a reforma agrária, a constituição e a limitação da remessa de lucros para o exterior. A manutenção da Política Externa Independente com o conseqüente intercâmbio comercial e relações diplomáticas com os países do Leste Europeu ou com Cuba se tornaram cada vez mais difíceis.

Da mesma forma, as expectativas não atendidas por aqueles que aspiravam e defendiam as reformas de base fragilizaram politicamente o governo Goulart. Muitos passaram a atacá-lo fazendo coro com a ala conservadora.

Ianni analisa o período dessa forma:

> Uma das dificuldades encontradas para a proposição do novo programa de desenvolvimento estava na opção política subjacente a qualquer política econômica governamental. O govêrno deveria optar, ainda que de modo implícito, por uma das duas estratégias políticas de desenvolvimento: favorecer a expansão do capitalismo nacional ou acelerar a internacionalização, como meio de promover os investimentos indispensáveis a uma nova expansão econômica. Mas as condições políticas da época, nos termos da "democracia representativa" então em vigor, não possibilitavam uma decisão clara; nem permitiam mais uma atitude ambígua, como transpirava das atuações reais do govêrno. Em

> outros termos, neste nível de cogitações, pode-se afirmar que os governos de Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961) e João Goulart (setembro de 1961- abril de 1964) não estavam em condições de resolver as contradições herdadas do Governo Kubitschek. Já não havia mais condições políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo nacional ou entre ideologia nacionalista e capitalismo associado (ou dependente). Além disso, as contradições entre as classes sociais, tanto na cidade como no campo, haviam-se agudizado. Essa foi uma época de intensa politização e organização política das massas camponesas, principalmente do Nordeste.[58]

Os governos militares

Os governos militares, a despeito de guardarem aspectos que os diferenciem entre si como o governo Castelo Branco, Costa e Silva e os demais que suplantam o período desse trabalho, têm em comum a implementação de um projeto de desenvolvimento gestado durante o governo de Juscelino Kubitschek e que foi adiado por falta de condições políticas. Para Ianni:

> Os três governos dos anos 1964-70 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas do mesmo gênero. Quanto aos seus objetivos, as políticas econômicas dos Governos Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici voltaram para a mesma direção. Dentre os seus principais alvos e realizações, destacaram-se os seguintes: reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; **criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção**; estimular a modernização [...].[59]

As forças vitoriosas tinham claro o que desejavam. O núcleo central de poder militar, que comandou todo o processo da ditadura civil-militar, preparou-se ideologicamente na ESG[60] (Escola Superior de Guerra) que, por sua vez, foi instruída, em sua grande maioria, por empresários e civis. As Forças Armadas, e mais especificamente a ESG, sempre tiveram uma relação muito estreita com os

---

[58] IANNI, op. cit., p. 192-193, nota 32.

[59] Ibidem, p. 225 (grifo nosso).

[60] A ESG, Escola Superior de Guerra, foi criada no Rio de Janeiro em 1949, inspirada no National War College, dos EUA, tem por finalidade promover o estudo de assuntos doutrinários e conjunturais ligados à segurança nacional. Seus alunos são provenientes das forças armadas e também civis de vários campos de atuação profissional.

empresários, que forneciam constantemente documentos (em sua maioria, confidenciais), realizavam palestras etc. O empresariado utilizou-se da ESG/ADESG[61] como base avançada para sua difusão ideológica, que foi consolidada ao cabo de dez anos. A ADESG (Associação dos Diplomados da ESG) também desempenhou um papel importante na hegemonia ao realizar ciclos de palestras sobre empresas e empresários e o seu papel no desenvolvimento brasileiro.[62] Mas não foi apenas a ideologia que uniu militares e empresários das multinacionais ou das grandes corporações. Os próprios militares, na maioria generais, eram diretores ou importantes acionistas de grandes corporações privadas. Assim, as ações dos militares, em qualquer nível, contou com a cobertura civil e, sobretudo, empresarial.[63] Portanto, o descortino de uma série de fatos que se sucederam após 64 nos leva a entender melhor a relação de nosso tema com a conjuntura política nacional.

A falta de hegemonia política e o respeito aos pressupostos da democracia representativa no período civil (pré-abril de 1964) não permitiram que se implementassem contra a classe trabalhadora políticas antipopulares como a restrição de ganhos e a aceitação de perdas salariais, além dos patamares já convencionados e aceitáveis. Dentre outros fatores, porque a presença cada vez mais efetiva da classe trabalhadora no processo atemorizava a classe dominante. E, dadas a consistência e a profundidade de suas reivindicações, dificilmente se daria um acordo via cúpulas partidárias, eis que aí residiam graus elevados de radicalismo e comprometimentos cada vez mais estreitos com um dos blocos que se formaram durante o processo de enfrentamento político. O grande empresariado e as oligarquias rurais se aproximaram e buscaram criar um consenso na sociedade, a partir da inserção das classes médias e populares à sua base de influência. Essa hegemonia foi possível com a implementação de uma política difundida como supra-classista, ou seja, o anticomunismo, em que todos, independentemente de sua classe, perderiam se vitorioso aquele sistema político. O isolamento dos setores

[61] A ADESG, Associação dos Ex-Alunos da Escola Superior de Guerra, dedica-se à atualização dos formados pela Escola Superior de Guerra.
[62] DREIFUSS, op. cit., p.113-114, nota 19.
[63] Ibidem, p. 78.

mais radicais, a perda da grande influência dos líderes sindicais mais conseqüentes e a cooptação de outros forneceram à classe dirigente a hegemonia necessária para desferir um golpe de classe, mas que parecia aos olhos daqueles que estavam à sua mercê ideológica restabelecedora da ordem e da liberdade.

Estava inviabilizado o pacto populista, visto que as classes dominantes entendiam que ceder às pressões vindas da classe trabalhadora, sem estar no comando efetivo do processo político, era inadmissível. Além do que as reivindicações apresentadas colidiam com os projetos e entendimentos de como deveria se dar o desenvolvimento. O próprio projeto de desenvolvimento encontrava-se diante de um impasse, por estar cindido em duas grandes propostas: uma mais distributivista, propondo reformas inclusive constitucionais, que visavam proporcionar às grandes massas trabalhadoras uma parcela maior do fruto de seu trabalho. Outra, de caráter conservador, propunha o crescimento global da economia, gerando riquezas e, nesse processo, as classes trabalhadoras se beneficiariam com a geração de empregos etc. Essas duas concepções vão se configurar, de forma polarizada, nos momentos próximos ao golpe civil-militar de 1964. No período que antecedeu ao golpe, no início da década de 1960, as duas propostas – distributivista/desenvolvimentista – apareciam de forma mais ou menos plástica, ou seja, não havia um radicalismo tão grande, permitindo que os setores conservadores admitissem transformações, ainda que limitadas, dentro do regime democrático.

Com a evolução dos acontecimentos e a polarização política, na qual o anticomunismo teve um papel preponderante, para a classe dominante qualquer proposta de mudança poderia engendrar um processo que teria fim somente com a tomada do Estado pelas forças comunistas. O que poderia, de início, para uma parcela da classe dominante ser uma reforma controlada e sem grandes pretensões, visando unicamente à estabilização do regime democrático, transformou-se, no seu desdobramento, em resistência a toda e qualquer alteração das estruturas. Nesta nova concepção, nascida do radicalismo, somente um governo forte e antidemocrático, hegemônico na sua composição, poderia resolver os impasses em

questões como a inflação e desenvolvimento econômico. Não precisaria, assim, dar satisfações à sociedade civil, sendo ágil nas suas ações.

Sobre isso alertou o economista Raul Prebisch:

> Que essa restrição do consumo popular é possível, está claramente demostrado pela experiência do sistema soviético de desenvolvimento econômico, mas essa experiência mostra, também, de maneira palmar, suas implicações políticas. Duvida muito o autor que essa política de restrição de consumo popular possa ser mantida além de certo ponto, dentro do presente quadro institucional. Pois, quanto mais pressionarmos nessa direção, maior a necessidade de empregar medidas coercitivas, e quanto mais forem aplicadas, mais difícil será preservar o sistema e as instituições democráticas. A democracia, como a entendemos e gostaríamos de ver fortalecida na América Latina, adaptada às nossas realidade, teria de ser sacrificada e, com ela, os inerentes valôres humanos e sistemas de vida, de pensamento e ação.
>
> O grau de disponibilidade dos recursos internacionais pode [...] manter o ritmo satisfatório de desenvolvimento econômico. E poderiam alcançar essa situação sem necessidade de empregar as drásticas medidas, prenhes de perigos, mencionadas acima.[64]

Essa assertiva foi feita quando ainda era possível, segundo entendiam alguns economistas ligados a agências internacionais como a Aliança para o Progresso[65], contornarem-se as dificuldades que se apresentavam, dentro dos limites do regime democrático, atendendo minimamente as populações desassistidas ou marginalizadas no processo do desenvolvimento capitalista. Visava, essencialmente, para seus autores, *a consecução da paz, segurança, liberdades políticas e progresso econômico e social*.[66] Na realidade, dentro dessas premissas estava implícita a defesa hemisférica, compartilhada entre a grande potência econômica, política e militar representada pelos Estados Unidos e os países que faziam parte da O.E.A. (Organização dos Estados Americanos), contra o comunismo e a manutenção de um regime que preservasse a livre iniciativa como a principal força motriz responsável pelo desenvolvimento econômico.

Às questões de caráter mais geral e fortemente ideológicas, consubstanciadas na defesa hemisférica da qual o Brasil participava ativa e

---

[64] PREBISCH, Raul. Aspectos econômicos da Aliança para o Progresso. In: DREIER, John C. (Org.). *A Aliança para o progresso*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 86-87.

[65] A Aliança Para o Progresso foi lançada em março de 1961 pelo presidente John Kennedy e foi bem recebida pelos países sul-americanos presentes na Organização dos Estados Americanos quando da reunião realizada em Punta del Este, Uruguai, em agosto de 1961.

[66] DREIER, op. cit., p. 20, nota 64.

crescentemente dentro da conformação da Guerra Fria, por meio de uma paranóica luta anticomunista, somavam-se questões relativas à economia local como a crescente taxa inflacionária e a diminuição do ritmo de desenvolvimento econômico.

Nesse meio altamente instável, do ponto de vista político, é que os setores populares irão se manifestar mais fortemente externando suas insatisfações. Em contrapartida, os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, hegemonizando grande parte da opinião nacional, sentirão a necessidade de buscar uma alternativa para o impasse que se apresentava, que virá por meio de um golpe civil-militar.[67]

A nova fase econômica, que se abriu no período 1964-68, em que a participação popular foi vista como óbice, justificou a configuração de um regime autoritário, que foi respaldado pelos grandes agentes econômicos, sobretudo aqueles que tinham uma vinculação muito íntima com os mercados internacionais. Para eles, muito dos programas e metas que desejavam implementar no Brasil não foram possíveis porque o populismo reinante impedia. Se em épocas anteriores, o populismo havia sido importante para respaldar politicamente as ações do governo e manter um certo equilíbrio político, mesmo que instável, no início da década de 1960 ele se apresentava ultrapassado, sobretudo pelo grau de insatisfação e independência mostrado nas ações populares.[68]

---

[67] COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*: 1964-1985. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 66-68. Segundo Maria Conceição Tavares, a crise estabelecida no governo João Goulart foi motivada pelas múltiplas ações adotadas pelo seu governo e que tinha resultados imediatos negativos, como a depressão das atividades econômicas. Para se atingir a redistribuição de renda a favor dos assalariados, adotou-se em 1963 uma política mais austera a partir do controle dos gastos públicos e dos créditos privados, visando diminuir a inflação. A redução do investimento público e as críticas dirigidas à ação do capital estrangeiro tentando normatizá-lo por meio da lei de remessas de lucros, fizeram com que os investimentos na área produtiva diminuíssem significativamente, potencializando uma grave crise já presente na economia nacional. cf. TAVARES, Maria Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre a economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 170.

[68] VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 170.

As diferentes concepções de nacionalismo no Brasil

Após a 2ª grande Guerra mundial, Vargas[69] assume novamente a presidência, então pelo voto popular, num momento em que havia disputas de hegemonia entre as duas potências bélicas, de ordem política e econômica, dentro do que se convencionou chamar de Guerra Fria. Naquele momento havia basicamente, segundo Skidmore[70], três opções que se apresentavam para resolver o impasse do desenvolvimento brasileiro. Nenhuma delas, explicitava bem como isso se daria. Era mais um posicionamento político-ideológico do que um programa que se apresentava à sociedade.

A primeira alternativa, a **neoliberal**, propunha que as importações deveriam ser liberadas e ao Brasil caberia fundamentalmente se preocupar com o controle das contas públicas, emissão da moeda e outras questões atinentes à esfera monetária. O Brasil deveria empreender seus maiores esforços naquilo que já lhe era característico e histórico: produção e exportação de matérias-primas, ou seja, aproveitar as vantagens comparativas.

A segunda vertente era a **desenvolvimentista-nacionalista** que, mesmo não sendo clara em suas formulações, percebia-se sua estreita relação com as concepções da CEPAL, pois fazia reservas à importação de produtos estrangeiros e pretendia saldá-los com a venda de matérias-primas. Essa dinâmica, que gerou déficits na balança comercial brasileira deveria ser suplantada. Para reverter o quadro, foi proposto incrementar o parque industrial brasileiro e acelerar o programa de substituição de importações. Para isto, o Estado atuaria, por meio de suas empresas ou as de economia mista, nas áreas vitais, ou seja, na criação de infra-estrutura adequada. Esses empreendimentos, por necessitarem de vultosos investimentos, não atraiam a iniciativa privada por falta de interesse ou capacidade financeira. Com relação à participação da iniciativa privada no processo, a ela seriam concedidos os incentivos necessários para a ampliação de suas atividades ou atuação em novas frentes de investimentos.

---

[69] Vargas recebe a faixa presidencial no dia 31 de janeiro de 1951.
[70] SKIDMORE, op. cit., p. 118-121, nota 26.

A terceira concepção ficou conhecida como **nacionalismo radical** e objetivava um centralismo do Estado em todos os tipos de investimentos como sendo a única alternativa contra o atraso econômico e tecnológico. Caberia somente ao Estado não só a responsabilidade de atuar sobre os estrangulamentos, ou seja, os impeditivos à expansão econômica, mas em toda e qualquer área de seu interesse. Este pensamento estava disseminado entre os comunistas e muitos intelectuais.

Caberia a Vargas, durante todo o transcurso de sua presidência, administrar as três grandes tendências que forçavam-no a determinadas ações no sentido de atendê-las plenamente. Além disso, a nova dinâmica do capitalismo dos países centrais pressionava o governo para promover a abertura à exploração dos setores que eram de interesse dos países industrialmente avançados. O adiamento dessas soluções somente agudizaram e desgastaram o governo Vargas, que foi perdendo paulatinamente o apoio da classe dominante fortemente representada no Congresso Nacional.

Aos obstáculos que se apresentavam, e com a falta de apoio no Congresso, Vargas respondeu, recorrendo diretamente às classes trabalhadoras, tentando conseguir, por meio de mecanismos populistas, forças compensatórias que respaldassem suas ações. Igualmente seu ministro do Trabalho, João Goulart, que controlava toda a estrutura sindical-corporativa, por meio de reajustes salariais, tentou formar um grupo de pressão baseado nos trabalhadores para se contrapor a setores da classe dominante.

As pressões internacionais não eram de menor monta. Dispunham os países centrais de grande aparato burocrático-financeiro como o FMI, capaz de fazer com que os governos reticentes em adotar seus programas fossem politicamente prejudicados com a demora ou mesmo a recusa em socorrê-los em caso de necessidade.

Nessa campanha entravam as grandes empresas exportadoras e as que comercializavam produtos brasileiros e que, constituídas de capitais estrangeiros, podiam pressionar também o governo. Ao reduzir o preço dos produtos

comercializados por elas, o governo perdia rendimentos e também o apoio dos produtores de matérias-primas.

Observou-se nesse período que o nacionalismo de Vargas, em que o Estado deveria formular as diretrizes de desenvolvimento sem se preocupar com os interesses externos, já não era exeqüível. A dinâmica do capitalismo internacional e a vinculação ideológica e/ou econômica das elites brasileiras impossibilitaram quaisquer projetos nesse sentido. Isto porque grande parte do empresariado brasileiro entendia por nacionalismo a produção em solo nacional, não se importando qual a origem dos capitais ou tecnologias utilizados. Da mesma forma, assim pensava parcela significativa do alto oficialato das Forças Armadas.

O agigantamento do Estado ou um Estado-interventor era visto com temeridade tanto pelos setores nacionais como estrangeiros.[71] Nisto não havia diferenças substanciais entre os principais economistas e empresários brasileiros e norte-americanos. Os técnicos norte-americanos e brasileiros já tinham estreitado relações também no campo do planejamento econômico, por meio da Missão Abbink[72], quando da divulgação de seu relatório em 1949.

Carone[73] ressalta que a questão do planejamento não se iniciou aí, já que teve um grande impulso ainda durante a 2ª Guerra Mundial, embora voltada para as questões que se apresentavam no momento. Neste tipo de planejamento, industrialização e alimentação eram temas contemplados e receberam grande atenção por parte dos integrantes civis e militares.

Com a Missão Abbink, também conhecida como Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, outros pontos foram colocados em relevo e, para tanto, as áreas que deviam ser analisadas receberam um tratamento específico. A Comissão subdividiu-se em vários grupamentos temáticos, tentando abarcar todas

---

[71] DREIFUSS, op. cit, p. 32-33, nota 19.

[72] Segundo Skidmore, a Missão Abbink, chefiada por John Abbink e a delegação brasileira chefiada por Otávio Gouvêa de Bulhões, objetivou apreciar o modelo econômico brasileiro e verificar quais as alternativas para que se o país se desenvolvesse. Em síntese, propôs o combate à inflação, reduzindo o crédito. Reconheceram que o estrangulamento encontrado na área de energia e transporte requeria forte ação estatal. O desenvolvimento ficava a cargo da iniciativa privada. cf. SKIDMORE, op. cit, p. 100, nota 26.

[73] CARONE, Edgard. *A República liberal*: Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. p. 76-78. (Corpo e Alma do Brasil).

as áreas da vida econômica brasileira. O resultado apresentado pela Missão coadunava, de certa forma, com os estudos realizados no Brasil pelos técnicos do DASP.[74] Da junção das análises dos grupos Abbink-DASP resultou o Plano Salte, que deveria ser executado nos próximos 5 anos. Missão Abbink e Plano Salte eram formulações derivativas da política hemisférica da Doutrina Truman, conhecida por Ponto IV, enunciada em 1947. Seria um sistema de cooperação técnica dos Estados Unidos a países em desenvolvimento.

Truman esteve pessoalmente em Petrópolis em 1947, na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, visita esta retribuída posteriormente pelo presidente Dutra. Em seu discurso sobre as políticas que deveriam ser implementadas nestes países, Truman explicita:

> Creio que devemos tornar accessível aos povos amantes da paz os benefícios de nosso acervo de conhecimentos técnicos a fim de ajudá-los a concretizar as suas aspirações a uma vida melhor... Maior produção é a chave da prosperidade e da paz. E a chave da maior produção é uma aplicação mais ampla e mais vigorosa do conhecimento técnico e científico.
>
> Só ajudando os menos afortunados da família humana ajudarem-se a si mesmos é que a humanidade poderá alcançar a vida satisfatória e decente que é um direito de todos os povos.
>
> Só a democracia pode suprir a fôrça vitalizante para incitar os povos do mundo a uma ação triunfante, não só contra opressores humanos mas também contra seus inimigos antigos: a fome, a miséria e o desespero.[75]

Getúlio, percebendo o superdimensionamento do Plano em virtude dos parcos recursos econômicos para executá-lo, solicitou uma revisão nas metas.

Em virtude da expansão econômica dos países centrais como os Estados Estados Unidos, tivemos uma maior disponibilidade de capitais excedentes. Essa pujança contrastava com a deficiência orçamentária dos países periféricos como o caso brasileiro. Como resultado desse movimento capitalista internacional, em 1951 outra Comissão bi-lateral se estabeleceu no Brasil, agora com a função de colocar

---

[74] Segundo Ianni, o DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público - foi criado em 1938 e fazia parte, juntamente com outros Departamentos Conselhos e Institutos da tentativa de Getúlio Vargas para criar um aparato técnico competente e ágil, e que não tivesse interferência dos setores *atrasados* da sociedade. cf. IANNI, op. cit., p. 22-24, nota 31.

[75] Discurso citado em O Ponto IV no Brasil. Relatório do Escritório Técnico da representação Brasileira junto ao Ponto IV (1959/1960). Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público

em prática as formulações contidas na Comissão Abbink. À essa nova Comissão, a de Desenvolvimento Econômico, caberia sistematizar todos os projetos apresentados e de forma clara e objetiva apresentá-los aos organismos financeiros internacionais. Os recursos governamentais viriam de uma série de aumentos de impostos e para gerenciá-los foi criado o BNDE.[76] O objetivo era atacar os pontos de estrangulamento do desenvolvimento e com isso estimular as inversões de capital privado.[77]

E dentro desses espaços restritos e cada vez mais burocratizados, o governo de Vargas tentou implementar o seu projeto, cedendo às pressões cada vez maiores dos grupos econômicos e financeiros ligados ao capital internacional. Os organismos técnicos, que foram criados para agilizar todos os procedimentos estabelecidos pelos governos centrais, notadamente por Vargas ainda durante a sua primeira gestão, com o tempo ganharam importância tal que os empresários, ou técno-empresários, dominando esses espaços vitais de decisão, poderiam inviabilizar qualquer projeto diferente daqueles por eles estabelecidos. Estes projetos por eles elaborados tiveram um aspecto que os empresários acreditaram ser altamente positivo: passaram a imagem de serem consubstanciados em atitudes racionais e não-políticas. Mostrou-se então que os aparatos construídos por Vargas para combater as oligarquias foram, aos poucos, sendo conquistados pela burguesia cosmopolita, ligada aos interesses internacionais ou, quando muito, a eles indiferentes.

Outra questão levou Vargas e os governos posteriores a disporem cada vez menos de autonomia em suas decisões, ou seja, a possibilidade de se criar projetos de desenvolvimento que atendessem determinados setores da sociedade sem se preocupar com as repercussões internas ou externas. Essa perda de autonomia era causada pelo perfilamento do Brasil junto aos Estados Unidos às suas políticas de caráter político e bélico.

---

[76] O BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 20 de junho de 1952, era um órgão autárquico, estruturalmente ligado ao Ministério da Fazenda, mas com ampla liberdade de ação para atuar em várias setores, atendendo tanto pedidos de empréstimos para áreas privadas ou governamentais.

[77] CARONE, op. cit., p. 76-80, nota 73.

A política de segurança hemisférica, dentro dos preceitos da Guerra Fria[78], foi aplicada no Brasil quando do rompimento das relações diplomáticas com a URSS em 1946 e a cassação do Partido Comunista Brasileiro no ano seguinte. Essas ações fizeram parte de uma política de estreitamento de relações com os Estados Unidos e não ficava restrita ao campo militar, visto que a União Soviética poderia ser uma parceira comercial muito importante para o Brasil. A adoção dessa política restritiva ia contra o receituário econômico liberal que não se prende a ideologias em seu comércio, mas tão somente à possibilidade de auferir maiores lucros.

Agindo assim e cumprindo à risca as determinações dos fóruns internacionais, diminuíram-se as possíveis manobras políticas do Brasil no cenário internacional. Esses impedimentos vieram por conta dos Acordos Militares firmados com os Estados Unidos. As cláusulas estavam adequadas aos modelos econômicos adotados pelos governos posteriores. Entre elas se afigurava que:

> [...] cumprindo os dispositivos da Lei de Defesa e Segurança e Assistência Mútua e da Lei de Segurança Mútua, continha cláusulas que obrigavam o Brasil a adotar "medidas de defesa econômica e controles comerciais contra as ameaças de qualquer nação", assim como "fornecer aos Estados Unidos da América principalmente materiais estratégicos, sob a fiscalização de seus órgãos administrativos". O Brasil, em outras palavras, dispunha-se a fechar o seu mercado à entrada de capitais e produtos que porventura prejudicassem a economia das empresas americanas e ainda entregaria *manganês, urânio e areias monazíticas* aos Estados Unidos, a *preço real*, conforme os entendimentos entre João Neves e o Embaixador Herschell V. Johnson"[79]

Sendo acordos realizados entre Estados, embora os assuntos fossem de ordem militar por envolver segurança, revestiam-se de dupla dificuldade em caso da necessidade de alguma alteração em suas cláusulas. A alteração nos *Acordos* teria que ser acompanhada de mudança de hegemonia dentro da burocracia estatal e também das Forças Armadas. E nenhuma dessas estruturas acenava para a

---

[78] Segundo Hobsbawn, a Guerra Fria seria o equilíbrio estabelecido entre as duas potências existentes, tendo de um lado a URSS, que controlaria o território por ela dominado durante a 2ª Guerra, mas com o compromisso de não ampliá-la através da força militar e do outro, os E.U.A. controlariam o resto do mundo capitalista, incluindo parte do hemisfério norte e os oceanos. E cada potência respeitaria essa hegemonia, não intervindo de forma alguma em áreas do antagonista. cf. HOBSBAWN, op. cit., p. 224, nota 40.

[79] Segundo Moniz Bandeira o Acordo Militar de 1947 era o prosseguimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado com todas as nações latino-americanas e os Estados Unidos. cf. BANDEIRA, op. cit., p. 335, nota 56.

possibilidade de rever suas posições. Ao contrário, a evolução dos acontecimentos apontava para o estreitamento, consolidação e ampliação de ações que deixavam a política brasileira mais sensível aos movimentos de combate ao comunismo internacional. Internamente havia o estímulo de setores empresariais para que isso ocorresse, já que vislumbravam a possibilidade de os governantes perderem o controle gerencial da economia e ter alguma estrutura que garantisse a continuação do funcionamento do sistema. É nesse aspecto que os Acordos Militares fizeram parte da estratégia de dependência, não só econômica, mas fundamentalmente política

Isso ficou patente na questão relativa à perda de soberania com relação às jazidas minerais e especificamente nas referentes aos minerais críticos, negociada na época, na base da chantagem. Firmados os Acordos de reciprocidade na área militar, os E.U.A. solicitaram ao Brasil que fornecesse contingentes das suas Forças Armadas para combater na Guerra da Coréia. Para fugir desses compromissos que desgastariam a imagem do governo brasileiro e por não ter o respaldo da totalidade das Forças Armadas, foram cedidos, em troca, os minerais utilizados na produção de artefatos nucleares.[80]

Tínhamos nessa época de forma mais ou menos acabada um nacionalismo formulado pelos militares e pelo empresariado e, em certa medida, ele continha os mesmo elementos, não existindo, de fato, uma nítida separação em suas doutrinas. Outras instituições se apresentaram na tentativa de formular um aparato capaz de responder qualitativamente aos novos desafios de uma economia mais dinâmica da década de 1950. Entre essas instituições se destacou o ISEB.[81]

Segundo Boschi[82], os intelectuais do ISEB entenderam que as dificuldades para o desenvolvimento efetivo do país encontrava-se, fundamentalmente, na divisão entre a *anti-nação*, que era representada pelos empreendimentos rurais estruturados em bases tradicionais, portanto, sinônimo de atraso em oposição à

---

[80] SALLES, op. cit., p. 77, nota 36.

[81] Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado por decreto durante a presidência de Café Filho, em 14 de junho de 1955 e era formalmente ligado ao Ministério do Trabalho.

[82] BOSCHI, Raul Renato. *Elites industriais e democracia*: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 80-81.

nação, representada pelos setores urbanos modernos e industriais. Como esses dois pólos estavam isentos de discriminações de classe, alguns empresários deram sustentação à essa proposta porque evitava a polarização capital *versus* trabalho, podendo ser facilmente instrumentalizada junto às massas proletárias, e, portanto, desviando-a do conflito imediato. Como alguns empresários viam com preocupação o ingresso de capitais estrangeiros, formularam-se críticas à ausência de mecanismos estatais de controle, para que se regulasse a entrada de capitais e a forma como eles se relacionariam na economia brasileira. Assentou-se, assim, uma base ampla e politicamente forte, que congregou a massa trabalhadora e o empresariado industrial *nacional* na luta contra o imperialismo. Essa política atingiu imediatamente dois objetivos, ou seja, não colocou a luta de classes na agenda política e aumentou o poder de barganha dos *industriais nacionais* no governo.

Essa ação produziu o efeito desejado quando aqueles que podiam fazer organizada e sistematicamente uma crítica forte e contundente ao capitalismo – independentemente de sua composição nacional ou estrangeira –, os comunistas, encamparam as conclusões do ISEB. O PCB, acreditando no antagonismo existente entre os capitalistas nacionais e estrangeiros, em seus fóruns[83] de discussão, privilegiou a sua atuação política na questão agrária por entenderem-na estar ainda num estágio feudal, na luta antiimperialista e na união entre proletários e camponeses, tendo em vista que a revolução ainda estava numa etapa nacional e democrática.

Sobre isso, formulou o Partido Comunista Brasileiro:

> [...]. Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada [...]. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo.
>
> O Brasil sofre exploração do capital monopolista estrangeiro, através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria. [...]. O monopólio da terra pelos latifundiários serve de base às

[83] Resoluções políticas da Convenção Nacional dos comunistas (agosto de 1960) e O V Congresso do P.C.B (1960). cf. CARONE, Edgard. *O PCB: 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982. v. 2. p. 209-227 e 227-234.

> formas pré-capitalistas de exploração. Em vastas zonas, predominam os processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade. [...]. A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe, é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa um obstáculo à expansão dos seus negócios. [...]. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista." [84]

Essas mesmas posições, sem qualquer alteração são aprovadas pelo V Congresso do partido ocorrido em 1960.

Se entre os intelectuais do ISEB havia concordância e unidade no papel da industrialização e inserção de métodos de produção modernos e eficientes como essenciais nas transformações estruturais, isso já não ocorria quando a questão era o papel dos capitais estrangeiros na economia.

Enquanto para alguns, a crítica ao imperialismo era tomada apenas na sua forma instrumental, para que se viabilizasse a união de amplas classes sociais contra os setores atrasados, caracterizados fundamentalmente pelo campo, muitos de seus intelectuais estavam convencidos de que a presença de empresas estrangeiras nos setores vitais da economia eram os verdadeiros responsáveis pelos impasses ao desenvolvimento brasileiro.

No decorrer desses acontecimentos, novos grupamentos empresariais foram surgindo com um discurso mais adequado às suas aspirações de crescimento econômico. Muitas dessas novas agremiações não colocavam tantos ou nenhum óbice ao capital estrangeiro. Ao contrário, mostravam seus aspectos positivos. Nesse sentido, era natural o esvaziamento de grande parte da elite industrial do ISEB, perdendo esse Instituto muito de sua representatividade política no setor empresarial.[85]

Para Cardoso[86], o ISEB, com algumas inflexões no curso de sua existência, foi a Instituição que difundiu, juntamente com o Partido Comunista, um pensamento crítico do nacionalismo desenvolvimentista brasileiro até o ano de 1964. Em síntese, acreditavam que a existência de grandes empresas estatais combinadas com o

---

[84] Resolução política da Convenção Nacional dos comunistas (agosto de 1960). In: CARONE, op. cit., p. 210-211, nota 83.
[85] BOSCHI, op. cit., p. 81-83, nota 82.
[86] CARDOSO, op. cit., p. 60-61, nota 30.

equacionamento da questão agrária pudesse favorecer a capitalização e aumentar o poder político dos empresários industriais brasileiros. Se essa política fosse executada, acreditavam, fortaler-se-ia ao mesmo tempo a representação da burguesia nacional e o atendimento às demandas das classes populares.

Para Renato Ortiz[87], a importância do ISEB, se assentou em abordar e discutir questões culturais da sociedade brasileira e seu papel na transformação da estrutura sócio-econômica. Apresentou uma nova perspectiva que rapidamente foi acolhida e representada nas manifestações culturais dos anos 60, inclusive adotando os seus chavões. E foi essa democratização de saberes, não mais restritos ao campo das formulações acadêmicas, mas espraiadas para amplos setores sociais, e particularmente para os progressistas, que dará ao ISEB a sua vitalidade.

As formulações do ISEB no campo social, cultural e a crítica da tradição fizeram com que suas perspectivas encontrassem guarida tanto na esquerda marxista quanto no pensamento social católico, que utilizaram veículos de comunicação de massa, como peças de teatro, música, literatura, cinema, como formas modernas, rápidas e diretas de levar ao povo um determinado conceito. Essa educação política, que grupos e indivíduos abraçaram, foi na verdade uma tentativa de questionar todo um conceito vigente que valorizava uma sociedade assentada em formas capitalistas.

Racismo, nacionalismo, cultura autêntica e sem os marcos da colonização deveriam ser discutidos e reelaborados. É a procura da identidade que se desejava. E para descobrir essa identidade, uma teia de relações foi levada em consideração desde a economia à cultura, questionando as relações entre economia dependente e a percepção que se tem enquanto povo. Esse complexo e dialético jogo entre as mais diversas áreas do conhecimento foi muito importante na transformação cultural.

Nelson Werneck Sodré, da ala nacionalista do ISEB, assim relata o momento cultural daquela época:

---

[87] ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 44-64.

> O esforço de esclarecimento que a intelectualidade brasileira vinha exercendo levava ao desespero aqueles cuja sorte depende da permanência da ignorância. Apareciam, a cada passo, obras importantes. Havia por toda a parte a preocupação de estudar os nossos problemas, de discutí-los, de equacioná-los. A atividade era trepidante, tumultuosa, diversificada, fecunda. Sacudia os velhos valores, denunciava-os, mostrava como e por que precisavam ser substituídos[88]

Se num primeiro momento o ISEB atraiu os industriais nacionais, as divergências, que se afiguravam no interior do próprio Instituto entre nacionalistas e desenvolvimentistas, levaram a valorizar seu próprio espaço de reflexões.

Entre esses novos espaços de discussão do empresariado industrial estava o Fórum de Debates Roberto Simonsen.[89] A primeira fase do Fórum foi de 1955 a 1959 e entre os assuntos preponderantes estavam o da entrada de capitais estrangeiros no país e a intervenção estatal na economia. Já na fase seguinte, 1959 a 1964, esses temas são substituídos pelos da segurança nacional e o papel das classes trabalhadoras no sistema político.

Diante de um nacionalismo que se afigurava radical dentro das reformas de base, o alinhamento com os setores militares é cada vez maior. Em 1961 chegam a questionar a legitimidade do Estado nas questões trabalhistas e salarial em particular, ao estabelecerem os patamares e reajustes devidos. Na verdade, queriam retirar do Estado a atribuição de estipular salários transferindo essa função para as indústrias. Vislumbravam o acirramento de posições que estavam em curso na sociedade.[90] O Estado, neste aspecto, se não controlado, teria de ser esvaziado politicamente em alguns aspectos vitais. A burguesia só reconhecia um tipo de Estado, o funcional.

Nas formulações e concepções de Juscelino Kubitscheck sobre desenvolvimento, figurava a industrialização rápida, com a incorporação de novas tecnologias, aumento da produtividade da nação, exploração de suas riquezas naturais e, com isso, elevar o padrão de vida do conjunto da sociedade. O Plano de Metas englobava, de forma racionalizante esse projeto desenvolvimentista que

---

[88] SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 259.
[89] Fundado em 1955, tinha como veículo informativo para a classe o *Pensamento da Indústria.* Estava ligado à FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) e à CIESP (Centro de Indústrias de São Paulo).
[90] BOSCHI, op. cit., p. 89-91, nota 82.

atendia, em grande parte, os anseios dos militares brasileiros na medida em que a doutrina professada pela ESG[91] considerava uma nação desenvolvida aquela que realiza com grande eficiência um crescimento ordenado e seguro, porém rápido, de todas as suas potencialidades.

Para a ESG, formuladora de uma Doutrina de Segurança Nacional, é dever do Estado aparelhar-se de todas as condições que garantam a integridade nacional frente aos inimigos regionais e aos ideológicos, internos e externos. Ao apresentar os fundamentos dessa Doutrina, ficava patente a abrangência de seus pressupostos, pois ela encampa em suas ações o aspecto político e não o meramente militar. Assim se expressa essa Doutrina:

> Formava-se também a convicção de que a racionalização deveria estender-se para todos os processos da ação política, tanto na área de Segurança como na de Desenvolvimento. Ainda segundo os fundadores da ESG, a Segurança – preocupação que dominara os espíritos logo após a Segunda Guerra Mundial – já não se contém nos limites da Defesa e, por isso, extravasa do campo militar para impregnar-se de aspectos políticos, econômicos e psicossociais. Além disso – e nesse ponto reside o traço peculiar da ESG – verificou-se que os problemas de Segurança estão intimamente ligados com os do Desenvolvimento, ao ponto de ser impossível tratá-los, a nível político, como fenômenos independentes.
>
> Nesse sentido criou-se na ESG uma Doutrina, a princípio com tratamento parcial – Doutrina de Segurança Nacional –, evoluindo depois para a visão mais ampla que hoje apresenta – Doutrina Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento. [92]

É o que Almeida[93] chamou de *nacionalismo triunfante*, que se caracteriza por um rápido crescimento industrial no Brasil, com a participação do empresariado nacional sob a hegemonia dos Estados Unidos, gerando um desenvolvimento

---

[91] Segundo Alfred Stepan, a ESG (Escola Superior de Guerra), criada durante o Governo Dutra, a 20 de agosto de 1949, seguiu o modelo da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos. O general Cordeiro de Farias, um dos principais integrantes da FEB na 2ª Guerra Mundial estreitou suas relações com as forças militares norte-americanas no transcurso da mesma. Para Cordeiro de Farias, nas palavras de Stepan, "Força Armada forte, num país em desenvolvimento como o Brasil, não podia separar-se do problema do desenvolvimento econômico, nem a questão da segurança nacional separar-se da educação, indústria e agricultura". A participação de civis em seus quadros foi com o intuito de prepararem-se melhor para as tarefas que se auto-atribuíam, ou seja, em assuntos políticos. Ainda, segundo Stepan, "isto lhes proporcionou aliados civis que partilhavam muitas de suas idéias sobre o desenvolvimento e segurança e, também, lhes deu confiança para discutir problemas em termos de igualdade com especialistas civis. cf. STEPAN, Alfred. *Os militares na política*: as mudanças na política. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1995. p. 129-130.

[92] BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981. p. 16-17.

[93] ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995. p. 99.

capitalista dependente. O fato de ser dependente não afetaria o projeto maior que era o da emancipação nacional.

Nessa perspectiva, qualquer óbice à realização dos chamados *Objetivos Nacionais* que em síntese, estariam contidos no binômio Segurança e Desenvolvimento, poderia ser interpretado, sob o aspecto da Guerra Fria[94], como uma sabotagem em curso, visto que essas ações poderiam fazer parte de um plano minuciosamente engendrado para levar o Brasil a sucumbir ao domínio de uma potência estrangeira.

Havendo forte correspondência entre o pensamento empresarial moderno brasileiro e estrangeiro, os militares da ESG se portaram como guardiães armados do sistema.

E a intervenção direta dos militares, assumindo posições de maior destaque na política, deu-se quando a classe dominante, por meio de seus dirigentes, foi incapaz de, sozinha, resolver os impasses a seu favor, em particular, e os do Estado que estavam consubstanciados na Doutrina de Segurança Nacional.

Os pontos de contato entre os interesses da elite empresarial e os chefes militares, sobretudo os formados na ESG, eram muitos. A militarização, entendida isoladamente como o uso real ou potencial de coerção e violência física para se chegar a um fim, ou seja, proteger determinados interesses, não é o que diferencia poder militar e poder civil. Segundo Golbery[95], não existe diferença entre Estado autoritário – sem rebuços – e democrático, na medida em que em ambos os sistemas representam a vontade da minoria que se impõe, apesar de se apresentarem como representantes da maioria. O que pode dar contornos populares e aceitáveis a um

---

[94] Segundo Comblin, a ligação que os militares fizeram entre Guerra Fria e segurança nacional era a seguinte: "A guerra fria é uma guerra permanente: trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico –, porém evita o confronto armado. A segurança nacional é exatamente a resposta a esse tipo de guerra". cf. COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia de segurança nacional*: o poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 39.

[95] O general Golbery do Couto e Silva, major em 1950 foi classificado no Estado-Maior do Exército, designado adjunto da Seção de Informações. Em outubro de 1951 foi promovido a tenente-coronel. Em 1952 foi nomeado adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, na divisão de Assuntos Internacionais, depois na Divisão Executiva. Em 1956 foi promovido a coronel e transferido para o Estado-Maior do Exército, Seção de Operações, subseção de Doutrina. Em setembro de 1960 foi nomeado para o Estado-Maior das Fôrças Armadas, como chefe da Seção de Operações. Em fevereiro de 1961 foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em junho de 1964 foi nomeado chefe do Serviço Nacional de Informações.

regime dirigido por essa minoria é a mistificação que a elite engendra quando consegue:

> [...] traduzir os interêsses e as aspirações, ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta os seus verdadeiros interêsses e aspirações, tratando, maquiavélica ou demagogicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal [...].[96]

O que o general Golbery do Couto e Silva captou muito bem foi como se realizava a dinâmica do domínio da burguesia. Age ela, como bem observou, de forma ditatorial, impondo sua vontade, mas com uma sutileza que faz com que os dominados acreditem e tomem por suas as aspirações que são de interesse muito bem definidos. A diferença básica estaria no tratamento dispensado às questões ideológicas que sempre foram melhor trabalhadas pela sociedade civil, em que a classe dominante tem franca hegemonia. Ao elaborar um tipo de consenso, os setores privilegiados da sociedade não necessitam lançar mão da violência policial. Essa somente é utilizada em casos excepcionais, quando corre-se o perigo de perder o controle de uma determinada situação.

[96] SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 10-11. (Documentos Brasileiros, 126).

CAPÍTULO II

ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO: CONTROLE SINDICAL E ASSISTENCIALISMO

O controle do movimento sindical ribeirãopretano

Os recentes trabalhos acadêmicos trouxeram à luz a intensa repressão a que estavam submetidos os trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto. Resultados de pesquisas em inquéritos policiais e inquéritos criminais mostraram como era o relacionamento dos grandes proprietários rurais com os imigrantes e como se dava o controle de todas as suas atividades.

Maria Angélica Momenso Garcia[97], em sua pesquisa, mostrou que a vida dos primeiros colonos e trabalhadores rurais, que se dedicaram sobretudo à lavoura cafeeira em Ribeirão Preto e região, era voltada quase que exclusivamente ao mundo do trabalho. Os regulamentos estabelecidos pelos patrões eram muito rígidos e fiscalizados com grande rigor por parte dos feitores e capatazes.

Na região de Ribeirão Preto, por meio de estudos de processos criminais e processos policiais, Garcia detectou alguns desses mecanismos de controle patronal e da própria manifestação de insatisfação por parte dos trabalhadores rurais. A proibição de vender os produtos cultivados pelos colonos das fazendas para poderem saldar suas dívidas era uma delas. Essa atitude visava manter os trabalhadores nas propriedades por causa das dívidas contraídas e não permitir que ele migrasse para outras propriedades. Também a reclamação de rompimento de cláusulas contratuais por parte dos fazendeiros eram comuns. Acentuou-se, via contratação de capatazes, o maior acompanhamento das movimentações dos trabalhadores para que se evitassem fugas daqueles que estivessem insatisfeitos com o tratamento recebido. Os que arriscavam a fuga estavam sujeitos à agressão física. Essas práticas teriam lastro no longo período escravista brasileiro.

Nos processos criminais analisados, havia um antagonismo discursivo envolvendo o trabalhador, que dizia ser extremamente penosas as condições de vida nas fazendas, enquanto que o entendimento dos fazendeiros e dos agentes do Estado era no sentido de exaltar a forma respeitosa e humana como eram tratados. Em

---

[97] GARCIA, Maria Angélica Momenso. *Trabalho e resistência*: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). 1993. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

casos de crime de morte, tais dinâmicas se reproduziam no tratamento dispensado pelo promotor de justiça às partes envolvidas no litígio.[98]

Para Fernandes[99], o entendimento que se tinha à época era de que o grande poder de influência das oligarquias nas questões sócio-jurídicas se devia à fragilidade do aparato burocrático do Estado, especificamente da Justiça do Estado que dispunha, até a Reforma da Polícia Civil instituída em 23 de dezembro de 1905, de restritos cargos remunerados pelo erário público que era constituído de apenas um chefe de polícia, dois delegados auxiliares, cinco delegados da Capital, um delegado de Santos, outro de Campinas e nove escrivães. Nessas condições, afirma Fernandes:

> É evidente que, exercidas honorificamente, as atividades da Polícia Civil passavam a ser controladas, inclusive por nomeação e demissão de seus membros, pelos proprietários rurais locais. Assim, a instituição da polícia de carreira vinha explicitamente limitar a arbitrariedade do "mandonismo" político local, como se pode depreender das palavras do próprio Jorge Tibiriçá, responsável, enquanto Presidente do Estado, pela implantação da reforma: "Polícia sem política e, portanto, imparcial; remunerada e, por conseqüência, podendo aplicar toda a sua atividade e repressão dos delitos; com competência profissional, isto é, com conhecimentos especiais de direito e de processos indispensáveis em quem tem de garantir e assegurar a liberdade, a honra, a vida e a propriedade [...]. Além disso, estranhos à localidade onde trabalham os seus representantes são removidos ou demitidos sem abalo para a vida pública"[100]

Esse entendimento que a Justiça aplicada pelo aparato do Estado é isenta porque guarda um distanciamento seguro entre as partes litigantes mostrou-se, na prática, equivocado, como bem evidenciou Garcia.

Tratamento semelhante era dispensado pelo aparato estatal às organizações dos trabalhadores urbanos sobretudo àqueles que se acreditavam estar sob alguma influência esquerdista.[101] A infiltração de agentes policiais no movimento

---

[98] GARCIA, op. cit., p. 68-75, nota 97.

[99] FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

[100] Ibidem, p. 149.

[101] A criação de um aparato específico para o controle e acompanhamento de questões relativas às agitações operárias e todas as manifestações de descontentamento foi possível em 1924. Através da lei nº 2.034/24, foi criado o DEOPS/SP que realizou suas atividades até 1983. A finalidade principal era a do controle político-policial. Acompanhava além de entidades suspeitas de subversão da ordem, os indivíduos que representassem, no entendimento de seus responsáveis, algum perigo para a sociedade. cf. AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V. L. de; SWENSSON Jr., Walter Cruz. (Org.). *No coração das trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 15.

sindicalista urbano ribeirãopretano já se sentia presente, sobretudo depois da fundação da U.G.T.[102] (União Geral dos Trabalhadores). A polícia política sempre acompanhou de perto todos os trabalhos dessa entidade, chegando a invadir, no dia 12 de janeiro de 1930, a entidade e prender os membros dirigentes locais quando da realização de congresso com aproximadamente 200 trabalhadores, a maioria colonos.[103] Para a polícia política, segundo o relato de um seu agente, em 20 de outubro de 1947, a U.G.T. *é ainda o posto avançado do extinto Partido Comunista*.[104]

Esses agentes acompanhavam todos os passos daqueles que eram suspeitos de intentarem contra a harmonia social. Questões sindicais e relativas às manifestações político-partidárias estavam entre as principais ações da polícia política. É o que temos no relatório:

> COMICIO DO P.S.D.- PPP: Na noite de 14 corrente, realisou-se o comicio na Praça Sete de Setembro, da aliança dos partidos marginados.
>
> Em primeiro lugar falou o 2º Tenente reformado Alberto Lopes, que atacou os "tubarões" que sugam todas as classe, comerciantes gananciosos sem instinto de humanidade para com seus semelhantes, e finalisou que Nelson Nobrega resolverá, em parte, a carestia de vida, aparando os golpes dos "tubarões".
>
> Em 2º lugar falou o advogado Domingos Centola [...].
>
> Em 3º lugar, falou o sapateiro Albino Tremeschini - este comunista e aqueles dois, não - Tremeschini concitou seus companheiros lutarem contra a miséria reinante em nossa cidade e que si for eleito, defenderá intransigentemente o direito do trabalhador. Suas palavras foram de agitação. O mesmo é candidato a vereador.[105]

A perseguição aos comunistas não se restringia ao acompanhamento da polícia política ou do empresariado rural e urbano na sua relação direta com seus empregados ou por meio de suas entidades representativas.

Utilizava-se também escaramuças como panfletagens visando atemorizar a população para as possíveis conseqüências da ascensão de comunistas ao poder político. Sendo o Partido Comunista ilegal desde 1947, só restava aos seus

---

[102] Fundado em 30 de março de 1925 e estatutos registrados em maio desse ano. Os fundadores eram simpatizantes do comunismo, alguns deles vindo de experiências anteriores no campo anarco-sindicalista. In: ROSA, op. cit., p. 40, nota 12.

[103] Ibidem, p. 83-84.

[104] SÃO PAULO. Arquivo Público. Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Documento 30-B-51-549. 20 out. 1947.

[105] Idem, Ibidem.

militantes participarem sob outras siglas, o que era, em certa medida interessante para quem abrigava os comunistas pois aumentava as chances do partido eleger uma bancada maior.[106]

No entanto, os setores reacionários não aceitavam que os comunistas tivessem qualquer participação política. É isso o que registra um comunicado do agente do DEOPS no dia 20 de outubro de 1947. No seu trabalho de coleta de informações, relatou que o panfleto assinado por uma entidade chamada *Liga da Defesa Paulista* - Seção Ribeirão Preto, *causou uma bomba nos meios comunistas bem como no setor político do PSD - ala ligada aos vermelhos sob proteção do Dr. Luiz Augusto Gomes de Mattos*. Os comunistas disseram, segundo o relato, que os boletins foram distribuídos pelo PRP (Partido de Representação Popular)[107] a mando do clero. Essa distribuição foi feita utilizando-se de automóvel e os comunistas estavam procurando esse veículo para processar seus membros.[108] O teor do documento era o seguinte:

> Ao eleitorado Católico de Ribeirão Preto!
> Ao povo, às mães de família e aos que sobrepõem a
> Pátria Brasileira à Pátria Bolchevista!
> A todos os que ainda creem na Democracia!
> Ribero-Pretanos! Alerta!
> Está se processando nesta cidade, tradicionalmente católica, paulista e conservadora, o mais nojento conchavo político de todos a que a ambição e o imediatismo de certos profissionais da politiquice vêm dando causa em diversas cidades do interior.

---

[106] Em 1946 inicia-se uma ampla perseguição aos comunistas brasileiros. Em maio desse ano, o presidente Dutra expulsou todos os funcionários federais considerados comunistas. Essas ações visavam anular o poder conquistado durante as eleições de 1945 que foi surpreendente. E as possibilidade para crescimento mostravam-se promissoras. Nas eleições estaduais e suplementares para o Congresso, em janeiro de 1947, o PCB manteve o 4º lugar entre os partidos políticos, perfazendo um total de dezessete deputados e um senador, um total de quarenta e seis deputados estaduais e dezoito no Distrito Federal. No Estado de São Paulo era o terceiro partido em votação. É dentro do espírito anticomunista que estava fortemente presente no governo Dutra que o Partido Comunista Brasileiro será cassado em 1947. cf. *SKIDMORE*, op. cit, p. 93, nota 26.

[107] O Partido de Representação Popular, de cunho conservador, tinha em sua "Carta de Princípios" partidária os princípios que regiam os Acordos Militares firmados entre Brasil-Estados Unidos. Para o PRP era importante a *objetivação de uma política de confraternização americana, baseada nos fatores comuns de formação histórica, na identidade dos interesses de defesa recíproca e de defesa do hemisfério, (...). no tocante aos problemas imediatos que se oferecem à consideração do mundo, conciliação da política exterior brasileira com a dos Estados Unidos da América, hoje empenhados na consolidação da paz mundial e na defesa do nosso hemisfério, contra novas formas de imperialismo totalitário*. In: CHACON, op. cit, p. 494-495, nota 33.

[108] SÃO PAULO. Arquivo Público [...], op. cit., nota 104.

> Partidos políticos que se dizem democráticos e conservadores, numa vergonhosa cata de votos, não se pejaram em entrar em entendimentos os mais reprováveis, com a canalha comunista de Ribeirão Preto. [...].
>
> E, para completar a denúncia que ora fazemos ao povo de nossa terra, saibam todos que a U.D.N, não se pejou de incluir o comunista Nelson Bravo em sua chapa!
>
> E agora? Com quem votará você, católico; você mãe de família; você fazendeiro; você negociante; você industrial; você brasileiro; você paulista; você Ribeiro-Pretano?
>
> Com o candidato comunista Nélson Nóbrega e seus sequazes da chapa de vereadores?
>
> Temos a certeza de que não, não e não!
>
> LIGA DE DEFESA PAULISTA
>
> (Secção de Ribeirão Preto)[109]

O embate político entre esses dois partidos, o comunista e o PRP, de lastro integralista, confirma as percepções de Gramsci, quando ele afirma que as questões internacionais interferem na dinâmica interna de um Estado, porque a tentativa de formação de sistemas hegemônicos, no plano internacional, interfere muito no que se entende pelos conceitos independência e soberania. Essas relações afetam sobremaneira as questões internas, passando pelas questões do grau de desenvolvimento das forças produtivas, dos partidos, enfim, da política mais geral. Da mesma maneira as modificações internas e orgânicas engendrariam alterações no campo internacional. Sendo os partidos os responsáveis pela hegemonia das relações políticas internas, os interesses externos sobre eles também atuam. Nesse sentido, Gramsci formula que:

> Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários [...]. Desta série de fatos, pode-se chegar à conclusão de que, com freqüência, o chamado "partido do estrangeiro" não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa a sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas [...].[110]

Essa realidade já presente no Brasil em 1947 irá se acerbar nos anos seguintes com o aprofundamento da crise brasileira e com os estreitamentos de relações entre Brasil e Estados Unidos.

---

[109] SÃO PAULO. Arquivo Público, op. cit. Documento 30-B-51-547. 20 out. 1947.

[110] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.000. v. 3. p. 20.

O amplo monitoramento e repressão contra os comunistas ribeirãopretanos e a sede da U.G.T., sobretudo nos anos pós-1935, dificultaram uma melhor organização da classe trabalhadora, que será possível em 1945, quando da distensão política do governo Vargas. Comunistas, que trabalhavam na Cias. Cervejaria Antárctica e Paulista, organizaram a paralisação dessas indústrias e se dirigiram para o centro da cidade para fazer uma grande manifestação. O motivo eram as péssimas condições de vida dos trabalhadores, as constantes altas dos preços dos gêneros de primeira necessidade e das tarifas públicas. O comício não se realizou pois no caminho do local acordado para a concentração dos trabalhadores, os proprietários da Casa Robin, grande atacadista da região, recusaram-se a fechar suas portas e deixar que seus empregados participassem das manifestações. Esse enfrentamento entre o empresário Robin Calil e os grevistas resultou no saque da loja pela multidão ali presente.[111]

O comício convocado pelos trabalhadores foi motivado pela falta de produtos alimentícios básicos e por problemas habitacionais causados pela migração. O jornal conservador *Diário da Manhã*, por meio de uma matéria publicada no dia posterior ao incidente do dia 12 de junho, solidarizou-se com os manifestantes que invadiram e saquearam aquela casa comercial, entendendo que o povo já estava cansado dos aumentos abusivos e sem sentido, pois em outras cidades isso não ocorria. Também ficava surpreso com essa atitude agressiva e determinada dos trabalhadores ribeirãopretanos.[112]

Para Irineu de Moraes, líder comunista local e que esteve presente às manifestações, não houve interesse da parte dos sindicalistas ligados às empresas em realizar a greve. Por isso a proposta deles era a de marcar a paralisação para uma segunda-feira, data impraticável pois não teria como organizar e mobilizar os trabalhadores. Os comunistas conseguiram, por intermédio de alguns trabalhadores da cervejarias Antarctica e Paulista mobilizar o conjunto dos empregados, que saíram da fábrica na terça-feira, assim que a fábrica apitou para iniciar os trabalhos, ou seja, 7 horas. Ainda no depoimento de Irineu de Morais prestado a Geraldo,

---

[111] ROSA, op. cit., p. 119-125, nota 12.
[112] GERALDO, op. cit., p. 86, nota 17.

percebe-se que os trabalhadores entendiam ser Robin Calil[113] aquele que liderava uma frente entre os "burgueses" locais, que lucravam com os constantes e abusivos aumentos. Os irmãos Robin, inclusive de revólver em punho, enfrentaram a comissão de trabalhadores que queria fechar a sua loja. Avisados os restantes dos trabalhadores, eles se dirigiram para a Casa Robin, que tentava fechar as suas portas, que foram arrancadas por marretas e pés-de-cabra, sendo logo em seguida invadida e saqueada por toda a multidão ali presente.

O Corpo de Bombeiros foi chamado para dispersar a população com jatos d'água, mas as mangueiras foram cortadas. E a Guarda Civil nada podia fazer frente a diferença numérica. Coube a ela organizar o saque, controlando a entrada e saída dos saqueadores. Às quatro horas ainda viam-se pessoas descendo as ruas com sacos ou latas de produtos alimentícios na cabeça. À tarde chegou o Exército vindo de Pirassununga para pôr ordem na cidade. [114]

O resultado dessa manifestação foi imediato. No dia seguinte ao saque a Associação Comercial e Industrial fechava um acordo escalonado com os trabalhadores, estabelecendo que os menores salários teriam um reajuste maior e os menores de idade teriam aumento de 25%. Também ficou proibido o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.[115]

Impressão semelhante à de Irineu de Morais foi a de um agente da polícia política da Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), designado para Ribeirão Preto, e que enviou seu relatório em de 18 de junho de 1945:

> [...]. O elemento deste setor, enviado a Ribeirão Preto, e que ali remeteu fotografias descrevendo os acontecimentos havidos naquela cidade, constantes do relatório 279, já encaminhado a esta digna Chefia, tem agora, a relatar o seguinte:

---

[113] O sr. Robin Antônio Calil foi o 1º secretário da Associação Comercial e Industrial, no período 30.01.40 a 30.01.41. Seu irmão e sócio, Amin Antonio Calil ocupou o cargo de 1º vice-presidente dessa entidade de 31.01.41 a 24.02.42, assumindo a presidência da entidade por causa da renúncia de parte da diretoria. cf. ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. *70 anos apoiando o progresso*. Ribeirão Preto: 1974. O sr. Amin Antônio Calil, um dos sócios-proprietário da Casa Robin, quando do saques, irá ocupar a presidência da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto por muitos anos consecutivos, de 1950-52 e ficando até 1956; em 1958 ocupou o cargo de 1º vice-presidente; novamente volta à presidência em julho de 1962 e é reeleito em 1964, 1966. Amin Antônio Calil em 1942 fundou o Sindicato do Comércio Varejista e em 1968 era seu presidente. cf. ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. *70 anos apoiando o progresso*. Ribeirão Preto: 1974.

[114] GERALDO, op. cit., p. 82-86, nota 17.

[115] Ibidem, p. 86-88.

A Casa Robim ficou completamente saqueada, estando o prédio depredado de tal forma, que dá a impressão de ter sido atingido por um incêndio. Os prejuízos são calculados em perto de dois milhões de cruzeiros.

A situação, aliás, já era prevista, pois que o jornal "A Tarde", em sua edição do dia 12 do corrente, publicava um artigo sobre a preparação da greve. Nesse dia, deu-se o saque na Casa Robim. Esse recorte foi encaminhado com o relatório 279.

Um dos sócios da Casa Robim, AMIN ANTONIO CALIL, até a irrupção da greve, era o presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, fazendo, ainda, parte da Comissão de Tabelamento dos gêneros ali.

Era a pessoa que controlava os preços do comércio em geral, segundo os informes colhidos. Quando tinha grande estoque de mercadorias, procurava elevar os preços, afim de obter maiores lucros e praticava o "cambio negro" sobre diversas mercadorias, inclusive o açúcar, o que era sempre vendido fora da tabela.

Na ocasião do saque, o povo poude averiguar que, nos diversos sacos de açúcar retirados, havia dizeres de FARINHA, FARINHA DE MANDIOCA e outros. Os populares abriram os sacos no meio das ruas e gritavam: VEJAM COMO ELES TEEM BASTANTE AÇÚCAR E DIZIAM QUE ERA FARINHA!

O saque foi à tarde. De manhã, o ex-integralista EUCLIDES LARINE concitou o povo a rebelar-se contra a elevação das mercadorias e contra a Empreza de Força e Luz. É ele funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

Na ocasião do saque, foi visto um outro ex-integralista, DR. ANESIO CORTEZ, o qual, segundo dados colhidos, encontra-se em atividade.

Em Ribeirão Preto existe, também, forte corrente contra o atual Prefeito, DR. ALCIDES DE A. SAMPAIO. A maioria do comércio e grande parte do povo são desfavoráveis ao atual governador da cidade. Existe uma corrente fortíssima a favor do ex-Prefeito DR. CAMILO DE MATOS, sendo que ele falou ao povo de Ribeirão Preto, no dia 13 do corrente, pedindo á massa popular para que se mantivessem em calma;

Há questão de vinte dias, mais ou menos, um dos maiores vultos comunistas de Ribeirão Preto, professor CESAR ROSELINO, lente da Associação Profissional de Ensino, foi procurado por um elemento comunista de São Paulo, MAURILIO PACHECO, afim de organizar em Ribeirão Preto o Partido Comunista, sendo que os mesmos se reuniram em uma tinturaria, para fins de organização.

O fato foi levado ao conhecimento do Dr. GuedesTavares, em serviço na cidade em apreço e, intimado para prestar declarações, o prof. Roselino declarou que, de fato, havia sido procurado por MAURILIO PACHECO, e que este o procura afim de tratar da instalação do núcleo comunista. Disse, ademais, que o citado Murillo seguiu para Uberaba.

No dia 15, pela madrugada, ás 5,30 horas, a Empreza Força e Luz Ribeirão Preto S/A, por motivo de seus empregados se terem declarado em gréve pacífica, suspendeu o fornecimento de força e luz á cidade.[...].[116]

Em outra averiguação da Polícia Política (DEOPS), em documento assinado em 28 de junho de 1945:

A cidade de Ribeirão Preto demonstra um aspecto triste, em vista dos últimos acontecimentos local.

Ouvimos elementos operários local, sôbre seus pontos de vista político, todos sem exceção, declararam-se Getulista e simpatizantes de Prestes. Interroguei-os sôbre as

[116] SÃO PAULO. Arquivo Público. [...], op. cit. Documentos 50-Z-298-4 e 50-Z-298-3. 18 jun. 1945.

> candidaturas do Brigadeiro e do general Eurico Gaspar Dutra, qual a sua favorita, alegaram-me: "nenhuma".
>
> Sobre o saqueamento, disseram-me que foi iniciado por 12 elementos, os quais foram conseguindo arregimentar elementos, daí dirigiram-se às fábricas, exigindo o seu fechamento e bem assim, do comércio em geral, finalizando com o saque dos armazém do Robin, indivíduo mal quisto por êles e bem assim, o Prefeito, contra o qual êles estão na expectativa de se o dia 1º de julho próximo, não lhes for dado o aumento solicitado, premeditam, ao modo de ver, fazer pior e desta vez, contra a Polícia Especial, da qual guardam ódio.
>
> Ouvindo soldados da Força, lá destacados, declararam que são obrigados a cumprir ordem, mas, que estão solidários ou melhor, acham que foi justo o que fizeram, alegando que também estão passando necessidades.
>
> Declararam ainda os soldados, que se não for assinado o aumento esperado pelos operários, poderá haver perigo. Em virtude de quasi todos possuirem sua armazinha, e por conseguinte, se precaverem contra a Polícia Especial. Os elementos da Força, também não veem de bons olhos a Polícia Especial.
>
> O reforço do destacamento que lá permanece, não oferece garantia e estão alojados em vagões da Companhia Mogiana, dentro da Estação. [...].[117]

Vejamos como o memorialista Cione avalia a pessoa de Amin Antônio Calil à frente de sua entidade (ACI), apontado pelos trabalhadores que invadiram a *Casa Calil*, à imprensa conservadora de Ribeirão Preto e aos agentes do DEOPS como o grande responsável pela miséria porque passava a classe trabalhadora:

> O movimento de "Paz Social" iniciado em todo o Território Nacional pelo saudoso senador Roberto Simonsen encontrou todo o apoio das Entidades locais. Amin Antonio Calil não cuidou apenas de aderir à teoria da Paz Social, visto que colocou em prática tais princípios, tomando a iniciativa de promover reuniões com as entidades classistas de empregados no comércio e na indústria, fazendo do diálogo o meio mais eficiente para comunicações e soluções dos problemas de interesses das classes. [...]. A sua trajetória de lutas, no entanto, não envolvia apenas assuntos ligados ao comércio e à indústria, mas a sua preocupação maior sempre foi o bem-estar da coletividade. [118]

E como a Associação Comercial e Industrial local registrou o incidente de 1945:

> Nesse encontro das classes produtoras, registrou-se um episódio que ficou na história, em 20 de março de 1953: os participantes da "Mesa Redonda" tiveram uma audiência com o Presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete. Nessa ocasião, usou da palavra o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que discorreu sobre a situação do País. Em seguida, falou o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, Amin Antonio Calil, relatando ao Chefe da Nação os acontecimentos que tiveram lugar nesta cidade, no dia 12 de junho de 1945 e outros fatos não menos lamentáveis, que

[117] SÃO PAULO. Arquivo Público [...], op. cit. Documentos 50-Z-298-10 e 50-Z-298-9. 28 jun. 1945.
[118] CIONE, op. cit., v. 5, p. 328, nota 1.

> traduziam a insatisfação do povo, então presa fácil dos promotores de desordem, a serviço de ideologias incompatíveis com a nossa índole democrática.[119]

Esses relatos deixam de forma patente o esforço intelectual em reescrever a historiografia ribeirãopretana, *pasteurizando-a*, tirando dela todo elemento perturbador para a classe dominante e substituindo-a por algo não só facilmente assimilável, mas que possa ser instrumentalizada em ações futuras. As declarações do presidente da ACI é elucidativa pois mostra a preocupação com o comunismo, mesmo sabedor que as causas dos tumultos tiveram outra origem. Um fato que, em si, poderia ser desabonador à sua imagem tanto pessoal como de dirigente classista passou a servir como um pretexto para agir contra seus inimigos de classe.

Em 1948, Ribeirão Preto registrava a existência de 10 sindicatos de trabalhadores. Eram eles: Sindicato dos Empregados do Comércio; Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares; Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas; Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústrias de Móveis de Madeira, Junco e Vime e de Vassouras; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerveja; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil, Ladrilhos, Hidráulicos e Produtos de Cimento, Mármore e Granito; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos, Azeites e Óleos Alimentícios, Panificação e Confecção de Produtos de Cacau e Balas, Laticínios e Produtos Derivados e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico.[120]

Embora seja significativo o número de sindicatos, isso não representou ganhos organizacionais para a classe trabalhadora. Muitos dos presidentes e diretores de sindicatos dessa época, na década de 1960, assumiram posições conservadoras, o que podemos depreender que já, naquela fase inicial, tinham posições mais amenas quanto aos encaminhamentos da vida sindical.

---

[119] ASSOCIAÇÃO Comercial [...], op. cit., nota 113.
[120] PORTO, Sebastião; BUENO Rubens Ribeiro (Dir.). *Roteiro de Ribeirão Preto*. [S.I.:s.n]: [s.n.], 1948. p. 52.

Esse abrandamento das práticas sindicais deveu-se sobretudo às convicções anticomunistas dos seus dirigentes, todos eles filiados ao PTB[121], embora possamos afirmar, tomando como base acontecimentos posteriores, que a própria estrutura sindical conspirava contra os trabalhadores e que havia um forte trabalho de cooptação por parte do empresariado junto às principais lideranças sindicais.

Percebemos, na leitura de algumas atas dos sindicatos dos trabalhadores da década de 1950, a tentativa de levar sempre a bom termo as reivindicações trabalhistas sem recorrerem a extremismos.

A intransigência partia geralmente dos empresários que protelavam o estabelecimento de acordos com o sindicato quando a proposta não lhe era satisfatória:

> O Tribunal devolveu o processo ao Emo. Sr. Dr. Juiz da Comarca, desta cidade, para promover a conciliação o que se deu em 30/4/53 - perante o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Primeira Vara.- Embora todos os esforços dispensados por Sua Exa., nada foi possível acordar, visto que os empregadores, na pessoa o advogado da Associação Comercial e industrial de Ribeirão Preto, se mostrou intransigente.- Encerrou a audiência o Sr. Dr. Juiz da Primeira Vara, e devolveu o processo ao Tribunal do Trabalho, [...].[122]

A negativa de um acordo formal entre as partes colocava em funcionamento toda uma máquina burocrática que era demasiadamente lenta e, dada a urgência e necessidades prementes dos trabalhadores, tornava-se algo angustiante.[123]

Mesmo sabedores que os índices de reajustamento salarial não cobriam a inflação do período, os próprios empregados, se antecipando às negativas do setor patronal, reivindicavam valores menores do que aqueles que recomporiam seu poder de compra. É o caso do sr. Vicente Quinonero, filiado ao Sindicato de Bebidas, que propôs, em uma assembléia da categoria em outubro de 1959, o índice de 80% que acreditava ser o mínimo necessário visto a *carestia espantosa e que está levando a fome e o desespero nos lares dos trabalhadores que vivem de*

---

[121] CIONE, op. cit., v. 4, p. 243, nota 1.
[122] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos oficiais arceneiros e trabalhadores nas indústrias de móveis de madeira, junco e vime e de vassouras. Ata. Ribeirão Preto, 27 nov. 1953, p. 23.
[123] Ibidem, p. 22.

salário. Ao final, quando da votação, a proposta vencedora por unanimidade foi de 50%.[124]

Esses procedimentos burocráticos impediam que as propostas ofertadas pela categoria fossem, no mínimo, razoáveis. Ou seja, os sindicalistas, sabendo que suas propostas poderiam ser recusadas, solicitavam índices de reajustes que, mesmo prejudiciais aos trabalhadores, teriam condições de ser imediatamente aceitos. Os empresários contavam com isso, pois sabiam que uma demora no atendimento aos trabalhadores desgastaria a imagem da própria direção sindical. Isso era facilmente percebido pelos trabalhadores:

> [...] todos manifestaram solidariedade a Diretoria do Sindicato e condenaram a atitude do Tribunal Regional do Trabalho, em se mostrar negligente com o processo de Dissídio Coletivo dando margem a que os operários não pudessem confiar nos processos a eles submetidos, por suas delongas, toda vez que os suscitantes se apresentam pacificamente para pleitear seus direitos, o que já não acontece quando se trata de operários grevistas, em que os julgamentos são imediatos.[125]

Os líderes sindicais ribeirãopretanos, sem um referencial ideológico adequado que permitisse perceber claramente as contradições da sociedade capitalista e as instituições existentes como extensão do domínio do empresariado, a estrita preocupação com a luta corporativa para a solução de seus problemas imediatos, a aceitação dos limites estabelecidos pela legislação sindical e uma postura anticomunista não possibilitavam que tivessem ganhos econômicos e políticos para suas categorias. Esses fatores combinados à perseguição política evidenciada àqueles que tinham uma postura de classe melhor definida e a possibilidade de ascensão social, se se mantivesse dentro das conduta esperadas pelo empresariado, fizeram dos líderes sindicais ribeirãopretanos meros interlocutores de uma classe desfibrada, já que aqueles que deveriam agir com maior rigor na defesa dos interesses da classe eram os primeiros a propor moderação.

---

[124] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos trabalhadores na indústria de cerveja e bebidas em geral. Ata. Ribeirão Preto, 29 out. 1959, p. 9-10.
[125] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos oficiais [...], op. cit., p. 22, nota 122.

O Sindicalismo ribeirãopretano nos anos 1960

No início da década de 1960, os resultados da política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, aliados aos problemas enfrentados por parte de alguns proprietários rurais e a já histórica pobreza dos trabalhadores do campo exigiam mudanças imediatas na política nacional. Houve a agudização das condições sociais, em que a massa de trabalhadores rurais ou foi expulsa pelos proprietários ou se dirigia às cidades buscando melhores condições de vida. Nesse momento não se davam as condições propícias para a classe dominante, como antes aconteceu, resolver a contento a problemática da pobreza. A preocupação não é ainda a pobreza em si, mas o que ela possa vir a provocar. Compartilhava, naquele momento, a elite dominante brasileira com as formulações difundidas na ESG, segundo a qual estagnações econômicas inviabilizavam a organização social e a continuidade de um processo político tranqüilo e duradouro. Estava sendo colocada em questão a garantia da sobrevivência da nação. Essa percepção estava sintetizada no binômio Segurança e Desenvolvimento e fazia parte dos Objetivos Nacionais defendidos pela ESG.[126] Mesmo se expressando em termos herméticos, por não estarem muito bem claro, os Objetivos Nacionais, que exaltam a questão da segurança ficaram muito inteligíveis, adequados e operacionais, quando definiram o inimigo: o comunismo. *Sua indefinição é que faz a sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível.*[127]

Em 1959, já estavam muito bem definidos para uma parcela da classe dominante os limites do desenvolvimento proposto por Juscelino Kubitschek. O radicalismo de direita já era muito bem perceptível no boletim Ação Democrática[128]

[126] BRASIL. Escola Superior de Guerra. op. cit., p. 27, nota 92.
[127] COMBLIN, op. cit., p. 55, nota 94.
[128] O Boletim Ação Democrática, pertencente ao IBAD, era mensal e começou a ser publicado em junho de 1959 no Rio de Janeiro, tendo como responsável Ivan Hasslocher e apresentava tiragens cada vez maiores. No mês de junho de 1959 foram 25 mil exemplares; no de junho de 1960, 65 mil; no de junho de 1961, 130 mil; no de julho de 1962, 180 mil e no de junho de 1963, 255 mil exemplares. Era possível receber tais boletins através de assinatura ou gratuitamente. O anticomunismo era o principal alvo desse periódico. Também fazia campanha contra as grandes empresas nacionais ou estrangeiras que realizavam propagandas comerciais em jornais que o IBAD consideravam apoiadores do comunismo. Os boletins

quando da análise por nós realizada do número 5 (outubro de 1959) ao 52 (setembro de 1963). Atacava todos intelectuais, políticos ou pessoas entendidas por comunistas. A exaltação da empresa privada para o desenvolvimento nacional e os efeitos danosos da intervenção estatal eram temas recorrentes, assim como inúmeras matérias que visavam instrumentalizar discursivamente os seus leitores na defesa da "democracia". Também preocupava-se em realizar algum tipo de trabalho social-assistencialista visando diminuir o grau de descontentamentos que pudessem vir a ser instrumentalizado pelos comunistas. A Ação Democrática se transformou numa das principais publicações do IBAD[129] (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) por atingir um grande número de pessoas e por utilizar uma linguagem simples e de fácil entendimento. Agia o IBAD em consonância com o IPES[130] (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) criado na mesma época.

---

traziam o nome das empresas com o objetivo de jogá-las contra a opinião pública. Outra campanha promovida pela Ação Democrática era a radiodifusão semanal de um programa chamado *A Semana em Revista*. Em janeiro de 1959 eram apenas duas emissoras que transmitiam esse informativo, que seria a interpretação e comentários de fatos que ocorreram naquela semana. Em dezembro de 1959 haviam apenas duas emissoras, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, que efetuavam essas transmissões. Em 1963, eram 82 emissoras transmitindo essa programação em praticamente todos os Estados da Federação.

[129] Segundo Eloy Dutra, deputado federal e vice-governador da Guanabara, o IBAD, fundado em 1959 teve por objetivo constituir uma organização a serviço de interesses antidemocráticos, antipopulares e antinacionais internos e externos e com o objetivo de colocar nos principais postos de comando do país os elementos mais reacionários. Dentro dessa organização política, o anticomunismo se transformou numa das suas principais bandeiras de luta. Os integrantes do IBAD estavam ligados aos interesses do capitalismo internacional que visavam a sujeição total do Brasil tanto na esfera política quanto econômica. Entre as estruturas desenvolvidas pelo IBAD e que davam organicidade e maior poder de intervenção estavam a ADEP (Ação Democrática Popular), responsável diretamente pelo aspecto político-eleitoral, financiando campanhas dos candidatos que tivessem o perfil político-ideológico adequado. Suas ações não se restringiram ao campo político-partidário, mas na ingerência nas questões sindicais a partir do MSD (Movimento Sindical Democrático), em São Paulo e a REDETRAL (Resistência Democrática dos Trabalhadores livres), no Rio. Entre os estudantes apoiava o MED (Movimento Estudantil Democrático), apoiando eleições para Centros Acadêmicos e outras atividades nesse setor. cf. DUTRA, Eloy. *IBAD*: sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 5-13.

[130] Segundo Dreifuss, o IPES era formado Paulo Ayres Filho, Gilbert Huber Jr.,o empresário multinacional Antônio Gallotti, os tecno-empresários Glycon de Paiva e José Garrido Torres e o empresário José Garrido Torres e o empresário Augusto Trajano Azevedo Antunes. O general Golbery do Couto e Silva e o general Heitor Herrera também faziam parte do núcleo decisório do Instituto. Partindo do Rio de janeiro e São Paulo, o IPES estendeu em rede pelo território nacional estabelecendo e coordenando ações. Fundamentalmente, defendia o IPES as relações econômicas multinacionais e associadas, o posicionamento anticomunista e a necessidade de reformular o Estado. Oficialmente o IPES surgiu em 29 de novembro de 1961, quando foi divulgada sua existência pela imprensa, chegando a rapidamente a ter representação em Porto Alegre, Santos, Belos Horizonte, Curitiba e outras localidades. O IPES não expunha suas ações eis que coordenava campanhas de ordem política, ideológica e militar. O IPES, na acepção de seus fundadores, deveria agir com grande discrição e as ações que necessitassem de uma ação que envolvesse algum risco deveriam ser encaminhadas pelo IBAD. cf. DREIFUSS, op. cit., p. 162-165, nota 19.

Se em 1959 tivemos ações nacionais de cunho conservador, em Ribeirão Preto esse ano se destacará pelo menos numa ação que congregou as principais empresas locais e algumas representadas pelas cidades de Sertãozinho, Pontal, Orlândia, São Joaquim da Barra. Compreendeu o curso um ciclo de palestras que se realizaram nos dias 14, 21, 28 de novembro e 5 de dezembro sob os auspícios da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e da Propaga.[131] A proposta do Curso era a discussão da *evolução racional do trabalho* e contava com um número já elevado de inscritos. [132]

A chamada publicitária publicada no *Diário da Manhã* mencionava a importância do ciclo de palestras que seriam ministradas por José Roberto Whitaker Penteado[133], ao mesmo tempo em que mencionava a sua qualificação profissional que, entre outras, era a de diretor do Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, gerente da Standard Propaganda S.A. em São Paulo (1944-45), diretor do Departamento de Rádio e contato de relações públicas da J. Walter Thompson Co. no Rio de Janeiro (1946-54) e diretor executivo para o Brasil da Conferência Interamericana de Investimentos de New Orleans.[134]

A Conferência em Ribeirão Preto visava atualizar as condutas dos empresários e adequarem-nas aos conhecimentos adquiridos durante os últimos anos precedentes.

Na década de 1950, para se implementar os projetos governamentais consubstanciados nos Planos estabelecidos por economistas norte-americanos e brasileiros pela Comissão Mista Brasil–Estados Unidos, necessitava-se da contribuição de um grande número de técnicos para se conseguir maior racionalidade no planejamento estatal. Buscou-se na área privada ou entre aqueles

---

[131] A empresa Publicidade Propaga Limitada desenvolvia trabalhos nas áreas de promoção de vendas, relações públicas, propaganda e pesquisas de mercado. *In: Ribeirão Preto.* Serviço Telefônico Municipal. Lista classificada de 1959 p.88. Era de propriedade de Sérgio Rubens Sant'Anna e de Armando Lúcio Sant'Anna, e surgiu em 1958, e representava a agência as principais empresas existentes na cidade. Depoimento de Sérgio Rubens Sant'Anna ao autor, 2002.

[132] Curso de Administração de Emprêsas conta número elevado de inscrições. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto. 07 nov. 1959, p. 8.

[133] Membro do Conselho Orientador Nacional do IPES/SP. In: DREIFUSS, op. cit., p. 554, nota 19. Também proferiu palestras na Escola do Estado Maior das Forças Armadas. Coroou-se do mais absoluto êxito a iniciativa da Propaga Limitada. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 15 nov. 1959, p. 12.

[134] DIRETORES presidentes, Superintendentes, gerentes, diretores de venda, vendedores, promotores de venda, balconistas, vendedores. Isto interessa a você. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 8 nov. 1959. p. 7.

que já faziam parte do corpo burocrático do Estado, não raro pertencendo a ambos, os melhores elementos que pudessem contribuir com seu trabalho na implementação dos programas ou previamente estabelecidos por outros fóruns decisórios ou por eles mesmos elaborados. O que se valorizava nesses profissionais era a maneira altamente pragmática e tecnificada com que tratavam os diversos temas que envolviam o desenvolvimento e segurança do país.

A questão social para esses técnicos não era relevante, pois suas atenções estavam mais voltadas para a eficiência e o lucro. Consolidou-se, assim, um novo tipo de entendimento de organização empresarial, que se posicionava num campo indistinto em que a visão técno-racional rivalizava com aqueles que primavam em entender a administração tanto privada quanto governamental no seu aspecto eminentemente político.

Esses conhecimentos e experiências, que tiveram origem nos países capitalistas centrais, visam criar uma consonância entre organizações governamentais e privadas. A maioria desses técnicos já era ligada a empresas oligopólicas na década de 1950 e se especializou em consultorias, tanto para empresas estatais como para privadas por isso esses profissionais são conhecidos como técno-empresários. Dentre os centros formadores desses técnicos estava o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas.[135]

Foi com a intenção de mostrar que havia a necessidade de se buscar maior eficiência nas empresas que se realizaram as conferências na cidade de Ribeirão Preto em novembro e dezembro de 1959. Aliás, dias antes do início do ciclo de palestras, uma caravana ribeirãopretana, chefiada pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, sr. Antonio Agnello Serra, e composta de engenheiros, jornalistas e funcionários públicos municipais, foi enviada para as cidades de São Paulo e Santo André, em atendimento ao convite das empresas Coral

[135] DREIFUSS, op. cit., p. 75-77, nota 19.

e Brasilit.[136] O que chamou a atenção dos participantes foi a organização e a cordialidade como foram recebidos pelos diretores daquelas indústrias.[137]

A caravana a essas grandes indústrias foi criteriosamente dedicada aos grupo de formação de opinião, os jornalistas, e aos técnicos que organizavam a produção, os engenheiros. O resultado objetivado pelos organizadores de toda essa campanha em prol da racionalidade do trabalho e da mudança de perspectiva gerencial ficou explícito em artigo escrito por um dos participantes da caravana:

> [...]. A Brasilit e a Coral Tintas são indústrias novas e, justamente por isso nosso orgulho é maior. Sentimos que ao estrangeiro e de um modo muito especial aos brasileiros, temos o que mostrar; também organização, mantida sob administração eficiente e dinâmica, que se orienta nos conselhos técnicos de engenheiros competentes e estudiosos.[138]

Concomitantemente, palestras sob a responsabilidade do sr. José Roberto Whitaker Penteado foram direcionadas ao empresariado, embora delas participassem também, em menor número, profissionais liberais e formadores de opinião. No dia 13 de novembro de 1959, era publicado o rol de empresas e pessoas que participariam daquele evento:

> CIA. COMÉRCIO IND. ANTONIO DIEDERICHSEN – Manoel Pena, João Marzola, Nicanor Ferreira Vianna, Ernesto Tonzar, Jovert Rolandi, Waldomiro Diniz, João Augusto Soares, Angelo Pedreschi, Henrique Pierotti, Luiz Ferrero, João Batista Cruz, Orlando Grespan, Esmeraldino Silveira, Valdemar Massey, José Soeira, dr. Virgílio Malta Gomide. COOPERATIVA DOS USINEIROS: Sr. Jamil Seme Cury, José Favaro Júnior, Rivaldo Marchesi, Orestes Biagi, Alexandre Balbo, Roberto Kennedley, Nelito Pieroni, Umberto Simioni, dr. Aquiles Scatena Simioni, Baudílio Biagi, Maurílio Biagi. BANCO MOREIRA SALES S.A.: Celidônio Biagini. COMÉRCIO. MAN. TECIDOS J. SILVA S.A.: Sérgio Luiz Silva, Geraldo Silva, Júlio Silva, Nilo Garcia, Mário Lucheta. CASA CARLOS GOMES: Fauzi Trad. CERÂMICA SÃO LUIZ: Jeremias Spanó, José Carlos Barillari e Bernardino da Silva. BANCO MARCHESI S.A.: Elpídio Marchesi, dr. Eurico Baldini e Wagner Marchesi. FAZENDA ÁGUA BRANCA: Sócrates Biagi Bighetti. USINA DE LACTICÍNIOS RIO PARDO: Rui Zamboni de Faria e Aluísio Paula Borges. ADVOGADO: dr. José Newton Ferreira da Rosa. A CIDADE: Orestes Lopes de Camargo. REFRESCOS IPIRANGA LTDA: Renato Nunez Maia e Armando Evangelista. DIVERSÕES TRIÂNGULO MINEIRO S.A.: Rui de Castro Santos. LOJAS BRASILEIRAS: Hans Gunsdeiger. O DIÁRIO: José Romano. DIÁRIO DE NOTÍCIAS:

---

[136] CARAVANA de engenheiros visita São Paulo. Nas fábricas da Brasilit e da Coral em Utinga. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 05 nov. 1959. p. 2.

[137] ENGENHEIROS e jornalistas visitaram Brasilit e Coral Tintas em São Paulo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 08 nov. 1959. p. 12.

[138] CHUMBO miúdo. Cresce o Brasil com a Indústria! *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 nov. 1959. p. 3.

> Padre Celso I. de Sylos. PRA-7: Rubens da Silva Bueno. SESI: Jorge Abreu Isique. VIAÇÃO COMETA S.A.: Edú Silva. GUARDA CIVIL: Comandante José Ruiz. FACULDADE DE ODONTOLOGIA E FARMÁCIA: Guaycurus Rangel. LIVRARIA CATÓLICA: José Gonçalves Filho e Hélio Veccin. TIPOGRAFIA BARILLARI: Walter Barillari. AUTOMÓVEIS LAGUNA S.A.: Paschoal Ciochi, Walter Ciocchi. MARCHESI S.A.: Santo Marchesi, Osvaldo Fraguas. CARVALHO & CIA: José Eugênio Miranda de Carvalho. MANEQUIM MODAS: Antônio Costa Ponto Machado. SILA, COSTA & CIA. LTDA.: Geraldo Costa. MODAS ALZIRA: Antonio Soares de Oliveira. COMPANHIA CERVEJARIA PAULISTA: Jácomo Rossi, João Pagano, dr. Carlos Alberto Meira, Geraldo Rossi e Giordano Paulin. BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS: José Monteiro, Castro Arouca. FÁBRICA DE BALAS SÃO JOSÉ: Waldomiro Silva. A CAPRICHOSINHA: Domingos Serraceni. TRANSPORTADORA BEVILACQUA: Álvaro Bevilacqua. TRANSPORTADORA IPIRANGA: Trason Rodrigues. ZYR-79: Ney Mattar. PRA-7: Fuad Cassis. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA: Irmã Margarida, dr. Marcelo Leite. MÉDICO: dr. Manoel Garcia. EDITORA DIÁRIO DA MANHÃ: Antônio Machado Sant'Anna, Luiz Rocha e Antônio Carlos Sant'Anna. LOJAS UBIDA: José Bruno Chierocato. A MODELAR: Francisco Rubens Calil, Sérgio Calil, Emílio Urbano e Walter.[139]

O teor das aulas ministradas pelo sr. José Roberto Whitaker Penteado, anunciado nos jornais, versava sobre as relações humanas no trabalho, assim como a participação, os incentivos, ajustamentos e a moral envolvidos em todo esse processo produtivo. Também foram apresentados conceitos e doutrinas a respeito da existência e formação de lideranças, assim como o aperfeiçoamento das relações pessoais na empresa objetivando maior envolvimento, satisfação e produtividade nas atividades desenvolvidas:[140]

> [...]. Uma filosofia e melhor entendimento entre os homens; estudo psicológico de reações de quem dirige sobre o que é dirigido e por isso mesmo devendo ser melhor orientado, uma compreensão mais elevada dos deveres e direitos sem necessidade de ferir susceptibilidades, tão comuns nos que estão em situação inferiorizada, embora deles dependamos para que a obra seja coroada de êxito; um minuto de atenção dado ao empregado resultará melhor que todas as ordens [...]. O prof. José Roberto Whitaker Penteado conversa com o auditório. [...]. Reside aí o grande mérito do professor da Escola de Aeronáutica, do estudioso dos problemas sociais e que está procurando, de maneira fácil e cônscia humanizar as relações entre o capital e o trabalho, como irmãos diretos e não forças antagônicas.[141]

---

[139] CERCA de uma centena de inscrições. Curso de Administração de empresas. A primeira aula amanhã, às 15 horas, no salão nobre da Ass. Comercial e Industrial. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 nov. 1959. p. 6.

[140] Diretores presidentes, superintendentes, [...], op. cit., p. 7, nota 134.

[141] HUMANIZANDO as relações e as condições de trabalho. Antônio Machado Sant'Anna. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 nov. 1959, p. 1.

Essa mentalidade que o conferencista tentou incutir nos participantes da palestra ocorrida na Associação Comercial e Industrial-RP já era há muito tempo difundida nas publicações de alcance mundial como *Seleções do Reader's Digest* . Esse periódico, edição de julho de 1950, relatou experiências realizadas entre empresários e empregados norte-americanos que ultrapassaram o mero formalismo contratual a que estavam submetidas as partes no campo da relação capital-trabalho. Essa relação restrita que estabelecia o *quantum* que deveria receber o trabalhador e o tempo de trabalho, segundo esse relato, foi alterada.

Quando introduziu-se a participação dos empregados nos resultados econômicos obtidos pelas empresas, toda a cadeia de relações foi obrigada a ser alterada para viabilizar o acordo entre as partes. Os próprios operários, percebendo que a racionalização do trabalho lhe trazia maiores ganhos, sugeriram as modificações necessárias, da mesma forma que o empresário propôs alterações que visavam aumentar a produtividade. Assim termina esse artigo:

> A sua aplicabilidade pressupõe duas condições: a existência de uma administração inteligente no sindicato trabalhista, e a existência, na administração da emprêsa, de homens interessados no plano e capazes de ouvir imparcialmente quaisquer críticas dirigidas à sua atuação administrativa. [...]. Existe, pois, um novo campo fértil nas relações entre capital e o trabalho – o campo do interesse mútuo.[142]

"Administração inteligente no sindicato trabalhista", no entendimento das classes empresariais, representava ter nos postos de mando dos sindicatos dos trabalhadores pessoas cujos diálogo e o não-radicalismo fossem as normas de conduta. Pessoas que não abraçassem a teoria marxista como metodologia explicativa e de entendimento da conformação social mas, mais que isso, que pudessem ser efetivamente colaboradores da causa capitalista.

A proposta de mudança de mentalidade no gerenciamento empresarial e o relacionamento entre patrão e empregado estavam sendo difundidos pelos países de economia capitalista avançada e que tinham alcançado um alto grau de sofisticação

---

[142] DAVENPORT, Russel W. Não somente operários: colaboradores. *Seleções do Reader's Digest*. Havana, t. 13, nº 102, p. 106, jul 1950.

tecnológica e grande produtividade. Dentre esses países, os Estados Unidos se destacavam porque, sendo o líder do bloco ocidental da Guerra Fria, aliava esses quesitos à causa anticomunista.

Nesse sentido, um dos veículos de maior divulgação dessa proposta foi a revista *Seleções do Reader's Digest*, de grande tiragem no Brasil. Esse periódico desde há muito enfatizava a necessidade de se mudar as relações pessoais entre os proprietários dos meios de produção e o proletariado, assegurando que:

> A satisfação do pessoal não é devida, nem a vistosas gratificações, nem a quallquer complicado sistema de pensões. Os salários não diferem de qualquer fábrica semelhante de Milwaukee. Mas os operários gostam do contacto familiar de Harold S. Falk, que é um "presidente em mangas de camisa", e de seu filho, o alegre e entusiástico Dick.[143]

O diferencial de uma empresa, que realizava suas atividade dentro de um alto grau de harmonia, estaria, segundo as concepções defendidas pelos ideólogos do capitalismo avançado, nas relações cordiais que se estabeleciam nas fábricas. Quando um empregado adoecia, por mais simples que fosse sua função na empresa, recebia a visita dos seus superiores e também da própria diretoria. Cordialidade e proximidade física, disposição em ouvir os reclamos dos empregados, tratamento familiar por parte dos altos dirigentes da empresa a todos os envolvidos na cadeia produtiva resultavam em total apaziguamento social:

> Não existe União operária ou sindicato na fábrica Falk, embora há 6 anos se tivesse ordenado uma eleição, para determinar a preferência dos operários por um agente contratador. A eleição nunca teve lugar, e tanto o Congresso de Organisação Industrial (CIO) como a Federação Americana de Trabalhadores (A.F.L.) retiraram as suas propostas, ao compenetrar-se de que os operários da Falk eram mais felizes sem representação de nenhuma das organizações trabalhistas.[144]

Essa filosofia empresarial que, na década de 1940, privilegiava a harmonia baseada somente nas relações inter-classistas evoluiu nos Estados Unidos e em

---

[143] STEMBUCK, Jack. Cincoenta anos sem uma só greve. *Seleções do Reader's Digest*. Havana, t. 5, nº 25, p. 76, fev. 1944.
[144] Ibidem, p. 78.

outros países capitalistas de economia avançada, dando uma nova abordagem ao tema. Agora a empresa se relacionaria com os empregados não mais somente em termos de família, mas como sócios. O aumento de produtividade, com o uso de novas e modernas tecnologias, e a contribuição dos operários, sugerindo a melhor maneira de se organizar a produção, resultariam em maiores ganhos salariais.[145]

A novo enfoque considerava o operário como colaborador e sócio para suplantar o capitalismo concentracionista do passado, *reacionário*, dentro da nova mentalidade empresarial:

> [...], produziu-se nova espécie de capitalismo em que "os empregados são participantes e não inimigos da emprêsa". A orientação do trabalhismo organizado tem sido a de corrigir os defeitos da livre iniciativa e não destruí-la.
>
> Dentro dêsse regime, "o capitalismo se tem tornado cada vez menos um privilégio e o número dos que participam dos seus benefícios se tem expandido". O conflito entre produtor e consumidor é reduzido porque se reconhece que operário e consumidor são um só.[146]

Toda essas novas diretivas do capitalismo internacional tiveram forte impacto na organização sindical de Ribeirão Preto já que o empresariado local utilizou esses aprendizados e, com algumas adaptações, tentou adequá-lo à realidade local.

À repressão política, rotineiramente exercida pelos aparatos policiais estatais sobre aqueles que tinham ideologia comunista ou nacionalista, aliou-se outra, de caráter defensivo, que visava anular qualquer influência esquerdizante no movimento sindical por meio da formação de líderes sindicais que tivessem na colaboração de classes a sua diretiva principal.

Os sindicatos dos trabalhadores urbanos ribeirãopretanos se caracterizaram por uma grande passividade nas suas lutas causadas pelo uso ostensivo do binômio pressão-cooptação sobre os líderes sindicais, pela repressão aos setores que eram reticentes à aceitação do projeto de harmonia entre as classes e por causa da extenso controle da sociedade pela difusão, através do uso competente da mídia local, de

---

[145] ARMSTRONG, O. K. Sócios na Produtividade. *Seleções do Reader's Digest*. Rio de Janeiro, t. 26, n. 153, p. 141-146, out. 1954.

[146] LIFE. Um conceito novo de capitalismo. *Seleções do Reader's Digest*. Rio de Janeiro, t. 30, n. 177, p. 190, out. 1956.

uma ideologia que fazia crer serem classes dominantes o motor do desenvolvimento econômico e social, sobretudo através da sua filantropia.

Antes mesmo da vinda do sr. José Roberto Whitaker Penteado, em 1959, para explanar as vantagens para as empresas do bom entendimento entre empresários e trabalhadores, a Cia. Cervejaria Antártica Paulista, de Ribeirão Preto, liberava seu funcionário José Velloni[147], membro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerveja e Bebidas em geral, dessa cidade, para realizar entre os dias 22 de setembro a 23 de dezembro de 1958 curso nos Estados Unidos sobre Relações Trabalhistas, através do convênio do Ponto IV.

O Ponto IV

O Ponto IV, item que fez parte do discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, dia de sua posse, na época denominado *Quarto Ponto*, propunha ações que garantissem bases seguras para a expansão capitalista norte-americana que, na época, dispunha de grande volume de recursos financeiros e que desejava investir em outros países. Trumam enfatizou que caberia à empresa privada a responsabilidade pela sua própria expansão e que o governo norte-americano não forneceria recursos à nenhuma nação, via empréstimos, para o incremento industrial, visto haver capitais privados em nível satisfatório à disposição. O governo norte-americano somente ofereceria capitais ao governo de outro país para subsidiar as ações do capital privado. O bom uso desses

[147] O sr. José Velloni funcionário da Cia. Cervejaria Antarctica Paulista, empresa sediada em Ribeirão Preto, teve o seu nome cotado para realizar essa viagem de estudos nos Estados Unidos dois anos antes, em 1956, quando participava em São Paulo de reunião de dirigentes sindicais. Segundo Velloni, o curso proporcionou uma melhoria ascensional na empresa, além de receber convite para trabalhar no SESI. Nos Estados Unidos, o curso se dividia em duas partes: a primeira consistia de estudos em salas-de-aula e a segunda de visitas às indústrias locais. Segundo José Velloni, seu irmão, Antônio Velloni, do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ribeirão Preto, também realizou esse curso. Depoimento de José Velloni ao autor, 2002. Na época, Velloni era vereador pela legenda PTB e solicitou, nessa condição, através do requerimento nº 922, que fossem pagos os subsídios relativos ao período em que esteve nos Estados Unidos. In: RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. *Relatório da presidência*: exercício 1958. Ribeirão Preto, 1958, p.8. mimeografado. O sr Velloni assumiu a vereança na legislatura 1948-51 na qual era suplente; vereador nos anos 1952-55, 1956-59, 1960-63, 1964-69, 1969-73, 1973-77 e 1977-83.

recursos na construção de uma boa infra-estrutura, para Truman, seria primordial para atrair novos investimentos privados, nacionais ou não.

Em se aceitando o ingresso desses capitais, os Estados Unidos estabeleceriam projetos de maior cooperação em termos de assistência técnica, em vários níveis, além fazer concessão, via rebaixamento de tarifas, à entrada de mercadorias oriundas dos países que aderissem ao Programa. Truman defendia a necessidade de se efetivar um acordo de longo alcance e que permeasse muitas áreas, *integral*, como fator necessário para se alcançar o sucesso. Uma das maneiras de diminuir a desconfiança dos países envolvidos nesse Programa seria mostrar que a cultura norte-americana produziu um alto nível de vida aliado à manutenção das liberdades individuais, embora a crítica que esses países faziam sobre a cultura norte-americana nas questões ligadas a certo tipo de alienação e desagregação social do tipo tradicional, fosem pertinente, já que evidenciada durante o processo de evolução dessa sociedade.

A aplicação de todo um conjunto de ações do Ponto VI visava trazer da órbita soviética alguns países e fortalecer o bloco ocidental.[148]

Em realidade, o Ponto IV desejava criar bases seguras no plano ideológico e infra-estrutural nos países em que implementaria ou ampliaria a participação norte-americana por meio de suas indústrias e de outras atividades econômicas. Nesse sentido, a doutrina de Segurança Nacional brasileira apresentava um poderoso instrumento, tanto ideológico como militar, que respaldava as propostas de Truman. Da mesma maneira, os *tecno-empresários* multinacionais ou associados brasileiros, defensores de métodos racionalizantes do trabalho, estava imbuídos em estreitarem ao máximo a ajuda técnica oferecida pelos Estados Unidos.[149] Nesse sentido, para viabilizar a aplicação do receituário do capitalismo avançado, o complexo IPES/IBAD contava com um aparato sindical constituído pelo MSD (Movimento Sindical Democrático). Liderado por Antonio Pereira Magaldi, o MSD, de orientação anticomunista, foi constituído em fins de julho de 1961 e toda a sua

---

[148] PERKINS, Milo. Em que consistiria o auxílio norte-americano. *Seleções do Reader's Digest*. Havana, Abril, t. 17, n. 99, p. 74-78, abr. 1950.
[149] DREIFUSS, op. cit., p. 110, nota 19.

estrutura e ações estavam em consonância com o projeto modernizante-conservador dos empresários associados e, por isso, lançou-se numa intensa campanha anti-Goulart durante o período em que ele esteve na presidência. O MSD tinha grande apoio da mídia conservadora e freqüentemente organizava conferências para sindicatos e Cursos de Orientação Sindical, além da distribuição de panfletos e outras publicações que preparavam ideologicamente os ativistas sindicais.

O lastro político internacional do MSD vinha da ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), fundada por Serafino Romualdi em 1951. A ORIT defendia a luta anticomunista e a defesa do sindicalismo livre nos moldes da americana AFL-CIO (American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations), que financiava as suas operações, além de servir de base de operações da CIA (Central Intelligence Agency) na área sindical.[150]

O complexo IPES-IBAD entabulou acordos com a AIFLD (American Institute for Free Labor Development) que era lastreada política e materialmente por empresários americanos e agências governamentais como a CIA. Serafino Romualdi, presidente da ORIT, foi seu diretor-executivo e contava com milhões de dólares para agir em todos os países da América Latina. As ações da AIFLD consistiam basicamente em:

> Primeiramente "dividir as classes trabalhadoras na tentativa de se criar uma aristocracia trabalhista privilegiada e sindicalizada, que defenderia ganhos materiais contra pessoas desempregadas e trabalhadores não-sindicalizados. Em segundo lugar, fazer oposição à militância operária, por meio da luta contra trabalhadores militantes", evitar a infiltração comunista e, onde ela já existe, livrar-se dela". E finalmente negar a luta de classes, obtendo um "consenso" entre empresário e trabalhador baseado na implementação de maior produtividade. O AIFLD era também eminentemente apropriado para servir como uma sutil rede de coleta de informações devido à sua posição dentro dos movimentos trabalhistas na América Latina.[151]

No Brasil, as ações da AIFLD eram conduzidas pelo ICT (Instituto Cultural do Trabalho), com sede em São Paulo e criado pelo IPES. A maior parte dos recursos financeiros do ICT provinha de sua congênere norte-americana e

[150] DREIFUSS, op. cit, p. 312-313, nota 19.
[151] Ibidem, p. 317.

objetivava, por meio do uso de diversas técnicas, como conferências e cursos promover, a luta anticomunista. Esse Instituto era muito metódico com relação aos encaminhamentos e programação realizados. Fazia um escalonamento e uma hierarquização nos líderes sindicais. Iniciava oferecendo cursos regionais que variavam de uma semana a um mês. Desse encontro, selecionava os mais destacados para ministrarem em São Paulo, durante três meses e com oito horas diárias, tema relativos à liderança sindical. Novamente, aqueles que se sobressaíam nas aulas seriam designados para fazer em uma viagem aos Estados Unidos onde, através da AIFLD, fariam curso em tempo integral. De volta ao Brasil eram pagos por nove meses para se dedicarem às ações políticas. Esses ex-alunos da AIFLD foram responsáveis pela derrubada do presidente João Goulart.[152]

A aplicação do Ponto IV em Ribeirão Preto

A Cia. Antártica Paulista foi *moderna* no sentido de se antecipar ao que aconteceu praticamente em todos os sindicatos de trabalhadores ribeirãopretanos. Seus líderes foram cooptados pela classe empresarial mediante esses cursos que os faziam perder o referencial classista. Sem radicalismos internos, pelo menos da parte da liderança sindical-trabalhadora, o controle dos empresários na área urbana se deu de forma relativamente tranqüila. Os cursos visavam qualificá-los teórica e pragmaticamente para os possíveis embates políticos e ideológicos que pudessem vir a ter com a ala esquerdista do sindicalismo. Para o empresariado local, era uma maneira de participar ativamente de todo um processo de manutenção do seu *status quo* desviando para a classe trabalhadora e restrita a ela algum embate político que pudesse haver. No caso de uma reivindicação mais radical da classe trabalhadora que extrapolasse os marcos corporativistas, teria em seus líderes de classe seus próprios opositores.

[152] DREIFUSS, op. cit., p. 317-318, nota 19.

O sr. José Delibo[153], também do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerveja e Bebidas em geral, teve a oportunidade de realizar esse curso nos E.U.A possivelmente entre o final de 1961 e início de 1962.[154] Em 1961, o semanário *A Palavra*, de tendências nacionalistas, anunciava a ida de Delibo aos Estados Unidos:

> **Delibo (bebidas) irá aos EE.UU. receber lições dos donos do Sindicatos ianques**
> Depois da crise que surgiu no Sindicato de bebidas local (o "caso" da Cervejaria Paulista) quando inúmeros trabalhadores se revoltaram contra a orientação do Sr. DELIBO frente àquele grupo sindical, chega a notícia da partida dêste senhor para os EE.UU., onde irá freqüentar um curso de orientação trabalhista, sustentado pelos famosos acôrdos interamericanos baseados no Ponto IV... Os trabalhadores em "INDÚSTRIA DE CERVEJA E BEBIDAS" estão ansiosos pelas reformas que serão feitas na mentalidade do seu dirigente sindical, temendo que o mesmo volte "entreguista", depois do competente condicionamento psíquico executado pelos especialistas do Ponto IV. Não, porém, um "entreguista" sem máscaras, o que afugentaria os trabalhadores, mas um "entreguista" maneiroso, bem treinado, com aparências até de patriota, e agindo, sempre, de acordo com os interesses ocultos dos que desejam uma Classe Operária despolitizada, amorfa, abúlica, sem tomadas de posições de vanguarda a serviço da emancipação cultural e política do Brasil.[155]

O incidente na Cervejaria Paulista, a que se referiu o semanário *A Palavra*, envolvendo o presidente do Sindicato das Bebidas local, José Delibo, ao que tudo indica, foi motivado por questões meramente formais e de encaminhamento de seu Sindicato. Em Assembléia da categoria ocorrida no dia 23 de dezembro de 1960, José Delibo, depois de constatar que algumas empresas locais não estavam concedendo o mesmo percentual de reajuste que empresas similares haviam repassado aos seus trabalhadores em outras cidades, disse que:

---

[153] Ingressou na Cia. Cervejaria Antártica paulista aos 14 anos de idade, lá trabalhando por 35 anos. Foi presidente da Sociedade Amiga dos Pobres e quem iniciou a construção da sede do sindicato, situado na Av. Fábio Barreto, 62. Mantinha ótimo relacionamento com Walter Bellian diretor da Cia. em São Paulo. Não gostava de conflitos; ajudava os menos favorecidos, fazendo caridade e foi um dos fundadores do Hospital São Vicente de Paula. Depoimento de Maria Zoratti Delibo ao autor, 2002. Vereador entre 1948-51; suplente que assumiu o cargo entre 1952-55; suplente que assumiu o cargo entre 1956-59 e em 1960-63; vereador em 1964-68, 1969-73, 1973-77 e 1977-83. Segundo as atas que tivemos acesso (1958-1970), o sr. José Delibo ficou na presidência do Sindicato ininterruptamente. Supomos que em anos anteriores e posteriores ao citado, o sr. Delibo também tenha exercido a presidência.

[154] Depoimento de Maria Zoratti Delibo ao autor, 2002.

[155] DELIBO (bebidas) irá aos EE.UU., receber lições dos donos dos Sindicatos ianques. *A Palavra*. Ribeirão Preto. 06 mar. 1961, p. 10.

> A diretoria do Sindicato, diante desta situação e contra a sua vontade, mas cumprindo o seu dever e a vontade expresssa pela Assembléia geral Extraordinária realizada em 12 de novembro de 1960 e diante da insistência dos associados interessados no aumento de salário, não teve outro caminho legal a não ser recorrer ao dissídio coletivo de natureza econômica e fê-lo contra as mencionadas firmas através da Divisão Regional do Trabalho, a fim de obter o tão necessário aumento, com a participação da Autoridade competente. Comunicou ainda o Sr. Presidente, que após essa providência, foi encaminhado à Divisão Regional do Trabalho, um abaixo-assinado, apresentado em audiência através da pessoa do Sr. Dr. Carlos Alves Meira, Presidente da Cia. Cervejaria Paulista, contendo 280 (duzentas e oitenta) assinaturas de empregados e operários, sócios ou não dêste sindicato, trabalhadores daquéla Emprêsa, os quais solicitavam a retirada do Dissídio, pois segundo o abaixo assinado, estavam de acôrdo com a proposta dos patrões, que é de 30% (trinta por cento) [...].[156]

Em continuidade, na mesma Assembléia, depois da explanação do presidente da Sindicato, Francisco Cândido pediu a palavra :

> [...] declarando que o abaixo assinado, que os operários dirigiram à T.R.T. local, foram forçados pelos seus superiores a assiná-lo, que os coagiram com ameaças de suspensão, perda de abôno de Natal e até com promessas de dispensa. A seguir usaram da palavra os associados Srs. Donato Gatti e Domingos Clemente, bem como, vários outros associados, que não só reafirmaram as palavras do associado Sr. Francisco Cândido, como também confirmaram a ação de coação que foi exercida sôbre êles por Empregadores e seus prepostos, com o fito de compeli-los a assinarem tal documento.[157]

Observamos, nas palavras do próprio presidente do Sindicato, o seu constrangimento em ter de recorrer às estruturas burocráticas para se resolver um impasse no campo econômico, o que representava, na verdade, um litígio entre as partes, atitude que sempre tentou como líder sindical evitar. E só agiu dessa forma porque isso foi acordado pelos trabalhadores da categoria em assembléia. Temos também o depoimento de trabalhadores que confirmaram que foram coagidos a assinarem documento dizendo que estavam satisfeitos com os índices propostos pela empresa Cia. Cervejaria Paulista. Todas essas manifestações nessa Assembléia foram presenciadas por José Álvares Cançado, Chefe da TRT local, que disse que *na sua opinião tudo isto não constituía prova suficiente e bastante para a nulidade do abaixo-assinado* porque havia recebido novo documento com 212 (duzentos e

---

[156] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerveja e Bebidas em Geral de Ribeirão Preto. *Ata* [Assembléia Geral Extraordinária]. Ribeirão Preto, 23 dez. 1960.
[157] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos Trabalhadores [...], op. cit., nota 156.

doze) assinaturas dos empregados da Cia. Cervejaria Paulista que, em linhas gerais, reforçavam o pronunciamento anterior daqueles trabalhadores. Além da entrega desse documento ao presidente do Sindicato, na qual o chefe do TRT se fez de intermediário, outro, nos mesmos termos, foi feito pelos empregados da Refrescos Ipiranga, que envasava a Coca-Cola no município, informando que aceitavam a majoração de seus salários em 10%. Os dois abaixo-assinados apresentados diziam que as suas não-presença era porque davam por bem tudo o que fora resolvido diretamente entre a direção das empresas e os trabalhadores. Novamente, Francisco Cândido veio em socorro para dizer que aquele novo documento foi produzido nos mesmos moldes que o anterior, ou seja, mediante coação e explicita os métodos utilizados:

> [...] terem sido as associados, reunidos em uma sala fechada com a presença da direção da firma, feitores, inclusive, o sr. Meira, que, usando da palavra, exortou os operários à assinarem e a seguir dizendo que ia retirar-se para que os mesmos não alegassem coação e dizendo ainda: "podem assinar livremente", mas deixando em seu lugar, na sala, os seus mais fiéis prepostos, como seja: o Sr. Jordano Paulin, Sr. Waltercides de Martin e Sr. Ferrucio Giacometti, respectivamente, chefe da Contabilidade, e do Pessoal, Sub-Chefe do Pessoal e Fiscal Geral e demais feitores, que além de sua presença na referida sala, prometiam a quem não assinasse, que sofrerá as consequências.[158]

Dada a gravidade dos acontecimentos, a assembléia foi declarada de caráter permanente até às 18h00 do dia 24 de dezembro, com aprovação unânime dos presentes. A seguir iniciou-se a votação secreta de consulta à categoria para verificar se ela aceitava os índices de reajustes oferecidos pela Cia. Cervejaria Paulista, encaminhamento que fazia parte da pauta da convocação da assembléia. A escolha do "sim" seria a aprovação dos índices da empresa.

Os trabalhos foram suspensos e reiniciados no dia seguinte às 9h00 horas quando novos incidentes se verificaram:

> No ato de início de votação, também estava presente o Sr. Waltercides de Martin, que convidado a votar pelo sr. Presidente, recusou-se dizendo que o faria mais tarde, tendo o dito senhor após permanecer cerca de 40 (quarenta) minutos de pé nas proximidades da Mêsa, retirou-se para logo a seguir voltar. Decorridos mais alguns tempos, de novo fora

[158] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos Trabalhadores [...], op. cit., nota 156.

> convidado pelo Sr. Presidente a exercer seu direito de voto, uma vez que é associado do Sindicato, tendo de novo recusado a fazê-lo. Diante de sua negativa e dado a sua condição de sub-chefe do pessoal da Companhia Cervejaria Paulista, o Sr. Presidente ponderou-lhe a conveniência de sua retirada, uma vez que a sua pura e simples presença intimidava os associados trabalhadores daquela Emprêsa a não virem depositar o seu voto, tendo o mencionado senhor após certa relutância, se retirado, indo permanecer no prédio anexo ao Sindicato, onde fora denunciado por alguns associados, dizendo que o mesmo estava ali para impedir que os associados do Sindicato entrassem na Sede para exercerem o direito de voto e mais que na esquina da rua Sergipe com a Avenida Fábio Barreto, estava prostrado com a mesma finalidade, um seu auxiliar por nome Ilvanor Domingos Oliveira. [...], o Sr. Chefe da D.R.T. comparecera e a seguir inteirado do assunto, convidára o Sr. Waltercides de Martin a se retirar daquele local, [...]. acêrca das 17,00 hs. Passeavam vagarosamente de automóvel defronte à Sede do Sindicato em atitude extranha, os Senhores Jordano Paulin e Ferrucio Giacometti, respectivamente Chefe da Contabilidade e Secção de Pessoal e Fiscal Geral da Cia. Cervejaria Paulista [...] continuavam a maltratar o associado Sr. Cleonício Joaquim Domingues e com a interferência do Sr. Presidente, passaram a ofender também a êste com palavras de baixo calão e dizendo que o Sr. Presidente é elemento pelêgo, capacho, cafageste e comprado pêla Cia. Antarctica Paulista, tendo o Sr. Presidente revidado os insultos proferidos [...]. constatou-se que haviam votado 135 (cento e trinta e cinco) associados [...]. cujo resultado fora o seguinte: 128 (cento e vinte e oito) votos "Não", 6 (seis) "Sim" e 1 (hum) em branco, pelo que ficou constatado que a proposta patronal de 30% (trinta por cento) com a vigência de 1º de janeiro de 1961, não fôra aprovada.[159]

A empresa Cia. Cervejaria Paulista não se fez derrotada ao receber a votação contrária à sua proposição, mesmo utilizando-se de meios nada democráticos para interferir nos resultados. O presidente José Delibo sempre foi duramente atacado pelo semanário *A Palavra* por não ter um comportamento mais aguerrido em prol da sua categoria e, em contrapartida, para os grandes empresários locais, rejeitar os índices oferecidos pelas indústrias que representavam era uma atitude muito radical. Não se pejaram de pressionar acintosamente seus operários tanto dentro da empresa quanto fora, pressão que continuou e que resultou em novo abaixo-assinado, desta vez publicado nos jornais e dirigido essencialmente ao presidente José Delibo:

> **AO POVO DE RIBEIRÃO PRÊTO**
>
> Nós, os funcionários e operários da COMPANHIA CERVEJARIA PAULISTA, pela presente feita por nossa única vontade e sem coação de espécie alguma, pois que, apesar de sermos pobres, ainda não somos, graças a Deus, capachos de ninguém e muito menos nos sujeitamos ao verdugo do forte, declaramos, a bem da verdade, que deixamos de pertencer ao quadro de sócios do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cervejaria e Bebidas em Geral:

[159] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos Trabalhadores [...], op. cit, nota 156.

> 1º) Porque: desaprovamos a atitude de seu atual presidente, Sr, José Delibo, quando quis e tentou fazer greve na Companhia, onde somos tratados pelos seus diretores com todo o respeito e de quem recebemos também ajuda nas horas difíceis de nossa vida financeira;
>
> 2º) Porque: com essa atitude, o presidente do Sindicato, Sr. Delibo, levou, com suas mentiras, alguns companheiros de trabalho, nossos amigos, a perderem os seus empregos, uma vez que, se transformaram em piquetes de greve nas horas de trabalho, seguindo a má orientação que o Sindicato lhes deu;
>
> 3º Porque: consideramos a Companhia Cervejaria Paulista como sendo a nossa casa e de nossos filhos, pois que, é dali que tiramos com o nosso trabalho honesto o sustento da família e por tudo o mais;
>
> 4º Porque: quem trabalha na Companhia Cervejaria Paulista não precisa de Sindicato assim para cuidar dos seus direitos, pois a referida Companhia é orientada por homens honestos e de bôa vontade para com todos nós, e cumprem as leis trabalhistas religiosamente; [...].
>
> Esclarecem, ainda, que, dos signatários desta, dôze são estáveis, o que vale dizer que têm os seus direitos assegurados por lei.
>
> Ribeirão Preto, 11 de fevereiro de 1961.
>
> Waltercides de Martin, Ilvanor Domingos de Oliveira, Hernegildo Pieri Garcia, Antonio Barbosa, Arlindo Boareto, Agostinho Defendi, Antonio Vacis Pedroso, Sebastião Bonani, Manoel de Oliveira, Adelino dos Santos, Vergilio dos Reis, Jacomo Cremasco, Antonio Rotta, Hilário Ferreira Barbosa, Gumercindo Fabbris, José Matheus, João Fargnoli, Joaquim Gonçalves Mouta, Tarellio Gabriel Macedo, Cláudio Gonçalves da Silva, Candido Garcia, João Sposito, Benedito Valin, Eugênio Pagliaro, Agostinho Fuente e José Galino.[160]

Esse desagravo público, endereçado ao presidente Delibo, partiu de um grupo diminuto de funcionários, alguns dos quais participaram ostensivamente da coação aos seus companheiros de empresa no caso da votação da proposta do índice ofertado pela empresa. Outra manifestação pública era politicamente mais importante por serem subscritos 269 empregados de um total de 363 empregados, segundo a mesma nota.

A nota ratificou aquela que foi publicada no dia 12 e condenou Delibo por tomar atitudes irresponsáveis e ser promotor de greves e externando que sairiam do Sindicato e a ele só retornariam quando outro fosse o seu presidente. E terminava fazendo elogios à empresa por seus diretores constituídos.[161]

Essas ameaças não alteraram a dinâmica do Sindicato, nem o seu presidente foi prejudicado quanto à incisiva posição tomada, acreditamos, novamente coagida pelos trabalhadores da Cia. Cervejaria Paulista.[162] No entanto, evidencia o grau de violência em que se lançou, descoberto, o setor empresarial quando sentiu seus

---

[160] AO POVO DE RIBEIRÃO PRETO. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 12 fev. 1961, p. 1.
[161] Idem, Ibidem.
[162] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerveja e Bebidas em Geral. Ata. [Assembléia Geral Extraordinária]. Ribeirão Preto, 29 fev.1961.

interesses contrariados. Não se preocupou em colocar à mostra toda uma estrutura coercitiva contra aquele que sempre teve atitudes extremamente ponderadas à frente da sua entidade de classe. Acreditamos que sendo a empresa Cia. Cervejaria Antarctica Paulista melhor estruturada nos moldes capitalistas *modernos*, dava respostas diferenciadas e rápidas aos desafios que se apresentavam, evitando o recurso da violência. Em todo o período em que Delibo esteve à frente do Sindicato, nas atas que analisamos, isto é, de 1958 a 1971, era a empresa que mais prontamente respondia às demandas dos trabalhadores. Em contrapartida, a Cia. Cervejaria Paulista, sem a mesma dinâmica e versatilidade, recorria aos expedientes de que dispunha no momento. A questão sindical era uma forma de também se externar a concorrência entre as empresas. Supondo que a Antarctica tivesse uma maior produtividade poderia essa empresa absorver melhor os índices de reajuste propostos pela entidade.

Esse foi o entendimento do semanário *A Palavra* ao externar:

> QUE o sr. Delibo, do Sindicato de bebidas é um "pau-mandado" da Antárctica e faz o jogo desta poderosa empresa para levar as firmas menores e concorrentes à crise econômica e ao fechamanto, [...].[163]

A questão sindical através do Semanário *A Palavra*

Na década de 1960, a questão sindical ribeirãopretana recebeu grande atenção por parte dos empresários que, preocupados com a crescente politização dos trabalhadores no país e com a ameaça comunista, liberaram seus funcionários para realizarem cursos nos Estados Unidos, através do Ponto IV do qual o Brasil era partícipe.

Fazia parte da estratégia norte-americana difundir no Brasil a aceitação de seu modelo de desenvolvimento e para isso teria que ter uma classe trabalhadora concorde com as suas principais diretrizes. A mesma dinâmica se aplicava aos

[163] TRABALHISMO sem disfarce. *A Palavra*. Ribeirão Preto, Coluna Livre, 15 mai. 1961, p. 5.

empresários nacionais que viam na ajuda americana uma dupla vantagem. Uma econômica em virtude da parceria que se estabelecia recebendo capitais e tecnologia e outra de aspecto político, podendo reciclar os trabalhadores para se adequarem às mudanças e não imporem grandes resistências.

É importante ressaltar que a classe dominante ribeirãopretana já dispunha de forte aparato de controle social. Precisava apenas de atualização e o Ponto IV pareceu-lhe muito adequado. Como a questão do controle sindical era uma das preocupações do complexo IPES-IBAD, é de se supor a ligação orgânica existente entre os grupos econômicos locais e essas estruturas de maior alcance político:

> Os sindicatos operários têm função de acelerar a ascenção da classe obreira, influindo diretamente na solução dos grandes problemas nacionais. É uma função histórica, política e social: ela é que levará o mundo para frente.
>
> A classe dominante tem o máximo interesse em atrasar e retardar a ascenção das classes proletárias e, para conseguir tal objetivo, ataca sub-repticiamente o seu maior instrumento de luta – o sindicato criando pelêgos e o fenômeno do peleguismo.
>
> Assim, se protegermos os pelegos com o elogio mentiroso ou a omissão complacente, estaremos fazendo o jogo da classe dominante e, em última análise, o jogo do imperialismo; estaremos construindo o edifício com papelão em meio aos tijolos...
>
> **Problema local**
>
> Em nossa cidade, temos notado, de há muito, que os sindicatos operários conservam sempre os mesmos presidentes, amorfos, omissos, ideologicamente imobilizados.
>
> Salvo poucos e honrosas exceções, nossos "líderes sindicais" estão constantemente ocupados em fazer viagens aos Estados Unidos (com todas as despesas pagas pelos ianques) e em apoiar candidatos à vereança ou à deputação, quando não são eles mesmos candidatos. Quanto aos problemas da nação, ao que parece, nada existe que lhes interesse fazer. Se estamos mentindo, responda-nos: quais as posições tomadas pelos sindicatos locais em relação ao projeto de Bases e Diretrizes do Ensino, à instrução 204, à invasão de Cuba, aos golpes contra a Petrobrás, [...].
>
> **O que é divisionismo e anti-sindicalismo**
>
> A obra de real divisionismo e de ação anti-sindicalista está nascendo no próprio Conselho Sindical de São Paulo, onde homens como Magaldi, Darcy Gato e Previatti protestaram contra a agitação de problemas de interêse nacional, nas assembléias de classe, alegando que isto é "comunismo", e que sindicato operário só deve pedir aumento de salário.
>
> A grande parte dos presidentes sindicais de nossa cidade está dentro da linha Magaldi, Gato e Previatti, recebendo por isso as nossas críticas.[164]

O semanário *A Palavra*, de Ribeirão Preto, em virtude de sua postura nacionalista e em defesa da classe trabalhadora, foi o periódico que mais registrou a

[164] RESPOSTA a meia dúzia de vereadores. *A Palavra*. Ribeirão Preto. 10 jul. 1961, p. 04.

movimentação sindical no município. As críticas que se faziam em suas matérias eram muito fortes e suscitavam grande desconforto aos atingidos.

Em suas páginas estão registradas muitas das movimentações dos sindicalistas ribeirãopretanos e suas viagens aos Estados Unidos. A crítica que se fazia era que esses cursos davam maiores possibilidades para eles ludibriarem os trabalhadores e terem uma postura "entreguista" e não defesa das causas nacionais.[165] Some-se a isso a desconfiança do enriquecimento rápido daqueles que estão à frente das entidades sindicais, que se atribuiu ao controle que tinham do imposto sindical que era descontado do trabalhador, seja ele ou não sindicalizado.

Praticamente todos os sindicalistas ribeirãopretanos realizaram o curso do Ponto IV. José Velloni e José Delibo (Bebidas), José Canavacci (Gráficos), Argeu Egidio dos Santos (Metalúrgicos) e Antonio Velloni (Comércio), Olintho Cândido de Oliveira (Vidros), sendo alguns deles sob os auspícios da C.I.A. como Guilherme Giro (Construção Civil), Edward Ximenes de Oliveira (Comércio), Horácio Arantes da Silva (Marceneiros) e Carlos Ferreira Souto (Comércio).[166] Esses foram apenas alguns nomes identificados em nossa pesquisa. Como vimos, havia cursos congêneres aqui no Brasil que, seguramente, realizados por outros sindicalistas, da mesma forma que poderiam mais sindicalistas ribeirãopretanos terem realizado viagens aos Estados Unidos.

A função desses sindicalistas era difundir o máximo possível o seu aprendizado. Mesmo negando a sua participação nesse tipo de evento, Argeu Egídio dos Santos, deixa claro que os demais sindicalistas absorviam as mensagens dos cursos oferecidos nos cursos pelo convênio do Ponto IV:

> ARGEU ESCLARECE A SUA POSIÇÃO — o sr. Argeu Egídio dos Santos, do Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos em Ribeirão Preto, esclareceu a um informante desta coluna a sua posição junto à Embaixada Americana, que não é de subserviência nem de compromissos com os interesses imperialistas. Disse que dos dirigentes sindicais que visitaram os Estados Unidos foi o único que não recebeu o diploma de "bonzinho" em virtude das críticas feitas ao sistema trabalhista e sindicalista norte-americano. Também afirmou que não esteve na União Soviética e fez reservas ao regime ali imperante.

[165] DELIBO (bebidas) irá aos [...], op. cit., p. 10, nota, 155.
[166] DREIFUSS, op. cit., p. 708-709, nota 19.

> Esclareceu, finalmente, que não é parasitário das verbas sindicais nem abandonou o seu ofício de torneiro, pois trabalha "nas oficinas de um amigo" [...].[167]

A defesa mais enfática ao modelo norte-americano e a crítica ao socialismo veio da parte de outro sindicalista:

> O sr. Olintho Candido de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Vidreiros, foi visto discutindo acaloradamente num bar da Vila Tibério com alguns operários. Olintho, a exemplo de pelego de luxo Magaldi, defendia com unhas e dentes os Estados Unidos.
>
> Afirmava que os EE.UU. são uma maravilha, não havendo na terra de Jack Ruby "discriminação racial" e sentava a lenha na Cuba revolucionária de Fidel Castro. Afirmava, enfático: "Em Cuba só ficaram os humildes, os que não tinham dinheiro para fugir!" Os operários que tomaram parte na discussão defenderam Fidel Castro, afirmando que o nome de Fidel ficará na História como um novo Bolivar. Olintho não gostou dos argumentos e acabou a discussão com a frase:
>
> — "Vocês não conhecem os EE.UU. Eu estive lá!"[168]

O ICT (Instituto Cultural do Trabalho), movimento sindical conservador esteve em Ribeirão Preto em fevereiro de 1964 e na sede do Sindicato dos Marceneiros e realizou curso para os sindicalistas, procedendo depois a uma avaliação, e o primeiro colocado teve o direito de realizar um curso de três meses em São Paulo. O presidente do Sindicato do Marceneiros, Horácio Arantes da Silva, não aceitou o encaminhamento dado pelo ICT pois para ele o segundo colocado, Sebastião Urbano, desse sindicato, também deveria ser convocado, visto que o Sindicato dos Marceneiros havia fornecido todas as comodidades para os trabalhos do ICT. Depois de contatos em São Paulo, conseguiu-se uma vaga.[169]

Essas pessoas seguramente serviram de esteio ao golpe civil-militar de abril de 1964. No dia 01 de abril de 1964, o jornal *Diário de Notícias* da Arquidiocese local, que teve um posicionamento progressista até o fechamento nessa data, publica um manifesto dos trabalhadores repudiando as agressões verbais que receberam tanto o padre Celso como o prefeito Welson Gasparini em dias anteriores, o primeiro pelas matérias em prol dos trabalhadores e o segundo por ter tido apoio

---

[167] TRABALHISMO sem [...], op. cit., p. 9, nota 163.

[168] OLINTHO faz propaganda dos Estados Unidos nos bares e praças de Vila Tibério! *A Palavra*, Ribeirão Preto, 2 mar. 1964, p. 5.

[169] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Junco e Vime e de Vassouras. *Ata*. Ribeirão Preto, 26 abr.1964.

político do padre para se eleger e ser um dos responsáveis pelo jornal. Nesse manifesto de sindicalistas, há a condenação ao golpe que visaria a manutenção de privilégios e a não-realização das reformas tão necessárias, insistentemente anunciadas pelo governo de João Goulart. O manifesto exorta os trabalhadores a ficarem alertas e acatarem a palavra de ordem dos sindicatos em defesa das liberdades democráticas e sindicais. Dos que estiveram nos Estados Unidos, à exceção de José Canavacci, os demais sindicalistas não assinaram o documento.

Aos sindicalistas dóceis às demandas da classe dominante, era-lhes garantida a participação em solenidades patronais realizadas na Associação Comercial e Industrial. Guilherme Giro, José Delibo já participavam em 1960[170], assim como Argeu Egidio dos Santos[171], Olintho Cândido de Oliveira em datas posteriores.[172]

Após o golpe civil-militar de abril de 1964, era usual a polícia política vigiar o movimento sindical, tentando encontrar em seu meio, especificamente entre seus dirigentes, simpatizantes de esquerda ou que perfilassem com as propostas do regime deposto. No relatório do dia 12 de agosto de 1964, feito pelo delegado de polícia encarregado das investigações políticas na cidade de Ribeirão Preto, das 99 pessoas suspeitas de serem ativistas ou simpatizantes do Partido Comunista, ou seja, terem algum tipo de atividade que remetesse a uma postura esquerdizante, há a ausência de qualquer referência aos líderes sindicais locais.[173] Mesmo sendo muito comum a polícia política elencar pessoas que não tinham posições políticas de esquerda, o delegado local, diante da evidência cristalina, não cometeu e nem poderia cometer esse equívoco.

O prefeito Welson Gasparini sempre teve estreitas ligações com o movimento sindical ribeirãopretano antes de ser eleito para esse cargo em 1963. No início de seu mandato, fará assíduas reuniões com os dirigentes sindicais, consultando-os sobre os mais diversos assuntos. Em 1965, o prefeito Welson Gasaparini propôs à Câmara dos Vereadores e dela recebeu a aprovação da Lei nº

---

[170] RIBEIRÃO PRETO. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. *Ata* [Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias]. Ribeirão Preto, 8 ago.1960.
[171] Ibidem, 8 ago. 1962.
[172] Ibidem, 8 ago. 1966.
[173] SÃO PAULO. Arquivo Público. [...], op. cit. Documentos 50-Z-298-1369; 50-Z-298-1370 e 50-Z-298-1371. 12 ago. 1964.

261-65 a criação de convênios em serviços de assistência e orientação sobre leis trabalhistas aos trabalhadores urbanos e rurais do município.[174]

Dessa forma, percebemos que houve uma ampliação do domínio de uma determinada visão de sindicalismo que utilizou-se também das estruturas administrativas municipais para atingir seus objetivos. Outra ação do município que muito contribuiu para a organização sindical local foi a alocação de recursos por parte da Câmara dos Vereadores, para os sindicalistas locais participarem de eventos de sua classe.

Muitos dos sindicalistas locais, que fizeram parte do projeto desenvolvido pelo Ponto IV, ocuparam posição de destaque no sindicalismo brasileiro, sobretudo depois do advento do golpe civil-militar, o que mostra a consonância filosófica existente entre o regime instituído e os dirigentes sindicais ribeirãopretanos.

Assistencialismo e religiosidade como fator de coesão social

Na edição do semanário ribeirãopretano *A Palavra*[175], do dia 02 de abril de 1964, o seu diretor Divo Marino, utilizando-se em alguns momentos de linguagem metafórica, desvendou os meandros da sociedade ribeirãopretana. Fazendo um retrospecto das ações políticas desenvolvidas no município, aquele articulista

---

[174] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. *Ata*. [197ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto, 30 nov. 1965.

[175] O semanário *A Palavra* teve como responsável o professor e advogado Divo Marino, circulou em Ribeirão Preto de 06 de março de 1961 até meados de 1964. Depois do golpe civil-militar, o semanário já estava irreconhecível, não guardando correspondência com a sua trajetória durante todo o período imediatamente anterior. Uma boa definição do semanário foi feita pelo próprio Divo Marino quando esse veículo informativo completou 20 semanas de existência. Destacou a opção do jornal por uma linha bem definida, espinhosa e ingrata: "*O diabo criou estradas amenas levando os homens aos banquetes opíparos dos filisteus. Ofertou aos jornais desta raça todas as facilidades: agências de informação ianques dando o prato das notícias já cozidas e temperadas: os trustes internacionais ofertando a farta publicidade com o fito de comprar os grandes jornais; uma opinião pública infeliz já trabalhada pela propaganda constante, sem raciocínio, sem dialética, devorando os pratos envenenados e desnacionalizantes, sem se aperceberem do fato e o apôio da classe dominante narcotizada pela histeria "anti-comunista", que prefere trair o Brasil, a dar um passo contra os interesses do Capitalismo Internacional. "A PALAVRA" seguiu outro caminho. Rema contra a maré e tem orgulho disto. [...] e portanto se recusa a ser um instrumento do imperialismo [...]. E nós, que dirigimos um jornal nacionalista de politização (o termo aqui não está no sentido estrito de política partidária, pois os nossos redatores são de diversas agremiações políticas, mas de ofertar ao leitor uma orientação nacionalista)[...]".* In: 20 SEMANAS de um jornal. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 17 jul. 1961, p. 3.

detectou pontos, que pareciam obscuros e ininteligíveis à compreensão mediana, se tomados isoladamente, mas que, analisados em conjunto, revelavam toda a estrutura de dominação, habilmente montada através dos tempos. Mostrou Divo Marino a competência da classe dominante em construir uma estrutura na qual muitos elementos materiais, pessoais e ideológicos foram utilizados com o intuito de dar conformação orgânica a um certo tipo de sociedade na qual aqueles, que se sentissem insatisfeitos com os resultados produzidos naquela comunidade, não tinham condições de apontar opções por total ignorância de sua *arquitetura* ou impotência diante de sua fortaleza. Os elementos usados na composição desse *edifício ideológico* sofisticado pareceriam contraditórios, ou seja, a classe dirigente utilizou, por ter à sua disposição e a seu serviço, aqueles que sociologicamente lhes era contrários, por exemplo, os trabalhadores assalariados, através da cooptação de grande parte de seus representantes de classe.

Como Divo Marino analisou a sociedade ribeirãopretana na sua plenitude e com maior afinco a partir de 1961, quando do surgimento do seu semanário *A Palavra*, pareceu-lhe que toda a estrutura de dominação apresentada naquele momento fosse obra do que ele chamou "grande inquisidor", ou seja, alguém que, possuindo poderes intelectuais muito superiores ao da média, pode manipular as diversas variantes políticas e sociais para conseguir um resultado apreciável do ponto de vista da manutenção do *status quo* e da criação de um poderoso consenso. Realmente, antes mesmo da deflagração do movimento golpista civil-militar que viria logo em seguida, os setores políticos reformistas ou da esquerda mais radical – que tinham maior sensibilidade e condições intelectuais de refletirem o momento histórico – já se sabiam derrotados. O sentimento de frustração que carregavam derivava da constatação de que a classe dirigente atingira sua máxima performance, controlando de forma ostensiva todos os movimentos do jogo político local. É nesse sentido que podemos analisar o texto de Divo Marino:

> Coisas estranhas estão ocorrendo nesta cidade. Há **milagres**, há **mistérios**, há desenfreado culto da **Autoridade** em Ribeirão Preto, 1964.
>
> Um fato estranho: fechamento do "Diário de Notícias" onde se destacava, com repercussão nacional, a figura do democrata conseqüente Padre Celso Ibson de Sylos. Este — fechamento do "Diário de Notícias" — foi o grande mistério do ano.

> Fato milagroso que ocorre na cidade é a união sagrada das cúpulas. Alguém está com os cordéis nas mãos. Magicamente controlando tudo: pelegos, fazendeiros reacionários, vereadores acomodados, "conselheiros" das classes conservadoras, o prefeito num autêntico teatro de "marionetes", onde também faz o seu papel um desfrutável Costábile Romano, onde aparece às vezes o José Costa e sempre o Orestes Lopes de Camargo.[...].
>
> Haveria uma "camorra" funcionando na cidade? Com elementos infiltrados na "esquerda", na "democracia cristã", em todas as entidades de classe? A verdade é que há uma oligarquia sustentando o governo de Gasparini, oligarquia que ofertou um estranho apoio ao Chefe do Executivo como candidato, quando somente um débil mental não percebia que não era por acaso que "conselheiros" da ACIRP que dominam a ZYR-79, elementos infiltrados em todos os partidos (inclusive no PSP), gente da Força Pública, do Clero e dos Sindicatos ofertavam todas as facilidades ao então candidato Welson Gasparini, que carregava o clichê de jovem pobre disputando votos populares, mas, fundamentalmente era peça de uma jogada política endereçada a ofertar segurança às classes conservadoras que temiam a vitória de alguém fora do controle da "união sagrada". [...].
>
> O plano de ofertar um contexto fascista à política local não foi arquitetado por um político bisonho. Há um Grande Inquisidor dirigindo as marionetes. E este é outro mistério, pois é custoso, à luz solar, ser notada alguma inteligência tão lúcida e tão demoníaca que fosse capaz, no pobre ambiente provinciano de fazer o papel de grande Inquisidor sem ser notado [...]. Há, na cidade, uma oculta "camorra de Dallas" e há na cidade um oculto Grande Inquisidor que foi tão hábil que retirou qualquer conteúdo popular ou esquerdizante do movimento que alicerçou ideológicamente a eleição de Gasparini (era, quando candidato um menino do Padre Sylos) e transformou o pobre moço de Batatais, nos seus risonhos 27 anos, na peça preciosa da montagem da "união sagrada" que agora domina Ribeirão Preto.
>
> O Grande Inquisidor poderá ser um leigo católico. Deverá ser um "convertido". Alguém que conhece os subterrâneos demoníacos do maquiavelismo ateu. E que depois, já alistado nas falanges do fariseismo, aplicou, com maestria, todo o conhecimento ofertado pelo Príncipe das trevas nas jogadas que deixaram Gasparini como "marionete" chefiando a união das cúpulas, descaracterizando, sem rumo, a mercê dos pecados burgueses, para a alegria da gente que fechou misteriosamente o "Diário de Notícias" [...].[176]

Na verdade, como mostraremos, não houve uma pessoa com qualidades excepcionais que articulasse ou empreendesse uma construção ideológica no município de Ribeirão Preto. O que tivemos foi o uso mais adequado de estruturas de dominação já existentes, sobretudo as da sociedade civil[177] que, embora em grande número, eram controladas diretamente ou sob influência de um reduzido número de pessoas, sobretudo oriundas das classes dominantes. Assim, tinha essa classe à sua disposição e alcance toda uma variedade de instituições que poderiam ser utilizadas para dar a conformação necessária, suficientemente coesa para agir em bloco, o que potencializou suas intervenções políticas. A utilização perfeita dos

---

[176] MARINO. Divo. O grande inquisidor. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 2 mar. 1964, p. 4.

[177] Na concepção gramsciana a sociedade civil faz parte das organizações privadas, mas que dão o conteúdo ético ao Estado, ou seja, são elas o fundamento intelectual e moral do Estado. cf. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 20-21.

aparatos da sociedade civil unida aos aparatos estatais[178] deram à classe dirigente ribeirãopretana condições de formular, de forma organizada e uníssona, um projeto de grande envergadura, que visava à retomada de uma hegemonia momentaneamente enfraquecida pelas atribulações políticas que agitavam o país e que estavam refletindo localmente, inclusive conquistando importantes adeptos. Utilizou-se de aparatos da sociedade civil como a Associação Comercial e Industrial, Rotary e Lions Clubs, Sociedade Recreativa e de Esportes e tantas outras que eram percebidas pelo grande público somente no seu aspecto corporativo, recreacional ou benemerente que *stricto sensu* já é ideológica, mas que, no seu desdobramento, produziam e difundiam determinadas concepções de mundo que iam além de suas proposições imediatas. Poderíamos incluir nesse rol entidades locais como a Liga das Senhoras Católicas[179], Associação das Damas da Boa Vontade[180], Grupo dos Cravos Vermelhos[181], Clube dos Antônios[182] e Clube dos Josés. Ao lado das instituições de aspecto mais corporativo como associações de classe e sindicatos, compunham um forte aparato da sociedade civil, sendo utilizadas politicamente para dar a conformação necessária a um determinado modelo de sociedade.

---

[178] Na interpretação gramsciana, quem é o responsável pela criação do *consenso*, da aceitação de determinadas práticas não é somente o Estado, que fornece instrumentais burocrático-coercitivos, mas as *fortificações da classe dirigente que se enraízam em funções políticas indiretas*. E essa função é desenvolvida pela sociedade civil. cf. BUCI-GLUCKMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 488.

[179] A entidade foi fundada em 14.02.1948 e é responsável pela manutenção de uma creche na Vila Virgínia desde 1959. Depoimento de Julieta Fernanda de Souza Taranto ao autor, 2.002.

[180] Entidade que congregava as senhoras de maior destaque na sociedade pela fortuna que dispunham.

[181] Segundo documentos fornecidos pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto, tal entidade foi fundada em 1953. Em seus estatutos reza que "O Grupo dos Cravos Vermelhos" tem por finalidade principal a recreação e a prática da filantropia para beneficiar instituições de caridade, de conformidade com o presente Estatuto". Um dos principais organizadores desses grupo, na década de 1960, foi o sr. Antonio Bueno da Rocha, membro do Rotary Club e maçon grau 33. Veio de Paraguaçu Paulista para Ribeirão Preto na década de 1950 na qualidade de tabelião, trabalhando nessa cidade no 3º Cartório Ofício de Notas e Anexos. Depoimento de Terezinha Rocha dos Santos Lima ao autor, 2.002. Segundo o professor Divo Marino, Antonio Bueno da Rocha fez parte da "Ordem Soberana e militar dos Cavaleiros do Templo de Jerusalém, nos graus de Cavaleiro, Comendador e Grão Cruz. É doutor "honoris causa" e acadêmico laureado da "alta Academia Internacional de estudos Orientais, mantida pela Casa real de Kaledônia do Império Otomano-bizantino. Ostenta a honraria de "Grande Inspetor" e "Benemérito", com medalha e colar do "Supremo Conselho", da "Ordem Maçônica Brasileira". Chegou a Ribeirão Preto em 1956. In: MARINO, Divo. *O populismo radiofônico em Ribeirão Preto*. 3. ed. Ribeirão Preto: Gráfica Santo Antônio, 1977. p. 33.

[182] Grupo incentivado por Antonio Bueno da Rocha e Antonio Machado Sant'Anna, congregava pessoas que tivessem o prenome Antônio.

O uso da filantropia como uma forma para se conquistar a hegemonia política.

A importância dada à assistência social pela classe dominante em Ribeirão Preto vinha de longa data. Servia para diminuir setorialmente os efeitos negativos da exploração capitalista e, ao mesmo tempo, legitimar a ação espoliadora em que se assentava essa classe privilegiada. Essa concepção estava estruturada no pressuposto de que:

> A caridade ou o amor é que é a ágape, é sentimento de benevolência e amizade. O amor é simpatia. Os burgueses simpatizam-se com outros burgueses da mesma condição. Esse amor não impede a concorrência implacável. Não impede a indiferença em relação às vítimas da luta econômica ou à mão-de-obra. Esse amor é subjetivo, sentimento e não repercute na conduta pública. [...].Até gostam dos pobres agradecidos e dão esmolas para as obras de caridade que as Igrejas mantêm: pouco por certo, pois as obras sempre se mantiveram mais pelas contribuições dos pobres do que dos ricos. Estes dão, sobretudo, quando a sua esmola é publicada e divulgada. A sua caridade imita a dos fariseus.[183]

Essa atitude burguesa de se relacionar com o mundo, sobretudo em relação às pessoas que passavam algum tipo de privação material foi também adotada pelo clero católico conservador que via a solução dos problemas sociais na "caridade cristã". A finalidade de ambos - burguesia e clero conservador - era anular tanto as mobilizações operárias quanto as socialistas e assim atingir a "paz social". *A bondade dos ricos, solicitada pela pregação, ofereceria aos pobres, de modo espontâneo, os bens necessários para a vida que o trabalho não lhes dava. A caridade teria sido o grande remédio social inventado por Jesus.*[184]

Em 1939, o sr. Antonio Machado Sant'Anna[185] já havia defendido essas mesmas idéias:

---

[183] COMBLIN, José. *A força da palavra*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 243.
[184] Ibidem, p. 306.
[185] Antônio Machado Sant'Anna nasceu a 9 de agosto de 1905 em Ribeirão Preto. Foi diretor da sucursal do jornal dos Municípios Brasileiros e do Diário de São Paulo desde 1930 e do Diário da Manhã, de 1955-68; diretor do Departamento municipal de Educação Cultura e Turismo da Prefeitura de Ribeirão Preto de 1960-63; presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto, de 1950-53 e Secretário do Conselho municipal de urbanismo e habitação da Prefeitura, de 1963-68. Foi agraciado com as medalhas: Imperatriz Leopoldina; Mal. Rondon; Couto de Magalhães; José Bonifácio e das Cidades Irmãs San Leandro, em 1968, dentre outras. É cidadão honorário de San Diego, Punta del Este, Kansas City, Las Vegas, Los Angeles e New Orleans entre outras. Foi diretor da Associação Paulista dos Municípios desde 1953 e seu secretário desde 1960. Foi Conselheiro do Clube de Regatas de Ribeirão Preto (1956-69); tesoureiro da Academia Ribeirãopretana de Letras e membro do

> Jesus Christo, segundo ensinam os doutrinadores, ao implantar o Christianismo, substituiu a piedade, então existente, pela caridade.
>
> A razão desse procedimento se encontra no facto de ser a piedade excessivamente vaidosa e até agressiva, enquanto a caridade se reveste de oura, de meiguice, de bondade.
>
> A piedade, ao approximar-se do leito de um enfermo, ao amparar a criança desvalida, o fazia com arrogância, deixando manifesta a sua superioridade fazendo ressaltar o seu procedimento.
>
> Si, de um lado, a piedade amparava material e physicamente, de outro lado, humilhava moral e espiritualmente. [...].
>
> O mundo evolui e, hoje, a caridade já não satisfaz o sentimento humano, que se torna cada vez mais apurado.
>
> Embora, sem negar-se bondade e meiguice à caridade, já se torna necessário substituil-a pela "assistência social", muito mais compatível com o momento em que vivemos. [...].
>
> Ainda vemos, pelas nossas ruas, algumas creanças que pedem esmolas, que imploram um pedaço de pão.
>
> O nosso commodismo chamal-as de vagabundas, exploradas ou industriadas por paes ainda mais vagabundos.
>
> A verdade, porém, é que são as creanças miseráveis, que estão necessitando mais de amparo que de insultos. Temos, todavia, esperanças, de vel-as recolhidas a um estabelecimento de ensino, a um reformatório, para que possamos, nesse dia, dizer, com satisfação e até mesmo com orgulho: "Ribeirão Preto é uma cidade civilizada".[186]

Na realidade o que se detectou aí foi que a caridade personalizada e praticada isoladamente, mas sem a articulação com outras ações de cunho ideológico, seria entendida pela sociedade como mero "paternalismo", o que poderia trazer sérios transtornos políticos aos seus praticantes. Faltava a articulação dessas atividades *stricto sensu* paternalistas com outras de caráter ideológico, ou seja, realizada pelos intelectuais orgânicos que dariam uma outra conformação às ações filantrópicas, levando a sociedade a ter uma outra percepção dessas ações. É dessa forma que uma ação que poderia resultar negativa ou mesmo inócua se transforma em poderoso fator de hegemonia.[187]

O mesmo periódico, em dezembro de 1939, publicou nova matéria, agora exaltando as ações promovidas pela Santa Casa de Misericórdia local e apresentando a caridade e religião como tendo a mesma valoração, pois o objetivo

---

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. cf. *Who's who in Brazil* . Tradução de Nelly Castro Andrade Cotrim. 2. ed. São Paulo: Who´s who in Brazil, 1970. v. 2, p. 1666-1667.

[186] SANT'ANNA. Antônio Machado. (Dir.). Assistência Social. *Revista de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, maio de 1939.

[187] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2, p. 188.

de ambas era *facultar aos deserdados da sorte, aos soffredores, o lenitivo da Dor e o conforto da Mágua.* Elogiou a atuação daquela Instituição, a Santa Casa, por ser *obra santa, immorredoura e que vem enfrentando todas as adversidades com o fito único de amparar os menos favorecidos [...] tem sido o Templo da Caridade.*[188]

A ausência de qualquer elemento que remeta ao mundo do trabalho as relações de produção material do sistema capitalista e todas as complexas e contraditórias alterações sociais que ele provoca não são casuais. As matérias destacadas na *Revista de Ribeirão Preto* são construções ideológicas e atendem finalidades muito bem definidas.

É nessa ocasião que os intelectuais, que se constituem os *homens de cultura* individualmente ou agrupados em revistas e jornais ou em outros veículos de comunicação de massa, apresentam-se para dirigir ideologicamente a sociedade. Funcionam como *partidos* ou como *frações de partidos*.[189]

É nesse sentido que Gramsci valoriza o papel do intelectual como aquele que faz a composição entre a estrutura social, correspondendo às classes sociais envolvidas na produção material, e a superestrutura ideológica e política. Aos intelectuais cabe, fundamentalmente, estabelecer o vínculo orgânico entre as duas estruturas:

> Essa camada social diferenciada é, segundo Gramsci, a dos "funcionários da superestrutura". Seu caráter orgânico aparece na solidariedade estreita que vincula esses "funcionários" às classes que representam e, em primeiro lugar, à classe fundamental no plano econômico. Tomando como exemplo a burguesia, Gramsci mostra que, à medida que se desenvolviam as funções econômicas e sociais dessa classe, foi lhe necessário confiar a grupos especializados, estreitamente solidários, muitas vezes burgueses ou pelo menos saídos das classes aliadas à burguesia, a gestão das funções de organização da superestrutura ideológica, jurídica e política.[190]

Papel de relevo tiveram os mais destacados memorialistas ribeirãopretanos como Rubem Cione, Prisco da Cruz Prates e José Pedro de Miranda, que retrataram a sociedade ribeirãopretana sob tom jocoso, quando o assunto recaía sobre pessoas

---

[188] SANT'ANNA. Antônio Machado. (Dir.). Um padrão de orgulho! *Revista de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, dezembro 1939.
[189] COUTINHO, op. cit., p. 176.
[190] PORTELLI, op. cit., p. 15, nota 177.

oriundas das classes populares ou altamente elogioso, quando pertencente à classe detentora de maior poder político ou econômico. Sendo um trabalho de recomposição de fatos sem a preocupação de contextualizá-los, os trabalhos desses memorialistas, utilizados até hoje como principal fonte de consultas, consolidaram a concepção de uma sociedade pacata que, no geral, pouco ou nada suscita em termos de conflitos sociais.

Essa percepção de uma sociedade ribeirãopretana não-conflituosa generalizou-se e, em sua difusão, participava a elite orgânica. A análise feita por essas pessoas era a *da facilidade de trabalho, a pronta assistência aos desamparados, pontilhadas por oportunos e edificantes movimentos filantrópicos, e o constante exemplo de ordem e salutares costumes*.[191]

A história ribeirãopretana, calcada nos trabalhos desses memorialistas, deu uma visão quase idílica dessa sociedade, que recebe constantes reforços através de publicações que, novamente, põem em destaque as famílias tradicionais que se projetaram na política ou na economia do município.[192] Trabalhos como este pretendiam dar atemporalidade à sociedade, mostrando que as velhas classes dominantes de ontem foram responsáveis pelo desenvolvimento atual. Aceitando essa premissa, o objetivo é induzir a opinião pública a acreditar na necessidade da existência de uma classe dominante suficientemente esclarecida e competente para dar continuidade ao progresso social e econômico.[193] É o passado justificando a permanência das atuais estruturas.

As histórias das famílias tradicionais, quando meticulosamente organizadas, retirando delas os aspectos negativos inerentes à sua classe, ou seja, o sentido da

---

[191] MARTINS SOBRINHO, Dr. Brenno Martins Venancio. Panorama social de Ribeirão Preto In: MAGALHÃES, José de. (Pref.). *Ribeirão Preto*. São Paulo: Habitat, 1951.

[192] Ver AMORIM, op. cit., nota 7.

[193] Observamos que, juntamente à valorização do tradicionalismo, há uma combinação de ordem *meritocrática* baseada também na questão educacional formal. É compreensível essa relação pois sendo o acesso à educação universitária, sobretudo para as atividades mais valorizadas na sociedade como médicos, odontólogos, engenheiros e advogados e sendo esses cursos restritivos à imensa maioria da população devido às suas condições sócio-econômicas, incidia função de "filtro" social que possibilitavam o ingresso e a conclusão desses cursos por uma minoria É nesse sentido que a meritocracia baseada na educação será também a justificação de ascensão social ou manutenção de privilégios e patrimônio. Segundo Dr. Domingos Faro em seu artigo intitulado Instrução Pública, Ribeirão Preto é entendida como *o centro de numerosos profissionais, doutos para bem constituir a elite que terá, ao lado dos mais aptos, de formar a linha de comando das gerações futuras.* In: MAGALHÃES, op. cit., nota 191.

exploração capitalista que lhes deu condições para se destacarem, eliminam, naturalmente, qualquer tentativa de atribuir-lhes qualquer caráter pejorativo. Além disso, faz parte dessa construção ideológica mostrar que a classe dominante tem uma moralidade de tipo superior na vida conjugal e estritamente familiar, que é estendida às preocupações sociais e com os destinos daqueles que não tiveram uma vida digna, sem contudo entrar na discussão dos motivos:

> Além de diversas fazendas nos municípios de Ribeirão Preto e Igarapava, Dona Sinhá e Cel. Quito, como era conhecido o esposo, ergueram, nas margens do Rio Grande, uma das maiores e mais modernas Usinas do País — a Usina Junqueira —, [...].
>
> Desaparecendo o Cel. Quito, seu espôso, no ano de 1938, Da. Sinhá levou para frente, vitoriosamente, a obra lançada, desenvolvendo-a dentro dos sentimentos cristãos que deram ânimo e esperanças à vida do casal. Lançou seu olhar e seus cuidados para os desajustados e infelizes assim como contribuía para numerosas instituições de caridade e para os necessitados em geral, de toda a Região. Zelou, igualmente, pela Cultura, auxiliando as escolas e fornecendo bolsas de estudos para os estudantes pobres. Dispunha assim, de uma fortuna conquistada com o trabalho e perseverança, em função social e patriótica.[194]

Em Ribeirão Preto, o papel de exaltação da elite local coube também aos memorialistas que, fazendo suas incursões no campo historiográfico, tentaram resgatar fatos, datas e nomes de pessoas que contribuíram para o surgimento dessa cidade e sua projeção no campo social, político e econômico. Ao supervalorizar o indivíduo, possuidor de capital e recursos materiais e suas respectivas realizações e, por outro lado, ignorando a participação do conjunto da sociedade na produção material, os memorialistas assumem um ar ufanista em seus escritos, exaltando os personagens locais. É dessa forma que se expressam os intelectuais orgânicos da elite ribeirãopretana em 1959:

> Das três virtudes teologais, a caridade certamente, é aquela que mais deve prender a nossa atenção.
>
> Se a primeira, a Fé, afirma e manda crer, a Segunda, a Esperança, é expectativa de bom futuro alcançar; a terceira é a pedra a alicerçar a obra toda, fundada sobre o amor, a Caridade. [...]. A fortuna que temos, no presente, é empréstimo de Deus, para saber o emprego que faremos desse ouro, que poderá se transformar em ferro incandescente no ajuste final que chegará de nossas contas na escrita do Senhor [...].
>
> **A Caridade**

[194] PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto e seus homens progressistas*. 2. ed. Ribeirão Preto, [s.n.], 1983. p. 71-72.

A Caridade é virtude que demana
De corações formados para amar
É sentimento puro de promessa
De amparo para males minorar

Quem ao pobre alivia e já se irmana
A'quele que lhe pede ajuda
Já plantou, no socorro à dor humana,
A semente do bem germinar.

A melhora que temos no momento
É crédito de Deus a nós aberto,
Para prêmio de um merecimento.

Cuidado, tenha sempre o livro certo,
Na escrita do seu comportamento,
Para o acerto de contas que vem perto. (Valério Strang)[195]

A pobreza deixa de ser uma condição relativa à produção material para se transformar num desconforto visual. Pessoas mendigando, necessitados das questões mais primárias de sobrevivência, soltos pela cidade, atrapalhando e incomodando os transeuntes, enfeiam as áreas urbanas e causam uma péssima impressão às pessoas tanto da localidade quanto aos visitantes.

Entidades filantrópicas que surgiram desde o início do século XX em Ribeirão Preto pareciam insuficientes para atender o número crescente dessas pessoas carentes. Colocou-se até em dúvida se eram verdadeiramente mendigos aquelas pessoas encontradas nas ruas ou se não passava de artimanha, fantasiados que estariam em seus andrajos, para locupletarem algum ganho sem esforço algum.[196] Era essa a explicação sociológica para a aparição de tantos miseráveis nos logradouros da cidade.

Independentemente da explicação que se dava sobre como surgiam os miseráveis, a sua existência era um fato que por si só incomodava a classe dominante. Aos intelectuais orgânicos, representantes dessa classe, cabia a apresentação junto à opinião pública do problema, segundo a sua ótica:

---

[195] A CARIDADE. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Crônica e poesia, 13 dez. 1959, p. 11. Valério Strang foi, entre os anos de 1947 e 1950, Presidente da Sociedade Recreativa e de Esportes de Ribeirão Preto.

[196] PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora*. 4. ed. Ribeirão Preto: [s.n.], 1975. p. 22-23.

> Muito embora a nossa cidade esteja bem servida de instituições destinadas ao amparo de necessitados de ambos os sexos e de todas as idades, é constritor o espetáculo que apresenta as nossas ruas, cheias de pedintes de todas as categorias. [...].
>
> Pode o forasteiro, ao aportar aqui, ter a impressão desagradável de não termos casas de caridade capazes de atender a esses pedintes que enchem a nossa urbe, muitíssimos deles profissionais, como já se há constatado. [...].
>
> Jesus, às vezes, pelo mundo, disfarçado em pedinte vagabundo, anda no meio de nós para sondar aquilo que podemos realizar, de ajuda fraternal.
>
> Talvez, por isso, nessa crença, muitos receiam de encontrá-lo ao recusarem esmola que lhe pedem. [...]. Valério Strang[197]

A filósofa Marilena Chauí, que estudou amplamente o conceito de ideologia e hegemonia à luz dos ensinamentos de Marx e Gramsci, e para melhor compreender o que se convencionou chamar cultura popular, proporcionou interessantes desdobramentos na aplicação de seus conceitos. Conceitos estes que servem, por empréstimo e aplicação a diversas outras áreas, pois têm uma universalidade flagrante. O ponto de partida é a luta de classes, em que o povo, como plebe explorada, aparece como segmento dominado e excluído. É nessa perspectiva que diz:

> [...].Entre a exploração econômica e a dominação política instala-se uma identificação fundamental que permite legitimar e naturalizar as primeiras. Essa mediação, Marx designou com o nome de ideologia, produção da universalidade imaginária e da unidade ilusória numa sociedade que pressupõe, põe e repõe as divisões internas das classes. A novidade gramsciana consiste em considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura como processo social global que constitui a "visão de mundo" de uma sociedade de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata. Todavia, o conceito de hegemonia ultrapassa aqueles dois conceitos: ultrapassa o de cultura porque indaga sobre as relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e da subordinação; ultrapassa o conceito de ideologia porque envolve todo o processo vivo percebendo-o como práxis, isto é, as representações, as normas e os valores, são práticas sociais e se organizam como e através de práticas sociais dominantes e determinadas. [...]. Numa palavra, é uma práxis e um processo, pois se altera todas as vezes que as condições históricas se transformam, alteração indispensável para que a dominação seja mantida. Como cultura numa sociedade de classes, a hegemonia não é apenas conjunto de representações, nem doutrinação e manipulação. É um corpo de práticas expectativas sobre o todo social existente e sobre o todo da existência social: constitui e é constituída pela sociedade sob a forma de subordinação interiorizada e imperceptível. [198]

---

[197] PEDINTES. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Crônica e poesia, 22 dez. 1959, p. 9.

[198] CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 21-22.

A chave explicativa para as mazelas sociais dentro desse espectro ideológico que falsifica a realidade e apresenta outras conotações, que em graus diversos é partilhada pelo conjunto social, é extremamente necessária para a sua própria sustentabilidade. Não é possível manter um sistema iníquo sem o respaldo de um confiável arcabouço político-ideológico que garanta não só a permanência das estruturas, mas sobretudo a partilha do mesmo ideário pelos demais membros da comunidade. Esse é o modelo ideal, porém, como nem todos participam ativamente dos mesmos valores amplamente difundidos, há a possibilidade do surgimento de grupos ou elementos isolados que façam desde a oposição sistemática à ideologia estabelecida até a anuência condescendente aos diversos tipos de compreensão de mundo.

Se a ideologia para a classe dominante vai além da tentativa de diminuir ou até eliminar a percepção dos antagonismos de uma sociedade de classes, é porque percebe que necessita mais do que uma aceitação passiva daqueles a quem domina. Necessita, nesse caso, da participação ativa daqueles que, mormente sendo excluídos na divisão dos resultados da produção dos bens materiais e culturais, aceitem-nos como naturais e imutáveis. Esse é o ideal de uma ideologia que luta para impor-se. É o que Gramsci descreve como hegemonia, antes de tudo um processo dinâmico interagindo na sociedade. Sem essa hegemonia dificilmente se manteria o *status quo* vigente e seus vários questionamentos. Uma maneira eficaz de consolidar a posição de mando da elite é travestí-la de um tipo de solidarismo, em que fiquem patentes as suas qualidades no campo moral e humanístico. Isso vai ao encontro do projeto de negação de luta de classes. Nesse sentido relata o memorialista Prisco da Cruz Prates:

> D. Isaura divide o tempo entre ajudar o marido no trabalho e dedicar-se a obras de assistência social. Fundou a Liga Feminina Sírio-Brasileira, da qual foi presidente de 1955 a 1968; é tesoureira da Associação dos Tuberculosos; foi presidente da Associação Beneficente Dorcas, fundando a Sopa dos Pobres que a ela é ligada, de 1958 a 1960; é vice-presidente da Assistência de proteção à Infância (Hospital Santa Lidia); é presidente do Voluntariado Feminino da Ação Social, da Santa Casa de Misericórdia local, desde 1969, tendo sido reeleita recentemente por mais dois anos. E ainda encontra tempo para frequentar a sociedade, cultivar um grande e selecionado círculo de relações e amizade, cuidar de seu lar com amor e ternura. O sr. Nadin Latuf não se distancia da esposa em trabalho e atividade: foi o presidente da União Síria Beneficente, de 1954 a 1968; é diretor

> da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto; é diretor do Clube dos Logistas; é diretor do Grupo dos Cravos Vermelhos; [...]; é sócio de todas as sociedade filantrópicas locais [...].[199]

A trama que se estabelece com a finalidade de dissimular a luta de classes é auxiliada pela exaltação de obras caritativas, que não atingem o âmago dos problemas, tendo em vista que isso colocaria em risco o arcabouço ideológico criado e defendido. As várias entidades caritativas existentes necessitam criar eventos permanentes para atender a uma dupla finalidade: dar identidade aos membros enquanto grupamento distinto, no sentido de fomentar uma certa cumplicidade entre os seus agentes, projetando-os sobre o conjunto da sociedade e, em segundo lugar, ter o reconhecimento daqueles que recebem algum tipo de benefício, não especificamente enquanto indivíduos, mas sobretudo enquanto classe.

Esse conceito de filantropia e a necessidade de sua manutenção para dar suporte à estrutura social ficou de forma tão arraigada na mentalidade de seu povo que ele atinge as pessoas nas mais tenras idades através dos meios de comunicação. No boletim informativo *O Pequeno Polegar* dos alunos do 4º Grupo Escolar desse município, em 1956, a profa. Yolanda de Almeida Villela considera que o principal valor da cidade de Ribeirão Preto reside na assistência que se dá aos *desprotegidos da sorte*:

> Ninguém ao desamparo, ninguém vagando ao léo, sofrendo a dor da fome, dos rigores do inverno ou das intempéries do tempo.
>
> Desde a mais tenra idade, até os mais pesados anos da velhice, os necessitados encontram agasalho e carinho na Assistência Moral, Material e Espiritual da cidade de Ribeirão Preto.
>
> Surgem a cada passo, como quê por encanto, novas instituições, abrindo suas asas protetoras aos abandonados da sorte.
>
> Pode-se afirmar que a nossa cidade, no que diz respeito à Assistência Social, marcha na vanguarda de todas as cidades do interior, não só do Brasil, como da América do Sul.
>
> Amparando a criança nos seus primeiros anos de vida, ergue-se a "Obra do Berço", confeccionando cuidadosamente enxovaizinhos e distribuindo-os às crianças pobres.[...].[200]

---

[199] PRATES, op. cit., p. 225-226, nota 196.

[200] VILLELA, Yolanda de Almeida. Assistência Social. *O Pequeno Polegar*, Ribeirão Preto, 1956.

Se as necessidades mínimas de algumas pessoas não são satisfeitas, evita-se agrupá-las enquanto classe, dando-lhes o nome de *desassistidas* e quando se consegue inseri-las minimamente dentro de um espaço ocupacional e de trabalho, de *desafortunadas.* Com esse movimento de caráter ideológico, eis que não é apenas filológico mas conceitual, evita-se a negativa comparação entre a opulência dos que detêm a propriedade dos meios de produção e a elas associados e os que dão suporte a toda cadeia produtiva e de geração de riquezas, no caso os trabalhadores. Quem está fora do sistema produtivo, nem mesmo ocupando uma posição subalterna teria, nessa visão descaracterizadora das relações sociais, que atribuir a sua condição a uma mera *fatalidade*. Fatalidade que dependendo, entretanto, do número de deserdados pode colocar em risco a "paz social", não pelo questionamento imediato das estruturas, mas pelo *potencial* que representam se orientadas ideologicamente num sentido diverso daquele propugnado pelas classes dominantes.

A população desassistida e que vai ser prioritariamente atendida pela filantropia burguesa será aquela que transita pelos espaços públicos e que dão grande visibilidade às mazelas sociais. Isso porque a permanência desses indivíduos em lugares públicos, expondo sua condição de miseráveis, colocaria por terra todo o esforço empreendido pelos intelectuais orgânicos da classe dominante no sentido de dar uma conotação positiva ao modelo social que defendiam. A fundação de instituições como a Sociedade Amiga dos Pobres[201], criadas para albergar ou retirar essas pessoas, que exibindo seus andrajos em público "enfeiavam" a bela cidade, se fazia necessária:

> No início dêste século, Ribeirão Preto era ainda uma cidadesinha. Entretanto a sua fama já se fazia sentir através de seu saboroso café, que aos milhares de toneladas eram exportados para os grandes mercados internacionais. Daí o seu vertiginoso progresso que logo se agigantava numa róta ininterrupta, fazendo-a enfileirar entre as melhores do Estado!

[201] Segundo Rubem Cione, a Entidade fundada em 17 de agosto de 1910 proporcionava aos pobres albergue noturno, banho e algum tipo de alimentação. A Entidade não permitia que a pessoa utilizasse de seus serviços mais de uma vez, o que acontecia somente em casos excepcionais e com a anuência da Diretoria da Entidade. Esta Entidade, ainda segundo Cione, *foi prestigiada sempre que possível não só pelo poder Público, mas por pessoas ilustres e de alto espírito social e filantrópico*. In: CIONE, op. cit., p. 685-686, nota 1.

> Dessa maneira era indispensável que o seu povo se lembrasse também, de realizar algo, que beneficiasse os necessitados que à míngua de recursos sofriam as misérias que as suas paupérrimas condições não permitiam saná-las. A Santa Casa já existia, e também já se achava adiantado o projeto para a edificação da Beneficência Portuguesa. O povo enfim, compreendia que, além dos teatros e cabarés, precisava também de instituições que beneficiassem os necessitados.
>
> Na época Ribeirão Preto nadava no ouro com o seu reinado cafeeiro e, por contraste, levas de necessitados, na mais extrema penúria, pernoitavam nos jardins e nas casas desocupadas causando porisso as mais péssimas impressões não só aos moradores locais, como também aos forasteiros que aqui aportavam. Observando essa enorme lacúna, que alguns beneméritos cidadãos desta cidade entenderam de edificar um albergue noturno [...].[202]

Essa preocupação em dar à cidade uma aparência harmoniosa em seus relacionamentos sociais foi uma constante. Evitava-se a todo custo falar, sobretudo na imprensa voluntariamente controlada pelos seus interlocutores, em exploração do trabalho e que a riqueza é socialmente construída pela dinâmica capitalista através da qual a expropriação da *mais-valia* é o fator determinante de enriquecimento. Se há problemas sociais é por culpa do governo, de projetos mal concebidos, da corrupção etc, ou seja, nada tem a ver com a realidade imediata e local ribeirãopretana. O que acontece no município nada mais é, para os formadores de opinião pública, que reflexos de políticas mal conduzidas por outros níveis da estrutura de poder.

Em reunião do Rotary Club local, em 1959, presidida por Walter José Ragazzi[203], estavam presentes entre outros, Dino Rizzi[204], Luiz Tarquínio de Assis Lopes, Georgides Gonçalves, Domingos J. B. Spinelli[205], Francisco Degni, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia local e membro do Rotary Club de São Paulo. Castaldelli[206] informou que, em nome dessa Instituição, forneceu calçados para os meninos internados no Lar da Criança Ribeirãopretana. Na mesma reunião,

---

[202] PRATES, op. cit., p. 219, nota 196.

[203] Membro da Associação do Comércio e Indústria de Ribeirão Preto. Na eleição dessa entidade para a composição da nova diretoria relativa ao biênio 1960-1962 fez parte da Diretoria. In: RIBEIRÃO PRETO. Associação do Comércio e Indústria. *Livros de Atas*. [Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias]. Ribeirão Preto, 8 ago. 1960 a 4 jul. 1970. fl. 2v.

[204] Membro da Associação do Comércio e Indústria de Ribeirão Preto. Na eleição dessa entidade para a composição da nova diretoria relativa ao biênio 1960-1962 ocupou a 1ª secretaria. Idem, Ibidem.

[205] Membro da Associação do Comércio e Indústria de Ribeirão Preto. Na eleição dessa entidade para a composição da nova diretoria relativa ao biênio 1964-1966, ocupou um cargo no Conselho Deliberativo. Idem, Ibidem.

[206] Membro da Associação do Comércio e Indústria de Ribeirão Preto. Na eleição dessa entidade para a composição da nova diretoria relativa ao biênio 1960-1962 ocupou a 1ª tesouraria. Idem, Ibidem.

fez as saudações de protocolo Antônio Bueno da Rocha[207] e, na ocasião, Elias Pereira Assef[208] referiu-se a:

> Ao aumento da mendicância em nossa cidade devido a vinda de mendicantes de cidades vizinhas e da participação de elementos que poderiam ganhar a vida de forma mais decente. Apelou para o Rotari no sentido de entrar em entendimento com os juízes da comarca e com a polícia para o desenvolvimento de uma intensa campanha de combate à mendicância. A propósito foram citados, por diversas das pessoas presentes, fatos que demonstram sobejamente a necessidade dessa campanha.[209]

Essa proposta foi articulada de forma mais consistente em 1961 quando Sérgio Rubens Sant'Anna, em entendimentos com pessoas de destacada importância na sociedade ribeirãopretana, tentou encontrar uma solução para o aumento da pobreza visível na cidade. Os reais interesses e a sinceridade como foram expostos o problema são impressionantes:

> Trata-se de reunir elementos que se preocupam com um dos mais sérios problemas sociais, a mendicância, em tôrno da luta sem quartel para o seu extermínio pelo menos em Ribeirão Preto.
>
> Não de forma cômoda, até hoje utilizada, de obrigar o miserável a circular, ou seja recolhê-lo do centro da cidade ou bairros, e colocá-los na estrada para que procure outras cidades. Isso, está visto, não funciona, não resolve é desumanidade.[...].
>
> O industrial e usineiro João Marchesi, segundo estamos seguramente informados é figura de prôa neste movimento, sendo que há ainda a destacar o dr. Romeu Coltro, cuja experiência nêsse particular é grande, pois, realizou obra apreciável na cidade de Lins, quando de uma estada como juiz de Direito naquela urbe.
>
> A Legião Brasileira de Assistência ligou-se ao movimento, sendo que brevemente realizar-se-á uma grande reunião entre pessoas interessadas, e da qual participarão os integrantes de nossa imprensa, a fim de serem discutidos alguns pormenores da campanha a ser desencadeada de maneira objetiva, prática, e que, estamos seguros, culminará em amplo sucesso.[210]

A preocupação com o aumento do número de indigentes transitando na área urbana era uma preocupação que atingia os setores mais favorecidos da sociedade ribeirãopretana, o que estimulou reuniões de várias entidades representativas para

---

[207] Maçon grau 33 e membro do Grupo dos Cravos Vermelhos.

[208] Em reportagem de 1961, o sr. Elias Pereira Assef representava a LBA (Legião Brasileira de Assistência). In: *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes sociais, 6 out. 1961, p. 04.

[209] COMBATE a mendicância em Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 dez. 1959, p. 3.

[210] BUSCANDO solução de sério problema social que preocupa Ribeirão Preto. Sob iniciativa de advogado local e orientação do dr. Romeu Coltro. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 5 out. 1961, p. 1.

se chegar a uma ação conjunta e mais eficiente para extirpar esse mal. O juiz de direito da 1ª vara da Comarca de Ribeirão Preto, Romeu Coltro[211], manteve conversações no Palácio da Justiça local com importantes personalidades que se propunham a constituir uma fundação com a finalidade específica de atacar esses problemas sociais expostos à vista de todos. Em um desses encontros foram recebidos Elias Pereira Assef, presidente da LBA e Nair Brandão do SESI (Serviço Social da Indústria), que colocaram suas respectivas entidades à disposição do que fosse acordado entre os participantes da reunião. A idéia básica era centralizar em torno de uma Fundação as ações que se encontravam dispersas, por serem realizadas por diversas entidades filantrópicas. A constituição de uma Fundação também visava suprir aquelas instituições que passavam por grandes dificuldades em manterem satisfatoriamente suas atividades:

> A verdade, porém, é que muitas casas estão como que esmolando para a sua sobrevivência, fugindo precipuamente das suas altas finalidades educativas e recuperadoras e criando uma ambiente mais tenso nas relações humanas. Soubemos (iremos investigar) que em muitos lares de crianças faltam os alimentos básicos e roupas (as mais necessárias). A situação não é de hoje e nada se faz para a sua melhoria, como negra lembrança da ausência da caridade cristã.
>
> É preciso, e sabemos que a sociedade de Ribeirão Preto está pronta para responder a ordem de convocação, pôr um fim nessa dolorosa situação, aflitiva e de desespêro em que se encontram, acorrendo em socorro essas almas abnegadas, anônimas, que já nada mais podem fazer a não ser contar com a ajuda do povo.[212]

Em continuidade à matéria jornalística, dizia-se que o juiz Romeu Coltro reunirir-se-ia com a imprensa falada e escrita, pedindo a ela a sua colaboração, fundamental para o sucesso do evento. O articulista ressaltou que estavam envolvidos nesse projeto todos os juizes e promotores da comarca e que o mentor da idéia, o usineiro João Marchesi, só iria colaborar se toda a classe patronal efetivamente participasse. Todos aqueles que quisessem participar, doando alguma

---

[211] O sr. Romeu Coltro foi presidente do Conselho da Sociedade Recreativa e de Esportes de Ribeirão Preto durante o período compreendido entre 14.12.1970 a 29.02.1980. In: *Revista da Sociedade Recreativa e de Esportes*, Ribeirão Preto, p. 43, 1999.

[212] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 6 out. 1961, p. 4.

roupa, por exemplo, podiam fazê-lo através de contato telefônico com o sr. Robin A. Calil[213] e com o próprio juiz de direito Romeu Coltro.

A mulher na luta política e o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF)

No decorrer de nossa investigação, observamos que a mulher ribeirãopretana, oriunda das classes abastadas do final da década de 1950, tinha participação muito importante na manutenção de uma estrutura ideológica que fazia com que suas ações fossem aceitas como absolutamente necessárias, dadas as prementes necessidades por que passava parcela considerável da população. Lançavam-se em campanhas de cunho caritativo, angariando fundos para diversas entidades, não se descuidando antes em dar a maior visibilidade possível a essas ações. O jornal *Diário da Manhã*, em sua coluna *Flagrantes Sociais*, reservava espaço especial para elementos mais destacados da sociedade ribeirãopretana ladeadas por personalidades hollywoodianas. As notícias ali impressas eram divulgadas pela rádio ZYR-79, de propriedade das pessoas mais expressivas no campo econômico e financeiro representadas na Associação Comercial e Industrial:

> A "HOSTESS" de 1959, Sra. Maurílio (D. Édila Biagi) é uma das figuras de maior realce no setor filantrópico-beneficente, prestigiando sempre com seu nome os maiores movimentos que se realizam em nosso meio social. Ei-la na foto, por ocasião da Campanha da Saúde e da Fé, onde teve destacadíssima atuação, ao ser agraciada com as bandeiras da campanha por D. Luiz do Amaral Mousinho, Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto.[214]

---

[213] Em 1945 Robin Antonio Calil teve sua loja "Casa Robin", que comercializava produtos alimentícios invadida e saqueada por populares que acusavam-no de aumentar de maneira abusiva os preços de suas mercadorias. Seu irmão e sócio, Amin Antonio Calil, era nessa época presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto que tinha, entre outras atribuições, de controlar os preços das mercadorias vendidas no município. Depois, com seu irmão fundaram uma outra empresa, "A Modelar", que vendia produtos eletrodomésticos e outras mercadorias. Em 1964, Robin Calil fazia parte do Conselho Administrativo da Arquidiocese de Ribeirão Preto e, segundo o semanário local *A Palavra*, liderou esse Conselho para que se fechasse o jornal *Diário de Notícias*, da Igreja, que tinha uma postura reformista e crítica da classe dominante que desagradava os setores conservadores, empresários urbanos e rurais. Nessa época, 1964, seu irmão Amin Antônio Calil novamente ocupava a presidência da ACI-RP.

[214] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 8 nov. 1959, p. 10.

E segue:

RECEBEMOS o seguinte convite e agradecemos: “O Hospital Santa Lydia dispõe de 80 leitos destinados às crianças pobres. Está localizado na rua Tamandaré n. 434.

Sentir-nos-íamos contentes e estimulados se viéssemos a merecer a visita dos que se interessam pelos desprotegidos da sorte. Certamente você é um desses corações generosos.

Contando com a sua presença nos dias 9, 10 e 11 de Novembro das 14 às 22 horas na Sociedade Dante Alighieri à rua São Sebastião, 703, no Bazar Santa Lydia, promovido pelo Instituto de Proteção à Infância em benefício do Hospital Santa Lydia.

Agradece a Comissão.

Jorgina Secaf Cury, Carlinda Musa, Maria Helena Ribeiro Pinto, Lucila Uchoa Junqueira, Hilda Magri Uchoa, Aldina Amorim, Jacinta da Costa Moreira, Giselda Silva, Nadyr F. Monteiro da Silva, Dea Spadoni Biagi."[215]

E segue:

"SISSI e seu destino” marcará um dos grandes acontecimentos sociais eis que a promoção da Associação de Assistência aos Tuberculosos de Ribeirão Preto, além de beneficente, acarretará um autêntico desfile de beleza e elegância, proporcionado pelas damas e moças de nosso “haute gome”. A “avant-première” está assinalada no carnet: 19 do corrente, Cine “Centenário”, às 20,30 horas.[216]

E segue:

ONTEM à tarde, fomos honrados com a visita de três elegantes damas de nossa sociedade, e, por coincidência, três das quatro damas que já figuraram no quadro das “Grandes Hostess”, Sras. Édila Biagi, d. Lucila Junqueira e d. Gilda Beschiza Serra. Na oportunidade, dissemos a elas que a eleição das “dez mulheres mais elegantes de 1959” seria feita mediante novo sistema, isto é, a responsabilidade da tradicional lista caberia a oito das “Consagradas Elegantes”, que apontarão os nomes que devam figurar em 1959 (lista a ser divulgada pelos cronistas Ibrahin Sued, Tavares de Miranda, Alik Kostakis, Marcelino de Carvalho e Jacinto de Thormes). Depois de um ligeiro “papo” sobre o assunto, d. Édila, d. Lucila e d. Gilda falaram-nos sobre a realização da “Noite Italiana” – um jantar beneficente – que vai realizar no próximo dia 21 do corrente, às 19 hs., na sede da Liga das Senhoras Católicas, à Rua Prudente de Morais, 464. Além das três elegantes damas, Sras. Déa Biagi, Ivone Martins Lessa e Rosa Biagi. O convite, bem confeccionado (trazendo o cardápio: lazanha ao forno, frango assado com farofa e sobremesas variadas), conta com a interessante quadrinha:

Para proteger tantas crianças pobres,
que seja a voz do amor a nossa voz,
A bondade é o sol das almas nobres,
Num pouquinho de céu dentro de nós”

Como sóe acontecer em promoções assim teremos, mais uma vez, a oportunidade de encontrar, duma só vez, as mulheres mais belas e mais elegantes de nossa sociedade, que

[215] *Diário da Manhã*. op. cit., p. 10, nota 214.
[216] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 12 nov. 1959, p. 3.

> sempre souberam prestigiar, com sua indiscutível presença, o que se faz em benefício de nossas crianças pobres e desamparadas. E, quem não irá?!...[217]

E segue:

> A ASSOCIAÇÃO das Damas de Boa Vontade, em cuja presidência se encontra a Sra. D. Iris Riccioni, já está programando as suas realizações beneficentes que visam amparar os pobres nas festividades de Natal [...].[218]

Essa ações de benemerência não tinham por objetivo resolver quaisquer tipos de problemas sociais. Antes, queria dar à sociedade uma justificativa para sua própria existência e a razão de usufruir tantos privilégios. Isso já havia observado em 1957 o bispo da Diocese de Ribeirão Preto, D. Luís do Amaral Mousinho.[219] Percebeu ele que nas fazendas do município não havia habitação higiência, água potável, fossas sanitárias, escolas para as crianças e nem mesmo alfabetização de adultos. Essa parcela da população rural também não dispunha de assistência médica e odontológica. Depois de elencar uma série de mazelas na área rural, o bispo pergunta:

> Por que as esposas e filhas moças dos fazendeiros nãos descem da sua importância ou majestade para fazerem, em pessoa, esse trabalho de visita domiciliar? Por que dão preferência aos trabalhos assistenciais das cidades, com grande espalhafato na imprensa e no rádio, quando em suas fazendas há tantas famílias na miséria e no abandono?[220]

Assim, o bispo chamava a atenção do povo para a miséria social que contrastava de maneira aviltante com o requinte e opulência da elite local. Além

---

[217] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 14 nov. 1959, p. 3.
[218] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 20 nov. 1959, p. 10.
[219] D. Luís do Amaral Mousinho, um dos dez fundadores da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi caracterizado, pelas suas atitudes sócio-religiosas como *tradicionalista do tipo clássico*. Nessa classificação, utilizaram-se 4 categorias: os progressistas, aqueles que aceitavam a socialização dos meio de produção; os que faziam certa abertura social cautelosa e sem muito militantismo; os tradicionalistas de tipo clássico e os autoritários que eram pouco abertos ao diálogo e que propunham composição com os militares. cf. ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 66.
[220] MOUSINHO, D. Luís do Amaral. *Boletim Diocesano de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, p. 21, jan./fev. 1957.

disso, apontava a filantropia, pela maneira como era praticada, apenas como sinal de promoção social.

D. Luís do Amaral Mousinho detectou as finalidades sub-reptícias que orientavam as ações da classe dominante, que utilizava sua riqueza para aumentar ainda mais seu domínio. E que também essa classe utilizava-se de outras estratégias para atingir o domínio, via respeitabilidade, do restante da sociedade. Uma delas era o título universitário de doutor. Poderia ser médico, odontólogo, engenheiro ou advogado. O objetivo era mostrar que o diferencial social estava também na capacidade individual daquelas pessoas que compunham essa elite.

Entendendo a ligação dinâmica entre riqueza e educação é que D. Luís do Amaral Mousinho atacou aqueles que tinham capacidades intelectuais notáveis mas não orientavam-nas para as questões de cunho moral. Na realidade queria atacar a classe dominante por um outro prisma, ou seja, utilizando um elemento que também fazia parte do universo dos privilegiados que era a educação escolar formal e superior. Ao mesmo tempo, mostrava que não ter acesso aos estudos, motivado por condições financeiras precárias, não transformava a pessoa em alguém menos digno:

> [...]. Por esse motivo, encontramos homens cultíssimos de inteligência que são primaríssimos e monstruosos na vontade, ou na orientação de seus atos livres. E vice-versa: almas boníssimas, puras e santas que honraram suas famílias e elevam a sociedade, mas sem possuírem notáveis cabedais intelectuais.[221]

O congraçamento da classe dominante, no ato da realização dessas obras filantrópicas e outros encontros sociais, fortalecia os laços de amizade e o sentimento de classe. Senhoras da alta sociedade e grandes empresários tiveram a possibilidade de agir em bloco facilitando assim contatos e maior percepção ideológica dos fatos que ocorriam em nível político-social. Esses espaços de sociabilização proporcionaram a conformação necessária para que essa classe social

[221] MOUSINHO, D. Luís do Amaral. Escola e Religião. *O pequeno polegar*, Ribeirão Preto, 1956.

pudesse, a partir dos elementos já estruturados, lançar-se a novas tarefas e desafios que se apresentaram na conturbada década de 1960.

Filantropia, assistência social, serviços comunitários foram fortemente introduzidos no início dessa década por diversos organismos em várias áreas do território nacional, muitos deles patrocinados pelo IPES, por meio de seu Corpo de Assistentes Sociais (CAS), que objetivava criar *"ilhas de contentamento" e com isso retardar a solidariedade ideológica de classe e a organização política das classes trabalhadoras*. O MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento), também subvencionado pelo IPES, era formado por estudantes universitários de direita e que atuavam em localidades pobres acenando para a *possibilidade de ascensão econômica individual como uma alternativa para a luta social enquanto abafavam as tentativas de politizar a condição de favelado.* Da mesma forma que o CAS tinha as suas "ilhas de contentamento", o MUD, ao enfocar seus trabalhos em determinada localidade, visava criar uma "vitrine de exposição".[222]

A utilização de grupos femininos para pressionar o governo Goulart tinha por objetivo sensibilizar maridos, irmãos que estavam nas Forças Armadas, nas empresas etc. As organizações femininas mais importantes eram: CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), do Rio de Janeiro, a UCF (União Cívica Feminina), de São Paulo e a CEC (Campanha para a Educação Cívica). O IPES, além de patrocinar essas organizações, assistia financeira e organizacionalmente o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), que tinha um perfil mais conservador católico e familiar. Com características semelhantes tivemos o MFC (Movimento Familiar Cristão), a CFC (Confederação das Famílias Cristãs), a Liga Cristã contra o Comunismo, a CRF (Cruzada do Rosário em Família), a Legião de Defesa Nacional e muitas outras.

A UCF não se restringia aos afazeres destinados aos trabalhos relacionados com as donas de casa, mas utilizava-se da polícia, disfarçada de estudante, para realizar tumultos. Isso foi possível com a decisiva colaboração do governador do Estado de São Paulo, sr. Adhemar de Barros.

---

[222] DREIFUSS, op. cit., p. 308, nota 19.

A CAMDE era presidida por Amélia Molina, irmã do general Antônio Mendonça Molina, estreitou relações entre elites políticas e militares e suas ações sempre tiveram grande cobertura na imprensa nacional. Distribuiram-se milhares de panfletos dirigidos às donas de casa com ações integradas entre as suas congêneres, tanto de São Paulo como de outras localidades. Ao IPES, responsável pela articulação desses grupos femininos, associou-se a Associação Brasileira de Municípios, dando maior agilidade nas decisões e eficácia nos resultados. O ataque ao MEB[223] (Movimento de Educação de Base) como se fosse de atividade subversiva era um dos pontos centrais da campanha conservadora feminina, recebendo material e instrução para que agissem uníssonas também nesse assunto.

O ponto alto de toda essa organização da força feminina foi a passeata no dia 19 de março de 1964 que teve como lema "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em São Paulo, idealizada pelo deputado federal Antônio Silvio da Cunha Bueno e Oscar Thompson Filho[224], dentre outros. A organização da marcha se realizou no prédio da SRB (Sociedade Rural Brasileira), com a participação de membros do IPES, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Federação das Associações Rurais, Clube dos Diretores Lojistas, dentre os mais importantes.

---

[223] Segundo Wanderley, o MEB foi o resultado da evolução de experiências esparsas anteriores no campo da educação de adultos. Sistematizadas em 1947, o ensino de adultos utilizou-se de emissoras radiofônicas para atingir o seu intento. Em 1958 o MEC criou esse sistema que contava em 1960 com 47 emissoras. A Igreja, através da Ação Católica da CNBB, entabulou entendimentos com o presidente Jânio Quadros que resultaram na promulgação do Decreto 50.370 de 21 de março de 1961 estabelecendo convênio entre Estado e Igreja em que as emissoras católicas, em diversas regiões, seriam utilizadas para a educação de base, daí surgindo o MEB. Esse projeto se ampliou e áreas mais atrasadas foram priorizadas no atendimento desses serviços. Os bispos receberiam a autorização para o funcionamento de emissoras e funcionários federais para o desenvolvimento dos trabalhos educacionais. Para alguns bispos, a educação daqueles que viviam na total ignorância nas áreas subdesenvolvidas possibilitaria o despertar para os seus próprios problemas como saúde, alimentação e ter uma autonomia e independência políticas até então inexistentes. A educação seria, por essa concepção, fator de integração e desenvolvimento porque atuaria fundamentalmente nas estruturas através da ação direta dos próprios e potenciais beneficiários dessas mudanças - a população pobre e carente -. A educação era vista como o instrumental necessário para uma intervenção conseqüente, racional e eficaz das populações desassistidas. Junto a essa finalidade existia uma outra que era o entendimento de que o comunismo estaria se espalhando tanto no meio rural como urbano e a eles a manutenção da precariedade das situações era essencial aos seus objetivos políticos. Nesse caso, o projeto do MEB visava anular o avanço do movimento comunista. cf. WANDERLEY, Eduardo W. *Educar para transformar*: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 48-51.

[224] Em 1948, Oscar Thompson Filho estava no rol dos proprietários de terras no distrito de Guatapará, pertencente à época, ao município de Ribeirão Preto. O nome da propriedade era Fazenda Aparecida. cf. PORTO; BUENO, op. cit., nota 120. Em 1964, Oscar Thompson Filho ocupava o cargo de Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

Manifestações desse tipo objetivavam sensibilizar os militares e galvanizar a classe média no apoio à queda de Goulart.[225]

Nessa passeata do dia 19 de março, tiveram estreita participação na organização a Cruzada do Rosário em Família e o Movimento de Arregimentação Feminina sob a égide da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade) e congregou centenas de milhares de manifestantes no centro de São Paulo.[226]

É interessante observar que grande parte das senhoras, citadas em atividades benemerentes ribeirãopretanas, estava em 1963 na direção de organizações conspirativas contra o regime João Goulart, no caso, o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina). Também é importante ressaltar que a sociedade da época, extremamente machista, não possibilitava à mulher, autonomamente, tomar decisões de cunho político. Assim, se essas senhoras estiveram participando dessas ações subversivas é porque tinham mais que o simples apoio masculino, o estímulo decisivo e efusivo de seus consortes.

Na construção dessa agremiação político-militante, MAF, as mulheres da classe dominante não se descuidaram de continuar as práticas benemerentes, que vinham sendo realizadas há muito tempo. Ao contrário, deveriam elas serem aprofundadas pois as entidades filantrópicas eram eminentemente políticas, já que davam poder imediato e duradouro, via reconhecimento público, por parte de quem as realizava. Foi por meio desses instrumentos de poder já existentes mas não perceptíveis para a grande maioria da população, que assentou-se essa nova organização política feminina.

Os objetivos das ações políticas da classe dominante, por serem antagônicos ao da classe dominada, tiveram que ter seu discurso adaptado. Sendo fundamentalmente ideológico, não podia ser esclarecedor e totalmente inteligível. Buscaram-se a dissimulação e também lacunas em sua expressão verbal e escrita, tão comuns em casos como esse, para que o discurso resultasse em eficaz ação

---

[225] DREIFUSS, op. cit, p. 294-298, nota 19.

[226] ANTOINE, Pe. Charles. *O integrismo brasileiro*. Tradução de João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 29.

política e criasse condições para que as mulheres da elite ribeirãopretana pudessem se relacionar com as demais em termos de comunidade.

Dessa forma é que foi anunciada[227] a posse da Diretoria do MAF[228] ribeirãopretano, divulgando-se que seus os objetivos eram *promover a entrosagem da dona de casa para u'a ação conjunta contra a astronômica alta do custo de vida e outros movimento sociais de relevo*. A posse se deu no Centro Médico, à noite. E no dia seguinte o *Diário da Manhã* anunciava:

> **Criado Nesta Cidade o "MAF"**
> **Em Reunião no Centro Médico**
> **Altas autoridades e grande número de senhoras presentes à magnífica reunião que dá abertura aos trabalhos da importante entidade** [...].
> De São Paulo, com a finalidade de entrosar o movimento lá existente com o local, veio brilhante comitiva presidida pela sra. Itaici Silveira Pelegrini[229], que deu abertura aos trabalhos e empossou a diretoria do MAF de Ribeirão Preto, integrada das seguintes senhoras: Daisy de Castro Prado, presidente; Sinhazinha Procópio, vice-presidente; Diná Cajado Mello, tesoureira; Maria Helena Escobar, 2ª tesoureira; Vininha Gonçalves da Silva, secretária; Vera Whately, 2ª secretária.
> **DEP. ARREGIMENTAÇÃO**
> Está constituído das seguintes senhoras: Lucila Junqueira, Ivone Martins e Angelina Spanó.
> **DEP. PUBLICIDADE**
> A divulgação das atividades sociais compõe-se das senhoras: Genny Schroeder, Florianete Guimarães, Nilce Esteves Sant'Anna e Aldair Simões Gomes.
> **A REUNIÃO**
> À mesa dirigente dos trabalhos tomaram assento altas autoridades locais. Dando início à posse da diretoria local do MAF, falou a representante da seção de São Paulo, sra. Itaici Silveira Pelegrini. [...].
> [...], bem como a respeito das palavras da presidente local sra. Daisy de Castro Prado e aparteantes que, com sua intervenção, deram brilho à reunião [...].[230]

---

[227] MOVIMENTO de Arregimentação Feminina. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 14 mar. 1963, p. 5.

[228] Segundo Dreifuss, o MAF - Movimento de Arregimentação Feminina surgiu em 1954, protestando contra o alta do custo de vida e a precária educação cívica nas escolas. O papel eminentemente político se fortaleceu na década de 60 como organização lutava contra o comunismo e a corrupção. Caracterizou-se por mobilizar os o conjunto da sociedade e, para tanto, utilizava-se de panfletagens e propaganda de porta em porta, comícios e petições. DREIFUSS, op. cit., p. 295, nota 19. O general Odylio Denys lembra que o MAF foi a única organização que em 1961 aplaudiu as ações militares que tentaram inviabilizar a posse de João Goulart depois da renúncia de Jânio Quadros. cf. DENYS, Odílio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980. p. 145. (Brasil Século 20).

[229] Segundo Dreifuss, a presidente do MAF era a sra. Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*. Muitos assessores do IPES colaboraram na sua estruturação. cf. DREIFUSS, op. cit., p. 295, nota 19.

[230] CRIADO nesta cidade o MAF. Em reunião do Centro Médico. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 mar. 1963, p. 6.

A composição da diretoria MAF ribeirãopretano era basicamente de esposas de proprietários rurais, médicos e advogados, inclusive algumas membros da entidade filantrópica Associação das Damas da Boa Vontade, e a quase totalidade delas pertencente à Liga das Senhoras Católicas; tinha um corte classista-burguês evidente. Essas características eram totalmente condizentes com suas congêneres no país já que a *diretoria do MAF compreendia membros exclusivamente de status bem alto, das tradicionais famílias paulistas,* [...].[231] Isso foi percebido por um articulista de periódico quando numa brevíssima passagem em sua nota observou que "*deu muita "dama-dólar" na reunião do MAF. Nenhuma "mulher-cruzeiro" foi convidada".*[232] O MAF recebeu apoio do arcebispo Agnelo Rossi, segundo a 2ª tesoureira dessa entidade.[233] Esse apoio ficou patente quando do empréstimo do salão paroquial, junto à Igreja Santa Goretti, na Vila Virgínia para reunião do MAF com *donas de casa* daquela localidade no dia 20 de abril de 1963.[234]

Luis Augusto Sant'Anna[235], articulista do jornal *Diário da Manhã* e um dos principais responsáveis pela coluna *Flagrantes Sociais* desse periódico, discorreu sobre o MAF que as *donas-de-casa* organizaram, elogiando-o por ser contra o movimento altista dos preços e em favor de melhor sistema assistencial. Achou que o sucesso do Movimento somente seria alcançado se ele expandisse até os mais distantes pontos do município. Conclamou que as participantes do Movimento se dirigissem a todas as donas de casa, independentemente do bairro, desde as *mais humildes às de altas camadas, formando um bloco inteiriço, rígido, decidido, porque a luta é por igual a de tôdas.* A título de exemplo, citou um movimento ocorrido três anos atrás quando as norte-americanas se recusaram a comprar café em razão do aumento abusivo dos preços.

Outro fator que recebeu importância pelo MAF ribeirãopretano foi o de interferir diretamente na política, a começar por arregimentar mais mulheres para se tornarem eleitoras. O número de eleitoras femininas no município estava calculado

---

[231] DREIFUSS, op. cit., p. 295, nota 19.
[232] DIÁRIO da Manhã, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais, 17 mar. 1963, p. 4.
[233] Depoimento de Vininha Gonçalves da Silva ao autor, 2002.
[234] DONAS de casa de vila Virgínia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 abr. 1963, p. 6.
[235] AS MULHERES enfrentam problemas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes Sociais. 16 mar. 1963, p. 8.

em 30 mil, cifra relevante e que seria decisiva nos resultados do pleito municipal e de fundamental importância nas eleições federais e estaduais. Em diversos chamamentos publicitários no jornal, ao longo de várias semanas, o MAF expôs ao público que as mulheres representavam 51% da população ribeirãopretana, ou seja, seu universo era de 76 mil pessoas.[236]

Enquanto algumas propagandas publicitárias não assinadas pelo MAF, mas que davam suporte às suas tarefas, objetivavam levar a população em geral a acertar sua situação junto à Justiça Eleitoral, transferindo seu título para o município se acaso aqui residissem, o chamamento do MAF assumiu tons marciais:

> VOCE TEM UM DEVER A CUMPRIR
> COM A FAMÍLIA,
> COM OS FILHOS, COM A SOCIEDADE
> **MAF** – INSCREVA-SE NO MOVIMENTO DE ARREGIMENTAÇÃO FEMININA
> RUA BARÃO DO AMAZONAS, 904[237]

Além dessa mensagem que foi rotinizada nas páginas do periódico, outra também foi bastante veiculada nas páginas do periódico e ao final trazia um espaço em branco para preenchimento de alguns dados pessoais como nome, endereço, estado civil e local de trabalho e novamente fechava com o mesmo tom marcial:

> DONA DE CASA!
> em defesa do lar, da família e da sociedade, inscreva-se no
> MAF - MOVIMENTO DE ARREGIMENTAÇÃO FEMININA
> o que é o MAF?
> é uma organização que visa criar uma nova mentalidade feminina, atualizando as idéias com o momento atual, unificando a mulher na defesa do lar, da família e da sociedade.
> quem é o MAF?
> é a associação de tôdas as mulheres, sem restrição de classe social, raça ou credo religioso.
> Para que o MAF?
> para lutar contra a carestia de vida, a ganância, o descaso nos negócios públicos, a opressão, visando uma vida humana para todos, dentro dos princípios da Justiça Social.
> por que o MAF?
> as mulheres tem se omitido, até então, de influirem numa melhor solução dos problemas que dizem à coletividade.
> Criando uma nova mentalidade feminina, o MAF desperta nas mulheres uma nova consciência de seus direitos e deveres cidadãs.

---

[236] 76 Mil mulheres. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 2 mar. 1963, p. 4.
[237] VOCÊ tem um dever a cumprir. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 2 abr. 1963, p. 6.

como é o MAF?
é uma entidade que funciona diuturnamente atendendo as reivindicações das mulheres, em assuntos sociais, políticos ou econômicos que beneficiem à coletividade.
onde é o MAF?
em cada lar há uma trincheira e o quartel general é
O MAF precisa de Você! Você precisa do MAF!
Inscreva-se e TRAGA SUAS AMIGAS.[...].
MOVIMENTA! ALERTA! FISCALIZA!
MAF — Movimento de Arregimentação Feminina
Rua Barão do Amazonas, 904 - Ribeirão Preto.[238]

Esse movimento organizado no momento imediatamente posterior à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural[239], fez com que os proprietários rurais, que eram contrários à organização sindical, estabelecessem metas do que eles acreditavam ser aceitável nas futuras negociações.

No dia 03 de março de 1963 em Batatais, cidade localizada cerca de 60 km de Ribeirão Preto e pertencente essa Arquidiocese, uma grande passeata, organizada pelo padre Celso Ibson de Sylos, saiu às ruas, com os organizadores da Frente Agrária ao lado dos trabalhadores rurais que exibiam seus instrumentos de trabalho, como enxadas, foices, etc. A repercussão do movimento, que lutava pela sindicalização e conquista de direitos dos trabalhadores rurais, foi intensa sobretudo nos setores patronais, que recrudesceram ainda mais suas posições contrárias à efetiva consolidação de posições reformistas e ao avanço organizacional dessa categoria profissional.[240]

Sobre esse momento diz Said Issa Halah:

[...]. O exercício da atividade trabalhista, recentemente instalada (1957/58) na primeira Junta de Conciliação e Julgamento, naqueles últimos cinco anos, não era compreendida pela classe patronal, que odiava aos advogados que davam guarida aos trabalhadores, reclamando seus direitos. Os empregadores rurais estavam acostumados a receber o trabalho de toda uma família, e apenas pagar ao chefe, os demais trabalhavam de graça.

[238] DONA de casa! *Diário da Manhã,* Ribeirão Preto, 2 abr. 1963, p. 7.

[239] O Estatuto do Trabalhador Rural, que passou a vigorar no dia 02 de março de 1963 através da Lei federal nº 4.214, reconheceu os Sindicatos rurais como órgãos representativos da classe e deu as garantias legais que equiparavam estes trabalhadores aos urbanos em muitos aspectos. O que existia em termos legais até então e que não satisfazia essa categoria de trabalhadores era o Decreto-Lei nº 7.038, que era insuficiente para o enfrentamento no campo político e jurídico aos proprietários rurais.

[240] No ano de 1990 foi desenvolvido em Batatais, através do Museu Histórico e Pedagógico "Washington Luis", daquele município, um projeto denominado "História do movimento operário e sindical" que constituía-se de uma série de entrevistas gravadas em VHS. O depoimento de padre Celso Ibson de Sylos foi realizado no dia 04.08.1990.

> [...]. Os produtores de café sustentavam que aquilo não era uma relação de emprego, mas uma relação de empreita. [...].
>
> Cada trabalhador e sua família, que trabalhava para os usineiros de açúcar, que fizeram toda essa fortuna que está aí, morava numa casa de chão batido, e não tinha mais do que...morava como bicho. Eles tinham um desconto de 33% a título de habitação. Então, uma família que tinha 5 trabalhadores [...]. Quase a metade da força de trabalho era por conta do aluguel da casa. Uma casa de chão batido. Naquele tempo eu fiz um cálculo uma vez, e mostrei que uma família de trabalhador rural pagava um aluguel maior do que qualquer casa aqui no alto da cidade, de luxo. Prá morar na Usina! E a qualquer momento podia ser mandado embora. [...] E mais! A maioria das Usinas da região [...] o trabalhador para comprar remédio, tinha que comprar da farmácia da Usina. O trabalhador para comprar alimentos, no armazém da Usina. Não circulava dinheiro. O salário eram vales. De tal sorte que onde o trabalhador ia comprar tudo era mais caro.[...].
>
> Porque com a luta pelo advento da legislação trabalhista no campo, quando os primeiros trabalhadores passaram a ganhar direito às férias, quando todos os membros da família passaram a ser reconhecidos como empregados e, como tal, merecedores de salário, o que os fazendeiros fizeram, a reação da fazendeirada foi derrubar as casas, expulsar o trabalhador de dentro da fazenda e isto foi criando na periferia as favelas. Todas as pequenas comunas ficaram cercadas de favelas, porque o trabalhador era posto na rua e não tinha para onde ir.[241]

O temor que organizações de trabalhadores rurais infligia aos grandes proprietários rurais advinha, em grande parte, da grandeza organizacional que este movimento estava apresentando. Contando com um veículo de informações como o *Diário de Notícias* que circulava em toda a região abrangida pela Arquidiocese de Ribeirão Preto, quebrava em parte, o domínio do discurso ideológico dos setores conservadores em vários municípios. A manutenção de um jornal católico-militante não era bem visto por aqueles que defendiam que a Igreja deveria se preocupar com religião e não com política.

O próprio *Diário de Notícias* convoca a população a participar da grande manifestação ocorrida em Batatais no dia 03 de março de 1963:

> **Camponeses se concentrarão em Batatais**
> **Frente Agrária promoverá manifestação**
>
> **A FRENTE AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIONAL RIBEIRÃO PRETO,** promoverá no próximo dia 3, às 14 horas, na cidade de Batatais na Praça da prefeitura, grandiosa concentração de Trabalhadores Rurais daquele município e da região destacando-se Cravinhos, Ribeirão Preto (moradores da periferia da cidade, de Bonfim Paulista, Dumont e Guatapará), Brodosqui, Sales de Oliveira, Jardinópolis, Altinópolis, Santo Agostinho, Santo Antonio da Alegria e outros.

---

[241] Said Issa Halah, advogado, no período de 1960-1963, foi vereador em Ribeirão Preto. HALAH, S. I. *Said Issa Halah*: depoimento [maio 2001]. Entrevistador: Milton Carneiro Júnior. Ribeirão Preto: 2001. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida para Dissertação de mestrado.

> MOTIVO DA CONCENTRAÇÃO
> Na oportunidade líderes da FRENTE AGRÁRIA e Presidente de Sindicatos de Trabalhadores Rurais farão uma exposição da calamitosa situação da roça e darão por iniciada a campanha pelos Salários Mínimos e Contratos Escritos pata os Trabalhadores Rurais.
> ORADORES
> Usarão da palavra nesta concentração-monstro: Pe. Celso Ibson de Sylos (iniciador do movimento), Dr. José Romero Teruel (Presidente da FRENTE AGRÁRIA), Acadêmico de Medicina Gilberto Bellini (Secretário da FRENTE AGRÁRIA), Romualdo Simões Flório (Tesoureiro da F.A.), Dr. Caio Magri (do Conselho da F.A.), Antonio Crispim da Cruz (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos), Manoel Ferreira do Vales (Presidente do Sindicato de Ribeirão Preto), Durvalino Valim (Presidente do Sindicato de Sales de Oliveira). [...]. Dr. Vicente Tassinari (Coordenador da FRENTE AGRÁRIA em Batatais) e Otávio Sampaio (de Batatais).[242]

Nessa concentração de trabalhadores rurais foi criticada a intimidação veiculada pelos setores chamados "acomodados", que comentavam a possibilidade de prisão de pessoas que dela participaram, da mesma forma que não pouparam autoridades estaduais e federais que não atuam de maneira eficiente com o intuito de reverter a situação calamitosa em que se encontram os trabalhadores rurais. *A situação da roça está horrorosa; [...]; a insaciabilidade capitalista está grassando por todos os lados e os patrões querem o máximo de suas "propriedades" e nada ou quase nada dá aos trabalhadores; aumentam o capital [...] e relegam a um plano secundário o HOMEM.*[243]

Movimento tipicamente reformista desde a sua origem, anticomunista por convicção e liderados e controlados por setores urbanos, tinha por objetivo primeiro colocar a Igreja em contato com os trabalhadores rurais. A Igreja já vinha percebendo a perda de seu poder junto aos setores urbanos, sobretudo no meio proletário, no qual exercia pouca ou nenhuma influência. O relato do padre Celso Ibson de Sylos sobre a origem do movimento rural sob a liderança da Igreja ribeirãopretana é esclarecedor:

> [...]. E aí está o ponto em que entra a Igreja. A Igreja se hoje não está mais nesta postura, pelo menos a maior parte da hierarquia e dos líderes da Igreja católica e mesmo as outras Igrejas que acompanhavam o movimento social da Igreja católica, era uma postura anticomunista. [...]. Um dos problemas da Igreja sempre foi esse, além da evangelização, é

[242] CAMPONESES se concentrarão em Batatais. Frente Agrária promoverá manifestação**.** *Diário de Notícias,* Ribeirão Preto, 22 fev. 1963, p. 1.
[243] FALANDO da região. Camponeses clamam Justiça. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 22 fev. 1963, p. 3.

> um problema do poder, de prestígio, junto ao poder político e à população. O que aconteceu foi que a Igreja Católica no Brasil começou a se movimentar num movimento de preocupação do homem da roça que até aquele momento tinha sido abandonado completamente pela própria Igreja. [...].
>
> Bom, o problema da reforma agrária não podia estar aí em tese, nesta formação, pelo próprio relato que fiz se vê claramente que o que estava em jogo não era interesse do trabalhador rural. Era o interesse da cúpula da Igreja de [não] perder a liderança, a influência que tinha na área urbana. Ela percebeu que poderia perder toda aquela massa de trabalhadores na mão do Partido Comunista. Praticamente a visão era esta, portanto, não havia reivindicação de trabalhador. Havia o interesse da Igreja em não deixar um *Julião* ou um Partido Comunista tomar conta da liderança rural. Se eles [católicos] já estavam perdendo a liderança com os trabalhadores urbanos [...].[244]

Por este relato, percebe-se a ausência de radicalismos, pelo menos na sua fase inicial, de setores da Igreja e principalmente do padre Celso, seu principal articulador na área rural. O que fez a situação ficar delicada e conflituosa foi a receptividade que o movimento de organização sindical rural encontrou por parte do setor patronal.

O amplo domínio que estes proprietários rurais exerceram ao longo do tempo, não os habilitaram a qualquer tipo de negociação. O monopólio do poder que exerciam não aceitava qualquer tipo de oposição às suas normas, que eram agora questionadas. A posição de João Goulart, que encaminhava soluções reformistas no campo, não foi bem recebida pela classe dominante.

O temor adicional dessa burguesia rural era a participação do setor urbano nas modificações observadas. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, reconheceu que essa legislação trabalhista se deu em virtude mais da pressão exercida pelo movimento dos trabalhadores urbanos do que propriamente dos oriundos dos campos.[245]

Em Ribeirão Preto, a mesma dinâmica se observou. O projeto desenvolvido pelo padre Celso e apresentado no início de 1962 ao arcebispo D. Luís do Amaral Mousinho e por ele aprovado previa um total de 2 a 3 anos de investimentos em formação de lideranças sindicais na área rural para que os próprios trabalhadores rurais se organizassem em sindicatos sob sua orientação. De início, porém, os

---

[244] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos no dia 04.08.1990 ao Projeto "História do Movimento Operário e Sindical", desenvolvido pelo Museu Histórico e Pedagógico de Batatais "Washington Luís". Fita VHS.

[245] IANNI, Octávio. *O colapso do populismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 88.

trabalhadores rurais não participariam, pois era uma organização feita *de lideranças urbanas, de médicos, de advogados, jornalistas, estudantes universitários, assistentes sociais.* Essa seria uma organização temporária e teria por função precípua a formação de lideranças de origem rural. Tendo atingido essa meta, a organização se dissolveria pelo fato de haver de haver alcançado seu objetivo.[246]

Uma preocupação comum tanto para a Igreja Católica quanto para os proprietários rurais era a agitação que se observava nas áreas rurais do nordeste brasileiro, quando a partir de 1954 as Ligas Camponesas – denominação que recebeu as organizações de trabalhadores rurais que congregavam também rendeiros, posseiros e vaqueiros daquela localidade e sob a influência e liderança de Francisco Julião – começam a reivindicar alterações profundas tanto na estrutura fundiária como também nas relações trabalhistas. Um temor que atingia os órgãos ligados aos aparatos de segurança nacional e os grandes proprietários, e a Igreja Católica representava a possibilidade de infiltração comunista nesses movimentos, que se radicalizavam em propostas e ações. Para Julião, no entendimento de Souza[247], as injustiças só terminariam quando a propriedade da terra fosse realmente democratizada. Os sindicatos rurais, pela forma como eram entendidos por Julião, não contemplavam a reforma agrária. Embora não fosse efetivamente verdadeiro pois muitos sindicatos rurais, inclusive aqueles que se organizaram na região de Ribeirão Preto, sob a égide da Igreja Católica, colocavam a reforma agrária juntamente com as outras reformas de base defendidas pelo governo João Goulart como essenciais para a mudança da qualidade de vida dessas populações.

Para Souza havia muitos pontos de convergência entre as ações da Igreja católica e as Ligas camponesas, quando se analisam seus objetivos. Para ele:

> A diferença entre os dois movimentos se encontrava, antes, nos métodos empregados para atingir objetivos idênticos. Assim, enquanto os sindicatos de orientação cristã procuravam agir dentro de um contexto legal, isto é, exigindo o cumprimento da legislação existente e reivindicando novos direitos, as Ligas Camponesas, ao seguir outra estratégia, procuravam atingir os seus objetivos no "peito ou na marra", como se dizia na época. Tanto é assim que, nas áreas onde as Ligas Camponesas mais atuaram, ocorreram numerosas

[246] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit., nota 244.
[247] SOUZA, Itamar de. *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 75

> invasões de terra que, por sua vez, produziram vários conflitos armados entre camponeses e burgueses agrários.[248]

Ainda padre Celso elenca como agravante na organização dos trabalhadores rurais o momento histórico que o Brasil atravessava, pois percebia-se a franca reação de parte da classe dominante a tudo que se referisse a alterações estruturais.

Alguns proprietários rurais, tendo claro que a sua vitória passaria necessariamente por uma hegemonia política no setor urbano, realizaram intervenções de maior profundidade na cidade, por meio de organizações como o MAF. O MAF apresentou uma mensagem simpática, como a importância da mulher na sociedade e a responsabilidade de suas ações na construção de um país mais justo. As questões e os interesses de classe foram diluídos para que pudessem ter uma ação mais eficaz.

Essa junção entre mulheres das origens mais variadas era, por sí só, um grande projeto político. Conseguir que atuassem juntas sob o comando da classe dominante era um ideal a ser atingido.

Objetivando anular a crítica da esquerda radical que sustentava que as injustiças tinham por origem as estruturas sociais, o MAF quis dar uma conotação bem mais branda, pelo menos na sua apresentação publicitária através dos jornais. Sendo sua liderança originária da Liga das Senhoras Católicas e tendo o apoio de um arcebispo resolutamente conservador, questões relacionadas ao anticomunismo foram, naturalmente, abordadas, debatidas e difundidas.

Embora sendo um movimento basicamente feminino, sua orientação dependia muito da orientação masculina.[249] Armando Lúcio Sant'Anna se destacou no movimento, dando aulas de psicologia aplicada e mostrando quais as técnicas necessárias para se ter maior eficiência nos resultados do grupo.[250] A preocupação

---

[248] SOUZA, op. cit., p. 75, nota 247.

[249] Para a sra. Maria Helena Escobar, participante inicial do movimento mas sem maior comprometimento pessoal, segundo ela, o MAF foi trazido para Ribeirão Preto por Luis Armando Sant'Anna, depois de uma viagem a São Paulo. Outra pessoa que auxiliava muito o MAF era o sr. Mário Fioretti, representante local da FORD. ESCOBAR, M. H. *Maria Helena Escobar*: depoimento [ago. 2002]. Entrevistador: Milton Carneiro Júnior. Ribeirão Preto: 2002. Entrevista concedida para Dissertação de mestrado.

[250] MOVIMENTO de Arregimentação Feminina. Início de palestras de real interesse. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 4 abr. 1963, p. 8.

de Sant'Anna era a falta de capacidade do MAF em enfrentar os desafios futuros com o ingresso de um grande número de mulheres no movimento. Destacou a necessidade da formação de lideranças tanto na arregimentação como na sustentação de seus objetivos iniciais. Mostrou que tinha muita clareza do que estava realizando, inclusive os percalços futuros. O discurso de Sant'Anna mostrou a generalidade de seus preceitos, que também foi utilizado no meio sindical, no Ponto IV, para a formação de líderes mais condizentes com as aspirações patronais. Nessa palestra, mostrou que:

> 1º) Em todas as camadas sociais existem pessoas que, por motivos vários, exercem influência sôbre grande e pequenos círculos - e mesmo indivíduos, com os quais mantém contato ou convivência.
>
> 2º) As mensagens transmitidas pelos grandes veículos geralmente atingem em primeiro lugar a êsses verdadeiros líderes de opinião (agentes de influência) conquistando-lhes a preferência.
>
> 3º) Finalmente, as idéias que êsses líderes de opinião "receberam" através de grandes veículos são transmitidos por êles, às pessoas com quem estão veiculadas, pelo método verbal, de pessoa à pessoa. Atingir êsses líderes de opinião (agentes de influência que existem em todas as camadas sociais) eis a chave para atingir as massas.
>
> Os líderes de opinião não são necessariamente indivíduos importantes, mas, são sempre pessoas procuradas e ouvidas, seus conselhos são aceitos.
>
> Os grandes veículos atingem em primeiro lugar 20% do público, que são exatamente os agentes de influência ou "conselheiros". Dali as idéias divulgados pelos grandes veículos são transmitidas oralmente ao restante da população.
>
> Geralmente o que a princípio parece ser uma influência pessoal é um reflexo de influência partido dos veículos de comunicação. [...].
>
> A coisa é muito diferente – a comunicação de indivíduo para indivíduo ocorre entre as pessoas do mesmo nível econômico.
>
> Chamamos essa liderança de "Opinião horizontal". A classe operária tem seus próprios líderes de opinião. [...].
>
> É importante, para as mafistas que ocupam posição de comando, saber que todas as vezes que existe uma direção falha o programa é retardado, e as realizações não alcançam seu objetivo. [...].
>
> Devem os líderes partir do princípio de que o indivíduo é influenciado pelo grupo a que pertence. No grupo existe uma tendência conformista e é ela que lhes fornece a base prática pela qual pode orientar o seu método de liderança.
>
> De posse dessas sumárias noções das massas e das lideranças, vamos fazer um esquema rápido de arregimentação.
>
> "Ao encerrar quero alertar as mafistas dos inúmeros percalços com que depararão na luta e seu ideal. Iniciando suas atividades em época de campanha eleitoral e no momento grave em que se anunciam a introdução de grandes reformas na estrutura administrativa do país, que por certo provocarão agitação em toda a Nação, o MAF certamente será envolvido nos acontecimentos. Críticas e elogios partirão de vários locais e será necessário manter a cabeça fria e muita ponderação para não se deixar levar na onda demagógica que crescerá com a evolução dos fatos. O problema social é um problema de lutas de ângulos perigosos e é necessário a maior cautela nos embates que se travarão.

> A voz isolada nada vale e nada consegue, mas tôdas unidas em torno do ideal do bem comum, conseguirão juntas a vitória de seus anseios de cidadãos , donas de casas, de mães e sobretudo de mulher" [...].
>
> Encerrando a reunião d. Dayse de Castro Prado disse que o primeiro Núcleo Distrital a ser instalado seria o de Vila Virgínia.
>
> Por aclamação o orador foi escolhido como assessor do MAF. [251]

O MAF ribeirãopretano assemelhava-se, filosoficamente falando, com o Movimento de Rearmamento Moral, que esteve em 1962 na cidade, a convite da classe dominante, fazendo sua preleção. O que nos induz a afirmar que a classe dominante local via a necessidade de trazer para si, sob sua hegemonia, a sociedade dispersa e difusa em termos de interesses e objetivos. O discurso moralista encobria o real objetivo, que seria o de dominação, na busca de consenso para defesa de seus interesses de classe. Em seus estatutos figurava a defesa da família, o combate à corrupção e à demagogia, além de incutir à mulher as suas responsabilidades na sociedade, defendendo os ideais democráticos, mas sem nenhum interesse partidário.[252]

Antonio Carlos Sant'Anna, que viria ser candidato a prefeito pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) às eleições municipais de 1963, e processado pelo regime instaurado em abril de 1964, via com bons olhos o MAF, da mesma maneira que havia apoiado o Rearmamento Moral no ano anterior. Aliás, tanto o partido político como seu futuro candidato a prefeito oscilavam entre um discurso nacionalista-reformista, com lastros de radicalismos, chegando até a posições muito próximas daquelas engendradas pela reação. No manifesto do diretório municipal do PSB, publicado em 13 de março de 1963, essa agremiação partidária assim se expressou:

> [...]. Não podia deixar de condenar veementemente aos órgãos de entidades de classe, principalmente da burguesia, e que se omitem vergonhosamente nesta hora difícil, preocupada exclusivamente com o aumento de vendas de televisores. [...]. A modificação imediata da estrutura agrária arcaica e semi-feudal, por um lado, e a nacionalização total

---

[251] UNINDO as mulheres em torno do ideal do "bem comum". O MAF poderá transformar a mentalidade feminina. Palestra do sr. Luís Armando Sant'Anna na última reunião do movimento de arregimentação feminina. Noções de estrutura e liderança. O primeiro núcleo distrital será instalado na Vila Virgínia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 abr. 1963, p. 7.

[252] DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil (1966-1980)*. São Paulo: Ícone, 1985. p. 28.

> das grandes empresas estrangeiras, por outro, são as medidas práticas a serem adotadas imediatamente, sob pena de , se não o fizermos, vermos o desmoronamento daquilo que pouco conseguimos e a total submissão de capitalistas, comerciantes operários e o povo em geral, ao controle do capital estrangeiro, através de uma ditadura fascista, anti-popular. [...].
>
> Demonstrando a nossa fidelidade à atual linha política de desenvolvimento capitalista em nossa Pátria, esperamos que a burguesia compreenda de uma vez por todas o seu papel histórico nesta encruzilhada que nos encontramos, mas não escondemos nosso propósito de levantarmos a bandeira da emancipação econômica de nossa Pátria, ao lado da burguesia ou contra ela.[253]

Esse manifesto do PSB é extremamente confuso pois sintetiza inúmeras concepções, inclusive antagônicas de como resolver o impasse do processo do desenvolvimento econômico brasileiro. Representava, antes, uma falta de compreensão teórica fundamentada daqueles que dele participavam. Esse pensamento ambíguo e até mesmo contraditório, por muito tempo foi a marca dos posicionamentos de Antônio Carlos Sant'Anna.

Quando da primeira reunião do MAF em Ribeirão Preto, Antônio Carlos Sant'Anna fez elogios àquela organização, porém somente um breve reparo à organização, não questionando seus objetivos, mas tão-somente o seu alcance:

> [...]. Quando em nossa cidade mulheres de tôdas as camadas sociais se reúnem e procuram analisar sua situação e a própria situação nacional em face dos últimos sucessos, não temos mais que louvar seu trabalho e dignificar a ação, estimulando e criando, se possível e necessário, clima emocional para o impulsionamento de tão nobre iniciativa, pois, tudo o que visa eliminar o ódio e estabelecer novamente entre os homens a fraternidade é digno, é preciso estimular.
>
> Não nos importam as siglas. Ocupamo-nos das idéias. À reunião do Centro Médico faltaram muitas senhoras. Faltou um pouco de calor popular, que, como ficou dito, virá na medida em que a compreensão dessa luta tremenda em que se empenham as mulheres de nossa terra fôr crescendo, e o desenvolvimento ocorrerá, justamente, na razão da vinda para o núcleo ora instituído entre nós, daquelas mulheres que estiveram ausentes. E assim, na medida em que o tempo for cumprindo seu ciclo normal [...].[254]

Enquanto o jornal *Diário da Manhã* externava através de suas matérias as percepções mais díspares, que iam de posições reacionárias, abrindo espaços para organização de movimentos golpistas e reacionários como o MAF, até matérias que propunham reformas radicais e de independência política e econômica com relação

---

[253] MANIFESTO ao povo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 mar. 1963, p. 5.

[254] A MULHER é a própria contradição do homem. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Atualidades. 16 mar. 1963, p. 6.

à comunidade internacional, o semanário *A Palavra*, no seu conjunto, tinha uma percepção bem mais clara do que acontecia à sua volta. Seu articulista, Divo Marino, em uma matéria registra que:

> No âmbito municipal, é uma necessidade a tarefa de isolamento dos "gorilas", todos sobejamente conhecidos, uma vez que tem ligações com o IBAD e IPES, com o latifúndio, com o Rearmamento Moral, com o Ponto IV, com o MAF, "gorilas" fantasiados de forças de "centro" (como o atual diretório do PTB de Ribeirão Preto) das camadas populares e é uma necessidade a criação de ampla frente de democratas, com o fim de mobilizar o povo contra o neo-fascismo, contra o golpe dos "gorilas", a favor das reformas de base dentro de um processo pacífico e legal.[255]

Portanto, tivemos por parte de um segmento da sociedade ribeirãopretana uma compreensão muito fiel dos acontecimentos. É através dessa compreensão que podemos analisar com precisão toda a movimentação organizacional que se processava nas classes privilegiadas com o intuito de conseguir aumentar o seu trunfo político e derrotar os inimigos de classe. O MAF foi apenas um dos inúmeros instrumentos detectados e utilizados para esse fim.

A atuação do MAF

O MAF ribeirãopretano, por ser composto na sua estrutura por mulheres que tinham lastro importante no setor rural, via com reservas a atuação da Igreja, na pessoa do padre Celso Ibson de Sylos. Padre Celso, responsável pelo *Diário de Notícias* desde 1956, recebera do arcebispo D. Luís do Amaral Mousinho[256], por volta de 1960, a incumbência de atuar no setor rural, organizando os trabalhadores do campo em sindicatos e lutando por seus direitos legais. O sucessor de D. Luís do

---

[255] FRENTE Democrática Municipal. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 06 mai. 1963, p. 11.

[256] Os bispos que fundaram a CNBB em outubro de 1952, do qual fazia parte D. Luís do Amaral Mousinho, valorizavam a promoção e apoio à Ação Católica, ou seja a inserção do laicato no processo evangelizador, responsável pelas transformações sociais bem antes do Concílio Vaticano II, iniciado em 1962. As críticas ao assistencialismo inócuo que a Igreja vinha fazendo até então foi uma outra grande modificação de conduta que esses bispos tentaram implementar em suas dioceses. cf. SOUZA, op. cit., p. 32-33, nota 247.

Amaral Mousinho, após seu falecimento em 24 de abril de 1962, foi o arcebispo D. Agnelo Rossi[257], que era da mesma forma anticomunista, pertencia à ala mais conservadora da hierarquia católica mostrando-se mais sensível às pressões oriundas das classes dominantes. O apoio que padre Celso teve de D. Luís do Amaral Mousinho, com grande liberdade de atuação, mesmo sem a colaboração efetiva do conjunto do clero daquele arcebispado, faltou durante o período em que D. Agnelo Rossi esteve à frente do arcebispado ribeirãopretano. Havia, quando muito, tolerância em virtude do temor do avanço comunista no campo, embora a ação do padre Celso no campo social fosse vista com sérias reservas.

Isso é explicado pelo próprio padre Celso em seu depoimento a José Mauro Marinheiro[258] em documentário gravado em Batatais, em 04 de agosto de 1990. É muito elucidativo seu testemunho quando externa os conflitos existentes no interior da Igreja e que atingiam fortemente os membros da hierarquia. Um desses conflitos se referia à construção do Seminário para a formação de padres em Brodósqui, no final da década de 1950, e que teve grande participação financeira da classe dominante, representada pelos industriais, comerciantes e fazendeiros.[259] O próprio padre Celso, neste seu depoimento, era contrário a esse tipo de ajuda, pois sabia que poderia ser inibidor de ações mais contundentes por parte da Igreja quando da defesa dos interesses dos trabalhadores. Fatalmente se esbarraria na cobrança política daqueles que financeiramente haviam colaborado na construção daquela Entidade. Externou na época ao seu superior hierárquico, D. Luís do Amaral Mousinho, essas preocupações sem, contudo, ser atendido. Porém, a convivência entre os dois sempre foi respeitosa e a diferença de entendimento nesse assunto não foi impeditivo para as ações no campo social.

Próximo ao dia de sua morte e já acamado, D. Luís do Amaral Mousinho, chamou padre Celso e numa conversa reservada disse que *ele morria arrependido*

---

[257] D. Agnelo Rossi tomou posse dia 30 de setembro de 1962, permanecendo na Arquidiocese até dia 20 de dezembro de 1964, quando assumiu a Arquidiocese de São Paulo.

[258] Atual Secretário Municipal de Educação do município de Batatais.

[259] Segundo a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, a contribuição para o Seminário Diocesano foi aprovada em reunião da Diretoria da Entidade em 25.06.58. A Diocese receberia a importância de Cr$ 100.000,00 (antigos) em prestações mensais de Cr$ 5.000,00. In: ASSOCIAÇÃO Comercial [...], op. cit., nota 113.

de uma coisa só: de ter se comprometido com a burguesia, no episódio do Seminário. Segundo: que eu continuasse o trabalho com o clero ou apesar do clero.[260]

A limitada ação política dos padres da região estava condicionada, como observamos, a dois fatores fundamentais que podiam combinar-se entre si. Um era de ordem ideológica, ou seja, os clérigos estavam presos às tradicionais formas de conceberem a religião católica, mais preocupada com as manifestações ritualísticas do que com as transformações sociais que pressupunham reformas nas estruturas religiosas e civis. Outro fator se prendia às questões econômicas imediatas visto que entendia a grande maioria do clero local que era necessário manter boas relações com a classe dominante, de onde provinha parte substancial da colaboração financeira e material que mantinha a estrutura eclesial. A contrapartida do recebimento dessa ajuda financeira seria, naturalmente, o abrandamento ou a ausência de críticas direcionadas a setores da classe dominante. Em outras palavras, essa ajuda representava "imunidades" para alguns setores que controlavam o *status quo* da sociedade.

Nesse sentido é que o padre Celso viu-se tolhido em suas ações, ao não ter a cobertura política por parte de seus pares, sobretudo após a posse de D. Agnelo Rossi. Se a atuação do padre Celso ainda foi possível durante esse tempo, deveu-se ao anticomunismo de ambos e aos estudos feitos por Frei Antônio Rolim[261], que detectou entre outras coisas a necessidade de atuar entre os trabalhadores rurais com o fito de consolidar os laços familiares que estavam se desagregando. Neste ponto, frei Rolim foi enfático:

> A concentração urbana traz como decorrência imediata não só a mudança quantitativa mas ainda qualitativa, ligada à maneira de agir. O controle social e familiar das paróquias rurais desaparecem. Os recém chegados nas cidades não se integram de pronto nem social nem religiosamente. Os hábitos rurais de obediência aos mais velhos desaparecem com facilidade. Faz-se apêlo ao processo de conscientização.
>
> Com possíveis indicações pastorais, seriam então apontadas a descentralização das atividades pastorais, dado que uma das características do urbano é organizar-se. Formação

[260] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit., nota 244.

[261] Este trabalho foi iniciado por solicitação pessoal do arcebispo D. Luis do Amaral Mousinho, sendo concluído em 24 de junho de 1963, já com o arcebispo Agnelo Rossi à frente dos trabalhos pastorais em Ribeirão Preto e região.

> acurada de catequistas para transmitirem uma religião consciente. Substituição de uma religião rotineira e de tradição por uma religiosidade consciente, na qual, a razão tenha um papel importante a desempenhar, pela reflexão.[262]

Ainda nesse estudo elaborado por frei Rolim, as alternativas apontadas para se adequar às mudanças que se operavam na Arquidiocese de Ribeirão Preto aproximavam-se muito das posições de padre Celso, sendo que, do lado oposto, criticavam aquelas rotinizadas pelo clero conservador. Técnica, politicamente e religiosamente, as atitudes inovadoras do clero progressista encontravam respaldo nas conclusões e propostas que o levantamento pormenorizado desse frei alcançou. Porém, o tradicionalismo, tanto dentro do clero quanto fora dele, impediam um real avanço nas atividades prementes nos desafios que se apresentavam. Dentre outros assuntos abordados, a questão rural recebeu grande espaço em seus estudos:

> [...]. Como movimento no plano temporal, importa lembrar a Frente Agrária, embora seja coisa recente na Arquidiocese. Sua atuação na sindicalização do homem rural não deve esquecer a urgência de formação de líderes. Malgrado as deficiências que os responsáveis do movimento são os primeiros a reconhecer a Frente Agrária representa uma tomada de posição do cristão face à situação desumana do trabalhador rural. Só êste fato é suficiente para justificá-la. Esperamos que êste movimento dê mais liberdade de ação aos leigos, incorporando aos grupos dirigentes os trabalhadores rurais, levando o homem do campo a descobrir e a compreender o que o evangelho tem de justiça e de solidariedade. Importa ultrapassar o simples âmbito de sindicalização. Importa mostrar que o cristão é um homem livre, não atrelado à classe dirigente capitalista, mas que busca um mundo solidário na base da justiça e da liberdade, verdades que ele encontra na palavra do evangelho. Levada para uma promoção humana que seria primeiramente a formação de uma consciência cívica do trabalhador rural, acreditamos que a Frente Agrária represente um esforço realmente positivo na Arquidiocese, no plano temporal.[263]

Se o diagnóstico para sair do isolacionismo político que a Igreja Católica ribeirãopretana se encontrava correto, deveria o pare Celso receber todo o apoio necessário do conjunto da hierarquia católica não só para continuar suas atividades, mas sobretudo para aprofundá-las. Mas não foi isso que ocorreu.

As diretrizes apontadas por frei Rolim eram muito pertinentes e se adequavam às Encíclicas papais que, mesmo protegendo a propriedade privada,

---

[262] ROLIM, Frei Antônio. *Levantamento sócio-religioso da Arquidiocese de Ribeirão Preto*. Arquivo Histórico e Municipal. Ribeirão Preto: 1963. p. 35. Mimeografado.

[263] Idem, Ibidem, p. 58.

propunham uma certa abertura para as transformações sociais, questionando as bases de injustiça em que estava assentada a comunidade católica brasileira. O clero progressista encontrou na *Mater et Magistra* (1961) do papa João XXIII o respaldo teórico-religioso para as transformações relacionais entre clero e a comunidade onde estava inserido, buscando alcançar as modificações necessárias para que todos tivessem uma vida digna.

Mesmo antes do relatório de frei Rolim estar concluído em 24 de junho de 1963, as atividades desenvolvidas pelo clero progressista de Ribeirão Preto - extremamente diminuto - estavam em franca atividade, utilizando seu jornal para divulgar suas propostas de ação católica, assim como criticando o modo de vida daqueles que, segundo suas concepções, eram inadequados aos verdadeiros católicos. Não escapava nada, pois até mesmo as formas de lazer adotadas por membros da classe dominante eram duramente questionadas:

> Estamos em pleno carnaval e a situação está melhor... para os patrões; de um modo ou de outro, os proprietários sempre conseguem atravessar as más fases; pelo menos, pelo pouco que estamos vendo nestes dois dias a situação de muitos proprietários está excelente: esbanjam "satisfação" embriagados pelo Whisky, entorpecidos pelo Lança Perfume e auto-tapiados pelo seu "poder", pela sua riqueza.
>
> MUITOS JUSTIFICAM a malandragem nestes dias de Carnaval baseados nos trabalhos desenvolvidos durante o ano; esquecem que para estarem se divertindo escravizaram centenas de trabalhadores, roubaram o pão de milhares de crianças e estão acintosamente afrontando a lei de Deus, as quais expressam claramente que todos são iguais, todos devem crescer juntos, todos devem desfrutar as mesmas regalias [...]. GILBERTO BELLINI.[264]

Para padre Celso, o arcebispo D. Agnelo Rossi era tão religioso quanto alienado e, por ser demasiadamente religioso e com convicções dessa ordem, não contribuiu, antes, obstaculizou os trabalhos que já eram difíceis ainda sob a gestão do arcebispo reformador D. Luiz do Amaral Mousinho, dada a resistência da estrutura eclesiástica ribeirãopretana. Não fazia parte dos projetos de D. Agnelo Rossi a implementação da Doutrina Social Cristã, eis que suas preocupações eram

---

[264] BELLINI, Gilberto. Falando da região. Enquanto patrões se divertem camponeses passam fome... *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 24 fev. 1963. p. 7. Sobre o autor dessa matéria, o mesmo era, na época, acadêmico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

mais em preservar a Igreja no seu conservadorismo do que arriscar-se em ações que pudessem trazer algum tipo de prejuízo imediato ao seu poder pessoal. Diz ele:

> Se estava certa a análise de Marx que a religião aliena, e aliena mesmo! Porque se o cara, se embarcar numa religião, ele está vivendo só para a outra vida. Aqui não tem mais nada, e lá [depois da morte] é que é o negócio. Então a Doutrina Social da Igreja teve este condão de, na militância dos cristãos na Europa, trazer, por o pé no chão. Espera aí: — Eu acredito no outro mundo, mas a vida é essa! Para conquistar aqui, tem que viver aqui. É aqui que está a moral. É aqui que se resolve tudo.
>
> Então essa visão da Doutrina Social Cristã que nós tínhamos, mas não tinha a maioria dos católicos. Muitos nem têm até hoje. Então, se vão confessar, só confessam os pecados dos outros, os pecados pessoais, mas não confessam os pecados sociais. Ninguém confessa o pecado de não pagar o salário dos trabalhadores, ninguém confessava o pecado de não deixar a empregada doméstica sentar à mesa dela.
>
> Então essa visão social da Igreja é que nós passamos junto com o trabalho, que não tinha partido, que não tinha ideologia, que é o sindicalismo. [265]

Foi nessa perspectiva que o padre Celso, por solicitação do arcebispo D. Luís do Amaral Mousinho, antes de iniciar seu trabalho de sindicalização dos trabalhadores rurais, em princípios de 1962, tentou estabelecer entendimentos com associações de classe patronal da época, ou seja, a Associação Rural de Ribeirão Preto e a Associação dos Usineiros. Essas organizações haviam, como vimos, contribuído financeiramente para a construção do Seminário de Brodósqui. D. Luís do Amaral Mousinho pretendia evitar qualquer tipo de choque com seus representantes.

O objetivo era apresentar a Doutrina Social da Igreja em quatro reuniões semanais, expondo como a Igreja via a roça e o trabalhador, a evolução do pensamento de Leão XIII até o papa João XXIII. Logo de início houve resistência por parte dos fazendeiros e usineiros que caracterizaram a iniciativa como comunista:

> Quando eu comecei a mostrar, eles chamaram aquilo de comunismo. Prá eles aquilo era comunismo. Primeiro era uma palestra, no primeiro dia; segundo dia já começou o debate e no terceiro dia virou briga e no quarto dia – quarta semana – que era uma vez por semana, que era uma segunda-feira, me parece, iam todos os usineiros lá. No quarto dia foi impossível. [...].[266]

---

[265] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit., nota 244.
[266] Idem, Ibidem.

Ainda, segundo a fala de padre Celso, depois de ter explicado que o objetivo da Igreja no campo era o de formar sindicatos, descobrir lideranças e defender direitos trabalhistas, houve por parte dos presentes o oferecimento de viatura para sua locomoção e panfletos para seu trabalho. Padre Celso recusou por acreditar que aquilo acabaria com a sua independência, pois não teria autonomia em suas ações e ficaria desacreditado frente aos trabalhadores rurais. A reunião teria terminado dessa forma:

> Que a última palavra minha, eu me lembro muito bem que eu pronunciei na Associação dos Usineiros... porque aí deu briga! Porque tinha gente exaltada, evidentemente, me chamando de comunista e que isso não é possível... que a Igreja não pode fazer...
>
> — Se a Igreja pode ou não pode fazer é outro problema! Que eu vou fazer, eu vou. E com o apoio do bispo, o arcebispo de Ribeirão Preto, porque o plano foi apoiado por ele. E vamos fazer uma coisa? Vamos parar de conversas e discutir aqui, brigar e vamos nos encontrar na roça! Um dia ou outro vocês vão me encontrar na roça. E lá vocês vão ver se meus... se minha postura é igual à do Partido Comunista, se minha ideologia tem toda a ideologia, ou se eu estou unido a eles apenas numa coisa: os dois estão defendendo o trabalhador.[267]

Da mesma forma que o padre Celso Ibson de Sylos deu explicação para o que significava a Doutrina Social da Igreja para a Associação Rural de Ribeirão Preto e na Associação dos Usineiros, em 14 de maio de 1963 é chamado a proferir palestra para as integrantes do MAF sob a presidência da sra. Daisy de Castro Prado, grande proprietária rural na região, na sede da Casa de Portugal em Ribeirão Preto, sendo o tema da conferência *Doutrina Social Cristã e a Realidade Brasileira*. Os debates, *foram acalorados, demonstrando interesse do auditório, principalmente no que tangeu a Reforma Agrária que a Igreja apóia, mas sem que haja tomada de terras pela violência e sim dentro do espírito cristão*.[268] Nessa reunião o padre Celso ressaltou dois pontos: o bem comum e a propriedade privada.

---

[267] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit., nota 244.
[268] DOUTRINA Social da Igreja e a Realidade Brasileira. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 mai. 1963, p. 12.

Na verdade, havia um antagonismo entre os proprietários rurais e os defensores da reforma agrária, incluindo o padre Celso, mesmo falando inicialmente apenas em sindicalização rural.

Os setores mais conservadores perfilavam com um certo entendimento dos problemas do campo, consubstanciados no trabalho *Reforma Agrária: questão de consciência*[269], que foi elaborado pelos bipos D. Antonio de Castro Mayer, de Campos e D. Geraldo de Proença Sigaud, de Jacarézinho. Também colaboraram nesse trabalho o prof. Plínio Corrêa de Oliveira, fundador em 1960 da T.F.P. (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) com a finalidade de combater o comunismo e as tendências modernizadoras da Igreja Católica e o economista Luiz Mendonça de Freitas.[270] Mostrou esse trabalho, na visão de seus autores, o quão equivocada e artificialmente foi apresentada a reforma agrária. Para eles o objetivo era tão somente lançar a confusão e atender a interesses subalternos.

Entre muitas assertivas, cita que a tomada pura e simples das terras ou mediante pagamento irrisório era um passo para o socialismo, da mesma forma que atentaria contra o futuro religioso do país. Para seus autores, a manutenção da estrutura agrária, mediante a garantia da propriedade privada é condição *sine qua non* para a continuidade de um determinado tipo de nacionalidade, baseado na religião e na cultura e valores ocidentais.

Trabalhadores rurais e proprietários, segundo sua visão conservadora, estariam juntos, ou seja, solidariamente realizando tarefas que seriam benéficas para ambos, não só no campo econômico, mas também nas relações morais, aumentando o grau de confiança e fidelidades recíprocas. Características dessa interação entre eles podiam ser presenciadas na *compreensão, estima e mútuo apoio nas várias necessidades da vida, a harmonia entre o fazendeiro e o colono criava*

---

[269] MAYER, D. Antonio de Castro et al. *Reforma Agrária*: questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

[270] Para Luís Vianna Filho, o livro *Reforma Agrária: questão de consciência,* tornou-se a bíblia dos anti-reformistas. cf. VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 275. (Documentos Brasileiros).

frequentemente, o hábito de êste aconselhar com aquêle, recebendo proteção e amparo nos mais diversos assuntos.[271]

Essa proximidade mítica entre os grandes proprietários rurais e os trabalhadores do campo e a consonância de interesses entre ambos tinha sido há muito tempo questionada pela alta hierarquia católica ribeirãopretana na pessoa de seu arcebispo:

> Não concordo com a mentalidade mais ou menos escravocrata de certos fazendeiros que só pensam em termos de lucro. Que consideram suas herdades apenas como fonte de ganho e não também de graves DEVERES humanos, sociais e cristãos. Que na verdade não estão convencidos, embora de vez em quando enfaticamente o afirmem, de que os seus colonos e operários são seus irmãos, enquanto homens, enquanto brasileiros e enquanto cristãos. Que não os tratam com o devido respeito e mais ainda com fraternal amizade. Que se conservam espiritualmente distantes dos colonos como se estes pertencessem à casta ou espécie inferior. Que vivem à farta nos seus palacetes e festins, enquanto aos seus colonos falta aquele mínimo de bem-estar necessário à vida humana condigna à prática da virtude. Estes fazendeiros estão preparando o homem do campo para a revolta, para o ódio, para o boicote na produção, e para o comunismo internacional.[272]

Já o pensamento conservador consubstanciado em *Reforma Agrária: questão de consciência* atribuía as mazelas sociais no meio rural em grau muito mais elevado à origem espiritual e religiosa do que a lastros materiais. Fugia em grande medida das possíveis críticas que pudessem se abater sobre os proprietários rurais, vistos em última análise como guardiães de um tradicionalismo e de uma reserva moral que estava faltando naquele momento para o conjunto da sociedade brasileira:

> Em certas regiões, a proteção do trabalhador rural contra o alcoolismo, o jôgo, a prostituição, a prática de uniões ilegítimas foi insuficiente ou nula, e com isto ficaram prejudicadas sua fibra moral, sua vida familiar, sua capacidade de trabalho e seu espírito de poupança. Em casos não raros, poderiam ter sido dispensados ao homem do campo salários mais elevados, habitações mais confortáveis e salubres, instrução adequada, e condições de vida mais convenientes. A propaganda nociva, sob todos os pontos de vista, do espiritismo e das superstições de tôda ordem poderia ter sido obviada ou pelo menos contrabalançada.(...). A decadência religiosa na vida do campo produziu devastações morais sensíveis, no mundo dos trabalhadores rurais.. Não raras vezes, para exemplificar, poderiam êstes ter atenuado ou remediado sua pobreza evitando a indolência, o

[271] MAYER, op. cit., p. 3-16, nota 269.
[272] MOUSINHO, D. Luís do Amaral. Se eu fosse fazendeiro. *Boletim Diocesano de Ribeirão Preto*. p. 21, jan./mar., 1957.

> esbanjamento inconsiderado com a aquisição de objetos supérfluos, com os vícios do álcool e do jôgo, que absorviam boa parte de seu já pequeno salário.[273]

Desta forma, qualquer ingerência religiosa no meio rural só seria aceita pelos grandes proprietários na medida em que se tentasse recompor um quadro em que o domínio exercido por eles não só fosse restabelecido mas que as críticas às suas atitudes, enquanto classe causadora dos infortúnios para os trabalhadores rurais, fosse abrandada ou mesmo negada.

Nesse sentido é que entendemos os conflitos existentes entre os proprietários rurais e alguns poucos padres que se dedicavam à questão rural na região de Ribeirão Preto. E a posição de destaque do padre Celso, ao tomar a frente, tanto dos movimentos rurais quanto da condução do jornal *Diário de Notícias*, do qual era seu diretor-responsável, levou-o a ser o principal alvo de críticas daqueles que tinham seus privilégios atingidos por suas ações ou dos católicos acostumados a uma religião mais contemplativa e de fundo místico.

Essas críticas no jornal da Arquidiocese aparecem com grande virulência e sem escapismos de linguagem:

> NÃO furtar diz o sétimo mandamento. Entretanto muitos pensam que somente peca contra esse mandamento, aquele que subtrai algum objeto do próximo. Nem sempre contam como furto a subtração de um direito natural. No entanto, é certo que tanto é ladrão aquele que furta uma carteira, como aquele patrão que furta o seu empregado não pagando o salário devido.
>
> ENTRETANTO a posição destes dois marginais é bem diferente. Para um existe a cadeia. Para outro, geralmente uma posição social destacada.
>
> NÃO ESTAMOS falando em salário justo. Seria pensar muito alto. Estamos nos referindo simplesmente àqueles que lesam os trabalhadores não pagando siquer o salário mínimo estabelecido em lei. E para esta burla usam dos mais diferentes estratagemas. Obrigam os trabalhadores a assinarem na fôlha de pagamento como se estivessem recebendo o salário legal, mas na hora do pagamento entregam importância menor. É tão comum caso desta natureza que julgamos ninguém contestará essa afirmativa.
>
> VEMOS que homens que procedem desta maneira, perfeitos marginais da lei e da moral, ainda usam uma capa de honestos e muitas vezes de "cristãos", tentando com isto criar confusão e serem respeitados. Mas a voz da classe operária, apesar de sufocada, ainda é forte o bastante para que tais fatos não fiquem no esquecimento. Muitos patrões que passam pelas ruas, dando mostras de uma fortuna fácil, são apontados nas esquinas, como gatunos refinados que se enriqueceram às custas do suor de seus trabalhadores e das diferenças salariais furtadas de maneira ardilosa.

---

[273] MAYER, op. cit., p. 21-22, nota 269.

> JULGAM que são grandes, mas no entanto não passam de marginais como qualquer outro. Pensam que são espertos, mas na verdade são desonestos. Não forjam fortunas através da capacidade ou do esforço, mas às custas de procedimentos desta ordem. [...].[274]

Através de matérias dessa ordem, mostrava-se claramente que, no interior da Igreja, havia um segmento religioso que tinha atitudes que suplantavam os marcos do catolicismo tradicional. Além disso, traziam à baila questões que desmoralizavam segmentos patronais, indo contra todas as concepções que a classe dominante ribeirãopretana fazia de si mesma ou tentava externá-las para o conjunto da sociedade. Esse jornal, não era somente distribuído na cidade, mas para um conjunto de 42 paróquias[275] que estava sob sua jurisdição religiosa, fato que desagradava profundamente aqueles que, por um longo período, conseguiram manter certo controle sobre a imprensa.

Além de editoriais dessa ordem, reportagens foram feitas mostrando que os direitos mais comezinhos dos trabalhadores, tais como a falta de registro, salários inferiores ao mínimo, o não-pagamento de horas extras, a falta de descanso semanal ou férias anuais, eram desrespeitados em larga escala em virtude da falta de uma efetiva fiscalização dos órgãos competentes.[276]

Outros jornais como *Diário da Manhã*, por meio de matérias escritas pelo responsável, Antonio Carlos Sant'Anna, sobretudo a partir de 1962, e o semanário *A Palavra* do professor Divo Marino, desde o seu primeiro número em março de 1961, contribuíram para quebrar o monopólio de uma visão unidimensional da sociedade ribeirãopretana, que dava destaque à interpretação da classe dominante acerca dos mais variados assuntos, além de grande visibilidade de suas ações, sobretudo no campo filantrópico. Trazer os segmentos marginalizados às páginas dos jornais e por meio deles questionar o modelo econômico instituído era uma novidade e, ao mesmo tempo, considerado um acinte aos setores conservadores. Também a discussão dos grandes temas nacionais e internacionais, dentro de uma

---

[274] TAMBÉM é ladrão. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, coluna Nosso Comentário, 03 jan. 1963, p. 2.

[275] À época em que foi modificada e passou a vigorar a nova base geográfico-organizacional da Arquidiocese de Ribeirão Preto em 16 de janeiro de 1960, a área sob sua responsabilidade era superior a 19 mil Km^2 e uma população estimada em 680 mil pessoas. In: LAUREANO. Monsenhor Dr. João. *Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto*. São Paulo: Ave Maria, p. 20-22.

[276] LESAM-SE trabalhadores. Não existe fiscalização. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 17 jan. 1963, p. 6.

visão nacionalista e não-alinhada aos Estados Unidos, mostrou que algumas mudanças significativas e entendidas como potencialmente perigosas para os detentores do poder local estavam se operando.

Em certo momento, Dayse de Castro Prado, presidente do MAF, mostrou-se preocupadíssima com os rumos que estavam tomando a política sobretudo quando autorizou que reuniões da Frente Agrária se procedessem na sua propriedade rural em Jardinópolis, onde o método Paulo Freire[277] de alfabetização estava sendo aplicado. Essas iniciativas, segundo padre Celso, receberam inicialmente ajuda financeira de Dayse de Castro Prado e teve duração de aproximadamente vinte dias. Após esse período, a proprietária resolveu suspender os cursos lá ministrados, vindo posteriormente a autorizar o seu reinício.

Outra iniciativa que melindrou a fazendeira Dayse de Castro Prado foi uma palestra proferida por Geraldo de Castilho Freire, fiscal da Justiça do Trabalho de Ribeirão Preto e consultor jurídico da Frente Agrária, aos trabalhadores da sua fazenda. Ao saber do que se tratava, através de um seu administrador, essa senhora telefonou imediatamente ao padre Celso pedindo esclarecimentos, ficando ela menos preocupada quando foi pessoalmente assistir à segunda parte da palestra. Tudo isso não impediu, entretanto, que ela intempestivamente interrompesse o trabalho de alfabetização em curso em seus domínios.[278]

Enquanto esses desentendimentos entre proprietários rurais e aqueles que militavam na questão rural se aprofundavam, o jornal *Diário de Notícias* continuava seus ataques às estruturas. As matérias estampadas em suas páginas mostravam comprometimento e radicalismo daqueles que abraçaram as causas das

---

[277] Através do MEB (Movimento de Educação de Base), os católicos ingressaram no trabalho educativo de alfabetização popular, respeitando a cultura e valores locais. Esse modelo de alfabetização estava comprometido mais com as transformações sociais do que a disseminação da fé. Surgido em 1961, durante o governo Jânio Quadros, quando foi acordado entre ele e a Igreja um projeto de difusão radiofônica no nordeste, que propiciasse a educação das massas populares. Em 1962, as características políticas já se tornavam evidentes e a sua pedagogia apontava para transformações sociais radicais, através de um processo de conscientização de seus problemas a partir de uma perspectiva mais ampla. Os bispos preocupados com a grande autonomia que o MEB possuía, tentou imprimir a ele uma conotação mais religiosa. cf. MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense. 1989. p. 87-89.

[278] Depoimentos prestados pelo padre Celso Ibson de Sylos na Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto no dia 20 de maio de 1964, quando estava recolhido na condição de preso político, no 3º B.C. local. SÃO PAULO. Arquivo Público [...], op. cit. nota 104. Documentos 50-Z-298-1434 e 50-Z-298-1435.

transformações sociais. Elogios ao frei Carlos Josaphat e ao seu periódico *Brasil Urgente*[279]*,* que havia resistido a todas as investidas da direita por ser ele incorruptível e insubornável. E localmente eram dedicadas mesuras àqueles que não se atemorizaram frente às dificuldades e pressões que se apresentavam. Dentre as dificuldades que pareciam estar sendo superadas, uma delas foi a transformação do *Diário de Notícias* em sociedade anônima, o que lhe garantiu maior independência política, podendo avançar mais nas suas prédicas. O objetivo geral desse projetos era de *fazer do Brasil uma nação onde se possa viver decentemente, independendo de favores, caridade ou submissão de qualquer espécie. De fazer (como diz Frei Josaphat) com que o primeiro grito de nossa emancipação ("Independência ou Morte")* [...].[280]

Convocando permanentemente para a ação, o *Diário de Notícias* questionava a crença católica daqueles que se escusavam de participar efetivamente da luta para as transformações sociais. Às desculpas de que o mundo estava confuso, a resposta apresentada era de que a confusão era da própria pessoa e o grande pecado que se observava era o da omissão, tanto no estudo dos problemas quanto nas atitudes práticas que dela demandavam. Chegou-se a pedir, por último, que se coragem não tivessem os chamados "cristãos" para realizarem as tarefas que se apresentavam, pelo menos deixassem de perseguir os que assumiram a luta pela verdade.[281]

Tudo isso vem provar que, apesar de todos os esforços, poucos católicos, em termos proporcionais, se dispuseram a participar. Toda essa linha de críticas cada vez mais contundentes que se apresentavam fez com que se buscasse uma alternativa para encerrar as atividades de um jornal, que causava grandes preocupações dada a sua linha flagrantemente reformista e defensora das alterações propostas pelo governo João Goulart.

---

[279] No entendimento dos setores políticos conservadores, o semanário *Brasil Urgente* era elaborado por criptocomunistas e elementos que tinham definições políticas de extrema esquerda. Esses elementos, ainda segundo o pensamento conservador, queriam aproveitar-se das encíclicas papais Mater et Magistra e *Pacem in Terris* para incutir idéias socialistas. cf. CARVALHO, cel. Ferdinando de (Org.). *Inquérito policial militar 709*: o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 311-312.

[280] DESTAQUES da U.E.R.P. 64, pela primeira vez. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 01 jan. 1964. p. 5.

[281] DA OMISSÃO à perseguição. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, coluna Nosso comentário, 04 jan. 1964. p. 2.

A primeira tentativa de fechamento foi no dia 21 de fevereiro de 1964, quando encerrou-se momentaneamente a impressão do *Diário de Notícias*, tendo como argumentação que aquele periódico passava por graves crises econômicas.

Imediatamente, no dia 22 de fevereiro, o semanário *A Palavra*, que perfilava com a luta empreendida por padre Celso, lança um jornal, em caráter excepcional, de quatro páginas, tratando especificamente da interrupção daquele periódico. Em letras garrafais, estampa na primeira página: *OS FARISEUS QUEREM A DEGOLA DE CRISTO*.

Relata que no dia 21 de fevereiro, primeiro dia sem a circulação do jornal, grande concentração de populares e ativistas estiveram na redação do *Diário de Notícias* a fim de hipotecarem solidariedade ao padre Celso. O inconformismo pelo fechamento do jornal espraiou-se pela cidade, sendo criticada essa ação por inúmeras pessoas, inclusive o recém-eleito prefeito Welson Gasparini que, apoiado eleitoralmente pelo padre Celso, produzia matérias para aquele órgão informativo. Pichações e abaixo-assinados foram realizados com a intenção de sensibilizar o arcebispo para ele revisse suas posições na questão relativa ao fechamento do *Diário de Notícias*. O arcebispo fundamentava a interrupção da circulação do jornal somente em argumentos econômico-financeiros e não políticos.

Ainda a série especial de *A Palavra* mostrava que:

> Muitos acham que houve interferência das "forças ocultas" junto a determinadas áreas da assessoria do sr. Arcebispo Metropolitano a fim de induzi-lo ao fechamento do jornal. Ultimamente crescia entre os fazendeiros e membros do "clube dos contemplados" e da reação fascista o desejo incontido de ver a palavra do padre Celso cerceada em sua campanha ideológica pela implantação da doutrina social cristã. Mesmo entre os católicos proeminentes crescia a indignação contra as denúncias do órgão e da ordem capitalista de que eles próprios são beneficiários. Acredita-se que poderosas forças ocultas se arregimentaram para impedir a circulação do jornal, tirando dos ativistas sociais cristãos o instrumento de que dispunham para denunciar os abusos dos latifundiários e privilegiados da atual ordem liberal capitalista já condenada pela Igreja em repetidos documentos.[282]

Seguiam nessa edição matérias de Geraldo de Castilho Freire, diretor-proprietário do periódico *Observador Trabalhista*, que circulava desde 1958 e que

[282] OS FARISEUS querem a degola de Cristo. *A Palavra,* Ribeirão Preto, 22 fev. 1964. p.1.

prestava assessoria jurídica às empresas privadas no campo da legislação trabalhista. Por meio dessa publicação e do semanário *A Palavra*, Castilho Freire defendia as propostas consubstanciadas nas recentes encíclicas papais como *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, além de atacar os líderes sindicais locais, acomodados que estavam dentro da estrutura sindical corporativa. Defendia a modernização das relações trabalhistas, daí não ser bem visto pelos setores tradicionalistas.

Divo Marino, responsável pelo semanário *A Palavra* destaca a importância do D*iário de Notícias* para os católicos locais:

> Interpretava, com fidelidade, a mais expressiva corrente de pensamento de nossa terra: – o pensamento católico traduzindo o Século sob o ponto de vista nacional, portanto, ribeirãopretano.
>
> Nós, de "A PALAVRA" — que sentimos na própria carne as duras penas que é sustentar um jornal dentro de uma linha ideológica e filosófica em consonância com os ideais da democracia social brasileira, num tempo em que a "velha ordem" morre numa agonia ruidosa dando coices para todos os lados — temos a autoridade, ofertada pela experiência, para visualizar a perda irreparável, para Ribeirão Preto, que é o fechamento do "Diário de Notícias".
>
> Morre o "Diário de Notícias" na mais bela fase de sua história. No momento em que, fugindo da alienação morna dos fariseus, levantava a bandeira da justiça social baseada nos cânones do grande Papa João XXIII.[283]

A virulência verbal que tomou conta desta edição especial de *A Palavra* fazia juz à sua trajetória de semanário combativo que, desde a sua fundação, em linhas gerais, não alterou sua conduta nacionalista em defesa das causas populares. Um de seus articulistas, Rodolpho Nather, utilizou seu pseudônimo "Gordo" e também aproveitou a situação para desferir golpes àqueles que, na sua avaliação, articularam o fechamento do jornal da Arquidiocese:

> [...]. penso que o povo julga as coisas. Na base da vida vivida e experiência adquirida. Vejo há muito tempo o Padre Celso metendo a ripa nos fazendeiros e exploradores do povo. Os privilegiados sempre guardam uma parte do que rouba dos trabalhadores para "dar esmola à Igreja" e arrebentarem seus inimigos. Juntam a grana e compram jornais, advogados, padres, juizes, promotores e todo mundo que possa ajudar em seus objetivos. Por isso quem se mete contra os exploradores do povo sempre leva ferro. Mas sei que há

[283] ASSASSINADO o "Diário de Notícias". *A Palavra*, Ribeirão Preto, 22 fev. 1964, p. 1.

> gente dura, que topa a parada. São estes os homens que constróem o progresso e fazem a civilização.
>
> Padre Celso é um homem assim: duro na queda. Toma bordoada de todo canto mas não sai do tôco. [...]. Não custa nada pagar um pouco mais de salário para o camponês e dar ao homem do campo um contrato escrito. [...] Nada tenho contra os ricos, mas condeno os latifundiários e muitos fazendeiros que nada fazem pelo progresso e só prejudicam o comércio e a indústria. Se pagassem bem aos trabalhadores a cidade só ganharia com isso, pois haveria mais consumo de mercadorias. Mas os fazendeiros são uns gafanhotos: arrasam com tudo e só eles querem comer.[284]

O fechamento, mesmo que temporário, do *Diário de Notícias,* que retorna no dia 04 de março do mesmo ano, mostrava o grau de insatisfação dos setores conservadores com as atitudes daqueles que questionavam o *status quo* vigente. Mas também evidenciou que ainda não contavam com força política suficiente para impor seu projeto conservador sobre toda a sociedade ribeirãopretana. Prenunciava esse ato de força um futuro nebuloso para os outros dois periódicos locais que buscavam manter certa independência ideológica frente às forças locais.

Novo ataque, e este muito bem urdido pela classe dominante ribeirãopretana, ocorreu no salão nobre do Colégio Nossa Senhora de Aparecida, pertencente às Irmãs Maristas no dia 28 de março de 1964. Esta reunião foi organizada pelos setores conservadores locais, que se abrigavam entre outras siglas, no MAF, no JAC (Juventude Anti Comunista) e MAD[285] (Movimento Ativo Democrático). A palestra ficaria a cargo de frei Mansueto[286], especialmente convidado para atacar o clero progressista e suas organizações responsáveis pelo trabalho social, caracterizando-os todos de comunistas e subversivos. Frei Mansueto reuniu-se, antes dessa palestra, na fazenda Bom Jesus de propriedade de Dayse de Castro Prado, com elementos do JAC. Nessa oportunidade foi feita a proposta ao religioso para que ele dirigisse a conferência no Colégio Nossa Senhora de Aparecida.

---

[284] O GORDO se define: "Pela reabertura do "Diário de Notícias". *A Palavra*, Ribeirão Preto, 22 fev. 1964, p. 2.

[285] Tem-se notícias desse grupamento conservador por notícias jornalísticas. Dentre outras propostas, o MAD propunha o fechamento dos jornais *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias* e o semanário *A Palavra*, com o boicote publicitário. Foram escaladas pessoas para percorrerem o comércio local concitando os empresários a colaborarem nessa campanha. cf. O DELEGADO Regional recebeu líderes do MAD mas não está vinculado ao movimento havido. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 mar. 1964, p. 8.

[286] Frei Monsueto era Professor de Filosofia da Universidade Católica do Rio de Janeiro, sendo a palestra ocorrida no sábado, dia 28, e autorizada pelo arcebispo D. Agnelo Rossi. O salão onde se realizou estava cheio em virtude do convite feito através da rádio. cf. COLÉGIO Marista. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 01 abr. 1964, p. 6.

Ataque especial recebeu o projeto educacional do MEB (Movimento de Educação de Base). As cartilhas utilizadas por esse movimento, que tinham o título de *Viver é lutar*, foram consideradas subversivas. Frei Josaphah, fundador do semanário *Brasil Urgente*[287], que era o veículo informativo do clero progressista, foi atacado, assim como o deputado Paulo de Tarso.

Ao padre Celso Ibson de Sylos não foram poupadas críticas, sendo seus escritos taxados de sub-literatura dizendo que *são comuns os casos de padres que recebem dinheiro direto de Moscou e que somente mais tarde se declaram de verdade comunistas*. Ao *Diário de Notícias* foram lançados ofensas e pedido aos presentes para não assinarem e cortarem os anúncios desse jornal.[288]

Rosa Maria Cosenza de Oliveira, que na época era responsável pela página dominical do jornal *Diário de Notícias*, denominada *Nosso Encontro* e, adepta dos encaminhamentos sócio-religiosos adotados pelo padre Celso, estava nessa reunião. Relata que o senhor Welson Gasparini lá compareceu, não na qualidade de prefeito, mas como integrante do Conselho de Direção do *Diário de Notícias*[289], sendo convidado a participar da mesa, quando foi duramente atacado. A polícia foi chamada para dar proteção a ele, enquanto muitos achavam que a polícia havia sido chamada para efetuar a prisão dos subversivos.[290]

A agressão ao prefeito Welson Gasparini teria iniciado quando:

> A certa altura da palestra o sr. Prefeito Municipal, dr. Welson Gasparini, que negando a acompanhar a maior parte do auditório em seus aplausos histéricos ao orador, solicitou permissão para abandonar a Mesa Diretora e permanecer no recinto do auditório como simples ouvinte, foi deselegantemente e ostensivamente desacatado por apupos e vaias da

---

[287] Os textos dessa cartilha eram utilizados pelos militantes do MEB e outras organizações católicas na alfabetização e mobilização dos camponeses. Os bispos encomendaram a impressão de cem mil exemplares que foram apreendidos no dia 20 de fevereiro de 1964 ainda na gráfica, pela polícia da Guanabara, Estado governado por Carlos Lacerda. cf. ALVES, op. cit., p. 143, nota 219.

[288] PREFEITO Gasparini foi desacatado. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 29 mar. 1964, p. 8.

[289] Depois da reabertura do jornal *Diário de Notícias,* que interrompeu suas atividades entre os dias 21.02.64 e 02.03.64, é formada uma comissão de leigos católicos que ficaram responsáveis em organizar a empresa jornalística até que ela se transformasse em Sociedade Comunitária. Essa comissão, que recebeu o nome de Conselho de Direção, era integrada por Eduardo Dutra de Oliveira, José Romero Teruel, Welson Gasparini, Jarbas Leite Nogueira, Djalma Gabarra, Hemil Riscala, Geraldo Garcia Duarte, Elias Pereira Assef, Camilo Xavier, Antonio Duarte Nogueira e Romualdo Simões Flório, tendo como assistentes eclesiais, representando a hierarquia, o pe. Celso Ibson de Sylos e como suplente o cônego Angélico Sândalo Bernardino. cf. O "DIÁRIO de Notícias" em nova fase. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 04 mar. 1964, p. 1.

[290] Depoimento de Rosa Maria Cosenza de Oliveira ao autor, 2002.

> assembléia granfina. Alguns elementos gritavam desatinadamente: "Fora com ele! O tumulto tomou conta da reunião, passando alguns mais exaltados a sugerir a expulsão de elementos que, sem mais delongas, eram tachados de "comunistas"; tratava-se na realidade de dois cidadãos cristãos, um católico e outro espírita, os quais também manifestavam repulsas feitas às ofensas ao Prefeito Municipal e à falta de espírito democrático pela assembléia de granfinos.[291]

O jornal *Diário da Manhã* também registrou o incidente e, em linhas gerais não diferiu da análise do *Diário de Notícias.* Foi assim que relatou aquele periódico:

> O Prefeito Welson Gasparini foi violentamente ofendido em reunião de ontem à noite, sendo-lhe negada a palavra.
>
> Demonstrando exacerbação e ânimos exaltados ao extremo da radicalização mais reprovável, ilustres senhores e senhoras prorromperam em vaias ao prefeito, ao qual chamaram de "burro" - "idiota" - "deixa esse ignorante ficar para aprender!" e coisas indizíveis, dando demonstração antidemocrática, violenta e sem nenhuma sombra de dúvida, nazista, tanto na prática quanto na utilização de processo ofensivo, em franca atividade pelos elementos da reação - Obra do MAD - MAF e JAC! (...).
>
> (...), tratava-se de um "meeting" político ao qual compareceram elementos de nossa mais alta sociedade, entre eles ilustres senhores e damas da mais fidalga descendência, bem como, especialmente convidados, protestantes, elementos do corpo consular e o prefeito municipal, dr. Welson Gasparini. (...).
>
> O conferencista (...), chegando ao cúmulo de permitir a exacerbação de dezenas de reacionários, liderados por algumas ilustres figuras de nossa mais alta sociedade, chegando ao extremo inacreditável de exigir a retirada do prefeito Welson Gasparini do recinto, aos gritos, violentamente, de "fora com esse burro!" - "rua com esse ignorante!" (...).
>
> E, bem a propósito, temos a relatar ainda que frei Mansueto tachou padre Celso Ibson de Sylos de "assalariado de Moscou", em acusação sumamente grave![292]

A resposta de Gasparini, em nota oficial, repudiava os insultos recebidos, achando absurdo o desrespeito à autoridade de um prefeito. Decidiu por uma saída conciliatória e em atitude polida dizia que perdoava a todos que o haviam ofendido. Defendia a Doutrina Social Cristã como a alternativa para se resolver os problemas sociais, e que não responderia com violência às agressões, mas com o amor à verdade e à justiça.[293] O tom moderado de Gasparini se adequava tanto à sua trajetória política, pois sempre foi infenso a arroubos e radicalismos, e também

---

[291] PREFEITO Gasparini [...], op. cit., p. 8, nota 288.

[292] O PREFEITO Welson Gasparini violentamente ofendido em reunião ontem à noite, sendo-lhe negada a palavra. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 29 mar. 1964, p. 8.

[293] OS ACONTECIMENTOS lamentáveis de sábado. Exposição oficial do Chefe do Executivo de repúdio à maneira deselegante e ofensiva como foi tratado no Colégio Marista na reunião em que falou o frei Mansueto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 mar. 1964, p. 8.

estava claro para ele que, quem comandava de fato a cidade, eram aqueles exaltados senhores e senhoras da mais alta linhagem e estirpe, presentes à reunião de frei Mansueto. Com o golpe às portas, nada melhor que a prudência para aquele que sempre fora comedido em suas ações políticas.

Anos 1960: crise de hegemonia e retomada do controle social pela classe dominante.

A Câmara dos Vereadores, eleita em 1959, e os trabalhos desenvolvidos por ela no período (1960-1963) devem ser entendidos no contexto e na conjuntura histórica daquele momento. A participação maior da população nas questões políticas rompia de certa forma com o domínio que pertenceu por muito tempo à classe dominante. E num momento em que a ascensão das massas se fazia sentir, tentou-se captar com maior veemência a simpatia desses cidadãos-eleitores por meio de atitudes demagógicas e populistas.

Muitas propostas veiculadas pelos vereadores não podiam ser entendidas como um real interesse e conveniente aos anseios populares. Se algumas propostas parlamentares municipais parecem ir ao encontro de maior participação democrática das grandes massas, devemos, contudo, aceitá-las com reservas, no sentido de que os vereadores desejavam, na maioria das vezes, projetar e conquistar um eleitorado maior.

A participação popular dentro de certos marcos era entendida como elemento democrático, pois representava a possibilidade dos políticos se dirigirem diretamente às massas. Elementos básicos, mas que desagradavam profundamente as classes abastadas, que temiam esse vínculo direto entre a massa e o político, não passando necessariamente pelo seu domínio e nem prescindindo de seu apoio. Criou-se uma certa independência de ação do político sem as peias da classe dominante. Elas, assim, teriam que ceder algo em troca dessa nova configuração conhecida por populismo. No final da década de 1950 e início dos anos 1960, o

êxodo rural era um elemento muito importante para a configuração da modelo político local.

Segundo Weffort, quando uma sociedade recebe migrantes vindos do campo, novas demandas políticas se apresentam:

> [...]. Temos aí esboçados três elementos básicos para compreendermos o sentido do comportamento político-popular durante o regime populista: a pressão para ter acesso aos empregos urbanos, que exercem as massas de migrantes, a pressão no sentido de ampliação das possibilidades de consumo (realizada pelas novas massas urbanas e também pelas antigas) e a pressão que se orienta no sentido de participação política dentro dos quadros institucionais. Trata-se, sempre, de formas individuais de pressão, as quais se apresentavam aos populistas como um problema a resolver. E aí nos defrontamos com um outro limite fundamental da manipulação, que não teria sido possível se os interesses reais das classes populares não tivessem sido atendidos em alguma medida, sem o que não teria persistido o apoio que prestavam a líderes originários de outras classes sociais.[294]

Esse duplo movimento – pressão para que tivessem maior inserção nas discussões e uma certa liberalização das estruturas para que isso se tornasse possível – foi detectado já no início dos trabalhos da Câmara dos vereadores de Ribeirão Preto.

Havia dois projetos nesse sentido, um de autoria do vereador Welson Gasparini, que dispunha da criação de uma tribuna popular na Praça XV de Novembro[295]. Por essa iniciativa defendia-se a ampliação participação popular, não se restringindo às estruturas formais até então consideradas democráticas.

O outro projeto, de nº 1-60[296], do vereador Paulo e Silva, alterava os horários para a realização das sessões camarísticas, passando do período vespertino para o período noturno:

> [...]. O Snr. Paula e Silva ocupou a tribuna, justificando sua proposição, bem como o Substitutivo a ela apresentado por ele próprio, para o qual pede a aprovação da Câmara. Argumenta com os benefícios das sessões se realizarem no período noturno, e assevera não sacrificar o interesse público a mudança regimental pretendida, pelo contrário, favorecerá

---

[294] WEFFORT, op. cit., p. 75, nota 39.

[295] Projeto de Lei nº 7 apresentado na 2ª Sessão Ordinária no dia 26.01.1960. Ata da Câmara dos Vereadores. A 1ª discussão desse projeto somente ocorreu no dia 21.10.60, durante a 82ª sessão ordinária e finalmente negada no dia 28.09.60, na 85ª Sessão Ordinária.

[296] Projeto de Resolução 1-60 apresentado à apreciação da Plenária no dia 08 de março de 1960, aprovado em 1ª discussão e recebendo aprovação em 2ª discussão na Sessão Ordinária seguinte, ocorrida no dia 11 de março de 1960. Ata da Câmara dos Vereadores.

> grandemente a que o povo assista, com mais freqüência, as sessões públicas da edilidade. [...].[297]

A demora em discutir se o povo poderia ocupar as praças para manifestações políticas por meio de uma tribuna livre e, ao final, a recusa do projeto, mostra os limites das concessões que os vereadores faziam à população. O temor era criar um órgão que competisse com a Câmara e que viesse a questioná-la. Era muito comum nessa época os vereadores ameaçarem denunciar à população projetos de interesse popular, que não eram aprovados ou mesmo a aprovação de projetos subalternos, os quais não deviam ser divulgados. Nesse sentido, era altamente prejudicial para alguns vereadores a criação de algo em detrimento de si próprios. Evitariam, da mesma forma, que esses mecanismos fossem utilizado por pessoas comprometidas com reformas mais radicais que tanto o setor político como o econômico não estavam dispostos a atender.

Dessa forma a integração, à primeira vista percebida como aumento de participação popular nas instâncias e canais legalmente reconhecidos pelo Estado, na realidade, pretendia o contrário, ou seja, evitar que sejam buscadas formas extra-institucionais que escapassem do seu controle. Absorver, integrar, envolver questões advindas da sociedade foi a maneira mais eficaz de se evitar um choque entre os pólos antagônicos. Os vereadores ribeirãopretanos, ao aprovarem leis que democratizavam o acesso de populares à Câmara e, ao mesmo tempo, negavam a criação de um espaço político que fugia-lhes ao controle, ou seja, a criação de uma tribuna popular na Praça XV de Novembro, desejavam reforçar suas posições de mediadores e interlocutores junto à sociedade. Essa importância que queriam atribuir a si próprios contrastava com a percepção que a sociedade fazia de seus representantes.

A composição da Câmara, com crescente representação popular em razão da origem de seus integrantes, nunca foi bem vista pela classe dominante ribeirãopretana, que vai sentindo paulatinamente cada vez menos espaço de representação.

---

[297] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos vereadores. *Ata* [13ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto, 8 mar. 1960.

Somava-se a esse desprezo uma série de escândalos que expuseram a índole de parte de seus vereadores que, para a opinião pública, era tomada como uma crítica mais geral à Instituição, não poupando o conjunto dos elementos que compunham aquela Casa de Leis.

Para o jornal *Diário da Manhã*, o problema de toda essa corrupção estava na má escolha do povo, que não sabia votar e porque muitos diretórios políticos estavam nas mãos de *marginais ou profissionais políticos* que possibilitavam que para o legislativo se dirigissem pessoas *semi-alfabetizadas, amorais, subornáveis e corruptas*. Deveriam ser candidatos somente os elementos mais capazes para, a partir daí, o povo votar. Citou o articulista o exemplo do Rio de Janeiro:

> [...]. Basta olhar para o alto nível cultural com 2 professores Catedráticos de Faculdades; 8 advogados; 6 jornalistas; 2 médicos; 2 cirurgiões dentistas; 1 diplomata; 1 funcionário público; 2 líderes sindicais; 2 oficiais do Exército, 1 pastor evangélico e 1 professor secundário.
>
> Exemplo típico de que só poderá ser legislador o que tem pelo mínimo, o curso ginasial. Foi-se o tempo em que a boa vontade e o desejo de acertar prevaleciam. Nos grandes países, os representantes do povo são expoentes máximos de cultura, de inteligência, de estudo, de capacidade indiscutível e por isso progridem.[298]

A percepção que tinham os jornalistas locais da época é de que parte dos setores abastados da sociedade ribeirãopretana se afastaram da disputa e desprestigiavam esses cargos eletivos, e privilegiaram politicamente as instituições que detinham o controle efetivo. O diretor de redação do jornal *Diário da Manhã*, Antônio Machado Sant'Anna, expressou o seu descontentamento com a Câmara dos vereadores local nos seguintes termos:

> Quando os representantes do povo exorbitam e cometem arbitrariedades há sempre a reação popular, desde que os excessos passem as raias do admissível. Assim foi em Roma antiga, na França do Thermidor, na Bolívia, na Colômbia dos nossos dias e mesmo no Brasil.
>
> Fora disso o povo humilde, submisso e bom, tudo tolera. Mas há um limite.
>
> Sempre fomos contra o subsídio ao vereador. Achamos que o título sobremodo honroso, não deve, em hipótese alguma, ser remunerado, para não parecer uma retribuição por um serviço prestado. (...). Alegam muitos - inclusive os próprios eleitores - que a vereança precisa ser remunerada. Então deveria ser também, a de presidente ou diretor de

[298] LUTA intransigente contra a corrupção. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 04 jan. 1961, p. 1

> associações de classe, de entidades benemerentes e filantropia, onde os eleitos dispendem grande parte de suas atividades.
>
> Há cargos espinhosos, entre nós, requerendo sutileza, teto, energia, ação, viagens e uma série de aborrecimentos, como a diretoria do Aeroclube, Rotary, Lions, Regatas, Recreativa, Santa Casa, Associação Rural, Associação Comercial e Industrial, ARRI e tantas outras, com trabalho diário, permanente, tomando horas seguidas e dando sérias dores de cabeça a todos.
>
> Muito mais trabalhoso e mais importante, mesmo, que a vereança, embora não se tenha aquela honraria e nem legislando, muitas vezes, contra os interesses do próprio povo, o que tem resultado determinadas reações. [...].[299]

O texto de Antonio Machado Sant'Anna é altamente elitista na medida em que procura reservar as atividades legislativas aos que não precisam trabalhar e têm tempo livre para se dedicarem à política. Aos trabalhadores, ficaria inviável a participação nestas lides pois dependem de seu trabalho e remuneração para seu sustento. Da mesma forma, tenta induzir as pessoas a tomarem as instituições citadas como importantes e não-remuneradoras como não-políticas. Na verdade elas são políticas, ideológicas e remuneradoras, na medida em que garantem uma determinada estrutura política, social e econômica.

Desprestigiada em parte pela elite e distante das aspirações populares, a Câmara, assim fragilizada, buscou um mínimo de respaldo político atendendo às solicitações daqueles que a ela se dirigiram. É assim que devemos entender seu posicionamento maleável durante a crise de agosto de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, quando um setor indistinto da sociedade tomou as dependências daquela Casa de Leis.

O segmento mais conservador da sociedade ribeirãopretana interpretou esse momento como perda de hegemonia quando elementos mais próximos dela apoiaram a posse de João Goulart dentro dos marcos constitucionais.

A renúncia do presidente convulsionou o país, dividindo a opinião pública em dois grandes blocos: aquele que defendia a posse, garantindo todos os mecanismos constitucionais da Carta Magna de 1946 e o que era contrário, argumentando que a vida política pregressa do vice-presidente João Goulart não o habilitava para o cargo, em razão da simpatia pela causa getulista e trabalhista e pelo apoio eleitoral recebido dos comunistas.

---

[299] QUANDO os vereadores traem o mandato popular. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 abr. 1961, p. 6.

Entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro se deu grande embate também no campo militar entre os que defendiam a legalidade e os que eram contra a posse constitucional do então vice-presidente. Entre os maiores opositores de Goulart estava o marechal Odylio Denys que, juntamente com os outros dois ministros militares, coordenavam a campanha contra a sua posse, e justificando que esses impedimentos tinham relação direta com a manutenção da segurança nacional.[300]

Na Câmara de vereadores de Ribeirão Preto, em sessão ordinária ocorrida no dia da renúncia, o vereador Said Issa Halah, o mais atuante defensor das propostas nacionalistas e populares, requereu que se desse caráter permanente àquela sessão devido à gravidade do momento. Não houve consenso, dividindo-se as opiniões dos presentes, diante do que presidente da Casa chamou para si a responsabilidade, posteriormente acatando o teor do requerimento. Essa sessão mostrou-se particularmente agitada e adentrando a madrugada do dia 26, por diversas vezes teve de ser interrompida em virtude da manifestação da assistência composta, em sua maioria, de estudantes.[301] Interrompida a sessão, foi ela reaberta no dia 29, às 20h00 e o vereador Moacyr Paulino e alguns de seus pares apresentaram moção de solidariedade ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ao comandante do 3º Exército[302] e a todo o dispositivo militar que lutou em prol da manutenção das garantias constitucionais no país. Outro governador que recebeu elogios na Câmara foi o Ten. Cel. Mauro Borges da Teixeira do Estado de Goiás. Todos os requerimentos apresentados e que tiveram como tópico a manutenção da legalidade democrática tiveram, por parte do vereador Juventino Miguel, recusa de seus teores. Defendia Juventino Miguel o impedimento da posse de João Goulart baseando sua argumentação nas declarações feitas pelos ministros militares, vice-

---

[300] SKIDMORE, op. cit., p. 255, nota 26.

[301] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos vereadores. *Ata.* [160ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto. 25 ago.1961.

[302] O general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, baseado no sul do país, pronunciou discursos na rádio Guaíba, da cidade de Porto Alegre que apoiava a posse de Goulart e só a ele devia obediência. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, concitava que o II Exército de São Paulo tomasse a mesma atitude. Logo em seguida os governadores de Goiás, Santa Catarina e Paraná se juntaram aos defensores legalistas. O governador do Estado de Goiás chegou a pedir que o povo de forma mais enfática assegurasse a posse de Goulart. No Rio Grande do Sul, cinco grandes emissoras de rádio, em transmissão conjunta, formaram a chamada "Rede da legalidade". cf. YOUNG. Jordan M. *Brasil 1954/1964*: fim de um ciclo civil. Tradução de Milton Persson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973. p. 125.

almirante Sylvio Heck, da Marinha, marechal Odylio Denys, da Guerra e Grüm Moss, da Aeronáutica:

> [...]. Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o Sr. Goulart demonstrava, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, (...). E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele ministério, até postos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.
>
> No cargo de Vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à U.R.S.S. e à China Comunista, tornou clara sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.[...].
>
> Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, termos desencadeado no País um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e choques sangrentos, nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã. [...].[303]

Novamente foi solicitada a transformação da sessão em caráter permanente, agora pelo vereador Moacyr Paulino, até o desfecho final, ou seja, que se resolvesse o impasse da posse do vice-presidente João Goulart. O vereador Welson Gasparini propôs a suspensão de todos os trabalhos que não versassem sobre a crise que se abatia sobre o país pelo prazo de quinze dias, e recebeu apoio de vários vereadores, com exceção de Juventino Miguel que manifestou-se contrário.

Embora houvesse discordância entre os vereadores sobre os reais motivos que levaram à renúncia de Jânio Quadros, eles eram favoráveis que os dispositivos constitucionais tivessem seu curso natural, posição unicamente contestada pelo vereador Juventino Miguel.

Foi aprovada nessa sessão, por unanimidade de votos, um requerimento apresentado pelo vereador Oswaldo Sampaio e demais pares para que se fizesse a transcrição na ata da presente sessão da manifestação do governador de Goiânia, Ten. Cel. Mauro Borges da Teixeira, que ressaltava a importância do Congresso em não se submeter à vontade dos ministros militares, interpretada como forma de se

---

[303] DENYS, op. cit., p. 89-90, nota 228.

adotar a ditadura no país, visto que os eleitos pelo povo foram Jânio Quadros e João Goulart. Nesse mesmo documento exaltava a necessidade do Brasil manter a sua independência política também no comércio exterior, pois a argumentação dos setores conservadores não procedia, pois, na verdade, encobria interesses das nações mais ricas, inclusive dos Estados Unidos e da Inglaterra, que mantinham, para sua conveniência, relações comerciais com os países socialistas. Terminava o longo documento com uma convocação geral da população para defender a legalidade democrática enquanto houver tempo, pois uma vez instalada a ditadura, dificilmente será removida.[304]

Enquanto durou o impasse da posse de João Goulart, houve tempo para as forças populares e democráticas ribeirãopretanas se organizarem, apoiadas pelos vereadores movidos ou por convicção democrática ou por questões político-pessoais. O Centro Estudantil Olavo Bilac, do Instituto de Educação Otoniel Mota, decretou greve depois da realização de assembléia de estudantes. Outras organizações estudantis como o Centro Acadêmico Rocha Lima, dos estudantes de Medicina, armaram bancas para coleta de assinaturas para organizar uma possível resistência aos golpistas.[305]

No plano nacional também se observou essa mobilização, sendo as forças populares lideradas por estudantes esquerdistas, intelectuais, líderes sindicais e uma grande parcela da classe média, que acreditava nos métodos democráticos como a maneira mais acertada para se resolver os problemas brasileiros.[306]

Na sessão camarística de 1º de setembro de 1963, o assunto sobre a posse de Goulart monopolizou novamente os debates, empolgando a assistência presente que recebeu autorização para ocupar uma das salas das dependências da Câmara para melhor organizar a "Frente da Legalidade Democrática". Da mesma forma, muitas entidades de classe enviaram suas manifestações à Câmara como a Associação dos

---

[304] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores [...], op. cit., nota 301.
[305] PAULINO, Carlos Leopoldo Teixeira. *Tempo de resistência*. 2. ed. Ribeirão Preto: Oswaldo Cruz, 1999. p. 16-17.
[306] SKIDMORE, op. cit., p. 259, nota 26.

Cronistas Parlamentares, dos Advogados da 12ª sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil e dos professores da Faculdade de Farmácia e Odontologia.[307]

O semanário *A Palavra,* em sua edição de 04 de setembro de 1961, mostrou-se exultante com os últimos acontecimentos observados na sociedade ribeirãopretana, dando o ampla cobertura à mobilização dos setores organizados da sociedade. Em sua primeira página registrou:

> Ribeirão Preto Luta Vivamente Pela LEGALIDADE
> Ribeirão Preto, fiel à tradição liberal, em Frente Única, manifestou-se da maneira mais viril pela ordem, pela paz, pela legalidade, pela Constituição, repetindo as páginas dos dias heróicos de 32. Estudantes, operários, líderes políticos, advogados, médicos, engenheiros, comerciantes, a Câmara dos Vereadores, autoridades eclesiásticas, pastores, enfim, o povo demonstrou que repudiará por todas as formas possíveis um regime de exceção.[308]

A mesma edição apontou a rapidez como se mobilizaram as forças ribeirãopretanas, realizando no dia posterior à renúncia, dia 26, grande comício popular na Praça XV de Novembro. Entre as pessoas presentes falaram o dr. Edmur Gonçalves (PDC), os vereadores Antonio Reis Villalobos (PRP), Said Issa Halah (PSP), Orlando Jurca, vice-prefeito, os médicos Luiz Carlos Raia e Clarimundo de Souza Filho, o líder estudantil Fábio Leite Vicchi, o jornalista J. B. Garcia e tantos outros. Essa concentração foi seguida de outras formas de organização traçadas na sede da U.G.T. (União Geral dos Trabalhadores) com a presença de grande número de estudantes e operários.

Ficaram registradas ainda a atitude do vereador Juventino Miguel em não apoiar o movimento, a ação da polícia, que pressionava cidadãos a não participarem dos eventos e a denúncia de um tipo de censura aos veículos de informação, como jornais e rádios, para evitar a cobertura dos fatos.

O jornal *Diário da Manhã* aderiu ao chamamento democrático pela posse de Goulart, porém as rádios as rádios PRA-7 e Cultura foram momentaneamente

---

[307] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. *Ata*. [161ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto. 1 set. 1961.
[308] RIBEIRÃO Preto luta vivamente pela legalidade. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 04 set. 1961, p. 1.

proibidas de fazer determinadas transmissões[309] mas, tão logo foi possível, vieram a público manifestar sua contrariedade àquelas ações político-policiais:

> [...].Não encontra sentido no senso comum, e, muito menos amparo legal, a inominável supressão da liberdade de pensamento, um dos postulados fundamentais da Constituição pela qual o povo se manifesta desassombradamente no mais belo e encorajador movimento de defesa da Democracia.
>
> Não podemos entrar no séquito dos acomodados, dos indiferentes, dos amorfos, dos dialéticos, dos hipócritas do texto constitucional, dos fariseus, dos videntes e de todos aqueles que se recolhem à segurança mesquinha dos insensíveis que não sentem vibrar a grandiosidade do momento presente.
>
> Não vivemos à margem. Não somos dos últimos momentos e sim da hora presente. Não esperamos pelas conveniências dos oportunismos para aderir à hora derradeira. É de afirmação o trágico momento em que vivemos.[...].
>
> Ao povo, nossa irrestrita solidariedade; a certeza gloriosa de que unidos, haveremos de superar este transe doloroso em que mergulha a Pátria!
>
> Emudecidos, sim,
>
> VENCIDOS, NUNCA! [...].[310]

A não citação, pelo semanário *A Palavra*, dos jornais locais *O Diário*, *Diário de Notícias* e *A Cidade* no rol dos veículos de comunicação que perfilavam em favor da luta democrática, denotou o apoio destes à conspiração em curso ou pouco empenho, pois, naquele momento, omitir opiniões equivalia a tomadas de posição, de fato. A mesma afirmação pode ser feita em relação às rádios ZYR-79 e Brasiliense.

Quanto à Rádio ZYR-79 – Rádio Ribeirão Preto, foi coerente seu silêncio no período em virtude da própria composição de sua diretoria, constituída por membros proeminentes da Associação Comercial e Industrial local.[311]

---

309 NÃO É ILEGAL a defesa da legalidade. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 04 set. 1961, p. 2.

310 AO POVO de Ribeirão Preto, de São Paulo e do Brasil! *A Palavra*, Ribeirão Preto, 04 set. 1961, p. 3.

311 A Rádio ZYR-79 em 1956 abriu a sua participação acionária para novos sócios que eram fundamentalmente destacados empresários ribeirãopretanos que faziam parte da estrutura organizacional da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto — ACI-RP. A partir daquela data, os sócios-proprietários são os srs: Agnello Serra, Amin Antonio Calil, Angel Castroviejo, Arlindo Laguna, Baudílio Biagi, Benedito Eraclito Monteiro, Carmosino Borges, Dr. Francisco Gugliano, Jácomo Rossi, José Tomaz Monteiro, Luiz Rocha. Maurílio Biagi, Waldomiro Correa da Silva, Walter Barillari, Walter Bellissimo e dr. Wilson Roselino. Na administração dessa empresa, no primeiro quatriênio ficaram assim empossados: Diretor-presidente: Antonio Agnello Serra; Diretor-Superintendente: Benedito Eraclito Monteiro; Diretores-Adjuntos: Amin Antônio Calil, Arlindo Laguna, Baudílio Biagi, Waldomiro C. Silva, Walter Barillari. Conselho Fiscal: Dr. Francisco Gugliano, Carmosino Borges, Dr. Wilson Roselino. Suplentes do Conselho Fiscal: Angel Castroviejo, Luiz Rocha e Maurílio Biagi. cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, São Paulo, 3 jul. 1956.

Essa mesma diretoria da Associação Comercial e Industrial foi apontada pelo semanário *A Palavra* de facilitar a vitória eleitoral de Welson Gasparini em 1963, quando candidato a prefeito municipal, visto que não representava nenhum perigo político para as classes conservadoras:

> [...]. E, também foi candidato a prefeito protegido pelos experientes senhores conselheiros da Associação Comercial que entregaram a Gasparini toda a publicidade política da ZYR-79, vendo no moço uma figura preciosa no sentido de promover o "imobilismo" social, através da união das forças vivas de Ribeirão Preto, usando a velha receita do governo do honesto Marechal Dutra.[312]

Ainda na edição do dia 04 de setembro de 1961, aparecem registros de notícias de que os postos de coleta de assinaturas da *Frente Democrática*, espalhados por toda a cidade, obtiveram mais de 2 mil adesões. Manifestos da Ordem dos Advogados da Comarca de Ribeirão Preto, manifestações de trabalhadores rurais em Sertãozinho[313], do Centro Acadêmico Rocha Lima da Faculdade de Medicina da cidade, da Frente da Legalidade Democrática, da JUC (Juventude Universitária Católica), dos professores da Faculdade de Farmácia e Odontologia local, assim como dos professores da Faculdade de Medicina e dos estudantes do SENAC (Serviço Nacional do Comércio), estes decretando em assembléia greve até a normalização da vida política nacional.

O desfecho de toda essa mobilização ocorreu no dia 7 de setembro de 1961, dia da posse de João Goulart, quando um grande comício ocorreu novamente na Praça XV de Novembro, irradiado pelas rádios PRA-7 e Cultura, congregando representantes do PTB, do PL, do PDC, do PSB, do PDC e do PSP. Contou com a presença do locutor Fuad Cassis, da PRA-7, com Edmur Gonçalves, o vereador Said Issa Halah, o médico Luiz Carlos Raia e os estudantes de medicina Pedro A. A. de Azevedo Marques e Pura Cortez, além dos estudantes Sebastião F. Gonçalves e Dionísio Vinha, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, além de líderes sindicas.

---

[312] 33 Dias de Gasparini ou a paz dos charcos. *A Palavra,* Ribeirão Preto. 10 fev. 1964, p. 5.

[313] Essa reunião em Sertãozinho teve a participação de militantes comunistas, sindicalistas e estudantes ribeirãopretanos. cf. WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 164-165.

Iniciado às 20h00, encerrou-se às 23h30, com discursos de Divo Marino, diretor do semanário *A Palavra*, de Orlando Jurca, vice-prefeito local e Antonio Reis Villalobos, vereador deste município. Estavam presentes ao ato político, além estudantes e pessoas das mais diversas categorias profissionais, uma grande massa de trabalhadores rurais que, segundo a matéria jornalística, eram mais de 200 e exibiam faixas em defesa da Legalidade.[314] Segundo Irineu de Moraes, militante comunista que atuava na organização dos trabalhadores rurais, foi ele o responsável pela arregimentação desse pessoal neste ato público:

> Veio o negócio do Goulart, por exemplo, quando o Jânio Quadros se afastou e os generais fascistas não queriam dar posse para o Jango. O partido desceu e me pediu para fazer um trabalho nas usinas para a posse do Jango.
>
> Eu estava certo de que conseguiria ganhar a confiança dos camponeses. Já estava reunindo dois mil deles com a maior facilidade. [...].
>
> Eu desci nas usinas e reuni os companheiros para discutir o que gente podia fazer para o Jango. Então a gente ia e levava a turma toda para animar os camponeses. Ia médico, ia radialista, iam estudantes de medicina, de direito, iam outras pessoas e nós falávamos com os camponeses em concentração.[...]. Falei sobre a posse de Jango, que era bom ele tomar posse porque ele era favorável à organização sindical, porque ele era favorável a isso e àquilo, e que iria beneficiar os trabalhadores agrícolas. Fomos a Sertãozinho, fomos a Pontal e Barrinha. Perguntavam qual devia ser o meio de lutarmos pela posse de Jango. Eu respondia:
>
> — Lutar, fazer greve nas usinas. [...].
>
> Em Ribeirão Preto tinha um comício marcado para a posse de Jango. [...]. A pequena burguesia organizou o comício e me pediu para levar os camponeses. Então, a gente resolveu entrar em greve e organizar uma caravana de camponeses para apoiar o movimento, o comício de Ribeirão. Entraram em greve e pararam cinco usinas. Os usineiros ficaram loucos porque a greve começou em pleno meio de safra [...]. uma greve puramente política, que não tinha nada a ver diretamente com os usineiros. [...]. Foi o processo de conscientização dos camponeses na luta. Começamos a trabalhar pelas reivindicações econômicas e depois pela posse de Jango.[315]

Esse tipo de mobilização seguramente preocupou os setores mais conservadores da sociedade ribeirãopretana, que perderam momentaneamente a hegemonia política, visto que, ao utilizar seus aparatos repressivos, sobretudo o

---

[314] ENCERRAMENTO de 14 dias de lutas cívicas. Comício da Frente única na Praça XV em Defesa da Legalidade. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 11 setembro 1961, p. 10.

[315] WELCH, op. cit., p. 164-166, nota 313.

policial, não lograram êxito. A sociedade civil[316] estava por demais dispersa e atendia mais a um chamamento democrático do que ideológico nesse momento. A diminuta violência policial empregada foi no sentido de se evitar maior impacto das manifestações do que de impedi-las. Os setores conservadores locais e os que articulavam um projeto de direita no plano nacional perceberam, na crise da sucessão de Jânio Quadros, o quão débil era, naquele momento, o seu instrumental de intervenção político-social. E visando reconquistar a hegemonia, programaram meticulosamente suas atividades futuras.

Muitos dos que subscreveram os manifestos democráticos participaram ações posteriores visando a derrubada de Goulart ou a contenção das crescentes manifestações populares de insatisfação contra o *status quo*.

O ano de 1962 é emblemático para Ribeirão Preto. É quando o padre Celso Ibson de Sylos[317] inicia uma luta mais vigorosa no campo da organização sindical dos trabalhadores rurais, num momento em que a militância comunista já tinha alguma ascendência sobre aquela categoria profissional. E, do lado da classe dominante, por meio de seus órgãos representativos de classe, percebia-se uma crescente preocupação em conduzir o processo político local, a fim de não serem surpreendidos pela possibilidade de um crescimento quantitativo e qualitativo de reivindicações das massas proletárias. O setor empresarial ribeirãopretano, pela sua entidade de classe, a Associação Industrial, assim se referirá àquele momento:

> PERÍODO DE DESORDEM
>
> Esse biênio de 1960/1962 decorreu de um clima de intranquilidade, não só para a ACI, como também para todo o País. Ameaçado por toda sorte de desordens, pela indisciplina, pelos desmandos, completamente desarvorado, como se fora frágil embarcação, sem timoneiro, sem bússola, singrando os mares ao sabor das procelas. Não vamos recordar

[316] Entendida aqui na concepção gramsciana como os organismos privados como igrejas, escolas, sindicatos, organizações profissionais etc. que objetivam universalizar para o conjunto da sociedade seus valores e concepções, ou seja, assumem o papel de difusão de ideologia. cf. COUTINHO, op. cit., p. 127, nota 23.

[317] Segundo informações prestadas pela Cúria Metropolitana, o padre Celso Ibson de Sylos é natural de São José do Rio Pardo, nascido no dia 28.10.1928. Realizou seus estudos religiosos no Seminário da Conceição Aparecida de Campinas (Seminário menor) e na Central do Ipiranga de São Paulo (Seminário maior). Foi ordenado padre em 19.12.1954 em São José do Rio Pardo pelo bispo ribeirãopretano D. Luís do Amaral Mousinho. Desempenhou a função de Ministro de Disciplina e professor no Seminário Diocesano "Maria Imaculada; capelão das Religiosas Servas de Jesus; sacerdote no S. D. Maria Imaculada; secretário diocesano da Obra das Vocações Sacerdotais. Essas informações estão datadas de 8 de fevereiro de 1956, ou seja, estão muito defasadas.

> aqui os acontecimentos políticos desenrolados nesse período, que culminaram com a renúncia do Presidente da República, Jânio Quadros, em agosto de 1961, (...).
>
> O Relatório da Diretoria, de julho de 1962, traz, ao final de um resumo dos fatos, o seguinte registro:- "Ao término desta nossa gestão, notamos que o ambiente nacional está seriamente conturbado ante um processo de desagregação que caminha no sentido de destruir as instituições vigentes. A gestão futura, que iniciará amanhã, terá que conduzir esta Entidade através de um caminho de previsíveis lutas".[318]

Naquele momento, para a classe dirigente, já era perceptível que toda a sua estrutura não correspondia aos desafios. Precisava novamente buscar alternativas para que a sociedade fragmentada e dispersa se unificasse em torno de uma causa. Uma grande tentativa foi trazer a Ribeirão o *Rearmamento Moral*[319], que se utilizava do pânico comunista em suas prédicas atingindo a população, particularmente os segmentos médios. Faziam parte da Rearmamento Moral pessoas de destaque como o general Juarez Távora e muitos outros altos oficiais. Em São Paulo o general Juarez Távora apresentou o Rearmamento Moral ao lado do General Hugo Bethlem.[320] Era poderoso o instrumental utilizado pelo Rearmamento Moral para modelar a consciência de classe, fez com que até as classes dominantes absorvessem seus ensinamentos:[321]

> Teve ampla repercussão nessa época, o plano apresentado por Amin Antonio Calil, em 29 de maio de 1962 e aprovado por todas as Entidades representativas do comércio e da indústria, visando pagamento de salário legal e justo aos trabalhadores, campanha educativa e sigilosa que mereceu por parte de grandes e pequenas firmas, com ótimos resultados. Amin Antonio Calil não achava justo que uma minoria de empregadores

---

[318] ASSOCIAÇÃO Comercial [...], op. cit., nota 113.

[319] Segundo Dreifuss, o Rearmamento Moral também apoiava o IPES. Era comum empresários e dirigentes de indústrias convocarem o Rearmamento Moral para proferirem palestras para seus empregados, mostrando a insegurança porque passava o país prestes a uma invasão comunista de influência estrangeira, além de defender o capital estrangeiro e a não-intervenção estatal nessa área. cf. DREIFUSS, op. cit., p. 315, nota 19. O Rearmamento Moral exibia filmes juntamente com o CONCLAP. Os filmes apresentados eram destinados aos operários industriais, aos trabalhadores rurais e outros Em São Paulo, eram exibidos no Lyons Clube e na Escola de Polícia de São Paulo. Esses filmes também eram apresentados por esquemas traçados pelo IPES, nos Grêmios Estudantis e Faculdades. *In:* DREIFUSS, op. cit., p. 251, nota 19.

[320] Em 1951, quando ainda major do Exército, Hugo Bethlem, ardoroso anticomunista, foi até a Embaixada norte-americana com quem tinha ótimo relacionamento. para ela patrocinar uma publicação bimensal anticomunista de dez mil exemplares. A Embaixada encaminhou Bethlem para o SESI (Serviço Social da Indústria) de São Paulo, que havia aberto um escritório para esse fim, ou seja, o SESI produzia e distribuia material anticomunista inclusive para a Embaixada e para as Forças Armadas. Na época Bethlem era o chefe do DOPS do Distrito Federal, o que serviu para interiorizar a questão da segurança interna com as questões políticas. cf. HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. p. 78-79.

[321] DREIFUSS, op. cit., p. 293, nota 19.

> continuasse denegrindo a maioria da classe patronal, pagando a seus empregados salários ilegais e, portanto, injustos.[322]

Fazia parte do estratégia do Rearmamento Moral convencer os empresários ainda relutantes a entenderem a gravidade do momento, participando mais ativa e organicamente do processo organizacional em curso.

O Rearmamento Moral em Ribeirão Preto

No dia 29 de março se 1962, em reunião na Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, relatou-se o que estava sendo realizado pela Comissão responsável pela *campanha pró-moralização dos costumes* em Ribeirão Preto e coordenado por Sérgio Rubens Sant'Anna. Apresentando um relatório, disse que esteve em São Paulo em contato com o *Rearmamento Moral* e o sr. Daniel Mottu, líder do Rearmamento se colocou à disposição para vir a Ribeirão Preto exibir filmes, realizar exposições, em companhia de líderes brasileiros.[323]

Extremamente ilustrativa é a matéria do semanário *A Palavra* que já em janeiro daquele ano relatava sobre esse movimento:

> Agentes do chamado "Movimento do Rearmamento Moral" mantêm-se em contacto permanente com Cleveland (EUA) e Londres, através do telex de uma companhia telegráfica. Para estas transmissões, diariamente, comparecem duas jovens norte americanas e as mensagens duram, em média, 18 minutos. [...].
>
> As jovens, ao efetuarem os contactos, mandam que os operadores se retirem, e após a transmissão, destroem a cópia impressa no teletipo-monitor. Pequeno trecho de u'a mensagem escapou da destruição e, lançado numa cesta de papéis, foi apanhado pelo repórter Ricardo Amaral. Dizia: "Precisamos acelerar planos, pois os comunistas ganham terreno dia a dia, fazendo promessas que encontram eco no seio do povo".
>
> Como se vê, tais movimento, aparentemente espirituais e apolíticos, contam com grandes verbas a financiá-los e executam serviços de espionagem e de propaganda política a serviço do imperialismo.[324]

---

[322] ASSOCIAÇÃO Comercial [...], op. cit., nota 113.

[323] REUNEM-SE hoje a tarde na "ACI" integrantes da campanha moralização. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 mar. 1962, p. 4.

[324] Grão de bico. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 15 fev. 1962. p. 2.

No boletim da Ação Democrática, órgão informativo do IBAD, de forma elogiosa era tratado o Rearmamento Moral, apresentando-o como a *única fôrça capaz de reunir todos os homens que acreditam em Deus para salvar o mundo de ser destruído pelo materialismo que o quer controlar*, segundo declarações do general Juarez Távora.[325]

Antes da chegada do Rearmamento Moral em Ribeirão Preto já havia sido iniciada a *Campanha pró-moralização dos costumes*, de formação ribeirãopretana, mas com posições muito próximas às do Rearmamento Moral, de origem estrangeira. A *Campanha* tinha um discurso moralizante-conservador que condenava as jovens mulheres que tinham precocemente relações sexuais, além de escolher mau seus parceiros, terminando por anunciar que, em finais de abril, deverá chegar o Rearmamento Moral na cidade.[326] Ao que *A Palavra* responde prontamente:

> Liderados por pessoas de expressão na comunidade ribeirãopretana, surgiu em boa hora uma campanha em prol da moralização dos costumes, em Ribeirão Preto. A campanha tentará dirigir a espontânea coação social que visa os atos anti-comunitários de modo que se fortaleça o padrão moral de Ribeirão Preto. Tem como fim a defesa da família. Principalmente num tempo em que o poder econômico mal usado e a extrema miséria levam a ações anti-sociais e à dissolução da família. Não devemos jamais esquecer que 85% da prostituição é formada por ex-empregadas domésticas, vítimas da ordem econômica, pois são trabalhadoras que ainda não estão protegidas pela legislação trabalhista, não ganhando nem o salário mínimo.[327]

As discussões político-eleitorais veiculadas nesse momento no jornal *Diário da Manhã* também assumem características morais, fazendo uma conexão entre a inflação, carreirismo político, desemprego e outras mazelas sociais como sendo causas da ausência de moralidade, porque os atuais ocupantes de cargos especializaram-se em enganar o eleitor. Daí as fraudes e a corrupção, além do despreparo técnico para assumir determinadas funções. Tudo isso ocorria pela falta

---

[325] HASSLOCHER, Ivan. (Dir). *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 32, p. 8, jan. 1962.
[326] GANHA profundidade a campanha Pró-Moralização dos Costumes. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 01 abr. 1962, p. 1.
[327] MORALIZAÇÃO da cidade em defesa da família. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 02 abr. 1962, p.6.

de uma liderança de tipo superior e porque os melhores aquinhoados pela fortuna, os estudiosos, aqueles que têm experiência administrativa afastam-se das principais e mais importantes atividades, sendo elas ocupadas por aqueles que enganam o povo e não têm nenhuma liderança, ligando-se a discursos demagógicos para atingirem objetivos escusos. Armando Lúcio Sant'Anna, depois de fazer toda uma prédica moralista, afirma que os temas principais das próximas eleições serão utilizados para ludibriar o povo tais como reforma agrária, remessas de lucros, encampação dos serviços públicos.[328] Era esse o entendimento da *Ação Democrática*, órgão de divulgação do IBAD, que difundia que as *grandes reformas do mundo têm sido apresentadas por minorias às maiorias. A democracia ainda mais aperfeiçoada não só tolera como estimula a ação de líderes.*[329]

O objetivo desse discurso era combater os candidatos de esquerda ou os reformistas que tinham como plataforma principal os temas considerados por Armando Lúcio Sant'Anna demagógicos. Armando Lúcio Sant'Anna foi o responsável em 1963 pela organização em Ribeirão Preto do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), também ligado ao complexo IPES–IBAD e com objetivos conspirativos, o que mostra a sua estreitíssima ligação com as organizações de direita.

A Comissão Executiva da *Campanha Pró-Moralização dos Costumes* era formada por Antonio Agnello Serra (presidente da ACI), Sérgio Rubens Sant'Anna (sócio-proprietário da Propaga Publicidade) e Rui Domingos e, juntamente com Jovino Campos, Sebastião Porto Alegre, Eumo Nascimento, José Penteado Mendonça, Osvaldo Fernandes, Tony Miyasaka, Welson Gasparini, Silvério Neto e Eneas Viana, foram as pessoas que recepcionaram, no dia 11 de abril de 1962, os visitantes do Rearmamento Moral, que tiveram como agenda a visita ao juiz de Direito, Romeu Coltro, no Palácio da Justiça, ao Prefeito Municipal, à Câmara dos Vereadores e também ao Arcebispo Metropolitano. No dia 12, visitaram a Associação Comercial e Industrial, o Hospital das Clínicas e, à noite, novamente na

---

[328] O POVO deve tomar todas as precauções a fim de se evitar que a demagogia continue angariando votos na base da mentira. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 05 abr. 1962, p. 8.

[329] Hasslocher., Ivan. As classes produtoras diante do comunismo. *Revista Ação Democrática*. Rio de Janeiro, p. 16, fev. 1962.

Associação Comercial e Industrial houve projeção de filmes e exposição sobre o movimento.[330]

A vinda do Rearmamento Moral a Ribeirão Preto fazia parte da insistente cobrança dos IBAD, por meio de seu orgão informativo *Ação Democrática*, para que os empresários se mobilizassem de forma efetiva e orgânica contra as reformas propostas por João Goulart, entendidas por estatizantes. Em março de 1962, em número especial, a *Ação Democrática* lançou o manifesto da A.D.P. (Ação Democrática Parlamentar), braço parlamentar do IBAD conclamando todos a deixarem a apatia política:

> Na luta travada entre a democracia e o comunismo não há lugar para os indecisos, os acomodatícios, os "pacifistas", os "neutralistas" — inocentes úteis ou criptocomunistas. A hora é de atitudes corajosas, claras e decisivas.
>
> O regime democrático, consagrado na Constituição Brasileira, que foi decretada e promulgada "sob proteção de Deus" não se pode harmonizar com os governos totalitários, nem, muito menos, transigir com monstruosidades de tiranos. [...].
>
> Os democratas brasileiros não oferecem resistência ao progresso. São conservadores, é verdade, mas conservadores dos princípios imutáveis do regime.[331]

E mais:

> É preciso reagirmos, sem mêdo de que nos chamem de reacionários. Reagir contra a desordem organizada, contra a destruição dos valores morais, contra as vacilações, as incompreensões, os desescrúpulos, as irresponsabilidades, a ignorância, a intranqüilidade, as indiferenças, o ceticismo, a revolta, a fome e o mêdo generalizado.
>
> Os comunistas proclamam-se democratas e os democratas têm medo de afirmar que o são!... Enquanto isso, o Brasil vive o momento mais grave de sua história, jogado entre a irresponsabilidade dos seus homens públicos e a insatisfação do seu povo.[332]

Os setores conservadores ribeirãopretanos davam outro enfoque para as mazelas sociais, recorrendo às manifestações da juventude, os cabelos compridos ou à *Tony Curtiss*, à falta de educação, formal ou não, e de forma elitista, condenar os

---

[330] BUSCANDO melhor entendimento entre os homens chegarão líderes do Rearmamento Moral. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 abr. 1962, p. 6.

[331] Hasslocher., Ivan. Ação Democrática Parlamentar. *Revista Ação Democrática*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 16, mar. 1962.

[332] Ibidem, p. 15.

que têm jornal e se arvoram em formadores de opinião sem condições intelectuais para tanto, assim como líderes sindicais sem nenhuma formação.[333]

O esforço de se passar por um organismo apolítico levada a cabo pelos organizadores do Rearmamento Moral era, de certa forma, obstado pelo semanário *A Palavra*, que constantemente alertava que *restringir-se o rearmamento moral apenas nesse grotesco combate ao comunismo, é despresar os principais fatores de desintegração familiar e social*, e também que combater a juventude é um outro equívoco. *O rearmamento moral que pregam é simplesmente uma farsa consubstanciada num combate ao comunismo.* Dessa maneira, toda a filosofia de Frank Buchman, idealizador desse movimento, transformou-se e *é simplemente uma arma do capitalismo internacional, tão materialista quanto o credo vermelho.*[334] Dessa forma, o brilho do Rearmamento foi certamente ofuscado pelas constantes chamadas que baseando-se em documentos, que mostravam os equívocos daqueles que abraçavam a causa moralista:

> **FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater compatriotas!**
>
> O policial americano Joseph Lingo organiza no Brasil uma sucursal do FBI – imperialistas americanos combatem o povo brasileiro com todas as armas: Polícia, Rearmamento Moral, IPES – Vergonha para o Brasil!
>
> Joseph Lingo, cuja foto foi publicada por jornais populares, é um policial americano, agente do FBI, que está no Brasil organizando, de acordo com o Departamento de Estado, uma polícia destinada a, como eles dizem, "combater o comunismo". Na verdade, trata-se de um aparelho continental para atuar contra os movimentos nacionalistas e patrióticos e para defender os governos títeres, a serviço dos monopólios e trustes que exploram os povos latino-americanos.
>
> Americanos, estrangeiros, formam dentro do Brasil uma polícia para prender patriotas brasileiros. É o cúmulo! É a vergonha maior que esse país poderia passar!
>
> **Departamento e IPES são complementos**
>
> Além desta polícia, os americanos atuam com outras armas: assim fundaram o "Rearmamento Moral", movimento a serviço do imperialismo, bem como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Os americanos, contra a América Latina, jogam a última cartada e usam de todas as armas![335]

O Movimento Rearmamento Moral sempre foi combatido pela Igreja, muito mais por não se lastrear nas concepções do catolicismo, que tem um corpo místico,

---

[333] A HORA é de provocações. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 abr. 1962. p. 6.
[334] REARMAMENTO Moral. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 09 abr. 1962, p. 12.
[335] FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater patriotas! *A Palavra*, Ribeirão Preto, 16 abr. 1962, p. 3.

do que nas suas proposições práticas. A preocupação da Igreja era a participação de católicos no movimento e do entusiasmo com que aderiam às suas práticas, fazendo com que se aumentasse o sincretismo ou o indiferentismo religioso. Não chegava a proibir a participação de religiosos no movimento, mas achava que não era *conveniente*. A participação, em casos excepcionais, teria que ter a permissão do Santo Ofício. Da mesma forma, não seria *conveniente* os católicos ocuparem cargos de direção nesse movimento.[336]

Na verdade, a Igreja temia que o Rearmamento Moral competisse com a hegemonia no campo moral e que as atitudes desse grupo fossem mais interessantes aos seus praticantes do que o envolvimento cheio de regras e, portanto, mais burocrático do catolicismo. Temia, evidentemente, a perda de seus fiéis.

Como não podia combater o frontalmente o moralismo, a Igreja Católica recorria a expedientes outros como fazer o católico entender que *a missão do cristão excede um fim temporal, por mais nobre que êste seja, como "refazer o mundo"* e o que mais desejava a hierarquia católica era *que os católicos não fossem submetidos à jurisdição moral dos não-católicos*. Foram estabelecidos parâmetros para a participação do católico nesse tipo de atividade e, se respeitados, parte do clero não via inconveniente em trabalhar em conjunto com o Rearmamento Moral, que *produziria até frutos cada vez mais abundantes.*[337]

O ano de 1961 foi profícuo em preocupações da Igreja com o Rearmamento Moral. Na Revista Eclesiástica Brasileira desse ano, pelo menos três artigos versavam sobre o tema. Sob o título *Os Católicos e o "Rearmamento Moral"*[338], praticamente reproduz as mesmas posições do artigo de 1955, *Rearmamento Moral.*

Artigo mais esclarecedor foi o *Os Católicos e o Rearmamento Moral*[339], que discorre sobre a questão da participação, de fato, de alguns membros da hierarquia eclesiástica no Movimento, os quais exultam essa organização como, por exemplo,

---

[336] REARMAMENTO Moral. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 15, p. 451, jun. 1955.
[337] A QUESTÃO da Participação dos Católicos no "Rearmamento Moral". *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 17, p. 113-114, mar. 1957.
[338] OS CATÓLICOS e o "Rearmamento Moral". *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 21, p. 410-411, jun. 1961.
[339] Idem. p. 717-725, set. 1961.

uma determinada madre superiora de um colégio católico em São Paulo se referindo nestes termos: *Êste é um dia inesquecível nos anais do Colégio* e outra freira que disse: " – *Esta é a obra do Espírito Santo"*. Também se registrou padres-professores da PUC de São Paulo apoiando o movimento, bem como outros clérigos que colocavam à disposição veículos da paróquia para a distribuição dos materiais. Historiando o Movimento, a *Revista Eclesiástica Brasileira* diz que a origem é protestante e foi criada por Frank Buchman, nascido em 1878 na Pensilvânia, Estados Unidos. Buchman defendia a ideologia de que somente com homens de boa vontade poderiam salvar o mundo e que a origem de todos os males era o pecado, que nada mais seria o egoísmo, e se todos fossem justos não haveria a ambição e reinaria a fraternidade. Chamava também a atenção dos católicos para que percebessem a origem dos principais dirigentes do Movimento, são também *dirigentes da sociedade (políticos, homens de negócios e ainda alguns intelectuais)*. O alvo preferencial do Rearmamento Moral, que se propunha atrair, eram os membros do alto clero, *chefes políticos, os grandes industriais e os dirigentes de sindicatos; também os escritores em geral.* [340]

Em síntese, o Rearmamento Moral e sua filosofia tinham estreitas relações com os objetivos e estratégias da classe dominante ribeirãopretana que fazia uso da filantropia como instrumento de dominação:

> Segundo os mais entusiastas colaboradores, o movimento ensina que "nem a fôrça nem a economia são o melhor instrumento anticomunista, senão a reforma radical das estruturas mentais; para combater o comunismo, não tanto no terreno dos fatos, como mais eficazmente no das idéias, que criem uma ordem mais justa na economia, pela qual a liberdade e a fôrça tenham a sua adequada valorização. Na opinião do periodista, o Rearmamento Moral recebeu o apoio de todo o mundo; a êle aderiram homens de tôda condição, influentes na política, n ciência, na filosofia, nas terras, no trabalho, na economia, tanto como povos culturalmente subdesenvolvidos". O segrêdo dêste êxito está em que o movimento "extraiu uma síntese do único pensamento em que coincidem fundamentalmente as maiores zonas urbanas: o Cristianismo"[341]

Em razão de ser detectada a grande expansão do Rearmamento Moral na América Latina e, em especial no Brasil, onde muitos membros da Igreja

[340] OS CATÓLICOS e o [...], op. cit., p. 717-725, nota 338.
[341] Idem, p. 718.

participavam ativamente dessa organização, resolveu o periódico *Revista Eclesiástica Brasileira* lembrar que estava em vigor a proibição por Decreto da Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício de 1955.[342]

Em Ribeirão Preto, as atividades do Rearmamento Moral foram extensas e estavam a cargo da organização local *Campanha Pró Moralização dos Costumes*, que convocava todas as pessoas a participarem dos eventos dos quais os mais usuais eram projeções de filmes e conferências, geralmente na Sede da Associação Comercial e Industrial.[343] Alguns oficiais militares de alta patente estiveram na cidade como o almirante Cochrane, da Marinha de Guerra Britânica e o general Calimério dos Santos, do Exército Brasileiro.[344]

O aspecto moralizador que atingiu os articulistas do jornal *Diário da Manhã*, de acordo com os ensinamentos do Rearmamento Moral, era jocoso, próximo à infantilidade, ainda mais se levarmos em conta que os objetivos daquela organização eram, na realidade, promover as condições necessárias para inviabilizar o Governo João Goulart:

> "**Sejamos Amigos**"
> A mulher simboliza a maternidade e a Família. Não permita que comentários ou comportamentos levianos manchem e conspurquem a sua honra e dignidade. A família merece respeito e deve ser defendida pela coletividade. A sua integridade é o penhor e atestado do povo civilizado.
> ... campanha pró moralização dos costumes...[345]

Com quadrinhas como essa:

> **"Sejamos amigos"**
> Defenda a sua Família
> Com as armas do respeito, com os preceitos da educação.
> Com as normas da cortezia. Obedecendo as leis morais e cristãs de seu país
> ... campanha pró moralização dos costumes...[346]

---

[342] REARMAMENTO Moral. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 21, p. 997, 4 dez. 1961.
[343] CONVITE. "Campanha Pró Moralização dos Costumes". Rearmamento Moral. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 abr. 1962, p.6.
[344] NETO doAlmirante Cochrane em visita a Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 abr. 1962, p. 6.
[345] "SEJAMOS amigos". *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 abr. 1962, p. 4.
[346] Idem, Ibidem.

Ou essa:

> **"Sejamos amigos"**
> Você vive às custas de seu pai; deve saber que o homem que trabalha é merecedor de seus concidadãos. O vagabundo é um parasita social e o homem só e considerado pelo seu valor moral e profissional.- "Empregue-se ainda hoje e seja útil a você mesmo.[347]

A comitiva do Rearmamento Moral, que chegou a Ribeirão Preto no dia 11 de abril, era liderada pelo almirante da Marinha inglesa Edward Cochrane[348] e integrada por Daniel Mottu, da Suíça, Paolo Marchetti, da Itália, Peter Orglmeister, da Áustria, Ted Lane, dos Estados Unidos e Collin Church, do Quênia. Essa comitiva foi recepcionada pela Comissão Pró-Moralização de Costumes local, liderada por Sérgio Rubens Sant'Anna e realizou visitas ao Palácio da Justiça, sendo recepcionada pelo juiz de direito Romeu Coltro e demais membros do judiciário; quando na ida à Câmara dos Vereadores, recebeu a acolhida deles e do prefeito Condeixa Filho. Tudo executado de acordo com a programação previamente estabelecida.

À tarde, no Umuarama Hotel, os membros do Rearmamento Moral concederam entrevista coletiva à imprensa, rádio e televisão e ressaltaram que o objetivo de sua organização era a de possibilitar a construção de um mundo melhor. O movimento defendido pelos integrantes era, segundo Daniel Mottu, intérprete do grupo, a constituição de uma *terceira força* que se sobreporia tanto ao comunismo como ao capitalismo. E essa *terceira força*, em seu desdobramento, visava *atingir um objetivo nobre, qual seja, o bem estar de toda a humanidade. Assinalou que o Movimento do Rearmamento Moral, se baseia nos quatro princípios autênticos: Pureza, honestidade, altruismo e amor absoluto*.[349]

Segundo os integrantes do Movimento de Rearmamento Moral, que estiveram na cidade, o financiamento de suas atividades tinha por origem *todos que*

---

[347] "SEJAMOS [...], op. cit., p. 3, nota 345.

[348] No Brasil, o Movimento de Rearmamento Moral teve surto de propaganda e difusão quando da primeira Reunião Nacional de Volta Redonda, em 1954. Na época contra-almirante, Edward Cochrane esteve no Brasil em 20.6.1958 para divulgar a doutrina do Rearmamento Moral. cf. RUMBLE, Pe. Dr. L. *Os católicos e o rearmamento moral*. Petrópolis: Vozes, 1959. p. 23.

[349] ENTREVISTA coletiva com a imprensa. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 abr. 1962, p. 8.

nele vêm, uma oportunidade de salvar o mundo atual, do caos e da guerra fria. Para o líder do grupo, almirante Cochrane, a existência do trabalho desenvolvido pelo Rearmamento Moral visava à vitória de um tipo de civilização:

> [...] afirmando que o mundo todo está em guerra, e que não se trata de leste ou oeste, mas sim, de homem de bem, de se defender a humanidade toda contra o materialismo. E tratando de materialismo, disse que muito embora no Ocidente se adote a filosofia baseada em Deus, vive-se e age-se como os materialistas, razão por que o Rearmamento Moral tem uma atividade bastante grande nesse particular.[350]

Ainda no dia 11 de abril, cumprindo a agenda, visitaram a estação de televisão local onde concederam entrevistas, finalizando com reunião na ACI com a exibição de um filme de 16 mm e palestra sobre a ação do Rearmamento Moral no mundo.[351]

Os promotores locais e responsáveis pela vinda da comitiva do Rearmamento Moral quiseram dar uma interpretação mais amena aos objetivos finais da organização estrangeira, caracterizando-a como portadora de interesses meramente sociais e de melhor convívio entre todos os integrantes da sociedade. No dia 12 de abril, visitaram a Cia. Cervejaria Paulista[352], sendo recebidos pelos seus diretores Carlos Alberto Meira, Jácomo Rossi e João Pagano. Também visitaram a Cooperativa dos Cafeicultores, sendo recebidos por Marcelo Junqueira Santos e J.C.G. Marques Ferreira[353], ambos diretores daquela entidade. Em seguida, dirigiram-se para a Usina Santo Antônio, da família Balbo, sendo recepcionados por Atílio Balbo e filhos. Naquela empresa segundo o periódico:

---

[350] CAPITALISMO norte-americano. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 abr. 1962, p. 3.

[351] LUTA das forças do bem contra o mal. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 abr. 1962. p. 8.

[352] A mesma empresa envolvida no episódio ocorrido na intensa pressão política exercida nos seus funcionários, para que subscrevessem abaixo-assinado, em que afirmavam estarem concordes com os reajustes propostos pelos diretores daquela indústria em fins de 1960 e início de 1961.

[353] Engenheiro agrônomo, realizou curso de Introdução à Técnica de Planejamento no Ministério do Agricultura-USAID em 1965. Em 1967 foi secretário-executor da Junta Deliberativa da Secretaria da Agricultura para Assuntos de Convênios e desde 1967 exerce a função de assessor técnico do Gabinete do Secretário da Agricultura. Foi membro do Rotary Club de São Paulo e sócio honorário as Sociedade de Beneficência Portuguesa de Ribeirão Preto. cf. Who's who in Brazil, op. cit., p. 664-665, nota 185. Marques Ferreira era membro proeminente do Rotary Club local e esteve representando o governador dessa entidade em reunião realizada nos Estados Unidos. Na época do convite ele disse ao governador rotariano: (...). *É também uma grande oportunidade, que se me apresenta - conhecer um grande país, os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE e também o seu privilegiado povo!* cf. UM ROTARIANO na terra de tio Sam. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 mar. 1964, p. 3.

> O trabalhador da Usina Santo Antônio é bem mais feliz que o trabalhador que conhecemos. Toma o mais puro leite e come a mais sadia carne por preço que é a metade do que pagamos. Tem assistência médica-dentária e escola para seus filhos, sem dispender um real. Diversões lhe são oferecidas gratuitamente. Dispende a Usina vultosa soma na assistência aos seus trabalhadores. [...]. Para nós os Balbos transmitiram uma mensagem real de REARMAMENTO MORAL, porque, sobretudo, deram um exemplo de "honestidade, pureza, altruismo e amor."[354]

Essas condições em que se apresentaram os trabalhadores da Usina Santo Antônio, se verdadeiras, embora improváveis, podem suscitar que estava sendo aplicado um outro tipo de domínio, mais sutil e eficiente e que, no essencial, mantinha intacta a subjugação do trabalhador.

Abromavay, que realizou estudos sobre as alterações das relações entre proprietários e força de trabalho na zona canavieira do nordeste brasileiro, sobretudo depois do advento dos direitos consubstanciados nas leis que regiam o universo do trabalhador rural, mostrou que a submissão do trabalhador não se modificou fundamentalmente. Para ele:

> Com a emergência dos direitos, o morador (o trabalhador residente na fazenda) tem a sua situação de trabalho regulada, no sentido de que tem direito a um salário estipulado por lei, a férias, repouso remunerado, feriados, décimo terceiro salário e, fundamentalmente, à possibilidade de se associar com companheiros de classe para defender e reivindicar seus direitos. Os direitos, no entanto, não vão pôr fim à submissão do morador embora reduzam bastante a margem de manobra do proprietário, livrem o morador da violência física e dos dias de trabalho gratuito e lhe dêem condições para que questione a sua submissão.
>
> Porque mora na fazenda, quer tenha a sua situação de trabalho regulada ou não, o morador está sempre à disposição do proprietário, é obrigado a trabalhar para ele e nas condições impostas por ele. Porque tem direitos, pode lutar contra as condições impostas pelo proprietário, tentando melhorá-las e, se sair vitorioso, permanecer na propriedade. Caso não tenha condições de enfrentar as pressões, ou se submete a elas ou abandona a propriedade. [355]

Os trabalhadores mantidos no interior da propriedade são tanto os qualificados a determinadas funções essenciais como aqueles que podem ser mobilizados a qualquer momento diante de imprevistos que ocorram, para que se dê a normal e eficiente manutenção da produção. Esses trabalhadores, reservas de

---

[354] MOVIMENTO de caráter eminentemente social. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 fev. 1962, p. 6.

[355] ABROMAVAY, Ricardo. Lutas sociais no campo. *Mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, p. 226, 1982.

segurança para os proprietários, são utilizados de forma mais ostensiva nas eventuais faltas de trabalhadores de fora de seus domínios:

> Para manter esses trabalhadores na propriedade, é possível que o proprietário, em determinados momentos, jogue com certas vantagens como melhorar as casas e regularizar a situação de trabalho, sem que isso, no entanto, implique que tenha aberto mão dos mecanismos de expulsão. Entre a necessidade de assegurar um núcleo de trabalhadores dentro da propriedade e a pressão para esvaziar o engenho, os proprietários oscilam. Assim, em determinados momentos, afrouxam com os mecanismos de expulsão, para, no momento seguinte, voltar a acioná-los, por forçado próprio ascenso político dos trabalhadores ou por força de competição com outros proprietários. (...). Por morarem na propriedade e por terem em muitos casos sua condição de trabalho regularizada através da ficha, os trabalhadores são obrigados (em oposição aos que moram na rua que não têm essa obrigação) a fazerem o que lhes é atribuído. Se se recusarem podem ser legitimamente demitidos, quer em nome da legitimidade da morada, quer em nome da legislação trabalhista.[356]

É nessa perspectiva que devemos entender as transformações nas usinas da região de Ribeirão Preto, que criaram aparatos como o assistencialismo, ações voláteis, ou seja, não estão presas a uma necessidade legal, podendo ser suspensas a qualquer momento, da mesma forma que a expulsão da propriedade é algo sempre presente.

Nesse sentido, os usineiros mantiveram o domínio e a submissão do trabalhador, enquanto asseguravam uma mão-de-obra estável que podia ser utilizada em momentos emergenciais, como em caso de greves, por exemplo. E utilizaram-se do assistencialismo, método muito prestigiado pela sociedade ribeirãopretana e já arraigado na mentalidade de sua população.

Manifesto público da Cooperativa dos Usineiros, veiculado nos jornais do dia 03 de julho de 1962, confirma a tese de que um tratamento diferenciado aos trabalhadores residentes nas áreas pertencentes às usinas visava à manutenção de uma estrutura de superexploração e um controle que não era possível exercer a contento sobre os que prestavam serviços esporádicos ou que tinham outros vínculos empregatícios, não mediados pela ação direta patrão-empregado. Nesse manifesto, com oito itens, tentam passar uma imagem simpática à sociedade,

---

[356] ABRAMOVAY, op. cit., p. 227-229, nota 355.

mostrando que, unilateralmente, sem interesses subalternos e sem pressão de qualquer ordem, estavam atendendo algumas das demandas dos trabalhadores.[357] Nesse momento, iniciava-se uma maior movimentação dos trabalhadores rurais tanto pela ação dos comunistas, como pela Igreja Católica, na pessoa do padre Celso Ibson de Sylos.

Os esclarecimentos dos usineiros presentes nesse manifesto eram:

> 1o.) Os empregados da lavoura canavieira do Estado de São Paulo são os mais bem pagos trabalhadores rurais do País, e recebem de seus empregadores cuidadosa assistência social, no que dispendem as usinas quantias muito superiores à que estão por lei obrigadas.
>
> Em 1.o de junho p.p., as Usinas suprimiram, expontaneamente, o desconto de habitação, com o que, somados aos aumentos salariais, seus empregados passaram a perceber salários em dinheiro 112% superior ao que percebiam em junho do ano passado.[358]
>
> 2o.) Os movimentos e agitações reivindicatórios registrados em algumas cidades da região não foram empreendidos por empregados das Usinas, mas por trabalhadores avulsos, todos residentes nas cidades, parte dos quais, durante a safra açucareira, se dedica ao corte de cana, e, na entre safra, a outros mistéres agrícolas, em outras propriedades. [...].
>
> 4o.) As usinas açucareiras, longe de se oporem às reivindicações dos trabalhadores rurais [...]. Apenas se opõem a manobras demagógicas e subversivas, que outro escôpo não

---

[357] Segundo Francisco Alves, as alterações, que se verificaram na organização empresarial da agroindústria canavieira, em meados da década de 1980, em grande parte pela possibilidade organizacional dos trabalhadores rurais. Ao analisar a mecanização do corte de cana, sobretudo após as greves no setor, mais fortemente após 1984, percebeu a vinculação entre o uso de maior tecnologia e menor dispêndio em mão-de-obra em virtude da crescente mobilização que resultava em greves cíclicas dos cortadores de cana. Assim, com o uso intensivo de máquinas, a dependência dos cortadores de cana diminuía sensivelmente, podendo manter a produção, mesmo que em menor escala, com a continuidade de movimentos paredistas. Esse estudo mostrou também a permanência de métodos de "acompanhamento" do setor sindical, no qual o departamento de recursos humanos das usinas, agora com a introdução da informatização, podia fornecer rápida e detalhadamente toda informação sobre o trabalhador. Essas informações não eram apenas técnicas, ligadas à sua produtividade, mas também políticas, informando a sua participação em graves na região, a proximidade do empregado com os sindicatos, participação em piquete e outras. Nesse estudo, ficou patente a dificuldade de se conseguir emprego por parte daqueles que tiveram alguma participação nas lides sindicais, o que remete à crença da existência de intercâmbio entre os usineiros de rol de trabalhadores que têm maior nível de politização. cf. ALVES, Francisco. Progresso técnico e trabalho migrante no setor sucro-alcooleiro da região de Ribeirão Preto. Trevessia - Revista do Imigrante. São Paulo, v. 7, n. 18, p. 17-22, abr. 1994.

[358] Segundo o jornalista e deputado estadual Luciano Lepera, comunista, em artigo publicado no semanário *A Palavra*, no dia 2 de junho de 1962, dias próximos à manifestação da Coopertativa dos Usineiros, o desconto-habitação foi derrubado graças às intensas lutas levadas avante pela Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. E na Justiça, muitos juizes vinham se pronunciando contra o desconto-habitação. E que há 7 anos atrás o agora juiz aposentado Gabriel Monteiro, de Ribeirão Preto sentenciou a Usina da Pedra à devolução do dinheiro que havia arrecadado ilegalmente dos trabalhadores. Aqui a ação foi movida pelo Sindicato dos trabalhadores na Indústria da Alimentação e o advogado foi o sr. Romero Barbosa. Perdendo, a Usina recorreu, perdendo novamente em instância superior e até aquele momento não havia devolvido o dinheiro. Ainda segundo Luciano Lepera, o desconto de 33% de aluguel de casas precaríssimas (taperas) era feito de todos os moradores da tal habitação e que prestavam serviços à empresa. O total do desconto auferido pelos usineiros era uma exorbitância e essa foi a dinâmica adotada por eles para ficarem mais ricos. In: *CAI o desconto-habitação nas Usinas. A Palavra*, Ribeirão Preto, 02 jul. 1962, p. 6.

> tem senão o de fomentar a discórdia entre empregados e empregadores e anarquizar a produção.[...].
>
> Desejamos, por fim, manifestar a nossa consternação pelo fato de que homens e empresas empenhadamente dedicados ao aumento da produção agrícola e industrial, sejam expostos à execração, e apontados como inimigos públicos, com bases em informações falsas e conceitos tendenciosos, justamente no momento em que o País mais necessita, para a sua emancipação econômica, do concurso e do entusiasmo de todos os seus agricultores e industriais.
>
> 8o.) Os produtores de açúcar, apesar dos insólitos ataques sofridos, permanecem na convicção de terem criado e desenvolvido fontes de produção e riqueza, contribuindo eficazmente para a elevação do padrão de vida do povo.[359]

Essa tolerância discursiva dos usineiros em prol dos direitos dos trabalhadores contrastava com a realidade, pois, segundo o padre Celso Ibson de Sylos, que esteve por diversas ocasiões à época na sede da *Associação dos fazendeiros*, pode verificar que lá *tinha muitos trabalhadores nesta lista*[360] *e na região eles não trabalhariam mais, pois estavam ligados ao Partido Comunista e agora ao movimento do Partido do Padre - era assim que chamavam na época*.[361]

Sobre o desconto-habitação, Luciano Lepera, jornalista ribeirãopretano e deputado estadual, comunista militante, em matéria publicada em *A Palavra* acusou os usineiros, mostrando que *os rios de dinheiro* que foram arrancados dos trabalhadores possibilitaram a eles *mais champanhe, uísque, automóveis, casas luxuosas, roupas, jóias e passeios para si e seus familiares*. Lepera alerta que *nenhum desses exploradores foi preso ou processado. Nunca foram molestados pela Polícia.* Fazendo uma ligação na ação entre polícia e Estado capitalista, Lepera revela que a ação daquela é proteger este sistema de exploração. E terminou a matéria se reportando à filosofia do Rearmamento Moral já aplicado em Ribeirão Preto antes mesmo da sua vinda ao município:

> Não por acaso há toda uma pregação "filosófica" contra a chamada "luta de classe". Mesmo quando afirma que também está com o operariado, muita gente há que ainda agora

---

[359] A PEDIDOS. A Cooperativa dos usineiros. Ao público. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 03 jul. 1962, p. 8.

[360] Na época era comum os trabalhadores que reivindicavam seus direitos ou organizavam os trabalhadores, entrarem numa *lista negra* como eram conhecidas as anotações realizadas pelos proprietários rurais. Ao partilharem essas informações, os proprietários se protegiam evitando a utilização dos serviços das pessoas constantes na lista.

[361] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit., nota 244.

> não admite a luta de classes. Gente que julga e afirma ser tal luta feita por comunistas...Esta gente gostaria de defender os direitos dos trabalhadores, sim, mas sem luta...
> Como se os exploradores entendessem outra linguagem que não fosse a greve.
>
> A greve é a única linguagem que o explorador compreende. A classe operária consegue, em poucos dias, ou mesmo poucas horas de greve (às vezes apenas com ameaça) tudo aquilo que não conseguiu durante longo tempo em que esteve "pedindo", "solicitando", "implorando", "apelando" para o "patriotismo", "bons sentimentos" ou "espírito cristão" do explorador.
>
> Não houvesse exploração, e ninguém seria obrigado a lutar. Os capitalistas é que fazem a luta de classes. Não operário. Não o camponês. Não o assalariado em geral. A luta de classes existe devido a existência do capitalismo.
>
> O trabalhador já entendeu essa questão. A derrubada da taxa ou do "desconto-habitação" nas Usinas de Açúcar é outra demonstração disso. Houve greve na Usina Padão, no município de Oriente. Houve greve em Marília. Houve greve em Assis. Houve tentativa de greve noutra açucareira em Maracaí. Houve a greve na Usina Amália, do Conde Matarazzo em Santa Rosa de Viterbo. E, principalmente, havia ameaça de greve geral em todas as 96 usinas do Estado de S. Paulo.[362]

A estratégia do Rearmamento Moral era criticar qualquer mobilização dos trabalhadores, que utilizasse atitudes mais radicais como greves, passeatas etc., que eram entendidas como atitudes violentas e em nada colaboravam no entendimento entre os homens. Evitava-se falar em classes sociais e os problemas existentes eram fundamentados em termos morais e não lastreados na própria dinâmica capitalista:

> Bem explicou o almirante Lorde Cochrane, da Marinha Britânica, que o Rearmamento Moral não é a favor nem contra nenhuma ideologia, raça, princípios, religião ou modo de vida, mas tão sómente uma ação construtiva em pról de um mundo melhor, dentro do respeito à Deus, na luta incessante do bem contra o mal. Parecerá ingenuidade, mas tal não se dá. Dentro dos princípios humanos, Gandhi venceu a poderosa Inglaterra. Com compreensão, inteligência e boas intenções, foram vencidas greves e violências inúteis. Os povos estão cansados de lutas estéreis, de auto-destruição e buscam um caminho para o trabalho, ordem, harmonia e amor ao próximo. Este é o Exército do Bem. Porque combatê-lo? Só os maus intencionados, só os desgarrados e inimigos da sociedade e do próprio homem, serão contra os que querem um mundo de mais harmonia e fraternidade, obedientes à palavra do Senhor, e dentro de um sistema de vida mais humano, mais decente e mais nobre.[363]

É nessa perspectiva, da negação da luta de classes, que devemos entender o elogio feito pelos representantes do Rearmamento Moral entre eles Peter Orgamüster, da Áustria, almirante Cochrane, da Inglaterra, Colin Church, do Quênia, Marchetti, da Itália, Daniel Mottu, da Suíça e Bob Lane, dos Estados

---

[362] CAI o Desconto [...], op. cit., p. 6, nota 358.
[363] NÃO é contra nem a favor de nenhuma ideologia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 abr. 1962, p. 8.

Unidos quando da visita à Usina Balbo, onde estiveram presentes, de Ribeirão Preto Antônio Machado Sant'Anna e esposa, Marcelo Junqueira Santos, J.C.G. Marques Ferreira, Sérgio Rubens Sant'Anna e esposa, Maria Elena Curi, o acadêmico Ruy Domingos, Ari Geraldo de Souza, Eduardo Curi e Fábio Lopes.[364]

A comitiva de estrangeiros do Rearmamento Moral retornou a São Paulo no dia 13 de abril e durante a sua estada em Ribeirão Preto teve a oportunidade de ser recepcionada por Romeu Coltro, juiz, Alfredo Condeixa Filho, prefeito municipal, Celso Paschoal, presidente da Câmara Municipal, Juventino Miguel, rotariano e vereador com posições ultra-conservadoras, Welson Gasparini, vereador e futuro prefeito eleito em 1963, Mário Davidson, militar do Exército e vereador, Miguel Gonçalves da Silva (advogado e à época presidente da OAB local), Gabriel Monteiro de Barros, Jácomo Rossi, João Constantino Milonás, Ruy Ferreira dos Santos, Achiles Simioni, Umberto Simioni, Baudílio Biagi, Maurílio Biagi, Luiz Antonio Pinto, Jamil Cury, Bartolo Carolo, Franz O. Briegger e Fernando Vasconcelos Martins.[365]

Enquanto se tentava aglutinar a classe dominante em torno do Rearmamento Moral, continuava pela *A Palavra* as críticas que se faziam dessa organização. Estas foram apropriadas até pelos estudantes da Faculdade de Odontologia e Farmácia local, que transformaram-na em sátiras e exibiram-na ao público em um evento que ocorria anualmente conhecido por "peruada" e que era organizada pelos estudantes daquela Faculdade. No dia 30 de abril, o Tio Sam, símbolo norte-americano, foi retratado carregando um cachorro na coleira que atendia pelo nome "Carlos Lacerda", "testa de ferro do colonialismo". O semanário percebeu a mudança ideológica ocorrida, pois em anos anteriores Tio Sam foi retratado pelos estudantes como pai bonzinho, irmão do Norte, santo milagroso do dia panamericano e Papai Noel da América latina. O mesmo tinha acontecido com Carlos Lacerda que, em 1954, foi recebido como herói na cidade pelos estudantes. De maneira específica o

---

[364] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes sociais, 15 abr. 1962, p. 5.

[365] RETORNARAM para São Paulo os líderes do Rearmamento Moral. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 abr. 1963, p. 6. A maioria dos srs. citados são industriais e usineiros. E membros proeminentes da ACI-RP.

Rearmamento Moral foi satirizado utilizando-se de dois palhaços que carregavam o dístico *REARMAMENTO MORAL COM A BARRIGA VAZIA?*[366]

A ofensiva maior do Rearmamento Moral em Ribeirão Preto, pelo menos de forma mais explícita, iniciou-se em 22 de abril com a publicação, em três páginas, do artigo *Ideologia e Co-existência*, que fez sérias advertências às táticas do Partido Comunista que, a partir de Moscou, elaborou planos para que os comunistas norte-americanos realizassem toda uma série de ações para serem aplicados na sociedade. Utilizando-se de organizações da sociedade civil norte-americana como sindicatos, associações de juventude, movimentos negros e associações cívicas, entre outras, os comunistas atuariam com a finalidade de enfraquecer o espírito democrático de seus integrantes e assim conseguirem seus objetivos nefastos. A segunda tática seria a propaganda da necessidade de comércio com o bloco soviético e a China em detrimento das nações livres, enfraquecendo economias capitalistas e deixando dependentes algumas nações do bloco socialista. E, assim, ficava mais fácil um domínio completo desses países ainda livres e democráticos. Segundo essa tática, os comunistas partiriam da fragilização econômica para conseguirem o domínio político. A terceira frente que os comunistas atacavam era a *decomposição dos padrões morais e enfraquecer a fibra moral* dos povos. A quarta proposta de atuação dos comunistas era a da intensa propaganda em prol da coexistência pacífica e a abolição das armas nucleares. Essa proposta objetivava, segundo as interpretações da matéria, prender-se apenas no discurso, enquanto os países comunistas invadiam novos territórios.[367]

Essas concepções estavam plenamente contempladas no boletim *Ação Democrática* do IBAD, que defendia que o comunismo não se alastrava na sociedade pela ação do Partido Comunista, mas através *de aparatos subterrâneos, sem ligação com o comunismo oficial e diretamente subordinados aos organismos russos de guerra fria.*[368] Nessa perspectiva, muitos ocupantes de cargos de

---

[366] A "PERUADA" da FOF engajada na luta contra o imperialismo! *A Palavra*, Ribeirão Preto, 07 mai. 1962, p. 15.
[367] IDEOLOGIA e co-existência. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 abr. 1962, p. 6-7.
[368] HASSLOCHER, Ivan (Dir.) *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 4, abr. 1962.

responsabilidade, dentro da estrutura do Estado, eram na verdade agentes russos, mas sem ligação direta com os comunistas locais.

Com relação ao aparente pacifismo acenado pelos comunistas e tomados como falsos, essas noções não estavam presentes no IBAD como faziam parte dos fundamentos de Segurança Nacional brasileiros:

> O Conselho Mundial da Paz nada mais é realmente do que uma agência mascarada do Comunismo Internacional. Constitui um elemento de apoio incondicional da política soviética [...]. No Brasil, o Conselho Mundial da Paz encontra seu correspondente no Movimento Brasileiro de Partidários da Paz sob a chefia de Valério Konder.
>
> As sociedades culturais eram outras entidades de ligação entre o Partido Comunista e os países socialistas, em proveito do Internacionalismo Proletário. As estreitas ligações entre essas organizações e o PC estão perfeitamente comprovadas.[369]

O desarmamento proposto pelos soviéticos consistia, na visão norte-americana e brasileira, aliados na segurança hemisférica consubstanciados nos Acordos Militares, um engodo.

Os norte-americanos avaliavam que tinham de se contrapor ao desarmamento inclusive porque a questão numérica favorecia os comunistas que contavam, em caso de necessidade, com cerca de 900 milhões de homens russos e chineses que, mesmo utilizando armas convencionais, poderiam percorrer a pé ou em transportes motorizados toda a Europa, Oriente Médio e parte do Extremo Oriente. E que o conhecimento técnico de fabricação de artefatos nucleares já era bastante conhecido, podendo ser construído por qualquer país, inviabilizando qualquer tentativa de fiscalização.[370] Dessa forma, qualquer um que propusesse a paz, na verdade, consciente ou inconscientemente estava fazendo o jogo dos comunistas.

E a matéria do *Diário da Manhã* continuava:

> "Graças a Deus" nós temos essa força do Rearmamento Moral que é a única coisa que se mantém de pé entre nós e o triunfo do comunismo.
>
> Convém lembrar as etapas através das quais o Soviete chegou à sua posição atual e como a iniciativa Divina deu ao Rearmamento Moral a estratégia que apresenta a resposta. [...]. O fato é que, com o colapso econômico e político na Alemanha após a guerra, os

---

[369] CARVALHO, op. cit., p. 232, nota 279.

[370] DRAKE, Francis Vivian. Que significa de fato, o desarmamento total? *Seleções do Reader's Digest*. Rio de Janeiro, t. 37, n. 218, mar. 1960.

> comunistas se tornaram tão fortes que mantinham uma média de 73% de seus homens nos conselhos operários da empresas de carvão e aço do Ruhr. Após o treinamento e a transformação profunda que muitos dentre nós encontramos no Rearmamento Moral, a influência comunista baixou para 8% e o poder do Partido foi quebrado no meio das massas.[371]

A matéria do *Diário da Manhã* defendia que os comunistas haviam mudado suas estratégias de dominação trocando o confronto nuclear pelo domínio econômico, e transformando o comércio numa das maiores ofensivas. E com o aumento de países comercializando com os socialistas, naturalmente enfraqueceria o intercâmbio comercial eles com os Estados Unidos, vulnerabilizando essa economia. E com a depressão econômica norte-americana e o desemprego de seus trabalhadores, tornar-se-ia alvo fácil da propaganda socialista.

O Rearmamento Moral vinha socorrer, na interpretação de seus organizadores, toda a incompreensão existente na sociedade, pois que:

> O novo tipo de homem que o Rearmamento Moral está criando verifica que o problema básico da indústria não é econômico, mas moral. Os quatro padrões morais – honestidade absoluta, pureza absoluta, altruísmo absoluto, amor absoluto – tornaram possível resolver cada questão na base do que está certo e não na base de **quem tem razão**.
>
> Essa é a alternativa para a luta de classes na indústria e é por ela ter sido adotada pelos trabalhadores e empregadores, que o comunismo tem conseguido fazer tal penetração nas indústrias chaves. O seu domínio só pode ser quebrado por homens e mulheres armados de estratégia, a união e a dedicação de uma ideologia superior. Isso acontece pela aceitação de Deus por meio da qual cada homem pode saber como deve e precisa agir imediatamente. [...].
>
> O Rearmamento Moral nos oferece uma filosofia de vida em ação... Colocar a serviço dos Estados equipes de homens treinados, apóstolos da reconciliação e construtores de um mundo novo, é o início de uma transformação social de grande alcance para o qual os primeiros passos já foram dados.[372]

E logo em seguida, depois de toda uma construção discursiva enfocada numa mística de solidariedade e fraternidade, assume novamente o seu ponto fundamental, o anticomunismo no qual giram outros elementos não fundamentais, mas que têm a finalidade de parecerem morais e racionais à luta em que se lançaram:

---

[371] IDEOLOGIA [...] op. cit., p. 7, nota 367.
[372] Idem, Ibidem.

> A crise básica é espiritual, mas a religião por sí só não é suficiente para preencher o vácuo ideológico. Por esse motivo o comunismo pode explorar os sentimentos irracionais mais profundos na coação do homem tais como o nacionalismo exaltado e na divisão racial. [...].
>
> Há a necessidade de uma ideologia: um modo de pensar superior que satisfará a fome pelo absoluto que arde tanto no coração do iletrado como no homem de cultura. É por isso que o Rearmamento Moral pode e deve abrir caminho para um novo tipo de revolução – uma revolução do espírito. A única coisa que pode defender nosso hemisfério, agora que enfrentamos o maior perigo de nossa história, é um armamento ideológico. A tarefa de todos nós é a de promover o avanço do Rearmamento Moral em todo o hemisfério e no mundo inteiro. [...]. É o Rearmamento Moral ou o comunismo.[373]

A crítica que a esquerda ribeirãopretana fazia não era somente em relação ao Rearmamento Moral, identificada como aparato anticomunista para se manter intacta a estrutura de exploração do trabalhador. A Aliança para o Progresso[374], da mesma forma, recebia severos ataques daqueles que entendiam que o fundamento da ajuda econômica se prenderia em desviar a atenção das reais alternativas para a solução dos problemas nacionais, como a aplicação de um modelo *nacionalista* de desenvolvimento, ou seja, com um alto grau de independência frente às potências hegemônicas, sobretudo a norte-americana.

As suspeitas que a Aliança para o Progresso fazia parte de um bem coordenado plano, que visava combater o comunismo e para difundir mais eficazmente um determinado tipo de capitalismo, foram expostas pelos próprios formuladores do programa, entre eles Milton Eisenhower que, na qualidade de

---

[373] IDEOLOGIA [...], op. cit., p. 7, nota 367.

[374] A Aliança para o Progresso, programa de ajuda econômica e técnica para os países subdesenvolvidos do hemisfério americano, foi iniciado durante o governo Eisenwhower e finalmente concluído a sua forma durante a administração Kennedy. O objetivo central, difundido pelos seus idealizadores, era de promover a justiça social nas Américas. A aplicação dos recursos dependeria das necessidades que seriam detectadas pelos técnicos americanos, tendo a preocupação precípua de atender àquelas populações que efetivamente necessitam de ajuda no campo social e verificando se não é desviado recursos para os já privilegiados setores das nações beneficiadas. WILCOX, Francis O. Prefácio In: DREIER, op. cit., p. 15-16, nota 64. O programa Aliança para o Progresso foi lançado em março de 1961 pelo presidente Kennedy e sua adoção se deu, em caráter oficial, durante a conferência da Organização dos Estados Americanos realizada em Punta del Este no Uruguai, em agosto. O programa propunha a partilha de responsabilidades entre a América do Norte e América do Sul nas questões de paz, segurança, liberdades políticas e progresso econômico. Propunha, dentro do programa de ajuda técnica para o adestramento de trabalhadores, técnicos, engenheiros e cientistas, adequando-os ao novo estágio de desenvolvimento que se encontravam seus países. Assim, a qualificação e adestramento dos trabalhadores e a atenção às questões sociais eram fundamentais para que se alcançasse êxito do Programa, antes mesmo que um moderno sistema industrial fosse efetivamente implantado. cf. DREIER, op. cit., p. 18-21, nota 64.

embaixador especial e representante pessoal do presidente dos Estados Unidos, realizou diversas viagens entre 1953 a 1960 pela América Latina:

> A ação atual para implementar uma vida melhor, em liberdade, neste hemisfério, constitui passo progressista natural e inadiável em um longo processo evolutivo, que teria alcançado êsse ponto de decisão mesmo se um egoísta líder cubano não tivesse traído o seu povo e entregue a nação ao contrôle férreo da conspiração comunista internacional. Não nos resta dúvida que a Aliança constitui um programa positivo de povos esclarecidos para conseguir, finalmente, aquela justiça para todos, que constitui uma das nossas mais caras convicções religiosas. Não há como não admitir que as ameaças do comunismo castrista apressaram as decisões e providências. Mas não as causaram ou criaram.[375]

Ou por José Figueres, presidente da Costa Rica em 1953 e fundador de Instituto de Educação Política em seu país:

> Por que decidiram os Estados Unidos entrar na II Guerra Latino-Americana de Independência? Pela mesma razão que entraram na I e II Guerra Mundial: porque o instinto nacional percebeu anteontem, como ontem, e como agora, que chegou o momento em que a sua própria liberdade e prosperidade nacional estão em perigo. [...].
>
> Os latino-americanos consideram essa nova *Aliança* como medida realista de defesa dos Estados Unidos. É tudo isso o que esperamos e o que pedimos. [...] Se os Estados Unidos entrarem na luta para salvaguardar suas próprias liberdades, levando em conta os interêsses a longo prazo de sua própria evolução comercial, com o espírito de realizar investimentos e não simplesmente fazer despesas, ficaremos satisfeitos.[376]

Ou Dean Rusk, que em 1949 foi Secretário-Assistente de Estado para os negócios das Nações Unidas e em 1952 assumiu a presidência da Fundação Rockefeller, deixando-a em 1961 quando nomeado Secretário de Estado:

> Para nós, a *Aliança* é parte especial de um todo indivisível. Repousa sôbre os laços indissolúveis da geografia e da história, da cultura e dos interêsses comuns que sempre aglutinaram as nações americanas. Descansa sôbre a compreensão de que êste hemisfério faz parte da civilização ocidental que todos nós procuramos preservar e que muitos dos mais altos valôres dessa civilização encontram sua expressão mais cabal nas ações do sul do continente. Baseia-se também nas responsabilidades especiais dos Estados Unidos neste

---

[375] EISENHOWER, Milton S. Aliança para o Progresso: Raízes históricas. In: DREIER, op. cit., p. 28-29, nota 64.

[376] FIGUERES, José. A Aliança para o Progresso e suas metas políticas. In: DREIER, op. cit., p. 107-108, nota 64.

> hemisfério, responsabilidades que existem independentemente da guerra fria, da ameaça militar soviética [...].[377]

Dessa forma, o Rearmamento Moral e a Aliança para o Progresso[378] não diferiam em objetivos, embora se apresentassem distintamente, fato percebido pelo *A Palavra* ao criticar o jornal local *O Diário*, de propriedade do deputado estadual e ex-prefeito de Ribeirão Preto, Costábile Romano, que estaria *ligado ao imperialismo norte-americano, uma vez que defende teses como as do Rearmamento Moral, da Aliança Para o Progresso [...] e na crise de agosto, ficou com os 3 ministros Militares*.[379]

A Aliança para o Progresso recebeu seríssimas repreensões por parte da diminuta ala esquerdista da Câmara, representada por Antônio Reis Villalobos e Said Issa Halah, esse com maior vivência política e apoiado pelos comunistas locais. Para Villalobos, A Aliança *é puro engôdo para enganar os países subdesenvolvidos*. Já para Halah, *existe não para incentivar o desenvolvimento industrial dos países sub-desenvolvidos e sim para a aplicação de recursos financeiros na solução de assuntos de seu relativo interêsse*. Já Welson Gasparini[380], futuro prefeito e nesta qualidade íntimo do programa norte-americano,

---

[377] RUSK, Dean. A Aliança para o Progresso na conjuntura mundial. In: DREIER, op. cit., p. 147, nota 64.

[378] Uma parte substancial das verbas utilizadas pelo programa Aliança para o Progresso provinha de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano de 1954, no qual esse país ofereceria os excedentes de trigo e milho e o Brasil pagaria esses produtos por meio de projetos nacionais aprovados por ambos os países. Calculou-se em US$ 40 milhões de recursos do próprio governo brasileiro, nesse acordo, para a Aliança para o Progresso. Outro grande valor foi destinado ao governo de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, visando aperfeiçoar o sistema de água e esgoto daquela localidade. Entre dezembro de 1960 a 13 de abril de 1962, quando da nova assinatura para o Acordo, o Brasil já havia recebido US$ 715 milhões. A ajuda financeira era destinada aos administradores de cidades ou governos defensores da política norte-americana, para que pudessem realizar obras e se projetassem no cenário nacional, fortalecendo politicamente as posições daqueles que cederam os recursos necessários. Também parte desses recursos foram destinados às áreas conflituosas ou que apresentavam um potencial de insatisfação que poderia gerar futuramente grandes manifestações anti-americanas ou pró-comunistas. No nordeste, o crescimento das Ligas Camponesas e o aumento da miséria entre os camponeses receberam atenção especial e foram motivos da aplicação de grande volume de recursos naquela área. In: YOUNG, op. cit, p. 151-152, nota 302.

[379] MÉDICOS da Santa Casa denunciam Costábile e Condeixa. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 21 mai. 1962, p. 3.

[380] Welson Gasparini foi prefeito municipal de 1964 a 1968. Em 07.08.64, durante a 50ª Sessão Ordinária, o vereador Osório Carlos do Nascimento, seu líder no Câmara, pelo requerimento nº 628, apresenta um plano da Prefeitura de construção de casas financiadas pela Aliança para o Progresso. Na 154ª Sessão extraordinária, do dia 28.07.65 da Câmara dos vereadores, o prefeito Welson Gasparini foi autorizado a empreender viagem aos Estados Unidos, por meio da concessão de licença de setenta dias, e aprovação do Projeto de Resolução nº 85-65. Tal licença se iniciaria no dia 2 de agosto de 1965. No dia 26.10.65, na 185ª Sessão ordinária o vereador Domingos Isaac defendeu a viagem empreendida pelo prefeito Welson Gasparini pois segundo ele, trouxe vários subsídios para a administração. Sobre esses subsídios, o

nessa mesma sessão camarística, exercitando o discurso conciliador que sempre se mostrou muito útil para a sua carreira política, *dizendo entender que a Aliança para o Progresso é mais pelos resultados verificados em Cuba,[...]. Acredita que o país tenha alguma vantagem na aludida Aliança, principalmente no setor social e industrial, impedindo a infiltração comunista no território nacional.*[381]

Os ataques à Aliança para o Progresso foram repelidos com grande energia por Antônio Machado Sant'Anna, que geralmente redigia suas matérias sem defender com grande energia suas convicções liberais e, quando indignado com algumas posições da classe dominante, utilizava-se do pseudônimo *Pedro Brando*:[382]

> [...]. Seu fundamento principal reside no princípio de que a liberdade e a democracia representativa asseguram as melhores condições para satisfazer os anelos do trabalho, teto e terra, escola e saúde, dando ao homem condições dígnas de vida, como fundamento da civilização.[...]. O que precisamos é combater a onda de descrédito, de ameaças e de subversão da ordem que um grupelho de extremistas e marginais, inimigos de nossa Pátria, promovem em cada cidade importante. São os chamados ultra-nacionalistas, ou melhor, falsos nacionalistas, que não apresentam soluções, que não encaram a realidade, mas desejam, apenas, que se mude o regime e que passemos de país livre, democrata e na ânsia de libertar-se cada vez mais de todos os óbices que têm entravado o nosso progresso, para a órbita autocrática do mando de um só homem, onde todos devem pensar por igual, sem direitos e sem oposições.[383]

O termo *falsos nacionalistas* era muito utilizado por aqueles que entendiam que as propostas oferecidas e que supostamente atenderiam aos trabalhadores eram, em realidade, uma forma sutil do início de instalação do comunismo internacional. Isso fica explícito na frase do vereador Juventino Miguel quando *comentando sôbre*

---

vereador Osório Carlos do Nascimento no dia 03.12.65, durante a 198ª Sessão ordinária, sugeriu à presidência da Casa que convidasse o prefeito para dissertar sobre suas experiências nos Estados Unidos. No dia 29.04.66, durante a 234ª Sessão ordinária os vereadores, depois de esgotada a pauta dos trabalhos, puderam os edis dialogar com o engenheiro Riomey Yassuda, diretor da Panidro, já que aquela firma foi encarregada pela Aliança para o Progresso da prospecção do sub-solo do município. Durante a sua administração, pela Aliança para o Progresso, fez curso nos Estados Unidos, o funcionário do DAET, Dr. José Marcílio Baldochi, conforme registra a atas das Sessões ordinárias da Câmara de vereadores 26.07.67, 3.10.57, 377ª e 369ª respectivamente.

[381] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. Ata. [225ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto, 16 mar. 1962.

[382] Na época Antônio Machado Sant'Anna era responsável pelo departamento de Cultura e Turismo do município.Depoimento de Benny Tostes Sant'Anna, ao autor, 2001.

[383] COMBATE à Aliança para o Progresso. Obra de masorqueiros e de marginais. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 26 abr. 1962, p. 1.

a reforma agrária, defende-a dizendo que a mesma deveria vir com os nossos próprios esforços, dentro de uma democracia sã e não da maneira como pretendem os falsos nacionalistas.[384]

Em 16 de maio de 1962 é anunciada uma peça teatral sob os auspícios do Departamento de Educação, Cultura e Turismo da Prefeitura, com o apoio dos usineiros da Cooperativa do Oeste de S. Paulo[385], Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Associação Comercial e Industrial, Aeroclube de Ribeirão Preto, Rotary Club e Lions Club.[386] A peça *O Condor*, apresentada anteriormente em Campinas, recebeu elogios do marechal Juarez Távora e do general Hugo Bethlem. Dario de Morais, vice-presidente do Sindicato dos Ferroviários da Mogiana, ao assistir a peça e ver os efeitos que causou, independentemente da classe social dos presentes, disse que todos *estão irmanados na mesma luta pela transformação dos homens, senti que podemos acreditar que a luta de classe será superada. A peça "El Condor" será, sem sombra de dúvida alguma, um fator desse unidade em todo o mundo*.[387]

Na realidade, o que as entidades da sociedade civil, que estavam sob domínio da classe dominante, queriam era, a partir da união de suas forças, dirigirem suas ações numa única direção e, abraçando um projeto ideológico poderoso, recomporem a sociedade que estava apresentando uma diversidade de opiniões e, entre elas, muitas contrárias ao domínio exercido por elas. Aglutinar e dirigir as sociedades da sociedade civil não foi uma tarefa difícil, pois do ponto de vista

---

[384] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos vereadores. *Ata* [342ª Sessão ordinária]. Ribeirão Preto, 26 abr. 1963.

[385] A Cooperativa dos Usineiros do Oeste do Estado de São Paulo, em junho de 1962, era composta pelas seguintes usinas: Anhumas, Bela Vista, Bonfim, Ipiranga, Martinópolis, N. S. Aparecida, Pedra, Santa Elisa, Santa Lydia, Santo Antonio, São Francisco e São Geraldo. In: COOPERATIVA dos Usineiros do Oeste do Estado de São Paulo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1 jun, 1962. Segundo Cione, a localização de algumas da usinas citadas é: Bela Vista e N. S. Aparecida, em Pontal; Bonfim, em Guariba; Ipiranga, em Descalvado; Martinópolis e Pedra, em Serrana; Santa Lydia, em Ribeirão Preto; Santo Antonio, São Francisco, Santa Elisa e São Geraldo, em Sertãozinho. In: CIONE, op. cit., v. 5, p. 806, nota 1.

[386] Segundo Cione, o Lions Clube de Ribeirão Preto foi fundado em 9 de março de 1959, sendo reconhecido de utilidade pública em setembro de 1961 pela lei municipal nº 1069 e lei estadual nº 492. O segundo Lions Club Campos Elíseos foi fundado em 10.04.69. O terceiro Clube de Lions foi o Sumaré, fundado em 14.04.74. Ainda segundo Cione o fundador do Lions Internacional, prestando *serviços desinteressados* tinha por frase: *Estou descobrindo que ninguém avança na vida, se não começar a fazer alguma coisa pelo próximo. In:* CIONE, op. cit., v. 5, p. 756-757, nota 1.

[387] GRANDE sucesso em Campinas da peça peruana "El condor". *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 mai. 1962, p. 6.

prático era comum os mesmos membros participarem de várias organizações, eis que, na verdade, apesar da multiplicidade de organizações, o objetivo de suas ações se resumia no domínio ideológico sobre toda a sociedade. O problema maior se apresentou no campo político, pois eram obrigados a mostrar a congruência entre as entidades, lutando, agora, a descoberto. Se correram esse perigo é porque avaliaram que realmente o momento era demasiadamente crítico. Queriam, com o Rearmamento Moral, o retorno àquele pensamento vigoroso que outrora manteve a sociedade ordenada e conformada:

> Nota-se, então, como é admirável a harmonia reinante, entre tôdas as camadas sociais que se entrelaçam, amistosamente, sem uma linha rígida de separação, sem a odiosidade de barreiras intransponíveis. Povo pacato, trabalhador e de bons costumes. [...].
>
> O clima ameno, a facilidade de trabalho, a pronta assistência aos desamparados, pontilhada por oportunos e edificantes movimentos filantrópicos, e o constante exemplo de ordem e de salutares costumes, fazem de Ribeirão Preto, uma cidade admirávelmente pacata, sendo raras os delitos, transcorrendo, alguns anos, sem que se realize uma única, das quatro sessões periódicas da instituição do Júri, por falta de réus.
>
> Aqui todos se entendem muito bem. É muito natural, observarem-se grupos, compostos de pessôas das mais variadas condições as quais vão emitindo suas opiniões, sem o menor constrangimento ou timidez, num pé de igualdade digno dos elevados espíritos compreensíveis.
>
> Em tão salutar ambiente social, medram e frutificam, multiplicando-se e consolidando-se, as amizades, transformando-se, paulatinamente, a população numa só e grande família, proporcionando-nos uma vida serena e repleta de felicidade.[388]

A busca pela alienação e cooptação da totalidade da sociedade pela classe dominante sempre foi um trabalho ardorosamente perseguido em Ribeirão Preto. Porém todo o discurso e ações que se faziam, no início dos anos 1960, não encontravam a pronta resposta de anos anteriores. A complexificação da sociedade e o aumento dos conflitos em todos os níveis, inclusive internacionais, impossibilitavam a mesma facilidade em exercer seu domínio e ascendência sobre toda a sociedade. Os questionamentos cada vez mais incessantes por parte dos dominados ou dos intelectuais orgânicos dessa classe fizeram com que a percepção da existência de classes sociais se fizesse cada vez mais presente. O resultado foi a união cada vez mais vigorosa dos setores abastados da sociedade para encetar, em

[388] MARTINS SOBRINHO. Op. cit., nota 191.

bloco, uma luta que, ao mesmo tempo, desmobilizasse seus opositores e mantivesse intactos seus privilégios. Quando a classe dominante ribeirãopretana fazia discursos, negando a existência de classes sociais na década de 1960, foi o momento em que ela atingiu com maior clareza a percepção de toda a sua condição de classe e também os efeitos perversos desse domínio. É nesse sentido que até o assistencialismo, arma muito eficaz em tempos não tão distantes, teve que passar novamente por adaptações ou receber o auxílio dos intelectuais orgânicos da classe dominante para que não fosse essa ação *meritória* utilizada pelos seus adversários ideológicos. O uso desse mecanismo como forma de dominação para muitos, como Divo Marino, tornou-se por demais evidente:

> 1 - O conceito de caridade submetido à dialética, a um modo de filosofar que busca a verdade por meio da oposição e a reconciliação de contradições históricas, ou mesmo lógicas, está hoje mais próximo do real do que há tempos passados.
>
> 2 - Antes, o chamado homem caridoso dava a sua esmola, auxiliava ao próximo, tentava minorar o sofrimento dos pobres sem outras indagações. Aqui mesmo, em pleno 1961, um dos homens mais ricos da cidade, dizia, acacianamente, numa roda de amigos : — "Se um homem é pobre é porque Deus quis!" Sem conhecimento das leis que regem os destinos das sociedades, pensando que a pobreza é alguma coisa eterna, que a burguesia é eterna, o homem caridoso não tem outras perspectivas no sentido de ajudar o próximo do que a oferta de esmola. Ofertada a esmola, a consciência do homem caridoso fica leve e o mundo, para ele, está salvo e a sua alma tem um lugar garantido no Céu.
>
> 3 - Outros, e entre estes estão os fariseus, conhecem bem os mecanismos sociais na direção de uma classe oprimir outra, como os latifundiários, para ofertar exemplos nossos, oprimem o camponês sem terra, transformando-o num miserável, doente, analfabeto, entretanto, preferem a solução cômoda da caridade individualista aliada a uma atitude reacionária quando julgam revoluções sociais como a cubana. Aqui mesmo, conhecido espiritualista, depois de fazer praça de suas qualidades de homem caridoso, desancou, em praça pública, o movimento revolucionário que libertou Cuba do colonialismo. A este homem foi explicado o seguinte: — que a miséria que existia em Cuba, motivada pela espoliação comandada pelo imperialismo ianque, matava mais gente, principalmente crianças, num mês do que o número dos que morreram em toda a revolução. E depois o direito de revolução quando parte imensa de uma nação está oprimida, quando milhares de seres humanos perecem por causa de um sistema econômico espoliativo, é legítimo, é mesmo uma ação de legítima defesa de uma comunidade nacional.
>
> Tudo foi explicado ao homem caridoso. Por meio de cifras, de estatísticas, foi explicado ao homem caridoso que Fidel Castro salva por mês um número imenso de cubanos, de crianças cubanas que teriam morrido se Cuba não tivesse sido libertada do imperialismo. O homem não desejou entender as explicações e nem percebeu que a revolução sempre deseja ser pacífica, pois ela carrega a mensagem do futuro e que as revoluções se tornam muitas vezes sangrentas porque a classe dominante não cede seus imorais privilégios sem defendê-los de arma em punho.[...] Hoje, caridade é no fundamental lutar contra o colonialismo.[389]

[389] A ESMOLA e a revolução Social. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 14 mai. 1962, p. 6.

É nessa realidade radicalizada, em que as percepções de ambos os lados – dominados e dominadores – se mostraram mais acirradas, que o Rearmamento Moral, agora, mostrando-se intimamente ligado à classe privilegiada, continuou suas intervenções na sociedade ribeirãopretana. Ambos os lados estavam animados em suas ações, pois se, para os segmentos abastados, havia a necessidade de uma intervenção qualitativa na sociedade, isso era visto, auspiciosamente, por aqueles que eram críticos da sociedade capitalista e de como ela se apresentava, motivo de extrema fraqueza, chegando a interpretar o momento como uma fase pré-revolucionária, em que os elementos principais já estavam à mostra, entre eles, o *clima geral de instabilidade, profunda alteração da consciência das pessoas, grave crise moral, filosófica e política na classe dirigente, crescimento mais acelerado da pobreza e aguçamento da miséria e a impossibilidade da classe dominante continuar no poder, mesmo fazendo concessões*.[390]

Diante da maior compreensão do momento delicado que atravessava a sociedade ribeirãopretana, a Associação Comercial e Industrial local convocou as entidades de classe, associações, entidades civis e religiosas, autoridades, líderes sindicais, grêmios universitários enfim, a sociedade civil para participar de uma reunião para uma campanha *pró moralização dos costumes*.[391]

Enquanto era convocada a sociedade civil ribeirãopretana, por meio da *Campanha Pró moralização dos Costumes*, as ações do Rearmamento Moral eram realizadas paralelamente e com a colaboração daquela. A proximidade filosófica entre as duas organizações eram interpretadas pela sociedade como organizações indistintas, embora a diferença de arsenal metodológico e tecnológico de ambas fosse visível.

Apostavam muito na propaganda de que o que estava prejudicando o país, na verdade, eram a corrupção e a demagogia, esta entendida pela ação de líderes e organizações que visavam às alterações estruturais na sociedade, e vista pela classe dominante como uma forma de criar instabilidade e não resolver os problemas, já

---

[390] CAMINHOS do Brasil nos próximos anos: Revolução Democrático-Nacional, que poderá ser pacífica ou não. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 21 mai 1962, p. 6.
[391] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Flagrantes sociais, 18 mai. 1962, p. 4.

que eles não se encontravam na infra-estrutura, mas no egoísmo e na insensibilidade dos homens. A reforma que a classe dominante admitia era a dos valores morais. E entendiam que todo o convulsionamento que atingia desde operários, juventude e empresários deveria enfocar o resgate da moralidade. É por isso que apostavam na idéia de harmonizar a sociedade a partir de incursões no plano ideológico, como a peça teatral *O Condor*, encenada por jovens universitários, que tinham o apoio de industriais e líderes sindicaise, segundo seus integrantes, *dedicaram o seu tempo e talento para criar esta arma ideológica*.[392]

Os organizadores da *Campanha Pró moralização dos Costumes* mostrava o desespero a que havia chegado a classe dominante:

> **Reunião de todas as forças no Palácio do Comércio e Indústria dia 22 - "O momento é grave e exige atenção e estudo imediato" – Não podemos protelar a solução que virá dar a modificação estrutural da sociedade atual.**
>
> Homens de boa vontade de nossa cidade têm se reunido para estudar os problemas sociais procurando fórmulas conciliatórias em que métodos pacíficos possam unir, no mesmo ideal e convivência, os líderes responsáveis dos diferentes setores da vida pública e privada. Assim é que os "Executivos" da comissão pró Moralização dos Costumes chegaram à conclusão de que os objetivos da campanha só serão atingidos se houver uma união geral das entidades de classes, sindicatos, estudantes, entidades civis e religiosas, imprensa e autoridades civis, militares, eclesiásticas, que deverão fazer um trabalho de esclarecimento junto ao povo a fim de modificar a mentalidade já superada da omissão como forma de comportamento. Urge que todos tomem posição a fim de que seja efetuado um verdadeiro trabalho em que predominem os padrões morais como bases defensivas da sociedade. [...].[393]

A convocação foi feita de forma ostensiva e incisiva para o dia 22 de maio. Em dois dias, 20 e 22 de maio o jornal *Diário da Manhã* publicou página inteira com as entidades que estavam convocando esse encontro. Eram a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; Sindicato do Turismo e Hospitalidade; Sindicato do Comércio Varejista; Rotary Club local; Associação Regional de Rádio e Imprensa (ARRI); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, por meio de sua Delegacia

---

[392] CORRUPÇÃO e demagogia - Fatores da Revolução. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 mai. 1962, p. 4.

[393] DINAMIZANDO um Movimento Necessário. Campanha Pró Moralização dos Costumes. *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto, 18 mai. 1962, p. 8.

Regional; Associação Rural de Ribeirão Preto; Lions Clube local; o Centro Nacionalista Olavo Bilac, do Instituto de Educação Otoniel Mota; Centro Acadêmico Laudo de Camargo, da Faculdade de Direito local; Cooperativa dos Usineiros do Oeste do Estado de São Paulo; Ordem dos Advogados do Brasil, subseção local; Sociedade União dos Viajantes; Aero Clube; Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana; Academia Ribeirãopretana de Letras; Centro Médico; Associação dos engenheiros, arquitetos e agrônomos; Comercial Ribeirãopretana de Automóveis Ltda.; Banco Marchesi S.A.; Companhia Faigom de Investimentos; Transportadora Zanini Ltda.; Sociedade Técnica de Automóveis Ltda.; Diretório Acadêmico Carneiro Leão, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto; Diretório Acadêmico Rocha Lima, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP e Movimento Familiar Cristão.[394]

A convocação era, como as anteriores, para que as pessoas abandonassem o indiferentismo, e se preocupassem com a corrupção e a falta de caráter daqueles que estavam influenciando o comportamento do povo brasileiro. Segundo uma das chamadas publicitárias, *cabe aos homens bens intencionados, a missão ingente que virá oferecer novo panorama para nossa cidade, em defesa da família e da sociedade*.[395] Todos os setores da sociedade civil envolvidos na elaboração ideológica e que mantêm a estabilidade do Estado foram convidados a participar desse evento, na tentativa de refrearem a possibilidade dos dominados avançarem em seu grau de politização, criando uma consciência política mais sólida e que pudesse confrontar a classe antagônica. É assim que Macciocchi, a partir de Gramsci, define que:

> Há momentos históricos durante os quais se desagregam as forças de dominação da reação, aqueles que designamos com o termo de "velho bloco hegemônico" e que revelam as possibilidades objetivas de uma nova direção revolucionária; mas esta última não surge como fruto de um movimento espontâneo, de um passe de mágica ou de um desejo

[394] ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 mai. 1962, p. 7.

[395] NINGUÉM pode ficar indiferente ao movimento de interesse geral. Convite aos elementos de todas as classes sociais de Ribeirão Preto. *Diário da Manhã,* Ribeirão Preto, 20 mai. 1962, p. 15.

> exaltado, mas da paciente elaboração de um novo bloco ideológico e político, capaz de garantir a hegemonia da classe que historicamente tornou-se a classe progressista.[396]

Entretanto a reunião na Associação Comercial e Industrial não se revestiu de total sucesso, visto que não havia total entendimento entre os presentes sobre as origens dos males sociais e também como enfrentá-los. Presidiu o encontro o prefeito Alfredo Condeixa Filho, porém coube ao presidente da Associação Comercial, Antonio Agnello Serra, explanar os objetivos da convocação e, após passar a palavra a Sérgio Rubens Sant'Anna, da comissão executiva da *Campanha Pró Moralização dos Costumes*. Sérgio, em síntese, criticou a omissão de muitos e que para o avanço dos projetos ali apresentados deveria receber o apoio incondicional de todos. Para o advogado Rubem Aloysio Moreira, os maiores problemas existentes em Ribeirão Preto tinham na questão agrária a sua origem. Após outros oradores interferirem, o prefeito Alfredo Condeixa Filho encerrou a discussão e foi aparteado pelo padre Celso Ibson de Sylos que queria prosseguir a discussão naquela linha. O tumulto aí se instalou, pois o padre não acreditava que os presentes estivessem imbuídos de vontade suficiente para resolver os problemas e antecipou o fracasso daquela reunião. No caso da prostituição disse que havia condescendência da polícia local e que se se pagasse melhor o operariado, assim não haveria problemas sociais. Como a crítica foi generalizada, muitos se sentiram ofendidos e se defenderam dos ataques sofridos como Amin Antônio Calil, Mário Marcos Pompeu de Araújo, Gino Ballerini, Ruben Aloysio Moreira, Ary Geraldo de Souza e Antônio Carlos Sant'Anna. Depois desse tumulto, a reunião foi abortada e ficou para ser convocada outra em momento oportuno.[397]

A discordância do padre Celso tinha um motivo relevante pois enfrentava pessoalmente o conservadorismo dos proprietários rurais na prática, que obstaculizava seus trabalhos de sindicalização rural em Ribeirão Preto e região. O tumulto gerado, segundo *A Palavra*, estava em todas as *rodas de discussão* da

---

[396] MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 112.

[397] RIBEIRÃO PRETO enfrenta o problema social em reunião de amplos e francos debates. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 mai. 1962, p. 1.

cidade e este semanário fez novamente considerações críticas ao Rearmamento Moral, que era a síntese daquele encontro:

> [...]. A moral é fruto espontâneo de um grupo social. É quase um "estilo de vida". Impor ao povo uma mística com o fim de impedir a marcha da História é praticar o FACISMO. Assim fez Hitler. Assim faz agora o Rearmamento Moral, seita internacional que veio a Ribeirão Preto usando o mesmo estilo dos fanáticos religiosos norte-americanos, somente que os "quakers" assustavam o povo com o fogo do inferno, e os membros do Rearmamento Moral assustam as populações com o medo do comunismo, com a diferença de que as seitas religiosas não escondiam um interesse mesquinho: defesa do imperialismo econômico.
>
> **A reunião**
>
> As forças vivas convocadas reuniram-se na Associação Comercial e Industrial, às 20 horas, do dia 22 do corrente. Todas as camadas sociais: a nobreza, o clero e o povo. Os 3 Estados. Sr. Tonico Serra abriu ao público, logo passando a presidência ao Coronel Condeixa. Sérgio Sant'Anna, em longo discurso, procura justificar porque a campanha de moralização não foi para frente. Faz acusações. Tenta criar o MORES, Movimento de Renovação Econômica e Social, tudo na linha do Rearmamento. Barilari pede a palavra. Defende o SESI e o SENAI e depois deste orador começa a pancadaria verbal... Tumultos, discursos ridículos, graves acusações, enfim a reunião vira página de Eça de Queiróz, de humorística, e de "Os Possessos" de Dostoiewsky, de tragi-cômica.
>
> **Padre Sylos**
>
> Este entendeu bem o sentido da reunião. Viu, já que é um estudioso de sociologia, que moral não se impõe com receitas, como deseja o Rearmamento, e falou francamente aos presentes. São frases suas:
>
> **1 - 9 de Julho e adjacências sustentam a prostituição em Ribeirão Preto!**[398]
>
> **2 - A Polícia protege a prostituição.**[399]
>
> **3 - Alguns dos presentes não se lembram do 7.o mandamento.**[400]
>
> **4 - Muitas famílias receberam o conselho da polícia para mudar de lugar pois a vizinhança estava tomada de casas de tolerância.**
>
> Como católico, não tem fé nas campanhas de "evangelização" feita de maneira ostensivamente publicitária, a estilo dos "quakers"... Foi a grande figura da reunião. Pe. Sylos derrotou o Rearmamento, apesar da reunião ter tido outra capa: "moralização dos costumes".
>
> Flashes
>
> 1 - RUBEN ALUISIO MOREIRA – O inteligente advogado fez bem o papel: assustar a burguesia presente com um patético discurso. Frase típica de sua oração: "Praticamente só

---

[398] A avenida 9 de Julho era o local mais prestigiado da cidade, onde as famílias tradicionais e economicamente privilegiadas assentavam suas residências.

[399] Sobre as alegações do padre Celso disse o delegado-adjunto da Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto à época: *Porque ele* [padre Celso] *fez acusações infundadas. Reverteu a ordem. Faziam movimentos para desbancar a autoridade. Chegou a dizer que as zonas de meretrício existiam porque os delegados permitiam. Se zona de meretrício existe em todos os lugares. E até hoje existe. Pode apenas regulamentar. Se proibir... pode proibir. Ela vai nas empregadas que não tem nada com a história. Estoura nas empregadas. Prostituição existe e existe para a melhoria do bem público, porque uma prostituição bem regulamentada, ela é um subterfúgio. Mantém a ordem. Agora você fecha...ali na baixada ela* [a prostituta] *fica semi-nua.. Vem a polícia e... Isso não é... Isso é contraproducente. É melhor você ter bem fiscalizado, bem orientado, como no meu tempo eu fiz. Eu tirei a prostituição do centro e passei para a periferia. Já mais bem regulamentado, as mulheres poderiam ir aos cinemas, vestidas decentemente, pintadas decentemente.* Depoimento do delegado Zenon Sitrângulo ao autor, 2002.

[400] Não roubarás.

> nos resta torcer para que o comunismo que vem aí seja dirigido por homens inteligentes". Ajudou o Rearmamento Moral pois toda a propaganda desse movimento de direita está baseado no medo ao comunismo.
>
> 2 - GUILHERME GIRO – Tem um só discurso decorado para todas as cerimônias. É um discurso que ofende a gregos e troianos. Recebeu, em troca, fortes xingos: bêbado, pelego etc. Atacou a imprensa.
>
> 3 - Antonio Carlos Sant'Anna – Fez o papel do orador que reivindica apaixonadamente. Falou de Cuba (elogiou), foi violentamente aparteado por meninos da JUC, chamou Giro de "pelego" e afirmou que a maioria dos presentes estava na reunião para fazer "onda". Homem inteligente, não sabemos com clareza qual foi seu papel na reunião, pois Antonio Carlos Sant'Anna tem capacidade de funcionar como "advogado do diabo"...
>
> **Figuras secundárias**
>
> Atores de segundo plano receberam xingos de "carolas", de "papa-héstias", outros apelaram gritando "te parto a cara", e coisas que tais. O sorriso do Dr. Rubinho, num canto, era a própria presença de Eça de Queiroz rindo do pavor da burguesia! Virá o dilúvio?[401]

Essa última ação do Rearmamento Moral, quando foram acintosamente questionados os seus pressupostos básicos, que eram os mesmos da classe dominante ribeirãopretana, apesar dos abalos, continuou sua agenda previamente acordada. A noite do dia 22 de maio, em que ocorreu o tumulto na A.C.I., foi precedida, na parte da manhã, por uma exposição de fotografias da atuação do Rearmamento Moral no mundo, com a participação de Daniel Mottu, economista suíço e do acadêmico peruano Marco de Lerema, da Faculdade de Direito San Marcus. E também nessa oportunidade novamente foi divulgada a peça teatral *O Condor* que, depois da apresentação no Teatro Pedro II, se dirigiria para Recife e depois Nova Iorque.[402] Com cerca de 45 integrantes, e entrada gratuita, foram convidados pelo Prefeito Municipal para participar do evento os marechais Henrique Teixeira Lott e Juarez Távora e os generais Pelio Ramalho e Hugo Bethlem.[403]

Aproveitando-se o clima de confraternização existente entre o Rearmamento Moral e o executivo municipal, o prefeito solicitou à Aliança para o Progresso financiamento de Cr$ 800 milhões para que a rede de abastecimento de água e de

---

[401] Padre Celso acusa: "9 de Julho e adjacências sustentam a prostituição em Ribeirão Preto!". *A Palavra*, Ribeirão Preto, 28 mai. 1962, p. 2.

[402] MOVIMENTO que desperta o homem para cometimentos mais nobres. Exposição de fotografias do Rearmamento Moral em todo mundo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 mai.1962, p. 6.

[403] EXPOSIÇÃO de fotografias e livros. Inaugura-se hoje na "A Silhueta". *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 mai. 1962, p. 6.

esgoto fosse refeita, assim como foi feito um convite para que o embaixador norte-americano no Brasil visitasse o município.[404]

As ações que se passavam em Ribeirão Preto e que foram encaminhadas pelo Rearmamento Moral tinham grande participação e acompanhamento do complexo IPES/IBAD. Esse complexo coordenava também a Ação Democrática Parlamentar (ADP)[405], que tinha sua atuação fundamental no campo parlamentar, sobretudo federal. Enquanto se processavam as dinâmicas de intervenção na política ribeirãopretana, em 30 de maio, as forças conservadoras da Câmara dos Deputados tentaram censurar as atitudes de San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores, em razão de suas atitudes à frente daquela pasta, ou seja, a abstenção de votação na conferência de Punta del Este que excluía Cuba da OEA e o do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. A acusação feita a San Tiago Dantas era a de que ele estava *enfraquecendo a resistência à implantação do comunismo no Brasil.* Porém essa argumentação, por votação, foi derrotada por 131 a 44 votos.[406] A congruência entre os assuntos nacionais e locais era muito grande e as argumentações também, tanto dos defensores de uma luta nacionalista e independente como daqueles que optavam por um desenvolvimento associado e a luta anticomunista em todos os níveis.

O desenrolar dessa crise nacional a partir da tentativa de censura a San Tiago Dantas foi o pedido de demissão do primeiro-ministro Tancredo Neves, no dia 26 de junho. O nome indicado pelo presidente João Goulart para substituí-lo foi o do próprio San Tiago Dantas, que teve o seu nome rejeitado por 174 contra 110 votos.[407] A participação de Ribeirão Preto nesse processo se deu por meio de seus dois representantes na Câmara dos Deputados, José Geraldo de Carvalho (PDC) e Waldemar Barnsley Pessoa (MTR), que juntaram forças com a ADP para derrotar San Tiago Dantas. Isso foi registrado no boletim informativo mensal do IBAD,

---

[404] PROGRAMA de Aliança para o Progresso. Ribeirão Preto pede financiamento. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 mai. 1962, p. 6.

[405] A Ação Democrática Parlamentar, liderada pelo deputado João Mendes, tornou-se, em outubro de 1961, um canal parlamentar do IBAD no Congresso. Por esse mecanismo, empresários participavam mais ativamente do processo político e parlamentar, nos processos eleitorais. cf. DREIFUSS, op. cit., p. 102, nota 19.

[406] YOUNG, op. cit., p. 155, nota 302.

[407] Ibidem, p. 156.

Ação Democrática, sob o título *Ação Democrática Parlamentar comandou a grande vitória*.[408]

Isso mostrava aos empresários a importância de maior participação política em todos os níveis para maior satisfação de seus interesses. Sobre isso já havia falado Antonio Machado Sant'Anna, em 1957, durante viagem aos Estados Unidos, em companhia de Amin Antonio Calil, Waldo Silveira e Fontal Carril e outros companheiros de cruzeiro. Antônio Machado Sant'Anna colocava a intervenção política dos empresários em termos morais e técnicos, pelo menos ao externar ao público encobrindo os aspectos políticos e ideológicos, mas mesmo assim perceptíveis:

> [...], batemos na mesma técla, isto é, pela formação de uma frente única, em Ribeirão Prêto para a disputa de cargos eletivos, selecionando ao máximo, a fim de poder apresentar ao povo uma chapa com reais valôres, sem aventureiros e sem políticos profissionais. [...].
>
> Tudo nesta vida é política. Desde a concepção ao nascer e formação do homem, até o seu final. Da boa administração pública advém a tranquilidade e a prosperidade. Da má administração, surtem malefícios incontáveis, descontrôle e desassossêgo. Portanto, devemos estar sempre preparados para enfrentar as hordas de masorqueiros que conspurcam os cargos, que dilapidam o Erário, que transformam a coisa pública como se sua fôsse.
>
> Como seria feita essa frente única? A Associação Comercial apresentaria 8 ou 10 nomes de comerciantes e industriais; a Associação Rural, 4 ou 5 lavradores; as Cooperativas de Usineiros de Açucar; de Cafeicultores, de Leite, de 4 a 5 cada uma, a ARRI três ou quatro jornalistas; e assim, a Associação dos Engenheiros, o Centro Médico, Associação dos Farmacêuticos, Associação Odontológica, os Sindicatos de Trabalhadores na Indústria (Iapiários) de 4 a 5; os Sindicatos de Comerciários e de Trabalhadores (Iapacê), dos bancários, etc.; Sindicatos dos Jornalistas Profissionais; de Radialistas, enfim todas as entidades de utilidade pública compareceriam com os seus melhores nomes.[...].
>
> Seja a favor ou seja contra. Mas, pelo amor de Deus, leiam todos, o que aqui está exposto e debatam o problema que é sério. Muito sério.[409]

O que se pretendia era criar um espaço organizacional que a classe dominante pudesse usar para ter maior controle sobre os mecanismos eleitorais. Se não impedindo a candidatura de alguém, pelo menos inviabilizando a sua eleição. Seria um controle indireto e democrático. O aumento de protestos cada vez mais politizados e agressivos faziam parte da estratégia de colocar nos postos eletivos

---

[408] HASSLOCHER, Ivan. (Dir.). *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38, p. 7, jun 1962.

[409] FRENTE Única de Defesa de Ribeirão Preto para a disputa de cargos administrativos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 mai. 1962, p. 1.

pessoas comprometidas com as causas *democráticas*, ou seja, dentro do que era admissível pelas classes dominantes. O longo discurso de Rubens Sérgio Sant'Anna, na sede da ACI, no dia 22 de maio, depois fazer a maior parte do tempo incursões no campo moral, passando pela pouca adesão da sociedade nas urgentes tarefas que se colocavam, propôs a fundação de uma organização denominada M.O.R.ES. (Movimento de Reformas Econômicas e Sociais). A sua existência se justificava, segundo o orador, em razão de violentas manifestações dos camponeses, como na cidade de Jales, assim como de um conhecido político local, que discursou dizendo que o derramamento de sangue e a revolução eram as únicas maneiras de se conseguir a paz social. E que na cidade várias frases subversivas estavam sendo colocadas nas ruas e que nos comícios os ataques às *classes produtoras* eram cada vez mais freqüentes.

Para evitar esses enfrentamentos, propôs uma série de encaminhamentos como a criação de comissões que realizassem estudos e encaminhassem soluções para as áreas de saúde, educação e alimentação, principalmente, e que os mendigos, os menores e os favelados recebessem atenção especial. A criação de cooperativas rurais que oferecessem alimento mais baratos e outras ações que facilitassem a vida das pessoas mais pobres. Para fazer frente às atividades, as empresas cotizariam com 1% de seu capital e os profissionais liberais de Cr$ 5 mil a Cr$ 20 mil, de acordo com a profissão. Esse *FUNDO SOCIAL* do MORES contaria com a colaboração permanente das empresas na base de 1% da folha salarial e, ao final do ano fiscal, mais 1% do lucro apresentado.[410]

Os Estatutos do IPES-MG também previam as contribuições financeiras empresariais, que variavam de 0,1% a 0,2% sobre o capital social e para as pessoas físicas, de Cr$ 1 mil a Cr$ 5 mil, valores considerados altos para a época. Essas somas seriam aplicadas sobretudo na articulação do movimento político-social, sob a ascendência da organização empresarial, para conseguirem a desestabilização do governo, embora se utilizasse o argumento que as receitas seriam carreadas para

[410] TODO poder emana do povo e em seu nome... Discurso pronunciado pelo dr. Sérgio Rubens Sant'Anna na reunião do Palácio Comércio e Indústria na noite de 22 de maio. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 mai. 1962, p. 4 e 6.

pesquisas e estudos sociais. Essa entidade surgiu em maio/junho de 1962 e para um empresário não-alinhado ao IPES-MG, por manter posições nacionalistas, eram muito altos os valores financeiros arrecadados para uma ação meraamente de estudos científicos como foi dado ao público entender.[411]

Na mesma época, coincidindo com o retorno da cúpula do Rearmamento Moral[412] a Ribeirão Preto, também se constituiu uma nova estrutura junto à ACI:

> Realizou-se ontem no salão nobre da Associação Comercial e Industrial, às 20,30 horas, a reunião de elementos de várias classes sociais, para a fundação do Clube Econômico Municipal.
>
> Fez exposição das finalidades, o dr. Domingos B. Spinelli, professor de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, explicando que nos estatutos a serem redigidos, constam as pesquisas sócio-econômicas, trabalho intenso em prol do maior incremento dos conhecimentos municipalistas, como fonte de conhecimento das comunas do interior.
>
> Usaram da palavra diversos dos presentes, trocando idéias a respeito.
>
> Foi organizada uma comissão provisória para a elaboração dos Estatutos, devendo a nova reunião ser realizada dentro de dias.
>
> Estiveram presentes, os srs. prof. Domingos B. Spinelli, José Favero Junior, dr. J.C.G. Marques Ferreira, Carlos Augusto C. Couto, dr. Rui Ferreira Santos, Sérgio Cardoso de Almeida, dr. Miguel Gonçalves da Silva, A. Machado Sant'Anna, prof. Otávio Barrachini, dr. José Spanó, prof. Oscar M. Lacerda, Filomeno Alário, Jorge Curi Neto, Valter Barilari, José Valio, Gilberto Arantes Martins, Abraão Assed, Romualdo Simões Florio, Alceu Faleiros de Sousa, apresentando escusas, por viagem, os srs. Dario Oliveira e Silva e Valdemar Pardi.[413]

Pela composição dos elementos desse *Clube Econômico Municipal*, formado por pessoas de posicionamento político conservador, e pelo momento nacional e particularmente pelas articulações da classe dominante local, acreditamos que essa organização era um dos postos avançados do IPES na cidade de Ribeirão Preto.

Outra organização ribeirãopretana que chamou atenção no decorrer da nossa pesquisa foi a presença e participação de José Roberto Whitaker Penteado[414], na

---

411 STARLING, op. cit., p. 68-69, nota 22.

412 O sr. Haroldo A. Barbosa Rosas, falando sobre o movimento do Rearmamento Moral, solicitou em reunião do Rotary Club-Norte de Ribeirão Preto que apoiassem aquele organização. Estavam presentes, entre outras pessoas os srs. Renato Nunes Maia, Pedro Scandar, Otávio Sousa Silveira, Arlindo Laguna e Cleobis F. Tolentino. cf. ROTARY Club. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 abr. 1962, p. 2.

413 CLUBE Econômico Municipal. Fundado ontem nesta cidade. Reunião levada a efeito na Associação Comercial e Industrial. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 abr. 1962, p. 1.

414 José Roberto Whitaker Penteado fazia parte do IPES-SP, participando do seu Conselho Orientador. *In*: DREIFUSS, op. cit., p. 102, nota 19. Esse Conselho se reunia várias vezes ao ano para *elaborar as linhas de orientação, ratificar as diretrizes políticas vigentes, eleger o CD e estabelecer a estrutura institucional*. Era composto de 40 membros e atuava no levantamento de fundos e como espinha dorsal da organização do IPES. Nem sempre faziam parte da estrutura formal do *Conselho Orientador* do IPES os

fundação de uma entidade que congregava as principais empresas de Ribeirão Preto e região:

> Reuniram-se ontem pela manhã, na sede da PUBLICIDADE PROPAGA LTDA. Um grupo de homens de emprêsa com a finalidade de fundarem a Associação dos Diretores de vendas do Brasil, Secção Regional de Ribeirão Preto. Usou da palavra, inicialmente, o Prof. Dr. José Roberto Whitaker Penteado, delegado especial da Associação dos Diretores de Vendas do Brasil, sediada na capital de São Paulo, e que explicou aos presentes as finalidades da prestigiosa entidade fundada em 1956.
>
> A ADVB, expôs o prof. Whitaker Penteado, reúne diretores de vendas e homens de emprêsa com o objetivo de proporcionar-lhes constante troca de idéias técno-profissionais, através de conferências, debates, reuniões sociais, para que desse intercâmbio de experiências vividas possa resultar um aprimoramento de métodos de trabalho, especialmente no setor de "Marketing".
>
> A PRIMEIRA DO INTERIOR
>
> A organização da Seção Regional da ADVB em Ribeirão Preto – a primeira que se constitui no Brasil fóra a sede de São Paulo o departamento estadual na Guanabara – é uma demonstração patente do extraordinário progresso desta região de seu Comércio, de sua Indústria e de sua Agricultura, e na congregação de seus homens de emprêsa em uma entidade filiada diretamente a National Salos Executive, dos Estados Unidos, constitúi importante passo para um melhor entendimento nos principais campos de atividades humanas no Brasil atual.
>
> DIRETORIA
>
> Constituindo-se em Assembléia Geral de fundação da entidade, os presentes elegeram a primeira diretoria provisória da Associação dos Diretores de Vendas do Brasil – Seção Regional de Ribeirão Preto – com jurisdição em toda a Mogiana, inclusive as principais cidades vizinhas, importantes centros industriais. Essa Diretoria ficou assim constituída: Presidente: Geraldo Rossi, da Cia. Cervejaria Paulista, Vice-presidentes: Baudílio Biagi, Luiz Antonio Pinto e Paulo Scatena, respectivamente das firmas irmãos Biagi, Santal Comércio e Indústria e Beschizza & Cia., Tesoureiro: Geraldo Silva, da Comércio Manufatura de Tecidos J. Silva S.A., Secretário: Renato Nunes Maia, da Refrescos Ipiranga S.A. Diretores Titulares: José Rossi Junior, da Oficina Zanini S.A., Valdemar Pardi, da Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Lázaro Mariotto, da Luiz Mariotto & Cia., Achiles Scatena Simioni, da Cia. Açucareira São Geraldo, Mário Spadoni, da DABI, Sérgio Rubens Sant'Anna, da PROPAGA, Sérgio Silva, da J. Silva S.A., Bortolo Carolo da Cooperativa dos Usineiros, Arlindo Laguna, da Laguna S.A., Francisco Rubens Calil, da A Modelar, Palmerindo Fontes Filho, da Organização Marchesi, Lúcio Serra, da Serra S.A., Otorino Rizzi, da Ind. Com. Torquato Rizzi, Virgílio Malta Gomide, da Cia. Com. Ind. Antonio Diederichsen, e Reinaldo Melo, da SABRATI.[415]

A ação do IPES, por meio de sua estrutura organizacional conhecida por Grupo de Integração, constituido de uma série de atividades para se conseguir o

---

empresários. Podiam ser militares, jornalistas, acadêmicos e tecno-empresários. Ibidem. p. 173. José Roberto Whitaker Penteado escrevia artigos com títulos sugestivos como *Preparação de executivos no país* em publicações do IPES. Ibidem, p. 113.

[415] CONSTITUÍDA nova entidade em nossa cidade. Associação dos Diretores de Vendas do Brasil. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto,19 nov. 1961, p. 7.

recrutamento de indivíduos, preferencialmente empresários e que feita através de debates e conferências. Durante esses encontros, alguns deles informais, estimulava-se a participação dos presentes, fortalecendo a necessidade da existência e fortalecimento do IPES. Ao Grupo de Integração caberia a tarefa de distribuir tarefas àqueles que se mostravam, a princípio, relutantes em contribuir financeiramente ao IPES. A estratégia consistia em envolver gradativamente essas pessoas para que, no decorrer de algum tempo, já estivessem plenamente de acordo com as diretivas do Instituto. As contribuições financeiras individuais ou de pequenas empresas também se mostraram importantes, não só no sentido econômico, mas sobretudo político, pois atestavam a concordância com os encaminhamentos levados a efeito pelo IPES e solapavam as bases de sustentação ao governo João Goulart.[416]

O fato de alguns dos integrantes ou de suas entidades representativas estarem organizando a *Campanha Pró Moralização dos Costumes* e o Rearmamento Moral em Ribeirão Preto e a vinculação taxativa desse último com o IPES nos leva a crer que a existência desses movimentos fazia parte de um todo integrado, articulado com vistas a hegemonizar novamente a sociedade ribeirãopretana em torno de um projeto que estivesse sob controle da classe dominante e, ao mesmo tempo, amparar um determinado e específico projeto político e econômico para o Brasil.

Durante a crise de agosto de 1961, mais precisamente entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, foi evidenciada a necessidade de um tipo de organização política com grau de coerência interna superior àquelas que haviam sido utilizadas até então. A intensa mobilização popular defendendo aspectos democráticos básicos, como o respeito à Constituição, sem levar em conta aspectos ideológicos, mostrou a perda, mesmo que temporária, de hegemonia da classe dominante. E nesse papel o IPES foi fundamental, na sua fundação oficial em 29 de novembro de 1961, porém, existindo de forma informal desde o final do governo de Juscelino Kubitschek. Essa formalização do IPES foi precedida de intensas reuniões de indivíduos de destaque para lançar uma reação empresarial eficiente que combatesse o crescimento de uma tendência esquerdista na política. *Tal reação*

[416] DREIFUSS, op. cit., p. 201, nota 19.

empresarial precisaria contar com representação setorial para ser eficaz e deveria ter um sentido "popular" mais abrangente, de uma forma que já estava sendo estimulada em Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio [...].[417] Nessa perspectiva é que entendemos o surgimento da *Campanha Pro Moralização dos Costumes* que já em janeiro de 1962 realizava reuniões setoriais com a presença de autoridades e seus representantes, líderes sindicais, estudantes e outros que se propunham envidar esforços para união de toda a sociedade em torno de um projeto que atendesse a expectativa de todos. Nestes encontros, esteve à frente Sérgio Rubens Sant'Anna, também integrante da ADVB (Associação dos Diretores de Vendas do Brasil - Seção Ribeirão Preto), que, durante a reunião na Associação Comercial e Industrial local, no dia 22 de maio expôs que:

> [...] – após três meses de ingentes esforços deparamos com matéria controvertida que nos obriga falar claro e corajosamente, em nome do interêsse público e em sua defesa.
>
> A Campanha Pró Moralização dos Costumes surgiu em nossa cidade em virtude dos atentados à moral e do pudor públicos, numa hora em que as tradições cristãs estão sendo solapadas por indivíduos inescrupulosos e interessados no ambiente da mais absoluta confusão, onde predomina a omissão daqueles que, sendo responsáveis pela ordem pública e social, insistem em omitir-se de suas posições, num total indiferentismo e negligência.
>
> Assistimos estarrecidos, êsse estado de coisas, na expectativa preocupada de que as entidades de classe, e associações, as autoridades, os poderes públicos, fizessem sentir uma ação eficiente e profilática em defesa da sociedade. [...] O nosso trabalho, quer dizer, a ação dos verdadeiros patriotas, do que resta de lucidez no país, deverá reduzir-se ao esforço de encaminhar essa convulsão, dar às perturbações que aí vêm, uma orientação, canalizar o alude a fim de que, pelo menos, as colunas mestras sejam mantidas e a ruína total não sobrevenha. E isso só poderá acontecer com a execução de um rígido programa de higiene cívica de reconstrução política a que somente um govêrno de altíssima autoridade material e moral poderia abalançar-se.[418]

As propostas do M.O.R.E.S. ribeirãopretano tinham, no fundamental, correspondência às diretrizes do complexo IPES/IBAD, já que ambos se contrapunham às idéias daqueles que defendiam a imediata distribuição de renda a partir da repartição dos frutos do trabalho. A Ação Democrática defendia a necessidade de se aumentar primeiramente a produtividade e a defesa da propriedade privada:

---

[417] DREIFUSS, op. cit., p. 162-163, nota 19.
[418] TODO poder emana do povo [...], op. cit., p. 4, nota 410.

> A supressão total das desigualdades é, sabidamente, uma utopia. A questão há de ser equacionada em têrmos de "graus de desigualdade", isto é, maior ou menor desigualdade, como em têrmos de saber o QUE HÁ A REPARTIR, isto é, qual o tamanho do bôlo total a dividir. [...].
>
> A correção das desigualdades injustas não se faz, porém, através do confisco da propriedade e da desorganização da produção. São do dr. Valter Moreira Sales, em seu recente discurso de posse, as seguintes e judiciosas ponderações: "O que não me parece, porém, nem compreensível nem razoável é que se pretenda salvar alguém ou melhorar as condições desumanas de vida das populações sacrificadas, mediante o empobrecimento do país, desestimulando o esfôrço criador da iniciativa privada, afugentando investidores nacionais e estrangeiros, paralisando assim o nosso desenvolvimento." [...].
>
> A questão é, portanto, muito mais de fazer crescer o tamanho do bôlo do que reparti-lo. Não há como dividir o que não existe. Nem há como se iludir com a possibilidade de resolver-se a pobreza das massas acabando com as ostentações de uma insignificante minoria de ricaços inconscientes e de "plays-boys" desprezíveis.[419]

Da mesma forma entendia o M.O.R.E.S.:

> Falsos conceitos, resultantes de uma visão deturpada da realidade nacional, foram emitidas, principalmente por pessoas que arrogaram a si o direito de se erigirem em censores únicos das falhas alheias. Um deles é o de considerar que uma simples distribuição melhor das riquezas, resolveria o problema das classes menos favorecidas.
>
> MISÉRIA NACIONAL
>
> Ainda que todos os abastados se despojassem do que possuem ou ganham, mesmo assim permaneceríamos diante de uma imensa miséria, tal a indigência econômica do país: mistér se faz, inicialmente, criar uma riqueza nacional e para isso o primeiro passo é o de combater as causas impeditivas de nosso desenvolvimento econômico.[420]

Havia algumas interpretações locais, sobretudo do M.O.R.E.S., que remetiam a algumas assertivas defendidas quando da fundação do ISEB em 1955, em que empresários, intelectuais e classe trabalhadora organizada, tendo essa forte ascendência comunista, culpabilizavam o atraso econômico brasileiro à dominação estrangeira e ao atraso no campo, entendida essa por ainda ter relações de produção comuns ao feudalismo. Defendia-se, nessa época, a *união de proletários e burgueses em frente única, contra a dominação de setores vitais de nossa economia, por grupos alienígenas, que permanecendo estagnados, constituem pontos de estrangulamento da economia nacional, como é o caso da energia*

---

[419] HASSLOCHER, Ivan. (Dir.). *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, p. 5, set. 1962.

[420] O MOVIMENTO de Reformas Econômicas e Sociais e a reunião da Associação Comercial e Industrial dia 22. Considerações que certamente trarão fecundos debates em futuro próximo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 mai. 1962, p. 1.

elétrica.[421] Como vimos no Capítulo I, essa fase foi superada no decorrer da década de 1950, sendo essa interpretação substituída por outra, resultante de uma maior aproximação do setor empresarial, sobretudo industrial, dos militares e de outros intelectuais que não faziam qualquer crítica ao capital estrangeiro. Ao contrário esses seriam altamente benéficos e necessários ao desenvolvimento nacional.

Entretanto, o M.O.R.E.S. ainda fazia essa discriminação em pleno 1962. Entendemos que essa interpretação era apenas tática, visto que assumir um posicionamento abertamente favorável ao capital estrangeiro poderia redundar em maior oposição do que já se vinha verificando, quando do encontro na Associação Comercial e Industrial do dia 22 de maio.

Tentou-se diferenciar os objetivos do Rearmamento Moral, do projeto do MORES. Essa ação objetivava maior envolvimento de alguns setores que poderiam se tornar reticentes ante uma total aceitação do capital estrangeiro na vida econômica nacional.

O desgaste que o Rearmamento Moral apresentou perante alguns setores, quando iniciou um combate declarado ao comunismo, abandonando a abordagem inicial que dizia não ser a favor nem contra qualquer ideologia, fez com que, da mesma forma seus organizadores locais, ou seja, o grupo executivo da Campanha Pró Moralização dos Costumes, perdesse um pouco da cobertura política que, igualmente, se dizia não-ideológica. Esse desgaste político originou-se sobretudo pela intensa campanha denunciatória que o semanário *A Palavra* realizou, expondo os objetivos subalternos que essas organizações encetavam. O Rearmamento Moral, de certa forma, comprometeu negativamente a Campanha Pró Moralização dos Costumes e a organização local, o MORES. Foram obrigados, então, a tentarem desvencilhar-se de qualquer ligação com o Rearmamento Moral, anteriormente elogiado por eles:

> Há certas confusões que apenas se justificam pela coincidência. Talvez seja êsse o caso da fundação em nossa cidade, do MORES, cuja denominação veio estabelecer inexplicável ligação com o movimento ideológico do Rearmamento Moral.

[421] O MOVIMENTO [...], op. cit., p. 1, nota 420.

> Não há absolutamente nada entre ambos. Um, é absolutamente de Ribeirão Preto e o outro, internacional. O "Movimento de Reformas Econômicas e Sociais", o MORES, visa a dar estrutura aos principais problemas com que defrontamos e a respeito dessa intenção, realizou-se reunião na Associação Comercial e Industrial. Brevemente haverá outra, cuja esquematização está sendo realizada atualmente.
>
> Quanto ao Rearmamento Moral, trata-se, conforme já frizamos, de um movimento ideológico, casualmente na cidade, representado por jovens, senhoras e senhores interessados em dar-lhe a maior divulgação possível.
>
> Hoje, o Rearmamento Moral apresentará no Teatro Pedro II a sua peça "O Condor" e depois seguirá em busca de outras cidades onde possa estabelecer novos contatos, propagando o seu ideal.
>
> O MORES, entidade a ser fundada em Ribeirão Preto, inteiramente desvinculada do mencionado Rearmamento Moral, prosseguirá, aqui mesmo, dando dinamização aos propósitos que se dispõe cumprir, que, diga-se de passagem, são os mais dignos da atenção e do apôio de tôda a sociedade através de todas as suas camadas.[422]

O MORES ribeirãopretano tentou se desvincular-se do Rearmamento Moral, mostrando que aquele movimento, admitido como portador de uma ideologia, era incompatível com o movimento local, este asséptico e sem conotação ideológica. A apresentação das propostas do MORES coube a Antônio Carlos Sant'Anna, futuro candidato a prefeito municipal do PSB nas eleições de 1963 com um programa eminentemente nacionalista. Irmão de Armando Lúcio Sant'Anna, um do responsáveis pela introdução do MAF na cidade em 1963 e também irmão de Sérgio Rubens Sant'Anna, que organizou a presença do Rearmamento Moral em Ribeirão Preto, Antônio Carlos Sant'Anna[423] conseguiu fazer um sincretismo político, ora apresentando nuances de conservadorismo, ora cobrando mudanças mais profundas por meio de reformas estruturais que eram muito próximas das que defendiam João

---

[422] Esclarecimento necessário aos interessados a respeito do "MORES" e Rearmamento Moral. Nada tem que ver uma coisa com outra, sendo "Mores" iniciativa ribeirãopretana. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 26 mai. 1962, p. 6

[423] A trajetória política de Antônio Carlos Sant'Anna é de difícil análise. Sendo filho de Antônio Machado Sant'Anna, jornalista conservador, da mesma forma que seus irmãos, começa a ter laivos de esquerdismo com maior freqüência depois de algumas viagens internacionais, onde fez cobertura jornalística como a XVI Conferência Interamericana dos Chanceleres em Punta del Este, a convite do chanceler San Tiago Dantas, em 1962; da comitiva do presidente João Goulart em visita aos Estados Unidos e ao México, também em 1962 e, em 1963, novamente acompanhou João Goulart em visita ao Chile e Uruguai. In: QUEM é o candidato? O eleitor precisa saber em quem irá votar. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 03 out. 1963, p. 7. Esse sincretismo político-ideológico também fez parte da sua chapa de vereadores de 1963, dos quais participaram alguns sindicalistas, sendo que um, Argeu Egydio dos Santos fez curso nos E.U.A. pelo Ponto IV. Como companheiro de chapa participava Pedro Augusto de Azevedo Marques, médico recém formado, militante de esquerda e radical ainda quando acadêmico que participava efetivamente das lides políticas locais, que exteriorizava seu pensamento através dos jornais locais ou de comícios. Said Issa Halah, advogado nacionalista, eleito em 1959 pelos comunistas fazia parte da chapa ao lado de pessoas não muito conhecidas da política local.

Goulart e os comunistas. As propostas do MORES apresentadas foram através de seu novo porta-voz:

> ∗Aperfeiçoar e fortalecer as instituições democráticas ∗Acelerar o desenvolvimento econômico e social ∗Assegurar aos trabalhadores a justa remuneração e adequadas condições de trabalho ∗Erradicação do analfabetismo ∗Reformas da lei eleitoral, tributária e agrária ∗Lutar pela estabilidade dos preços ∗Estimular a atividade privada ∗Executar programas de saneamento e higiêne ∗Aumentar a produtividade ∗Aumentar a renda "per capita" ∗Elevação dos padrões morais.[424]

Apesar dos novos ingentes esforços, o MORES não conseguiu, pelo menos com essa denominação, dar continuidade aos seus trabalhos de união municipal. Conseguiu, na prática, o movimento da Campanha Pro Moralização dos Costumes evidenciar que ainda existiam setores sociais não suficientemente radicalizados com uma consciência ainda não fortemente anticomunista para que se aglutinassem em torno de um projeto político.

Porém, houve um despertar da classe dominante que, em 1963, por intermédio da Associação Comercial e Industrial, lançou seus próprios candidatos, entre eles Adalberto Teixeira de Andrade, Aloysio Olaia Paschoal, Arthur Franklin de Almeida, Armando Sant'Anna, José Pereira Bastos, Virgílio Salata, Wagner Antônio Calil, Waldo Silveira e Sérgio Bocchi. O nome recebido por essa articulação empresarial recebeu o nome de *Frente Eleitoral da Indústria e do Comércio*, e os candidatos se comprometiam a respeitar os ítens da *Carta de Princípios* da agremiação que estabelecia:

> 1 – Interesse do Município sempre acima de quaisquer outros;
> 2 – Iniciativa e apoio a movimentos baseados em princípios exclusivamente cristãos e democráticos;
> 3 – Respeito absoluto às decisões emanadas dos poderes constitutivos;
> 4 – Repúdio a discriminações entre as diferentes classes, sociais ou profissionais;
> 5 –Fortalecimento da democracia, através da moralização da coisa pública;
> 6 – Apoio às justas reivindicações, sociais ou classistas;
> 7 – Vigilância para impedir possíveis desigualdades fiscais;
> 8 – Valorização dos trabalhos legislativos, ação objetiva e firme, ponderada e totalmente isenta de atitudes demagógicas.

---

[424] RIBEIRÃO Preto vai se incorporar na luta para liquidar com o anacronismo de muitos princípios superados e ainda sustentados. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, coluna Atualidades, 26 mai. 1962, p. 6.

> Os nove candidatos selecionados foram apresentados aos comerciantes e industriais, oficialmente, em Assembléia Geral da Entidade, e após, foi lançado o manifesto da Frnte Eleitoral da Indústria e do Comércio.
>
> Foram organizados Grupos de Trabalho, compostos de 6 membros cada, tendo cada Grupo recebido, em média, 320 fichas das firmas para serem visitadas, com a incumbência de solicitar o voto dos componentes das firmas e de seus familiares, para determinado candidato. Na impossibilidade de obter apoio para o candidato designado, ficaria a crédito da firma a escolha de um dos nove da FRENTE.
>
> A campanha desenvolveu-se com extraordinário entusiasmo e teve ampla repercussão, conseguindo-se, ao final do pleito, a eleição de três dos nove candidatos, resultado este considerado satisfatório, [...].[425]

Essa união da classe dominante em torno de seus próprios candidatos permitia uma maior confiabilidade e estabilidade aos seus interesses. As propostas consubstanciadas na Carta de Princípios evidenciava a preocupação da classe dominante com a esquerdização do país, daí estabelecer em postos-chave seus representantes.

E, da mesma forma, atendia ao chamamento do complexo IPES/IBAD, que sempre cobrou em seus documentos, notadamente a Ação Democrática, que a classe dominante saísse de sua apatia que contribuía para o avanço comunista.

[425] ASSOCIAÇÃO Comercial e [...] op. cit., nota 113.

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO: CRISE DE HEGEMONIA E AÇÃO POLÍTICA

MAD: a atuação do MAD na imprensa.

A evolução que se verificou desde a encíclica Rerum Novarum (1891) de Leão XIII, e que atribuía ao trabalho a função de expiação dos pecados, objetivava lançar para o conjunto social a aceitação das mazelas sociais e evitar a confrontação das classes sociais, vista como uma luta perniciosa empreendida pelos socialistas. O encaminhamento dado pelo papa Leão XIII nessa encíclica reflete o estágio do desenvolvimento ideológico presente na sociedade:

> O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. É difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vêzes homens turbulentos e austuciosos procuram disvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens.[426]

O temor, sempre compartilhado pela classe dominante ribeirãopretana, era de que os trabalhadores pudessem manifestar-se contra o domínio sobre eles exercido, sobretudo naquilo que se referia às condições de vida a que estavam submetidos. A preocupação adicional era verificarse essas manifestações tinham algum fundo ideológico. É nesse sentido que o controle da imprensa se deu, entendida como difusora de ideologia e amalgamadora de posições ou conformação social que pudessem dar ao conjunto dos explorados uma explicação mais racional à sua condição.

As péssimas condições de vida, que desfrutavam as populações trabalhadoras do campo e das cidades, eram viabilizadas pelo eficaz controle político e policial exercido por aqueles que se beneficiavam diretamente da exploração de uma mão-de-obra barata. Muitos dos movimentos grevistas em Ribeirão Preto, no início do século XX, tiveram a liderança de anarquistas e posteriormente de comunistas.[427]

A classe dominante ribeirãopretana, durante toda a sua existência, sempre foi muito sensível ao entendimento que o conjunto da sociedade tinha dela, ou seja, o

---

[426] TÁVORA, D. José V. *Paz na Terra*. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil. 1963. p. 24.
[427] cf. ROSA, op. cit., p. 7-8, nota 12.

seu domínio passava necessariamente pelo valor positivo que conseguia introjetar sobre todo o tecido social. Para que conseguisse hegemonizar esse domínio, foi necessário controlar os meios de comunicação de massa, de forma que as idéias favoráveis e que exaltavam a sua imagem fossem veiculadas e as desfavoráveis, combatidas e eliminadas. Entendimentos divergentes sobre a importância ou existência de sua classe poderiam colocar em risco todo o edifício ideológico construído ao longo de décadas, que utilizou-se da violência e intimidação policial, do assistencialismo ou mesmo da cooptação de membros oriundos dos trabalhadores para manter-se numa situação política privilegiada.

Sabedora da íntima ligação entre poder político e econômico e da importância da ideologia burguesa como mantenedora de toda uma estrutura, a classe dominante ribeirãopretana não cedia espaço a questionamentos.

Para Tuon, esses questionamentos e intimidações vieram por processos judiciais aos responsáveis por jornais que defendiam, em sua grande maioria, a comunidade italiana que trabalhava no final do século XIX e começo do XX, nas fazendas de café. Toda essa verve contra aqueles que tinham um posicionamento político, que contrariava a classe dominante, era firmemente combatida.

Correspondentes locais de jornais como o *Fanfulla*, órgão do Consulado Italiano, publicado em São Paulo mas lido em Ribeirão Preto, eram pressionados pelos próprios jornais ribeirãopretanos que perfilavam com as práticas dos detentores do poder no município. Assim, a duração de um jornal com postura independente, vale dizer, que pudesse antagonizar com os que detinham privilégios às custas da super-exploração da classe trabalhadora tinha curta existência. Dificuldades administrativas e custos financeiros adicionais se somavam à manutenção desse tipo de publicação, e dada a falta de patrocinadores e de espaços de exposição para vendas em lugares públicos, obrigavam esses periódicos a serem vendidos a partir de assinaturas ou da compra direta nas gráficas.[428]

Cione, apesar de inserir-se entre os memorialistas que faziam a interpretação dos acontecimentos historiográficos a partir de uma visão simpática à classe

[428] cf. TUON, op. cit., p. 103-106, nota 10.

dominante, exaltando-a, trouxe ao conhecimento público a perseguição sofrida pela imprensa ribeirãopretana na sua origem. Cita o surgimento, em 1889, de um semanário denominado *O Ribeirão Preto* que, pelo seu teor político, teve suas oficinas invadidas e o material produzido apreendido pela polícia. Esse periódico foi sucedido pela revista *O Sorriso*, de 1903, que teve sua publicação interrompida pelo assassinato de seu redator, Antonio Guimarães, no mesmo ano em que iniciou sua circulação.

O retorno do periódico *O Ribeirão Preto*, em 1904, levou seu responsável, João de Moura, a sofrer as represálias de praxe, sendo morto a pauladas quando retornava à noite para sua casa. Da mesma forma não se apuraram os mandantes e os assassinos.[429] O "recado" estava dado àqueles que se aventurassem a transgredir as normas de conduta estabelecidas pela boa sociedade ribeirãopretana.

Em termos de entendimento político, a classe dominante ribeirãopretana e a alta hierarquia católica se mostravam plenamente concordes. Estavam ambas de acordo com a encíclica Rerum Novarum de Leão XIII que explicita:

> O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão multíplices como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de fôrça; diferenças necessárias, de onde nasce espontâneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos, porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições.[430]

Apesar de outras encíclicas que trataram de questões sociais e mormente avançassem de forma significativa na defesa dos trabalhadores, o traço conservador com relação à propriedade privada permaneceu. Dentre as encíclicas que merecem menção estavam as *Quadragésimo Anno* (1931) do papa Pio XI, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), ambas do papa João XXIII.

---

[429] cf. CIONE, op. cit., p. 198-199, nota 1.
[430] TÁVORA, op. cit., p. 30, nota 426.

A classe dominante ribeirãopretana não se atualizou, permanecendo no decorrer do tempo com as mesmas concepções religiosas e sociais por serem convenientes às suas aspirações e, mais que isso, por acreditarem fielmente nas assertivas conservadoras das encíclicas como verdades incontestáveis. Os jornais e as publicações locais davam a conformação ideal a essa configuração ideológica.

Waldo Silveira, vereador do município de Ribeirão Preto, entre os anos 1964 a 1968, eleito pela Frente Eleitoral da Indústria e do Comércio[431], organização patrocinada pela ACI-RP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), foi um típico representante da classe dirigente econômica e intelectual local e, portanto, orgânicamente percebia os perigos que determinadas posições políticas e ideológicas expressas em veículos de comunicação de massa representavam. No dia 20 de março de 1964, durante a sessão da Câmara de Vereadores[432], quando as posições políticas em Ribeirão Preto estavam se radicalizando e alguns órgãos de informação, sobretudo dois jornais de grande circulação e um semanário local[433], estavam pregando abertamente as reformas propostas pelo governo João Goulart, veio à discussão, em plenário, um manifesto divulgado anonimamente pelo MAD[434] (Movimento Ativo Democrático), que propunha o fechamento daqueles periódicos, assim como o cancelamento das assinaturas:

> **AO POVO**
>
> CIDADÃO BRASILEIRO PATRIOTA, reaja ativamente contra a infiltração **comunista** que está sufocando o Brasil.
>
> O comodismo é convite ao **comunismo**.
>
> Reaja ativamente contra essa minoria atuante e barulhenta que deseja a destruição da família, da religião e da liberdade.
>
> Você sabia que Pernambuco, sob o govêrno **cripto-comunista** de Arrais, está com uma média de duas greves por dia?
>
> Você sabia que seus capangas armados transitam livremente dentro dos quartéis da polícia pernambucana?

---

[431] ASSOCIAÇÃO Comercial e [...], op. cit. nota 113.

[432] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos vereadores. *Ata*. [17ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto, 20 mar. 1964.

[433] Os jornais eram "Diário de Notícias" de propriedade da Arquidiocese de Ribeirão Preto, "Diário da Manhã", de Antônio Carlos Sant'Anna e o Semanário "A Palavra", de Divo Marino.

[434] A primeira manifestação pública do MAD foi no dia 12 de março de 1964, quando rapazes à noite pregaram cartazes que concitavam a população a boicotarem os jornais nacionalistas. Tais rapazes, quando interpelados, disseram que estavam autorizados pelo Delegado Regional de Polícia. In: ENVOLVIDO o Delegado Regional de Polícia na Campanha de ódio ideológico da reação. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 mar. 1964, p.8.

Você sabia que já invadiram terras, assassinando os proprietários e famílias daquele Estado?

Você sabia que há uma distribuição grátis pelo govêrno pernambucano de cartilhas **comunistas** editadas na China em português?

Você sabia enfim, que Pernambuco vive num clima intenso de ódio, agitação e insegurança?

Você quer isso para São Paulo?

Pois bem, esta situação virá, e brevemente, se você não agir, se não sair do seu comodismo e enfrentar esta ameaça e desafio dos **comunistas**.

Não é com apasiguamentos, conformismos, achando que são pessoas mal orientadas e bem intensionadas que pregam intensamente subversão, que vamos continuar na democracia.

O Brasil atualmente é o país dos contrastes onde os Senadores trocam tiros, os Generais fazem discursos, o Govêrno prega a subversão e a oposição defende a legalidade.

Você sabia que o partido **comunista** de todos os países do mundo não tem presidente e sim secretários, porque o Presidente está na Rússia? Carlos Prestes é o secretário de um partido estrangeiro cujo fim é dominar o Brasil. É um traidor autêntico.

Vamos reagir ativamente começando a cancelar, devolver e não anunciar em jornais **comunistas**, ou jornais Brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confusionistas que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo.

Anunciar e apoiar estes pasquins é o mesmo que dar corda para se enforcar, é incentivar a propaganda **comunista** desagregadora.

MAD não é contra homens e sim contra idéia exóticas que desejam nos destruir; assim sendo se estes jornais mudarem de orientação terão imediatamente nosso apoio.

Não temos cor partidária, mas interêsse na defesa dos princípios democráticos.

Vamos apoiar o MAD, vamos reagir, vamos lutar pela democracia que é o único regime do homem, para o homem e pelo homem.

M.A.D.
MOVIMENTO ATIVO DEMOCRÁTICO
PELA RELIGIÃO, PELA DEMOCRACIA E CONTRA O COMUNISMO[435]

Ao vereador Waldo da Silveira[436], o manifesto pareceu-lhe adequado, pois *com referência ao requerimento sobre o MAD, dizendo ser pela manutenção da ordem e esclarecendo ainda, que segundo informações, trata-se de um movimento*

[435] MARINO, Divo. *Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimento sobre o golpe de 1964*. Ribeirão Preto: Legis Summa. 1998. p. 117.

[436] Em 1966, o vereador Waldo Silveira, ao se candidatar a deputado federal, apresentou a sua biografia que, entre outras coisas, apontou que era filho de família radicada em Ribeirão Preto "desde fins do século passado". Fez curso de Direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e Universidade do Rio de Janeiro, formando-se em 1951, desde quando exerce sua profissão nesta cidade. Foi jornalista do "Diário da Manhã" quando foi diretor o sr. Costábile Romano e, posteriormente trabalhou como redator nos jornais "A Cidade" e "Diário de Notícias". Foi também funcionário do Banco do Brasil, de 1943 a 1948, em São Paulo e na agência local, carreira que deixou para assumir a gerência da firma Refrescos Ipiranga S/A [Coca-Cola], da qual foi um dos fundadores e é ainda diretor superintendente. Atualmente, é advogado de inúmeras empresas comerciais e industriais, de inúmeras entidades como a Sociedade União dos Viajantes, Sindicato dos Viajantes, Hospital Santa Lydia, Escola de Artes Plásticas, Comercial F.C. e muitas outras; é conselheiro da Associação Comercial e Industrial, membro do Rotary Club-Centro, tesoureiro da Escola de Artes Plásticas, tendo sido também diretor do Aero Clube de Ribeirão Preto, presidente da Sociedade Legião Brasileira, vice-presidente da União Cultural Brasil- EE.UU. e presidente, por duas vezes, do Centro de Debates Culturais. Foi também diretor do Jóquei Clube de Ribeirão Preto e é 1º secretário do Clube Hípico de Ribeirão Preto. In: CANDIDATO à Câmara Federal o Dr. Waldo Silveira. Dados biográficos do candidato. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 20 set. 1966, p.6.

composto de elementos responsáveis e que visam a defesa da democracia.[437] Estas e outras assertivas pronunciadas, durante a sessão da Câmara, produziam grande indignação nos editores de jornais que corriam o risco de serem fechados, visto a ampla e organizada articulação que se fazia no sentido de que se suspendessem tanto as assinaturas quanto a publicidade das empresas comerciais[438] àqueles específicos meios de comunicação. O jornal *Diário da Manhã* relata o ocorrido na Sessão da Câmara da seguinte maneira:

> "**Tiram as máscaras os gorilas da Câmara**
> **Desejando a asfixia da imprensa livre**
> [...]. Os ideólogos do terror político e que vêm pressionando a livre imprensa de Ribeirão Preto estiveram ontem em dia cheio. Movimentaram-se na tentativa envolvente da opinião pública que os já repudia. Atingiram até mesmo a nossa Câmara Municipal, pretendendo inverter seu digno pronunciamento através da ação de conhecidos gorilas travestidos de democratas. Conhecidos oportunistas políticos, entre os quais se destaca o vereador Juventino Miguel, cujo trabalho de corredor na Prefeitura valeu-lhe o epíteto de "prostituidor de consciências e do eleitorado", lançado pelo seu colega de bancada, o homem que vem conseguindo desmoralizar e anarquizar a edilidade, o vereador impedido Fuad Hanna. Esta dupla, Juventino Miguel e Fuad Hanna não esteve isolada. Conseguiram em sua campanha o intelectual Celso Paschoal, ademarista coerente, e a expressão reacionária da atual Câmara, grande sociólogo, humanista e político, sr. Juca Alves. [...]"[439]

Ao publicar seus artigos sobre o MAD, o Diário da Manhã relutava em citar nomes de seus integrantes, possivelmente temendo o agravamento da situação, já delicada. Restringiu a fazer referências às suas categoriais sociais:

> [...]. De resto, desde já advertimos, nunca é demais repetir: caso soframos qualquer violência física, além da que moral e materialmente já estamos sofrendo, os responsáveis serão os mesmos. De sorte que nossa primeira e mais importante testemunha – e que já tomamos desde já – é o nosso ilustre delegado regional de polícia que, conforme disse em sua entrevista ontem à PRA-7, liga-se à nós por grandes laços de amizade, aos diretores, frizou, e, como estamos necessitando, invocamos tais laços de amizade para aclarar esta triste situação a que fomos atirados de maneira mais indigna possível, porque, finalizando, uma coisa há de exato; nunca estivemos em porta de médico algum, dentista, advogado,

---

[437] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos [...], op. cit., nota 432.

[438] (...) Basta um telefonema de qualquer gerentezinho de uma grande empresa para que uma polpuda verba de propaganda seja cortada. E isto para um jornal é fogo! Não é mesmo Sant'Anna? Vai daí, que são os grandes capitais estrangeiros que ditam, direta ou indiretamente, a linha ideológica de nossa "imprensa sadia". Coluna do Povão. DEMOCRACIA versus Comunismo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 mar. 1964, p.3.

[439] TIRARAM a Máscara os gorilas da Câmara. Desejando a asfixia da imprensa livre. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 21 mar. 1964, p. 8.

> banqueiro ou advogado, fazendo campanha pessoal contra êles; paradoxalmente, tais "madeanos" pertencentes às categorias profissionais mencionadas estão agindo dessa forma pessoal e horripilante contra nós, o que, convenhamos, é atentatório à democracia que eles dizem defender.[...].
>
> Hoje, conforme estamos informados, telegramas ao ministro da Justiça, relatando os graves acontecimentos de Ribeirão Preto e denunciando a organização clandestina "MAD", instrumento de pressão direitista que vem agitando a cidade através da divulgação de boletins ofensivos à dignidade de brasileiros, inclusive chegando ao cúmulo de agredir parte do clero, conforme divulgação em jornal "A Cidade" de domingo.[440]

A cautela em não citar nomes mostrava o temor que o referido jornal tinha desse grupamento político pois sabia minimamente das articulações do MAD, quando relatou que um médico estava fornecendo armas automáticas leves e metralhadoras aos integrantes desse grupo clandestino.[441] Na mesma página foi anunciada a chegada à cidade de elementos do Ponto IV[442] para ministrarem aulas por 30 dias aos delegados da região.[443] Enquanto isso, na área rural de Jardinópolis, cidade limítrofe a Ribeirão Preto, a polícia fortemente armada com metralhadoras invadia casas de trabalhadores rurais à procura de armas de guerra que estivessem em poder de seus moradores. Ficou instaurado o terror nessas populações, com mulheres tendo crises de nervos, enquanto os militares revistavam malas, baús e móveis à procura de armas.[444]

O jornal *Diário de Notícias* finalmente nominou alguns dos membros do MAD como sendo Oscar de Moura Lacerda e Alfredo Bolognami[445], enquanto o

---

[440] O DELEGADO Regional recebeu líderes do MAD mas não está vinculado ao movimento havido. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 mar. 1964, p. 8.

[441] METRALHADORAS Ina teriam sido dadas a elementos do "MAD"? *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 mar. 1964, p. 8.

[442] O Ponto IV era um amplo projeto de assistência técnica firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, durante o governo Truman, que incluía o treinamento de pessoal ligado à segurança interna. Esse projeto se tornou mais dinâmico à medida em que se detectava no Brasil a instabilidade política, sobretudo durante o governo João Goulart. Porém em 1951 muitos policiais brasileiros já haviam recebido instruções nos Estados Unidos através de parceria que visava custear viagem e hospedagem dos policiais. Essa parceria foi estabelecida entre um Rotary Club do Rio de Janeiro e o Departamento de Estado norte-americano. A segurança entendida pelos norte-americanos e pelos policiais brasileiros, que recebiam as instruções, era entendida como necessidade de conter o avanço comunista. cf. HUGGINS, op. cit., p 87-89, nota 320.

[443] EM VISITA a Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 mar. 1964, p. 8.

[444] ARMAS de guerra em Jardinópolis. Polícia invade domicílios em busca de armamentos. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 16 mar. 1964, p. 1.

[445] DEMOCRATICAMENTE. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, coluna Nosso comentário, 21 mar. 64, p. 02.

Diário da Manhã citava Paulo de Queiróz Arruda[446], secretário da entidade de extrema-direita.

O Ponto IV[447] em Ribeirão Preto, utilizado ostensivamente na área sindical, agora preparava a polícia regional, na pessoa de seus delegados, para intervir com maior eficiência nas questões políticas:

> RIBEIRÃO PRETO – A fim de administrar o Curso Técnico de Polícia, chegaram hoje a Ribeirão Preto os srs. Richard Van Winckle e Antonio Ribeiro de Andrade, representando este último o Governador do Estado e secretário de Segurança. Posteriormente deverão chegar a esta cidade os srs. Glen Hill, Ruy Stroeerg e Peter Costello, pertencentes também ao programa Ponto IV.
>
> Falando a respeito do curso, o dr. Ribeiro de Andrade afirmou que o objetivo da iniciativa é o de corrigir falhas técnicas em nossa organização polícial. Comentou que a necessidade desses cursos, que serão também ministrados em outras cidades, é ainda maior neste momento, quando a corrupção e o comunismo estão de mãos dadas, a fim de destruírem o nosso regime. [...]. A seguir o sr. Van Wingle iniciou a aula inaugural, falando em inglês, tendo suas palavras sido traduzidas imediatamente para o português.
>
> Não. A luta contra a corrupção, agora com professores norte-americanos, será vitoriosa no Estado de São Paulo. Assim, logo mais não haverá mais prostíbulos, "rendez vous", negociatas de terrenos, jogo de bicho, peculatos e coisas que tais. Tudo virará uma maravilha. E os comunistas irão para a fogueira, evidentemente. Tudo OK!
>
> **O problema é outro**
>
> O endereço desta nota é outro: – a inquisição, a perseguição às feiticeiras, a depuração ideológica de Ribeirão Preto está chegando, usando uma expressão da moda, "ao máximo"!
>
> Há dias, o veterano jornalista A. C., que escreve rodapés no jornal "A CIDADE", encontrou mais uma feiticeira: Juscelino Kubitschek. [...].[448]

Quando se instalou esta radicalização de posições, pessoas que, no convívio diário, se portavam como democratas, receptivas a posições divergentes polidas no linguajar, passam a assumir posturas não muito civilizadas, ou seja de ataque. O

---

[446] Em 1964, fazia parte do Conselho Deliberativo da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e membro do Lion Club local.

[447] O Ponto IV aplicado à segurança pública riberiãopretana já era uma realidade na cidade. A sua existência em Ribeirão Preto ficou evidenciada durante reunião realizada no dia 8 de abril de 1961, no Jóquei Clube, em homenagem ao cel. Jaime dos Santos, ribeirãopretano, pela sua investidura como Chefe de Polícia em Brasília e de Segurança Pública do Distrito Federal escolhido pelo presidente Jânio Quadros. Nessa reunião estavam presentes os srs. Antonio Machado Sant'Anna, o delegado adjunto da Regional de Polícia, dr. Zenon Sitrângulo, o prefeito Alfredo Condeixa Filho, o cel. Bento Ferraz, o ten. Ilques Ferraz e o deputado Aniz Badra entre outros. Na oportunidade, o capitão Paulo Monte Serrat *referindo-se à visita de elementos do Ponto IV e a ação do cel. Jaime dos Santos discutindo os problemas de segurança pública com tal precisão, elegância e conhecimento, que recebera elogios dos elementos categorisados do governo americano, achando que tais métodos deviam ser estendidos a outros países do continente.* In: VALORES de Ribeirão Preto em altos cargos da nação. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 09 abr. 1961, p. 10.

[448] A INQUISIÇÃO baixou em Ribeirão Preto. *A Palavra*, Ribeirão Preto, 30 mar. 1964, p. 4.

que estava em discussão eram a perda de privilégios arraigados, alterações profundas na tradição política, a aceitação que elementos oriundos do povo participassem mais ativamente das decisões relativas dos assuntos locais e nacionais; que os trabalhadores conquistassem maior espaço e tivessem realmente liberdade organizacional como forma de combate ao comunismo. Cada ação contundente que partisse de um dos pólos ideológicos provocaria nos adversários reações contrárias. Estabelecia-se um caso típico de crise de hegemonia na sociedade, quando um grupamento político já não conseguia impor-se de forma convincente sem o uso da força dos demais. Grupos que mantiveram antes uma certa tolerância mútua, já não partilhavam dos mesmos valores, concepções e condutas. Nessa situação-limite, somente a violência e a imposição poderiam novamente recompor um quadro hegemônico, já que os grupos não estavam dispostos a cederem posições.

O golpe civil-militar, meticulosamente articulado no município, veio para fortalecer a classe dominante, alijando politicamente aqueles que propunham reformas estruturais na sociedade brasileira.

As sessões da Câmara de vereadores, que antecederam a grande polêmica acerca da liberdade de imprensa, apesar de fazerem observações de cunho geral, nem por isso menos ideológica, não chegaram a registrar uma atuação em conjunto, em bloco, como classe unificada. Somente um sentimento de eminente ameaça unificou o bloco da classe dominante. A existência de órgãos informativos que contestavam o modelo econômico político e social em que se assentavam os setores abastados do município, nessas condições de radicalização, era totalmente inadmissível. Gramsci é muito elucidativo nesta questão:

> [...]. O que se chama de "opinião pública" está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a "sociedade civil" e a "sociedade política", entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da "opinião pública": naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder.
>
> A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais,

> partidos, Parlamento – de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.[449]

Como já expusemos em passagens anteriores, no período que precedeu ao golpe civil-militar de abril de 1964, havia uma percepção clara da existência de uma ruptura política e ideológica na sociedade. Havia uma classe dominante clara e atuante mas que, devido à sua fragmentação de opiniões e interpretações da crise e as maneiras de suplantá-las, atuava desconexa e descoordenadamente. Portanto, não conseguia potencializar as suas ações. Da parte do proletariado, sentia-se o crescimento das insatisfações e a crescente politização e tomada de consciência política, rompendo gradativamente com os marcos do populismo[450], visto que as demandas sociais eram incompatíveis com a capacidade de absorção da classe dominante brasileira.

Da mesma forma, o projeto de continuidade de crescimento por meio capitalismo associado seria inviabilizado se se atendessem as reivindicações e alterações estruturais consubstanciados nas reformas de base do presidente João Goulart. Esse era o entendimento da classe dominante.

A preocupação do conteúdo veiculado nos órgãos de informação em massa ficou patente, mais uma vez, quando aqueles que ensejaram na Câmara de vereadores grande empenho no fechamento de jornais, que não representavam o consenso das classes dominantes, resolveram agraciar, em 1965, o ex-vereador e jornalista Gavino Virdes com a entrega da medalha e diploma da Ordem do Mérito Jornalístico de Ribeirão Preto.[451]

O vereador Waldo da Silveira, em nome da Casa de Leis, faz a entrega da comenda e as considerações acerca do homenageado. Seu discurso, profundamente ideológico, demonstra as preocupações que se devia ter no ato de informar:

---

[449] GRAMSCI, op. cit., p. 265, nota 110.

[450] Para Francisco Weffort, as fórmulas de acomodação e reformismo social são típicas do populismo, já que as demandas sociais, minimamente atendidas, são transformadas em *compromissos*. No populismo, não há uma percepção clara e delimitativa das classes sociais fundamentais. Essa falta de consciência de classe é que viabiliza os acordos para, sem grandes traumas, se consubstanciar um novo tipo de pacto social. cf. WEFFORT, op. cit., nota 39.

[451] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos vereadores. *Ata* [199ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto, 07 dez. 1965.

> [...]. Sabe você Gavino, como todos aquêles que militaram um dia e ainda militam na imprensa, que a imprensa é a mais difícil das profissões, é aquela onde o homem carrega sobre seus ombros, uma responsabilidade maior do que tôdas as outras, que pesem seus direitos profissionais, porque a imprensa lida com aquilo que é mais sagrado numa nação, que é a opinião pública. O médico que se desmanda na sua profissão, o advogado que trai os princípios de sua profissão, ou o engenheiro que resvala nas regras e nos cálculos de sua engenharia, não causam tanto mal, quanto ao jornalista, que porventura se desvie dos legítimos caminhos do jornalismo, porque sabe você e sabem todos, que aquilo que se lança no ar, como aquilo que se escreve nas páginas dos jornais, penetra no espírito e na alma de milhões de pessôas, de milhares, no mínimo, de pessôas, e se traz a verdade, fortifica e engrandece, mas se traz mentira, se traz o ódio, se traz o sentimento subalterno do homem, então é veneno que vai arrazar o espírito daqueles que o lêem, que vai destruir por vezes uma nação, que vai abalar os alicerces de uma nacionalidade, e nós vimos e temos visto, no correr da história, e ainda vemos, nos dias que correm, o poder dissolvente da imprensa, mas também o seu poder construtivo.- A imprensa que tem construído as idéias, a imprensa que tem divulgado o pensamento positivo e criador do homem, mas que por vezes a imprensa também que tem destruído os ideais, que tem arrazado as criaturas humanas, que tem ataçalhado as reputações, que tem por vezes, levado ao cárcere, injustamente, aquêles que deveram ser glorificados.- por tudo isso, é a imprensa uma atividade a um tempo sublime e perigosa, por isso mesmo, aquêles que nela militam, precisam ter aquela alma pura, aquela consciência lúdica, aquela noção profunda de responsabilidade, pelos seus atos, porque dirigem, porque manejam, porque trabalham, a consciência coletiva, a consciência de milhares de criaturas inocentes, que se guiam por aquilo que escreve o jornalista.- Por isso é que à imprensa nós devotamos todo êsse respeito, mas também por isso que olhamos a imprensa com aquêle cuidado de quem só vê nela um elemento de construção, de uma fôrça de aperfeiçoamento e nunca um elemento de discórdia o elemento de lutas internas, onde os homens possam estravasar não os seus ideais, não os sentimentos mais puros, mas ao contrário, os seus ódios pessoais, as suas quisilas íntimas, as suas idéias deformadoras, os seus interêsses político-pessoais. (...). Você, homem de origem humilde, que iniciou no jornalismo pelos mesmos caminhos que nós iniciamos, na humildade da reportagem esportiva, e depois na humildade um pouco menor da reportagem de polícia e a seguir, no noticiário geral e depois nos comentários mais amenos e afinal, nos comentários e artigos de fundo, orientando a opinião pública.[452]

A preocupação dos meios de comunicação ribeirãopretano ficou mais explícita a partir de 1964. Até então havia maior cuidado no uso dos termos utilizados no texto, não exacerbando críticas aos segmentos empresariais, e respeitando-se os limites impostos pelas classes dominantes. O que se percebia no período anterior era uma exaltação das *classes produtoras* responsáveis pelo progresso local. Essa prática cotidiana transformou-se em tradição. A ruptura dessa tradição, e o enfrentamento com os setores mais atrasados da política e economia

[452] RIBEIRÃO PRETO. Câmara [...], op. cit., nota 451.

ribeirãopretanas não serão bem recebidos. Nesse sentido, esse tipo de conflito escapa às observações de Rubem Cione:

> Em todos os tempos, o progresso e a grandeza de Ribeirão Preto e desta região se fizeram sob o signo da imprensa local, do rádio, com valores locais. Folheando-se as coleções dos órgãos aqui citados, percebe-se que, em todos os cometimentos políticos, econômicos, sociais, culturais, educacionais e outros, os jornais e as emissoras ribeirãopretanos foram, e são uma força atuante, doutrinando, informando, exaltando, criticando, colaborando em todas as iniciativas da vida para o progresso da cidade.
> Imprensa e Rádio unidos pela mística da dignidade."[453]

O ataque aos meios de comunicação no momento em que as classes dominantes tentavam se recompor organicamente visando a respostas adequadas ao momento histórico revela o impacto e valor da imprensa na formação de opiniões.

Aqueles meios de comunicação, que a classe dominante ribeirãopretana, anterior ao golpe de 1964, tentou anular política e economicamente, foram fechados e seus principais responsáveis perseguidos e processados com base na Lei de Segurança Nacional.

O retorno da circulação desses periódicos, após dois meses de interrupção, já totalmente depurados, mostrou que não mais havia ambiente político para continuar na mesma linha editorial. A classe dominante conseguiu se recompor e dava, a partir desse momento, passos mais seguros e resolutos visto que a oposição ideológica entrincheirada em alguns dos meios de comunicação de massa em Ribeirão Preto foi, enfim, debelada.

O respaldo militar serviu para a implementação do projeto que a classe dominante civil brasileira defendeu, aparentemente sozinha, antes do golpe de 1964. Serviu também para potencializar e agilizar todas as mudanças que, no regime do presidente João Goulart, tinham sido adiadas e desfazer aqueles projetos que eram contrários aos interesses dos vitoriosos.

Jornais locais como *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*, de origem burguesa e comprometidos com as causas conservadoras, evoluíram para posições mais progressistas, colocando-se como possíveis alternativas ideológicas para um

---

[453] CIONE, op. cit., v. 5, p. 272-273, nota 1..

segmento da sociedade ribeirãopretana. Apesar de, no conjunto, as publicações desses periódicos se posicionarem no campo reformista, a reação violenta que suscitaram, evidenciaram a existência de uma classe dominante ciosa em preservar seus privilégios.

Dos periódicos combatidos e perseguidos, o semanário *A Palavra,* em sua primeira edição de 6 março de 1961, apresentava desde aquele momento um grande diferencial, contendo clara conotação nacionalista e de esquerda. Esse semanário, pouco analisado pela historiografia ribeirãopretana, foi de fundamental importância e influenciou muito a esquerda local. Suas críticas se dirigiram sobretudo ao setor sindical urbano, nas pessoas de seus dirigentes que, sem consciência de classe, não incitavam seus dirigidos a uma atuação política que rompesse os marcos do capitalismo ou, da mesma forma, que tivessem uma participação mais enfática na defesa de seus interesses. Outro ponto que chama a atenção nesta publicação é a não transcrição de notícias das principais agências nacionais e internacionais. Passou *A Palavra* diretamente a uma fase superior, analisando todos os acontecimentos sob o prisma de seus colaboradores, transformando-o não apenas num periódico informativo, mas fundamentalmente de análise e de opinião. A linguagem extremamente fácil e didática atingia a vários segmentos, independentemente do grau de formação.

Seu impacto pode ser evidenciado nas atas de alguns sindicatos de trabalhadores urbanos que relatam, pelos seus dirigentes um profundo desagrado para com aquele órgão de imprensa, o que denota a repercussão do semanário com os trabalhadores a ele filiados. Esses ataques dirigidos aos sindicalistas que fizeram cursos nos E.U.A. pelo Ponto IV, estreitaram ainda mais os laços existentes entre a classe empresarial e os dirigentes trabalhistas, que viram como seus principais adversários os comunistas e os nacionalistas.

O presidente do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Junco, Vime e Vassouras, em assembléia, fez o seguinte registro:

> [...]. Dizendo que é do conhecimento público que um elenco de indivíduos sem a devida idoneidade - constituído dos cidadãos Geraldo de Castilho Freire, Bolivar Fragoso Cerqueira, Mauro Rezende de Oliveira, J. B. Garcia e outros - ocultos, veem semanalmente pelas colunas do semanário "A Palavra", de propriedade do jornalista Divo Marino, fazendo críticas caluniosas, infundadas, contra os Sindicatos e seus Diretores, acusando nominalmente uns e todos de um modo geral de viverem no sub-mundo sindical da corrupção administrativa em sindicatos fantasmas, não apresentam orçamentos e balanços anuais, não escrituram o imposto sindical, trapaceiros, parasitas do imposto sindical, pelêgos, chantagistas, extorquidores do dinheiro das emprêsas comercial e industrial em proveito próprio. Não vamos neste relato fazer a nossa defêsa, porque êsses fáceis e levianos acusadores com as suas traquinadas não nos atingem.- Vamos em resposta devolver a êsses detratores e demagogos - as críticas que nos atiram, porque a êles bem se ajusta a carapuça já lhes dada de escórias que se enriquessem da prática de vilesas, para que a assembléia, independente, soberana e conscia de seu dever possa discernir a separar o joio do trigo e decidir com acerto e justiça.
>
> Essa equipe de irresponsáveis é constituída quasi na totalidade de funcionários e ex-funcionários do Ministério do Trabalho, lotados na Divisão Regional do Trabalho em Ribeirão Prêto, que através de periódicos - "Observador Trabalhista", "A Palavra" e também pela Rádio Emissora P.R.A.7., com disfaçates própria de safados, procuram atribuir aos sindicatos e seus Diretôres a responsabilidade pela falta de fiscalização e existência de burlas de toda a sorte das normas garantidoras de proteção direta dos trabalhadores, principalmente no tocante a falta de registro de empregados, a burla no pagamento de salário mínimo à adultos e menores, férias, higiene e segurança no horário de trabalho. [...][454]

O acirramento de posições de esquerda nos movimentos pró reformas de base em Ribeirão Preto se deu mais no campo propagandístico. No entanto, faltou-lhes uma base de sustentação popular junto à sociedade civil. A guerra da imprensa ribeirãopretana dividiu-se basicamente em dois grandes blocos, em que se pese significativas diferenças ideológicas nesses mesmos blocos. De um lado havia o *Diário de Notícias* (Arquidiocese de Ribeirão Preto, em que o responsável pela linha editorial era o Padre Celso Ibson de Sylos), *Diário da Manhã* (tendo como sócio majoritário o sr. Antônio Carlos Sant'Anna, candidato a prefeito em 1963, pelo PSB) e o semanário *A Palavra* (de propriedade do professor Divo Marino, candidato a vice-prefeito, em 1963, pelo PTN). No outro bloco havia os jornais *O Diário* (do ex-prefeito e deputado estadual reeleito em 1962, Costábile Romano) e *A Cidade* (de Orestes Lopes de Camargo, ex-vereador e vice-prefeito eleito em 1963). Estes dois últimos jornais não sofreram qualquer tipo de retaliação por parte da elite

[454] RIBEIRÃO PRETO. Sindicato dos oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de móveis de madeira, unco, vime e vassouras. *Ata*. Ribeirão Preto, 21 mai. 1961, p.75-76.

ribeirãopretana porque se enquadravam perfeitamente nos padrões aceitos pela boa convivência política.

A falta de homogeneidade das classes dominantes também tinha sua correspondência na cisão observada na Igreja Católica, já que o arcebispo metropolitano, D. Luís do Amaral Mousinho[455], deu ao padre Celso Ibson de Sylos a incumbência de organizar o trabalhador rural de Ribeirão Preto e região. Essa atitude delicada tornou-se explosiva numa sociedade que mantinha e ampliava os já fortes vínculos com a grande propriedade rural e exibia sua opulência e riqueza em detrimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores do campo. Esta atitude recebeu a ira dos grandes proprietários rurais, que se organizaram para deter a onda reivindicatória e organizativa encampada pela Igreja. Como já vimos, Padre Celso, diretor-responsável do jornal *Diário de Notícias*[456], pertencente à Arquidiocese[457] de Ribeirão Preto, utilizou esse veículo informativo para dar vazão às suas pregações no campo social, pois os problemas enfrentados pelos trabalhadores, sobretudo os rurais, eram realmente muito graves. Um jornal católico engendrado em questões sociais desagradou tanto aqueles que se sentiam diretamente atacados com as observações, como parte da hierarquia católica que entendia que a Igreja deveria se restringir ao campo sacramental e litúrgico. Na evolução desses acontecimentos, os

---

[455] Segundo o monsenhor Dr. João Laureano, Dom Luís do Amaral Mousinho foi o terceiro bispo diocesano e o primeiro arcebispo metropolitano de Ribeirão Preto. Foi transferido em 12 de março de 1952 para a diocese de Ribeirão Preto, tomando posse em 10 de junho de 1952. Em 19 de abril de 1958, quando da elevação à condição de Arquidiocese, D. Luís do Amaral Mousinho foi promovido seu primeiro arcebispo metropolitano, aí permanecendo até o seu falecimento no dia 24 de abril de 1962. cf. LAUREANO, op. cit., p. 19-22, nota 275.

[456] Segundo Monsenhor Florêncio da Silveira Camargo, a aquisição do jornal "Diário de Notícias" pela Diocese de Ribeirão Preto se deu em agosto de 1945. cf. CAMARGO, Monsenhor Florêncio da Silveira. *Dom Manuel da Silveira D'Elboux*: vida e obra. Curitiba: Voz do Paraná, 1972. p. 89.

[457] Segundo monsenhor Dr. Laureano, no dia 16 de janeiro de 1960, por decisão do papa João XXIII, foi desmembrada da arquidiocese de Ribeirão Preto, perdendo as paróquias de Aguaí, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Itobi, Mococa, Mogi-Guaçú, Pinhal, Santa Cruz das Palmeiras, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul, com uma superfície estimada de 7.088 km^2 e população estimada em cerca de 300 mil habitantes. Após estes desmembramentos, ficaram para a Arquidiocese de Ribeirão Preto as 42 paróquias seguintes: Altinópolis, Batatais, Bonfim Paulista, Brodósqui, Cajurú, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Cristais Paulista, Cruz das Posses, Franca (Nossa Senhora da Conceição), Franca (São Sebastião), Franca (Nossa Senhora das Graças), Guaíra, Guará, Guatapará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pontal, Ribeirão Preto (Catedral), Ribeirão Preto (Vila Tibério), Ribeirão Preto (Campos Elíseos), Ribeirão Preto (Vila Virgínia), Rifaina, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Estrela, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da bela Vista, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho, num território de 19.464 km^2 e com população estimada em 680 mil habitantes. *In:* LAUREANO, op. cit., p. 19-22, nota 275.

proprietários rurais contrários a qualquer tipo de reformas ou transformações passaram a se organizar direcionados para seus próprios interesses.

Os proprietários do campo e da cidade entendiam a ingerência da Igreja em assuntos referentes ao sistema produtivo e suas relações de produção como o equivalente do Estado nas empresas privadas.

Ressalte-se que o arcebispo metropolitano de Ribeirão Preto interessou-se mais fortemente por assuntos relacionados às aspirações populares motivadas fundamentalmente pela auto-preservação da Igreja Católica enquanto instituição, que gradativamente estava perdendo sua ascendência moral e religiosa sobre grande parte dos trabalhadores.[458] Os estudos de Frei Rolim[459] acusaram a necessidade de a Igreja, apegada em formas sedimentadas de organização, se adequar às novas injunções históricas do momento.

Assim, Frei Rolim observa que:

> [...]. Mas com a tendência de expulsar o trabalhador da propriedade, é nas cidades que esta população agrícola vai se instalar, dificultando a ação das instituições urbanas, não preparadas para receber êste novo impacto populacional. É o que vem ocorrendo com a escola, os serviços médicos, assistenciais, e outros serviços, inclusive os religiosos.[460]

Auxiliados por parcela da Igreja e sustentados política e religiosamente por D. Luís do Amaral Mousinho, os trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto receberam grande auxílio e cobertura para as suas ações no sentido de formarem suas associações representativas de classe, ou seja, os sindicatos. Setores de classe média, comprometidos com as mudanças estruturais, também ingressaram nessa luta, destacando-se a juventude, formada principalmente por estudantes universitários.

Setores da Igreja tentaram dirigir o movimento rural num momento em que não havia uma clara hegemonia de classe. Nessa perspectiva é que muitos setores

---

[458] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit., nota 244.

[459] ROLIM, op. cit., nota 262. Segundo seu autor, foi feita a apresentação do referido estudo ressaltando que este "foi iniciado em virtude de um pedido insistente de Dom Luiz do Amaral Mousinho, para quem um levantamento sócio-religioso de sua Arquidiocese representava um ponto de partida para uma renovação pastoral".

[460] Ibidem, p. 34.

abastados sentiram-se ameaçados ante a possibilidade desses agrupamentos sociais adquirirem consciência de classe, extrapolando os marcos daquilo que já era, em tese, inadmissível, ou seja, autonomia para os trabalhadores. O temor era de que as questões do campo "contaminassem" o controle exercido sobre outros trabalhadores, visto que muitos proprietários rurais eram, ao mesmo tempo, grandes empresários urbanos.

Apesar da cidade de Ribeirão Preto ser conhecida fundamentalmente pela composição de um forte setor terciário, formado por comércio e serviços, as relações deste com os demais setores produtivos tais como primários (agricultura) e secundários (agroindústria e indústria) eram bem próximos, inclusive fazendo parte das mesmas estruturas familiares:

> Quem, afinal, manda em Ribeirão?
> Existem algumas famílias tradicionais importantes. Baseiam sua fortuna em atividades rurais (Usinas e fazendas). Os Biagi são um exemplo. Outro, as famílias Meirelles e Junqueira. Um terceiro tipo seria a família Marchesi. Além de basear-se no trabalho agrícola (tem 3 usinas de açúcar) apresenta-se como um grupo empreendedor na cidade. Banco e firma de automóveis (venda, consertos, lubrificação etc.). A Família Meirelles e Junqueira estão ligadas por laços de matrimônio, o mesmo ocorrendo com os Biagi e Marchesi.
> Outro grupo existente seria o de comerciantes locais. Inclui-se neste várias famílias de descontentes sírios ou "turcos", que, juntamente com outros, "unem-se sempre nas decisões importantes"[461]

O desemprego e a falta de uma perspectiva de melhoria de vida no curto prazo intensificaram a luta dos trabalhadores:

> Com efeito, a manipulação das massas entrou em crise, isto é, abriu a porta de uma verdadeira mobilização política popular, exatamente quando a economia urbano-industrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos migrantes e quando se restringiam as margens do redistributivismo econômico. É nessa fase que a temática das reformas de estrutura começa a se fazer popular.[462]

A desagregação momentânea e a perda de hegemonia da elite ribeirãopretana passaram a ser minimizadas com a mobilização das classes médias, formando um

[461] ROLIM, op. cit., p. 144, nota 262.
[462] WEFFORT, op. cit., p. 75, nota 39.

bloco indistinto, já que temiam a perda de seus privilégios diante de um futuro incerto.

O período que vai de 1962 a março de 1964 demonstra claramente como se deu esse deslocamento organizativo na esfera política e ideológica das classes dominantes em Ribeirão Preto e como ela se posicionou frente às alternativas reformistas que se colocavam no cenário local e nacional. A classe abastada criou a Campanha Pró Moralização dos Costumes, trazendo para a cidade o Rearmamento Moral, o Movimento de Arregimentação Feminina e criando o Movimento Ativo Democrático, espécie de CCC (Comando de Caça aos Comunistas) local. E em momentos precedentes ao golpe unificou as entidades civis, que estavam diretamente sob o seu domínio, para mostrar à população, sem consciência de classe, a sua preocupação com os destinos dos *desassistidos* e, ao mesmo tempo, estreitar as relações de classe:

> A fim de dar maior amplitude às comemorações, o Posto de Serviço Obstétrico Domiciliar convocou as diversas entidades de natureza médica social ou filantrópica, tais como Postos de Puericultura, Santa Casa, Hospital das Clínicas, Rotary Club, Lions, L.B.A., SESI, Liga das Senhoras Católicas, além do Serviço Social da Prefeitura, para uma reunião que se realizou na sede do S.O.D. dia 19, às 20 horas, na qual foi discutida a programação que essas diversas entidades poderão desenvolver.
>
> Nova reunião foi marcada para o dia 23, segunda feira, às 16 horas, no mesmo local, quando então o assunto será melhor delineado.[463]

Com o advento do golpe civil-militar, dezenas de ribeirãopretanos foram imediatamente presos no quartel da Polícia Militar e outros enviados para a cadeia pública de Jardinópolis. Muitos foram detidos não porque tivessem posições convictamente comunistas, mas por terem posições políticas que desagradavam o bloco de poder citadino. Várias prisões não resultaram em inquéritos, da mesma forma que inquéritos não se transformaram em processos. A suspeita de alguns dos atingidos pela repressão era a de que a burocracia jurídico-policial estava sendo

[463] INICIAM-SE os preparativos da semana da gestante. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 mar. 1964, p. 9.

utilizada para intimidar as pessoas.[464] Essa impressão era compartilhada inclusive pelo delegado-adjunto da Delegacia Regional de Polícia, Zenon Sitrângulo:

> [...] dessa turma que fazia parte do Triunvirato para ver quem ia preso, quem não ia, que eram os militares do Exército, militares da Força Pública aqui do Estado e os delegados sob a orientação do Dr. Celso [Camargo de Azevedo] e mais as pessoas gradas, que eram o cel. Condeixa, o Ticiano Mazzeto, o Paschoal Olaia,[465] como presidente da Câmara. Só o prefeito não fazia parte porque ele também era uma das vítimas que a turma queria tirar da Prefeitura... que não tinham elementos para tirá-lo, mas queriam bani-lo... porque eu não sei. Na época, quanto ao Gasparini nunca se projetou politicamente nem pro lado de cá, nem pro lado de lá. Ele fez uma política dele, uma política de boa vizinhança, e eles queriam tirá-lo. Então esse Trinvirato, às 6 horas da tarde se reunia e lá discutiam quem ia, quem não ia. Quando eu vi no segundo, terceiro dia, quando começaram a chegar denúncias anônimas – fulano de tal é isso... manda buscar! Eu falei: – Eu não vou fazer parte [disso] aqui. Então eu sai e entraram os outros dois delegados no meu lugar. [...].
>
> Geralmente, quem se manifestava sempre contra a turma era o Condeixa. O Condeixa conhecia todo mundo. E o Ticiano também, porque ele foi diretor da Recreativa – sociedade de escol aqui. E o Celso Camargo de Azevedo. O Olaia ficava meio do lado dos militares do Exército. O peso maior era do Exército. Era o coronel e um tal de capitão Toledo. Aquele queria matar, fazer, acontecer, não sei. [...]. Era ele que queria ser prefeito. Tinham interesses... Nessa jogada, tem os interesses e que às vezes você não sabe porque, mas o nêgo tá cutucando porque é ele quem quer ser. [...]. Tinha um tal de Primo que também era ligado a... Primo, mas não me lembro de que... era ligado à Aeronáutica. Tinham mais uns dois ou três que participavam, gostavam de ir lá. Paschoal Olaia não saia de lá. Aquele queria. Paschoal Olaia não foi muito correto, mas era político.[...].[466]

A suspeita do delegado Sitrângulo de que muitas prisões e represálias não tinham relação com atividades subversivas e comunistas aumentou quando, ainda nos primeiros dias do golpe, chegaram da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, via telex, ordens de prisão de dois juizes locais, Valentin Carrion, da Justiça do Trabalho e Wilson José de Mello. Sobre essas ordens de prisão expedidas mas jamais cumpridas, Sitrângulo acredita que foram motivadas pelas decisões judiciais de Carrion que, por serem sempre favoráveis aos trabalhadores, desagradavam os patrões. Com relação à prisão do juiz Wilson José de Mello, não soube informar as razões daquela providência. A questão do juiz Wilson José de Mello foi contornada quando Sitrângulo foi até o Palácio da Justiça expor o mandado de prisão ao juiz

---

[464] MARINO, op. cit., p. 84, nota 435.

[465] O cel, Condeixa foi prefeito municipal (1959-63); Ticiano Mazzetto, capitão do Exército (reserva) foi candidato a prefeito derrotado nas eleições municipais de 1963 pelo PDC e presidente da Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto de 1959 a 1980. Era empresário do ramo de jóias; Aloísio Olaia Paschoal, presidente da Câmara (1964-68) e homem de confiança do grupo empresarial Marchesi.

[466] Depoimento de Zenon Sitrângulo ao autor, 2.002

Romeu Coltro, Diretor do Fórum, e na presença do juiz Dácio e do promotor Espíndola, ficou acordado, para todos os fins, que o juiz com prisão decretada havia entrado em férias e, nesse caso, o delegado não tinha condições de localizá-lo. Foi a solução encontrada entre as partes para não realizar, o que eles achavam, prisões indevidas.[467]

Além das prisões, muitas apreensões de materiais entendidos como subversivos foram realizadas nas residências dos suspeitos da polícia.

Entre os dias 20 e 23 de maio de 1964, foi elaborado um relatório pela polícia política de Ribeirão Preto e constatou-se a existência de 30 inquéritos e 1 sindicância em andamento, todos versando sobre crimes contra a segurança nacional, e também a existência de 180 prontuários completos, prontos para dar o andamento jurídico se houvesse necessidade ou alguma denúncia ou indício de provas contra essas pessoas.[468] Nesse mesmo relatório, o agente policial comenta:

> Sobre a integração das faculdades e a repercussão das prisões na sociedade local, obtivemos vários depoimentos, com dificuldade, porque todos têm medo de externar o que pensam, mesmo se a favor da revolução. Daqueles depoimentos, vale ressaltar:
>
> Prefeito Welson Gasparini (...). Após o movimento revolucionário, a população compreendeu a atitude das autoridades, que prenderam elementos comunistas e outros, cuja atuação julgou necessária[469] de averiguações. Nesse sentido, posso atestar que todos os presos estão recebendo um tratamento condigno. A sociedade local aguarda com serenidade o resultado das investigações e inquéritos, a fim de que o mais breve possível possam ser responsabilizados aqueles que atentaram contra a segurança nacional e que os porventura inocentes sejam colocados em liberdade. (...).
>
> Sr. Augusto Mazza presidente do Lions Clube, bancário e figura de proa de várias entidades da sociedade local: (...). Por tudo isto, foi como que uma explosão, nos meios universitários, a prisão de elementos que ali militam. E a sociedade ficou perplexa com a revelação de pessoas de destaque social como elementos extremistas. (...).
>
> Sr. Cleobis Francisco Tolentino, professor, diretor do SENAI local, e presidente do Rotary Clube de Rib. Preto-Norte: (...). Estarrecido, constatei o perigo da ação, no meio estudantil, dos "falsos líderes" que permitidos, durante tanto tempo, moldassem, no mais pernicioso dos sentidos, a consciência de nossa juventude. Daí a necessidade dessas prisões. Ludibriada em sua boa fé, o sentimento de revolta contra esses elementos, que ignorava serem perniciosos, tomou conta de toda a comunidade".
>
> Sr. Geraldo Silva, comerciante, presidente do Rotary-Centro: (...). Encarei as prisões ocorridas nos meios universitários como uma necessidade, não como um castigo. Mais como uma advertencia aos outros alunos que se omitiram nas lutas estudantis, proporcionando e facilitando uma situação que não poderia existir; aos mestres, que não

---

[467] Depoimento de Zenon Sitrângulo ao autor, 2002.
[468] SÃO PAULO. Arquivo Público [...], op. cit., nota 104. Documento 50-Z-298-1298. 23 mai.1964.
[469] Ibidem, Documento 50-Z-298-1292.

> viam nos outros mestres elementos corruptores de consciencia dos jovens; aos pais que achavam que tudo era impulso da juventude".[470]

Em agosto de 1964, o delegado responsável pelo encaminhamento dos inquéritos policiais relacionava um total de 99 pessoas em Ribeirão Preto, tidas como ativistas (33) e simpatizantes (66) do Partido Comunista.[471]

O papel da Câmara Municipal nas decisões políticas

Durante toda a República Velha (1889-1930) e nos anos subsequentes, a economia brasileira teve no café o principal produto de exportação, responsável pelo equilíbrio na balança comercial. Equilíbrio instável porque o aumento da produção, quebras da safra e o controle dos preços por grandes importadores estrangeiros faziam com que os valores pagos aos produtores oscilassem. Ao tentarem aumentar os valores recebidos, mediante a criação de estoques reguladores, os produtores ficavam obrigados a recorrer a empréstimos internacionais, devedores, portanto, de bancos e exportadores estrangeiros. Então, já por volta de 1908, o controle efetivo do mercado era exercido pelo capital estrangeiro. Isso fica claro na região de Ribeirão Preto, onde a *Dumont Coffee*, de propriedade inglesa, controlava 4 milhões de cafeeiros. Francisco Schmidt[472] tornou-se sócio da Theodore Wille, empresa especializada em negócios imobiliários que lhe possibilitou ser, individualmente, proprietário de quase 8 milhões de pés de café. Embora sócios, eram as empresas estrangeiras que

---

[470] SÃO PAULO. Arquivo Público [...], op. cit., nota 104. Documentos 50-Z-298-190, 50-Z-298-191 e 50-Z-298-192. 16 jul. 1964.

[471] Ibidem, Documentos 50-Z-298-1371, 50-Z-298-1370 e 50-Z-298-1369. Ago. 1964.

[472] Francisco Schmidt era proprietário de inúmeras fazendas. Em Ribeirão Preto possuía a Fazenda Monte Alegre, sede de onde administrava seus empreendimentos. Além de Ribeirão Preto, Schmidt possuía fazendas nos municípios de Batatais, Franca, Igarapava, Orlândia, Araraquara, Bebedouro, Santa Rita do Passa Quatro e Campinas. No total contava com 16 milhões de cafeeiros. Em 1906 possuía 8 milhões de pés de café, responsáveis pela produção de 300 mil sacas. Não se dedicava somente à atividade cafeeira, sendo responsável pela construção de usinas de açúcar em Franca e Sertãozinho. No total, contava com 30 fazendas, sendo 17 delas em Ribeirão Preto. Pela grande produção, recebeu o título de "rei do café". cf. FARIAS, Isabel de (Dir.) Francisco Schmidt. *Revista Revide.* Ribeirão Preto, [s.n.], nº 162.

realizavam as principais operações que envolviam a infra-estrutura captadora do produto para exportação e distribuição no mercado internacional.[473]

A visão capitalista e empresarial desses cafeicultores fez com que criassem uma infra-estrutura invejável, por exemplo, a superação dos quatrocentos quilômetros que separavam Ribeirão Preto do porto de Santos, local de escoamento da produção brasileira. A estrada de ferro Mogiana, com financiamento dos cafeicultores, começou a ser construída partindo de Campinas em 1874 e chegando a Ribeirão Preto em 1883.[474]

Cabia aos cafeicultores mais articulados nesse aspecto empresarial a liderança junto aos demais produtores[475], o que foi traduzido em disputa entre grupos rivais, mas motivados por interesses comuns.

Sendo uma atividade altamente rentável, estimulou o ingresso de novos produtores que possuíam uma estrutura financeira mais consolidada, pois o tempo de retorno aos investimentos não se dava a curto prazo.

Com todas as incertezas, tanto climáticas como econômicas, era ainda muito recompensadora essa atividade. O poder dos grandes proprietários era efetivado por instituições republicanas de representação e visava controlar os resultados das variáveis no preço de seu produto, minimizando seus efeitos deletérios. Poder político e poder econômico tiveram correspondência, sendo bem detectáveis suas origens, poder e acumulação de riquezas.

Os valores auferidos pela exportação, por dependerem cada vez mais da performance do café, fizeram com que a importância política de seus produtores se consolidasse. Da mesma forma, o café se destacava internamente por ser a atividade mais dinâmica e individualmente a de maior peso econômico, capaz de alavancar outras, por exemplo, no setor industrial e comercial. Isso se explica pelo domínio político exercido em vários níveis pelos cafeicultores, inclusive

---

[473] LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 77

[474] HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café.* Tradução de Eglê Malheiros. São Paulo: Paz e Terra, 1984. p. 39.

[475] As geadas registradas em 1918, e que diminuíram a produção de café, beneficiaram Francisco Schmidt, em termos patrimoniais, pois, ao ser financiado pela empresa Theodore Wille, pode comprar as fazendas daqueles que estavam descapitalizados. cf. FARIAS, op. cit., nota 471.

hegemonizando o poder central. Haja vista, o grande poder político dos *coronéis* que aparecem nas memórias da cidade e que galgaram posições de mando e poder político, tanto local quanto em outras esferas de poder.

Sendo o Estado de São Paulo um dos principais produtores, as atitudes políticas de seu governo refletiam, em grande parte, essa realidade e, localmente, no município de Ribeirão Preto se efetivava claramente esse poder. Havia uma ligação e uma interdependência entre essas três esferas de poder e a dinâmica do mercado internacional.

Fazer parte do rol dos grandes produtores de café significava prestígio e poder para seus integrantes, os quais, numa relação dinâmica, utilizavam os espaços conquistados nesta estrutura para ampliarem seu poder em outros níveis de poder. Nas comemorações do centenário da independência brasileira (1922), uma publicação assim se refere àquele momento:

> [...]. Mas com o grande desenvolvimento que tomou a cultura do café, passou o predomínio político-social para esse novo reinado dos fazendeiros do café, cuja classe, pelos recursos econômicos de que dispõe e pela influência que exercem sobre os que mourejam nesse domínio feudal, dirige os domínios do paiz, enfeixando em suas mãos o prestígio dos dirigentes.
> O café é, pois, um elemento econômico que vem influindo nos destinos políticos do paiz.[476]

A Câmara dos Vereadores de Ribeirão Preto[477], durante toda a República Velha, foi composta de representantes das classes dominantes. Oriundos das classes abastadas, proprietários rurais por excelência ou ilustrados, e com compromissos bem definidos, muitos deles ocuparam postos de importância na vida política estadual e nacional[478]. A década de 1920 experimentou algumas alterações, pelo menos, na mentalidade dos novos edis. A Câmara dos vereadores adequou-se aos novos tempos em que a urbanização acelerada e a economia diversificada e

---

[476] GUIÃO, João Rodrigues. *O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º centenário da independência nacional*. [s.l.:s.n.]: [s.n.], 1923. p. 4

[477] Segundo Lages, foi através da lei nº 67, de 12 de abril de 1871 que elevou o arraial a vila e, consequentemente o desmembramento de São Simão, que possibilitou a eleição de sua primeira Câmara que, eleita em 22 de fevereiro de 1874 foi instalada em 4 de junho. cf. LAGES, op. cit., p. 248, nota 9.

[478] WALKER. Thomas W: BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Dos Coronéis à Metrópole*: fios e tramas da sociedade política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Editora Palavra Mágica, 2000. p. 59.

complexa necessitaram de pessoas que compreendessem as mudanças e interviessem nelas.

Os novos vereadores, *"senão a maioria deles, eram filhos da aristocracia rural, mas ao menos essas pessoas possuíam educação e experiência urbana suficientes[...].*[479] O objetivo de controle e domínio permaneceram inalterados, porém com um grau maior de sofisticação.

Mildred Regina Gonçalves Naldi[480], autora de *Coronelismo e poder local*, mostra que em Franca, cidade próxima a Ribeirão Preto, os "coronéis" exerceram seu poder durante o Império fatos semelhantes ocorreram:

> O que importa no intelectual orgânico é sobretudo a sua função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa e intelectual. [...] se o Coronel usou o intelectual para se projetar em nível local e se contactar em nível provincial com outras lideranças, o Bacharel também dele se beneficia.[481]

Neste trabalho a autora mostra que realmente a troca de favores e concessão de privilégios eram práticas comuns na política local. Mostra ainda a perfeita simbiose entre um coronel local, que se utiliza de seu interlocutor como via de acesso para as instâncias decisórias de poder no governo estadual e federal.

Era ainda o legislativo municipal palco para os principais debates e assuntos da sociedade local. Quase sempre predominava a vontade daqueles que detinham o poder político e econômico do município. O valor que se dava à Câmara, como um *locus* privilegiado, era perceptível na mídia local e advinha da visível representação política de cada um dos seus membros[482]. Atacar a atuação de determinado vereador automaticamente significava se indispor com o seu patrono. Aliás, os dirigentes dos jornais, representantes em sua grande maioria dos proprietários de terra ou de outros segmentos urbanos, quando registravam manifestações de descontentamentos dos

---

[479] WALKER; BARBOSA. op. cit, p. 71, nota 478.

[480] NALDI, Mildred Regina Gonçalves. *Coronelismo e poder local*. Franca: FHDSS-UNESP, 1992.

[481] Ibidem, p. 19.

[482] Segundo Gumiero, até mesmo dentro de uma Câmara, dominada pelos cafeicultores, era possível pessoas registrarem sua apreensão com a sonegação de impostos dos produtores de café ao embarcarem seus produtos para os centros distribuidores. Esta falta de recursos financeiros disponíveis à edilidade dificultaria a implementação de uma melhor infra-estrutura à municipalidade. cf. GUMIEIRO, op. cit., p. 100, nota 16.

trabalhadores, como greves, minimizavam seus impactos, além de descaracterizarem os fundamentos do movimento.

Localmente se estabeleceu uma representatividade política da classe dominante, que tinha nos cafeicultores o seu referencial. Isso possibilitou que fossem eleitos senadores, deputados federais e estaduais, secretários de Estado, ministros e outros cargos na defesa estatal. Foram, antes de alçar postos de maior representatividade, vereadores ou prefeitos de Ribeirão Preto.[483]

Para Fausto[484], a democracia na República Velha tinha um aspecto meramente formal, em razão de que a chamada soberania popular nada mais era senão apenas ratificar decisões já encaminhadas anteriormente, fruto de acordos ou imposição da classe dominante. Outros controles se estabeleciam como o voto a descoberto, falsificação eleitoral e, complementando esses mecanismos, a anulação e a não ascensão dos eleitos quando os instrumentais utilizados não foram de todo eficazes para obstaculizar a vitória eleitoral de determinados candidatos.[485] Isso era possível porque:

> Formalmente, entretanto, existiam diversos papéis na política. Funções eletivas incluíam os juízes de paz, vereadores, prefeito e, na prática, um deputado estadual residente na cidade. Todos eram eleitos diretamente pelos eleitores, com exceção do prefeito, que era escolhido, dentre os vereadores eleitos, pela própria Câmara Municipal. Formalmente, essas pessoas exerciam as funções judiciária, legislativa, executiva e representativa, atribuídas a seus cargos. No entanto, na prática, uma vez que quase todos os funcionários públicos deviam sua posição ao chefe político, era este último e não aqueles, que em última instância comandava a política pública. Nas palavras de um participante da política do período, "As autoridades locais, o juiz, o promotor público, o delegado, o inspetor sanitário, os juízes de paz, os vereadores, todos seguiam o chefe político[...]."[486]

Este controle exercido pelo setor rural contrastava com a sua participação na contribuição financeira da municipalidade, que era muito pequena, em virtude da sonegação de impostos. Isso acontecia porque os membros da comissão de cobrança

---

[483] WALKER; BARBOSA, op. cit, p. 71, nota 478.

[484] FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme Mota (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982. p.234-242

[485] Segundo Walker, a participação eleitoral em Ribeirão Preto oscilava entre 2 a 5% da população durante a República Velha e fraudes e obstáculos eram colocados pelos próprios funcionários públicos àqueles que votassem em candidatos contrários aos que eles apoiavam. cf. WALKER; BARBOSA, op. cit., nota 478, p. 60.

[486] Ibidem, p. 61.

de impostos eram os próprios cafeicultores que, via de regra, transgrediam as leis por eles mesmos estabelecidas.[487] Somados à sonegação de impostos, Luciana S. G. Pinto[488], em sua dissertação de mestrado, mostra que os impostos eram acrescidos de multas se não fossem recolhidos no período aprazado, ou seja, no mês de agosto de cada ano. Esses impostos, no decorrer dos anos 1911-1930, apesar da inflação do período, não sofreram qualquer tipo de reajuste.

Dessa maneira, mesmo sendo a produção cafeeira a grande força motriz da economia ribeirãopretana, pouco favoreceu as finanças municipais. O comércio e outras atividades urbanas foram os contribuintes para uma receita melhor. Os impostos sobre pés de café geraram 11% da receita municipal em 1910 e 1,8% em 1930.[489] Para a autora citada, as principais fontes de renda de Ribeirão Preto, no período de 1911-1930, vieram das atividades urbanas, que englobavam o comércio, indústria, profissionais liberais, licenças de veículos e impostos sobre construções. Em média, representaram 44,04% e calcados num crescimento gradativo a partir da década de 1920.[490]

Contribuindo pouco na arrecadação tributária, os cafeicultores, por meio de seus representantes na Câmara, destinaram em média 1,8% das receitas para as questões educacionais, chegando a atingir, no máximo, 3,64%. Sendo poucas as escolas municipais, a maioria dessa verba destinava-se ao subvencionamento de escolas particulares que se comprometiam em aceitar um certo número de alunos carentes ou em troca de mensalidades menores.[491]

Assim, fazer parte da classe dominante ribeirãopretana significava desfrutar posições quase sempre privilegiadas:

> Em primeiro lugar, achamos que o governo tinha a capacidade de garantir favores especiais para alguns indivíduos – isenção de impostos, utilização das forças policiais para interesses particulares, considerações especiais no que dizia respeito a licenças, contratos etc. Todas as informações coletadas indicam que o poder de concessão de favores do poder municipal era normalmente usado em favor da elite cafeeira e de seus aliados profissionais

---

[487] GUMIEIRO, op. cit., p. 123, nota 16.
[488] PINTO, Luciana Suarez Galvão. *Ribeirão Preto*: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
[489] WALKER; BARBOSA, op. cit., p. 58, nota 478.
[490] PINTO, op. cit., p. 126, nota 488.
[491] Ibidem, p. 56-57.

> e de negócios. Por exemplo [...] a polícia era freqüentemente utilizada para "manter a ordem" durante as disputas trabalhistas no campo e na cidade. [...]. A provisão de serviços sociais era deixado a cargo, principalmente, do governo estadual – que assumia a maior responsabilidade quanto à educação ginasial – ou da caridade da igreja, de indivíduos e de associações privadas.[492]

Em razão do grande poder que a classe dominante exercia na sociedade local e suas estreitas relações com o governo estadual, podia esse segmento fazer com que a maior parte dos gastos com as questões educacionais e de saúde ficasse sob a responsabilidade do Estado. A elite cafeeira, sonegadora de impostos, utilizava todos os aparatos estatais a seu favor, inclusive o da repressão para coibir qualquer tipo de organização questionadora do *status quo*. No mesmo movimento desviava suas ações e atenção da sociedade para as atividades caritativas e filantrópicas.[493]

Parte da classe dominante ao invés de recolher aos cofres públicos os impostos devidos às instituições públicas, ficando estes aparatos responsáveis pela assistência social, preferia assumí-las.

Isso porque os aparatos burocráticos, ou seja, as atividades assistenciais realizadas por instituições públicas mantinham seu caráter impessoal, deixando no anonimato os contribuintes. Ao criarem aparatos próprios, como clubes de serviços e entidades assistenciais, podia a classe dominante executar ou organizar uma série de atividades, inclusive com a participação de segmentos da sociedade, que não tendo tanta importância no campo econômico, eram de grande valia no aspecto político. As vantagens eram claras e explícitas. Identificava-se a origem dos recursos, criava-se materialidade, concretude e dava-se personalidade moral não só à entidade, mas também aos seus integrantes. Tentou-se, assim, anular todo o litígio ocorrido no campo da produção material, ou seja, na apropriação da mais-valia por parte da classe dominante, substituindo-o por uma atitude zelosa, preocupada e paternalista com o destino dos *desafortunados da sorte*. Os pobres se transformam em sujeitos a-temporais e a-históricos nas suas relações com o modo de produção capitalista.

---

[492] WALKER; BARBOSA, op. cit., p. 56, nota 478.
[493] Ibidem, p. 57.

Como já expusemos, Coutinho, ao analisar Gramsci, ressaltou a importância que o intelectual dedicou à passagem de uma sociedade constituída de governantes e governados, de dirigentes e dirigidos, e que tem lastro na vida material para dominação no plano da superestrutura. Para ele, esse domínio se estabelece pela hegemonia, ou seja, por intermédio da eficaz organização da sociedade civil e de seus aparelhos privados, em consonância com a sociedade política com seus aparatos estatais de coerção.[494]

Desta forma Gramsci aponta a forma mais eficaz de imposição e manutenção de uma classe dominante como sendo a efetiva participação das classes dominadas em todo o processo de construção e de aceitação de um dado tipo de sociedade, no nosso caso, a capitalista.

Sem essa ação orgânica de todo o conjunto social, as contradições inerentes às classes se aflorariam, não restando outro recurso senão o uso ostensivo da violência física e policial e, portanto, dando visibilidade a toda uma estrutura de dominação.

Na construção de todo esse consenso, contou a classe dominante com a participação ativa da imprensa e de seus intelectuais orgânicos como já ficou demonstrado no decorrer de nossa exposição. Neste papel de construção ideológica de uma sociedade "sem muitos conflitos" e de uma classe dominante operosa e preocupada com o bem comum, merecem destaque não só os jornais locais, mas, sobretudo, os trabalhos produzidos pelos memorialistas ribeirãopretanos, dos quais se destacam Rubem Cione, Prisco da Cruz Prates e Pedro de Miranda.

Dessa maneira, ao utilizarem-se também de expedientes semelhantes, os maiores estados produtores de café se mantiveram no poder. A não-existência de um outro pólo, uma contra-hegemonia, com interesses da sociedade bem definidos e organizados em torno de um projeto consistente, fez com que as forças políticas, não contempladas na República Velha, aglutinassem-se de forma precária, atuando como uma frente. Essa frente, que recebeu o nome de Aliança Liberal, embora difusa no conjunto, representou força política e eleitoral muito significativa. Ao povo, essa Aliança acenou com a possibilidade do voto secreto e maior controle do

[494] cf. COUTINHO, op. cit., p. 80, nota 23.

processo eleitoral. A industrialização também aparece como proposta de superação da dependência da agricultura na economia. Ao contrário, as classes médias tradicionais, com forte vinculação com a propriedade rural, não conseguiram se desvencilhar dos compromissos assumidos. Mas um elemento uniu os interesses dispersos na sociedade, a crise de 1929. Abatendo-se violentamente sobre a economia, suas principais vítimas foram todos aqueles que estavam mais fortemente vinculados à atividade cafeeira.

Embora afastados do poder político, os cafeicultores continuaram recebendo dos governos apoios que permitiram menores perdas econômicas no setor, visto que o país dependia dessa atividade para manter minimamente, dentro das possibilidades, um equilíbrio na balança de pagamentos.[495] O governo estimulou, também, novas atividades no campo da produção agrícola como, por exemplo, a cotonicultura, além do incremento e estímulo à industrialização. Muitos capitais formados na cafeicultura foram aplicados em outras áreas.

Mesmo no período de maiores ganhos econômicos com o café, Ribeirão Preto não deixou de ter uma produção significativa tanto no setor agrícola como no pecuário. Os grandes produtores de café, que tinham uma percepção mais acurada da realidade econômica do Brasil, tentaram, antes mesmo de uma determinação estatal, durante o governo Vargas, atingir meios que minimizassem a fragilidade a que estavam expostos. O temor à oscilação de seus preços fazia com que se diversificassem suas atividades:

> Sobreveio, porém, o seu segundo período de crise – a baixa do café, que determinou um momento de vacillação e de duvida. Afigurou-se a todos que a florescente e encantadora cidade ia ser victima dos seus terríveis effeitos, pois quanto maior a nau, maior a tormenta; o mar de café que a circumdava ameaçava tragal-a num desastroso naufrágio. [...]. Falhando os lucros do café o fazendeiro recorreu a outras culturas – ao algodão, á canna de assucar, aos cereaes e á industria pastoril que lhe acudiram ao appello com compensadoras producções.[496]

[495] FAUSTO, op. cit., p. 247, nota 484.
[496] GUIÃO, op. cit., p. 34, nota 476.

Tonetto[497], que pesquisou a repercussão da política agrícola de Vargas por meio de jornais ribeirãopretanos, entre os anos 1930-1945, observou que a opinião pública recebeu, no geral, de maneira favorável, as medidas por ele adotadas. Embora alguns cafeicultores ficassem em dúvida sobre a eficácia da política de valorização do café, apoiaram a política de diversificação agrícola e a industrialização.

O fim do Estado Novo

Para Skidmore[498], os principais partidos apresentados durante todo o período pós-ditadura Vargas definem-se basicamente entre "os de dentro", fazendo alusão às forças que estavam contempladas no regime varguista e que, de certa forma, conseguiram, a partir da burocracia e do aparelho estatal, auferir algum tipo de ganho, político ou econômico. Temiam que as mudanças propostas pela oposição pudessem afetar os seus interesses. Esse grupo se congregou em torno do PSD (Partido Social Democrático) fundado e organizado por ex-interventores estaduais, grandes fazendeiros de café, banqueiros e burocratas e técnicos que não queriam mudanças na dinâmica estabelecida e que habilmente dominavam vários setores. Este partido tinha forte lastro político em Minas Gerais e atraiu também empresários progressistas que viam no Estado intervencionista uma necessidade.

Outro grupo surgido dos "de dentro" foram os que congregavam os operários organizados a partir da legislação trabalhista de Getúlio. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), quando criado, esperava captar apoio e votos da classe trabalhadora e dos comunistas.

Os "de fora" representavam uma força heterogênea, mas com características liberais. Tendo por referencial a UDN (União Democrática Nacional), entendia o Exército como aliado. Unia a UDN o sentimento anti-Vargas e também era apoiada

[497] cf. TONETTO, op. cit., nota 13.
[498] cf. SKIDMORE, op. cit, p. 80-94, nota 26.

por homens de negócios e grandes proprietários rurais. A grande imprensa como *Diários Associados, O Globo* e *Correio da Manhã* davam apoio a esse segmento político. Em síntese, a proposta da UDN seria o liberalismo econômico e político e a diminuição do Estado em suas intervenções.

Outro partido que retornou e permaneceu na legalidade até 1947 foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que conseguiu eleger para o Congresso Nacional, em 1945, 14 deputados e 1 senador, resultado considerado impressionante para um partido com tão pouco tempo de existência e carente de recursos. Com o PCB lançado novamente na ilegalidade, seus militantes e a sua estrutura partidária dirigiram suas forças preferencialmente para o PTB, ajudando-o eleitoralmente e dando a ele certos contornos esquerdistas.

No período Dutra (1946-1950), o anticomunismo foi colocado em execução, agora lastreado, como vimos, nos Acordos Militares firmados com os Estados Unidos. Internamente a repressão recrudesceu, com o fechamento do Partido Comunista e a cassação de todos os que foram eleitos por aquela sigla partidária, além de inúmeras intervenções em sindicatos de trabalhadores, afastando dirigentes considerados inadequados à lide democrática.

Em Ribeirão Preto, a liberdade de expressão sempre foi delicada em razão da intensa repressão tanto em relação às organizações de esquerda quanto as referentes à mobilização da classe trabalhadora.

Essa falta de politização na base social refletia negativamente na classe trabalhadora e na composição de seus representantes na Câmara. A primeira eleição municipal em Ribeirão Preto, depois do Estado Novo, ocorreu em 9 de novembro 1947. Para prefeito foi eleito José de Magalhães, advogado, e seu vice foi Alfredo Condeixa Filho, oficial da Força Pública, que tinha estreitas ligações políticas com Adhemar de Barros.

Na composição da Câmara já aparecem pessoas oriundas da classe trabalhadora e muitas delas ocupando posições de destaque no meio sindical. Porém, essa participação na Câmara não representou à classe trabalhadora maior

poder político junto à sociedade e nem respaldo às suas lutas.[499] A atuação dessas lideranças sindicais eram muito limitadas, tanto na Câmara quanto na própria categoria profissional.

Sendo policiados na base, tanto pelo aparato burocrático-estatal como pelo empresarial, o movimento sindical ribeirãopretano era incipiente e dado o encaminhamento de seus líderes nos trabalhos sindicais perdia muito de sua força e, já descaracterizado, não tinha espaço para denúncias e mobilizações da categoria.

Revelando a sociedade ribeirãopretana uma face anticomunista, em razão do imenso trabalho ideológico feito pela classe dominante e pelos aparatos da sociedade civil, temiam os líderes sindicais serem identificados como seguidores daquela doutrina. Se isso acontecesse, poderia haver um isolamento frente aos trabalhadores de sua categoria profissional e também a falta de reconhecimento político por parte do segmento patronal. Em síntese, posições esquerdistas não seriam aceitas na estrutura sindical ribeirãopretana.

O controle ao movimento sindical era acintoso:

> Do Reservado E.: RIBEIRÃO PRETO, 2/5/948
>
> O atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Ribeirão Preto, JOSÉ SAMPAIO [...] falando com alguns amigos disse que fôra procurado no dia 24/4/948, pela manhã, na Sede do Sindicato, por um investigador local, dessa O.P., que lhe exibiu um radiograma recebido desse D.O.P.S., sobre a última assembléia realizada por aquele Sindicato, a qual fôra ilegal e tivera a influência do comunista NATAL GRACCHIA, elemento este já não pertencente à Diretoria daquele Sindicato.
>
> Sampaio explicou ao investigador que Gracchia não pertencia mais à Diretoria do Sindicato e que o mesmo tomara parte na assembléia como sócio qualquer, podendo desta forma ter usado, como usou, da palavra.
>
> O Investigador disse à Sampaio que abrisse os olhos com Gracchia e pediu que lhe mostrasse o livro de ata, referente à ultima assembléia.
>
> Sampaio alegou-lhe que a mesma estava pronta, mas se encontrava na casa de sua escriturária e que iria mandar buscá-la.[...] Sampaio alegou que em absoluto sofria a influência de Gracchia, o que poderia provar com os depoimentos os demais diretores, pois, sempre fôra favorável à demissão de Gracchia, não só como Presidente do Sindicato, como também como associado. [...][500]

---

[499] cf. WALKER; BARBOSA. op. cit, p. 109, nota 478..

[500] SÃO PAULO. Arquivo Público [...], op. cit, nota 104. Documento 50-Z-298-125. 2 mai. 1948.

Temerosos em transgredir os estreitos limites impostos pela legislação sindical oriundas do período Vargas e extrapolados no de Dutra, a ação sindical vai se refletir também no parlamento.

Os vereadores eleitos sabiam que suas ações seriam acompanhadas pela polícia política e, assim, tinham de ser cautelosos em suas colocações e assertivas. Tudo isso ajudava a classe dominante que tinha um parlamento municipal dócil e facilmente manipulado.

Nessa primeira legislatura, que vai de 1948 a 1951, tivemos a participação de pelo menos três sindicalistas[501], todos pertencentes ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), os quais permaneceram à frente de suas entidades por longo período, ultrapassando a década de 1960. Dois deles eles, de um total de quatro sindicalistas ribeirãopretanos, fizeram cursos nos Estados Unidos[502], orientados diretamente pela CIA (Central Intelligence Agency) no início da década de 1960.

Cione, ao se referir à agremiação política PTB de Ribeirão Preto, afirma a grande força eleitoral desse Partido, que elegeu, em 1951 o prefeito José de Magalhães e uma grande bancada de vereadores, que estava lastreada no prestígio do deputado federal Romeu José Fiori - de São Simão - dentre outras circunstâncias. Ainda Cione afirma que *todos os sindicatos dos trabalhadores - inclusive o sr. José Sampaio do de Massas Alimentícias, eram a ele filiados e defendiam com entusiasmo. [...]. Uma particularidade: os petebistas eram visceralmente anti-comunistas.*[503].

Isto de certa forma explica porque, no caso ribeirãopretano, durante os grandes episódios que envolveram a discussão das reformas de base, sobretudo no governo do presidente João Goulart (1961-64), os supostamente beneficiados por uma reforma estrutural da sociedade brasileira - os trabalhadores assalariados - não se manifestaram de forma contundente a favor das transformações esperadas. Estavam sob o rígido controle dos empresários, que lançaram mão de variadas

---

[501] Guilherme Giro, presidente do Sindicato da Construção Civil; Horácio Arantes da Silva, presidente do Sindicato dos Marceneiros e José Delibo, presidente do Sindicato de Bebidas.

[502] São eles: Edward Ximenes de Oliveira e Carlos Ferreira Souto, do Sindicato dos Comerciários; Guilherme Giro, do Sindicato da Construção Civil; Horácio Arantes Silva, do Sindicato dos Marceneiros. cf. DREIFUSS, op. cit., p. 708-709, nota 19.

[503] CIONE, op. cit., v. 4, p. 243, nota 1.

estratégias, que iam, desde a transformação dos líderes sindicais em aliados à causa empresarial, retirando deles possíveis arrojos proletário-classistas, até a repressão, com o uso da violência física e psicológica.

Essa percepção da necessidade das classes dominantes se adequarem às novas demandas políticas, econômicas e sociais, para manterem o controle de uma determinada situação, ainda esteve presente nos anos subsequentes, mas cada vez se tornará árdua na medida em que as contradições de classes e a sua falta de hegemonia começam a exacerbar-se. Setores modernos e tradicionalistas tentarão se recompor, criando um bloco de atuação conjunta que foi prejudicado, em muito, pela rapidez com que as transformações na estrutura social se processaram.

Embora os controles sociais permaneçam, com o passar do tempo a Câmara dos Vereadores foi assumindo um aspecto menos elitista, porém não menos conservador. Deixando de ser um *locus* privilegiado de poder, eis que outros aparatos foram construídos e/ou aperfeiçoados pela classe dominante, ou seja, entidades de classe, clubes recreativos, filantrópicos e outros espaços de sociabilidade que serviam também como formas de exercício do poder.

A política em Ribeirão Preto em 1960

No ano de 1959 foram eleitos para prefeito da cidade o coronel Alfredo Condeixa Filho, da Força Pública do Estado de São Paulo e para vice-prefeito o advogado Orlando Jurca, ambos pelo PSP, partido que tinha como principal expoente o ex-governador Adhemar de Barros.

Oficialmente, assumem a administração municipal em 1960, num momento em que os reflexos da política desenvolvimentista do Presidente Kubitschek se mostravam mais perceptíveis. Dentro de um contexto efervescente de grandes mudanças nacionais e internacionais, como a Revolução Cubana, a Política Externa Independente de Jânio Quadros, o reatamento das relações diplomáticas e

econômicas com a União Soviética e países do bloco socialista, a renúncia de Jânio Quadros, a posse do presidente João Goulart, as reformas de base, a industrialização, é que se darão, na Câmara dos Vereadores, os embates políticos acerca das contradições deste modelo de governo. Em Ribeirão Preto, mesmo aqueles que professavam ideologia comunista eram aceitos, mediante acertos entre determinadas cúpulas partidárias, para concorrer em eleições sob determinada sigla, visto que o Partido Comunista se encontrava na ilegalidade desde 1947, após curto período de existência durante o qual pôde mostrar toda a sua capacidade organizativa e eleitoral.

Em 1959, Said Issa Halah, estudante de Direito se elegeu pelo PSP (Partido Social Progressista) mas respaldado eleitoralmente pelo PC. Foi o mais votado da agremiação, obtendo 650 votos.

Sobre o fato comenta Said Issa Halah:

> Eu fui eleito pelo P.S.P. do Adhemar porque o Partidão apoiou o Condeixa. O Partido estava na ilegalidade, então não tinha legenda. Se fez um acordo político, então saiu lá e eu fui o mais votado da legenda do P.S.P. A direção municipal do P.C. com eles. Aí a direção municipal do PC me procurou para eu ser candidato. Eu fazia palestras nacionalistas; eu discutia as normas cambiais do Brasil, por exemplo. Nós fazíamos palestras para estudantes, para jovens na U.G.T., na União Geral dos Trabalhadores; na rua, nos grupos, em casa, sobre a Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que permitia às empresas estrangeiras importarem equipamento sem cobertura cambial e as nossas empresas tinham que ter cobertura cambial. Então estabelecia-se um sistema diferenciado de tal sorte que o empresariado nacional ficava em situação de dificuldade com relação às multinacionais. Então você percebe que nossa luta, na realidade, sempre foi em defesa do capital nacional, não é?[504]

Outro comunista de grande projeção na cidade, respeitado até mesmo por alguns anticomunistas pelo seu caráter e coerência política[505], como o arcebispo metropolitano de Ribeirão Preto, D. Luís do Amaral Mousinho, foi Francisco Luciano Lepera, eleito vereador pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional) para o período 1956-1959. Esse mandato foi interrompido por causa de sua eleição, em

[504] Depoimento de Said Issa Hallah ao autor, 2001.
[505] Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos [...], op. cit, nota 244.

1958, a deputado estadual pelo PTB, com 3.192 votos[506] no município, totalizando 8.865 votos no Estado.[507]

Sobre a excepcional votação fora do município de Ribeirão Preto e que garantiu sua eleição, comenta Lepera:

> [...]. Então eu fui fazer um comício e gorou. Não foi feito o comício. Mas sem ser feito o comício, sem ninguém e coisa e outra, eu tive mil votos. Quer dizer que é mais do que Ribeirão. Por que? Para isto tem explicação. Porque Sorocaba era uma cidade proletária, enquanto Ribeirão Preto foi sempre uma cidade pequeno-burguesa. Eu sou nascido e criado aqui. Meus pais nascidos e criados aqui; com a família toda aqui; com meus amigos aqui, com a imprensa e tive esses votos. E em Sorocaba sem eu ir lá, deu mil votos. Por que o Partido Comunista lá trabalhava melhor que aqui. Está certa a explicação?[508]

Em 1962, novamente candidato a deputado estadual, obteve no município 2.596 votos[509] totalizando 10.640 votos[510] no Estado, ocupando a 5ª colocação no PTB. Seu colega de sigla partidária, Costábile Romano, prefeito eleito em Ribeirão Preto em 1955, também deputado e proprietário do jornal *O Diário*, conseguiu 3.875 votos no município e 7. 738 votos no Estado, ficando na 12ª colocação. No entanto, Lepera não pode assumir, ao ser processado e cassado pelo T.R.E. por pertencer ao Partido Comunista, então, na ilegalidade.

A Câmara, composta de vinte e um vereadores, no período 1960-63, exibia uma polarização nítida, pelo menos entre alguns de seus membros: Juventino Miguel, com 56 anos, eleito pela coligação UDN-PR (União Democrática Nacional–Partido Republicano), assumiu ostensivamente posturas anticomunistas, favorável à entrada do capital estrangeiro e contra qualquer relacionamento, tanto diplomático como econômico, com o bloco socialista. Posição muito próxima à de Juventino Miguel tinha o vereador Paula e Silva (João de Paula e Silva Filho), contando com 51 anos, eleito pelo PL (Partido Libertador), embora menos vigoroso e menos entusiasta na defesas de suas posições. No lado oposto tínhamos o vereador Said Issa Halah, de 29 anos, estudante de Direito, eleito pela militância do Partido

---

[506] Resultado da apuração de 03 de outubro de 1958. 108ª Zona Eleitoral de Ribeirão Preto.
[507] *DIÁRIO Oficial. Estado*. São Paulo, 28 out. 1958, p. 86.
[508] Depoimento de Francisco Luciano Lepera ao autor, 2001.
[509] *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 out. 1962, p. 1.
[510] DIÁRIO Oficial do Estado, São Paulo, 13 nov. 1962, p. 97.

Comunista, utilizando-se da sigla PSP (Partido Social Progressista), defensor ardoroso das posições consubstanciadas nos congressos e resoluções de seu grupamento de esquerda. No decorrer da legislatura, Antonio Reis Villalobos, 22 anos, estudante de Medicina na Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, eleito pelo PRP (Partido de Representação Popular), foi se aproximando de posições nacionalistas defendidas por Said Issa Halah. Em menor grau, participavam dessas posições os vereadores GavinoVirdes (PTN) Partido Trabalhista Nacional, jornalista de *O Diário* e Roberto Benedetti (UDN-PR), presidente do Sindicato dos Bancários do município.

Nesta mesma Câmara também fazia parte, com destaque, o vereador Welson Gasparini, na época contando com 22 anos, eleito pelo PDC (Partido Democrático Cristão) e que transitará politicamente entre os dois pólos político-ideológicos criados na Câmara. Aliás, o PDC, em seus estatutos nacionais aprovados em 1961, ressaltava tanto a crítica ao capitalismo liberal quanto ao comunismo. Chamava a sua atuação política de *terceira força*, aceitando a intervenção estatal para garantir a autonomia de sindicatos, escolas e outras instituições da sociedade civil. Com relação à reforma agrária, defendia a eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivo em prol dos trabalhadores rurais. E, no plano mais geral, defendia o direito do Brasil manter relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, a luta anticolonialista e anti-imperialista.[511]

Era o que defendia a Igreja local, por meio do jornal *Diário de Notícias*, dirigido pelo padre Celso Ibson de Sylos, que tinha grande ascendência sobre o vereador pedecista Welson Gasparini.

Sobre a atuação dos vereadores na Câmara, Said Issa Halah assim se expressa:

> Não me parece possível traçar um perfil de cada um dos vereadores que na mesma legislatura estiveram na Câmara. A grande maioria se comportava como se comportam hoje os políticos, vivenciando o "dando é que se recebe", na sua maioria sem qualquer formação ideológica, são de direita, sem nunca terem lido qualquer outra doutrina política. Fazem da representação uma espécie de escritório de despachantes, patrocinando interesses

---

[511] CHACON, op. cit., p. 507-508, nota 33.

> particulares, segundo as vantagens pessoais e eleitorais. No entanto, mesmo naqueles classificados como pessoas de formação conservadora, era possível encontrar pessoas honestas, que assumiam as posições que externavam por acreditarem nelas. Poucos, entretanto.
>
> Naqueles situados à esquerda no processo político, alguns se manifestavam de modo oportunista, no fundo transigindo com as posições conservadoras. Na legislatura de que participei, que tivessem formação ideológica, tínhamos o vereador Antônio Reis Villalobos, eleito pelo movimento integralista, mas no curso do mandato derivou para a esquerda. Welson Gasparini que, na juventude, fora integrante da juventude integralista, denominada Águia Branca, por influência do Padre Celso Ibson de Sylos, adotou uma posição democrata-cristã, que, na realidade, postava-se como linha auxiliar do conservadorismo. Os demais me pareciam sem compromisso ideológico, variando a conduta segundo o interesse do momento e, de regra, conservadores.[512]

Durante as sessões plenárias, nos momentos de maior radicalização ou em votações mais polêmicas, o vereador Welson Gasparini optou, via de regra, pela não-tomada de posições radicais, evitando confrontos mais diretos com as forças atuantes, conservadoras ou progressistas. Dessa forma, agindo com certa ambigüidade, sem radicalismos e com o apoio de setores da Igreja, com projeção nos meios radiofônicos nos quais tinha programas de grande audiência, e por meio de matérias jornalísticas no *Diário de Notícias*, é que Gasparini construirá uma base de apoio que será responsável pela sua eleição a prefeito no pleito seguinte.

No geral, essa foi a dinâmica da Câmara no período 1960-63. A composição da Câmara de 1964, eleita no ano anterior, contará com a presença de Pedro de Azevedo Marques, eleito pelo PSB, com um programa nacionalista que defendia, em linhas gerais, as mesmas reformas propugnadas pelo governo João Goulart. Ativo militante comunista, quando acadêmico de medicina já se destacava nas lides políticas, em comícios e atividades de apoio aos trabalhadores urbanos e rurais, o que lhe acarretou expressiva votação e apoio dos estudantes universitários e da ala progressista ribeirãopretana.

Com a radicalização da sociedade nos momentos próximos ao golpe civil-militar de 1964, quando as posições políticas dos vereadores tornavam-se mais nítidas, foi o vereador Pedro de Azevedo Marques vítima da sanha persecutória de seus colegas que, na totalidade, aderiram ao movimento golpista de 1964. Os

---

[512] HALAH, S. I. Said Issa Halah: depoimento [maio 2001]. Entrevistador: Milton Carneiro Júnior. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida para Dissertação de Mestrado.

episódios que envolveram a tentativa de fechamento dos jornais pelo MAD e a disposição desse vereador em defender a legalidade democrática com grande afinco, o seu passado de lutas ao lado da classe trabalhadora, o empenho em denunciar ações de alguns vereadores que resultavam em benefícios privados aos edis, tornou-o pessoa indesejável na composição da Câmara. A sua trajetória política impossibilitava qualquer tentativa de cooptação. A única alternativa que se apresentava era a cassação.

Com grande urgência, no dia 07 de abril de 1964, foi apresentada a sua cassação, ao mesmo tempo em que o plenário, por intermédio de seus vereadores congratulavam, com títulos de cidadania os líderes golpistas como Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e general Amaury Kruel, além do apoio ao general Castelo Branco.[513] Os motivos alegados para a cassação foram apresentados pelo vereador Celso Paschoal:

> Senhor Presidente:
> CONSIDERANDO que, o país atravessa um período de verdadeiro expurgo dos elementos comunistas em todos os setores da administração pública;
> CONSIDERANDO que, tal providência é sumamente oportuna, eis que constitue fase de concretização da Revolução pela liberdade constitucional;
> CONSIDERANDO que, nêste Legislativo, consoante informações colhidas junto à Delegacia regional de Polícia, o senhor PEDRO AUGUSTO DE AZEVEDO MARQUES, vereador a esta Câmara, é tido e considerado como COMUNISTA AGITADOR;
> CONSIDERANDO que, é dever da Edilidade, a exemplo de outros congêneres municipais, e mesmo do que se cogita nas órbitas federal e estadual, declarar cassado o mandato de tal vereador, na defesa das instituições democráticas e da tranquilidade e bem estar da coletividade,
> Apresentamos à consideração dos nobres pares, o seguinte:
> Artigo 1.o – Fica, pela presente Resolução, declarado extinto o mandato do Vereador PEDRO AUGUSTO DE AZEVEDO MARQUES, pelas suas atividades de agitador comunista, nos termos da informação prestada pela Delegacia Regional de Polícia desta cidade, e consideradas altamente lesivas ao interesse da coletividade democrática e cristã de todo o país.
> Artigo 2.o – A Presidência promoverá a convocação do respectivo suplente, na forma da lei, o qual sendo considerado elemento comunista, por informação de autoridade policial, ficará igualmente, impedido de assumir o cargo.
> Artigo 3.o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.
> Sala das Sessões, 7 de abril de 1 964.
> CELSO PASCHOAL[514]

[513] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. Ata [21ª Sessão Ordinária]. Ribeirão Preto, 7 abr. 1964.
[514] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. Projeto de Resoulção 14. Ribeirão Preto, 1964, p. 1.

Os motivos apresentados pelo Projeto de Resolução, que cassava o mandato do vereador do PSB, receberam parecer favorável, o que mostrava que a Câmara de vereadores não se sentia pressionada pelo regime instaurado. Muito pelo contrário, a Câmara e os setores conservadores da sociedade ribeirãopretana estavam unidos na reconquista de sua hegemonia e viram no auxílio militar a possibilidade de consolidar uma posição de destaque, que buscavam desde o início da década de 60. Com as facilidades apresentadas para debelar seus inimigos de classe, não deixaram passar essa oportunidade. O parecer mostra que o MAD tinha alcançado ramificações muito extensas, atingindo também parte significativa dos vereadores:

> No estado de guerra em que se acha o País, a legalidade de um projeto não pode ser apreciada com base na legislação ordinária, eis que a vigência desta, como se todos os direitos e garantias constitucionais, se encontram transitoriamente suspensos, no todo ou em parte, valendo ou vigorando apenas naquilo e quando não colidam ou prejudiquem a atuação dos órgãos governantes revolucionários, em cujas mãos se enfeixam todos os poderes, para que bem possam proteger a coletividade, com o beneplácito desta mesma coletividade.
>
> Daí porque, no momento que atravessa a Nação Brasileira, suspensos estão, de fato, os direitos e garantias constitucionais, inclusive com o beneplácito do Poder Judiciário, que reconhece a necessidade de tal suspensão para a garantia e a segurança da coletividade, e , por paradoxal que pareça, para a garantia da sobrevivência das liberdades democráticas.
>
> Dentro dêsse critério, que nos parece acertado, o projeto em questão, se não encontra apôio nas leis ordinárias do País, encontra-se, todavia, na "Lei de Guerra", se assim se pode dizer, que torna lícito tudo quanto veja evidente e presentemente necessário à defesa da coletividade e do regime. É, em suma, a LEI DA NECESSIDADE que cumpre observar, mais do que uma legislação feita para vigorar em época de vida normal e pacífica da coletividade.
>
> Sob êsse prisma, não pode restar dúvida de que a cassação do mandato do nobre vereador Dr. Pedro Augusto de Azevedo Marques se impõe, como medida de necessidade coletiva.
>
> Sem embargo dos altos dotes intelectuais do nobre edil, dos relevantes serviços que prestou e poderia prestar à coletividade ribeirãopretana nesta Casa, é inquestionável que, por outro lado, foi ou tornou-se pernicioso à coletividade, mormente nesta hora grave que a Nação atravessa, pelas suas públicas e notórias atividades subversivas, atentatórias ao próprio regime democrático, por via de sua estensiva participação das atividades comunistas que por um trís não converteram o Brasil em mais um imenso campo de concentração sob o jugo de Moscou.
>
> Não bastasse a informação prestada pelo Dr. Delegado Regional de Polícia, Dr. Celso Camargo Azevedo, sôbre as atividades comunistas do nobre vereador em causa, S. Excia., nunca escondeu sua qualidade de membro militante e ativo do Partido Comunista, não só por palavras como em atos.
>
> Enquadrado, por isto, no art. 141. § 5º da Constituição Federal, que veda a propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política e social, no art. 10º da Lei de Segurança Nacional, que reputa crime contra a Nação filiar-se ou ajudar, com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca a qualquer

das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo 9º (partido político dissolvido por fôrça de disposição legal), além de outros dispositivos das nossas leis penais o nobre edil Azevedo Marques passou a constituir, no estado de guerra em que nos encontramos, grave perigo para a coletividade, pois mal que sua livre atuação, nesta Casa, confundindo e conflagrando a opinião pública com suas manifestações subversivas e atentatórias ao regime poderia desencadear.

Além do mais, constituiria autêntico contrasenso permitir-se a permanência, nesta Casa, de elemento indisfarçávelmente contrário, pelos seus atos e palavras, à sobrevivência do próprio regime democrático que condiciona a existência desta Câmara.

Trata-se, ao demais, decisão de caráter eminentemente político, como bem já tem assinalado o E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com a chancela do E. Supremo Tribunal Federal (Rev. dos Tribs. 256/269), pelo que os aspectos legais ou jurídicos só concorrem com os aspectos puramente políticos no que respeita ao processamento da cassação do mandato. Por isso mesmo a própria Justiça tem reconhecido, com base na independência os poderes estabelecidos na Carta Magna, a sua incompetência para apreciar decisões dos corpos legislativos, nos casos de cassação de mandato, a não ser quando firam direitos de terceiros.

Resta acentuar que a cassação do mandato do nobre vereador Azevedo Marques, pelos motivos apontados, não constituirá fato isolado ou sequer pioneiro, nos dias que correm, em nosso País, eis que, a essa altura, pelo noticiário da imprensa e do rádio, Governadores como Seixas Dória, de Sergipe; Miguel Arraes, de Pernambuco e Pelópidas da Silveira, prefeito de Recife; e três vereadores do município paulista de São José do Rio Prêto e dois de Baurú, já tiveram seus mandatos cassados.

Igual aprovação merece, outrossim, pelas mesmas razões já expostas, o dispositivo do projeto que prevê o impedimento de qualquer suplente que, por informação da autoridade policial, seja comunista notório, já que seria totalmente ilógico excluir desta Casa um elemento nocivo à coletividade, pelas suas atividades contrárias ao regime, para admitir outro, com as mesmas características nocivas.

Isto posto, somos de parecer que o projeto, não só pela sua perfeita consonância com a "Lei da Necessidade" da "Segurança Social" – tanto mais que consagrada pela unanimidade da população nacional, como pela sua incontestável procedência política, deve ser aprovado.

Sala das Comissões, aos 8 de abril de 1 964.

aa. Barquet Miguel – Presidente[515]

Ainda na mesma seção, o que comprova a urgência, todos os 18 vereadores presentes votaram pela cassação do vereador Pedro de Azevedo Marques, usando a palavra Waldo Silveira, que discursou dizendo que não cabia qualquer tipo de defesa para o acusado, pois o delegado regional de polícia admitia em documento fornecido pela sua instituição que o vereador era comunista. Da mesma maneira, o vereador Vicente Golfeto primava pela rapidez na ação punitiva, dizendo que em diversas câmaras houve, igual procedimento. O vereador Faustino Jarruche, além de votar favoravelmente à matéria, alertou seus colegas para que ficassem vigilantes para que fatos daquela natureza não se repetissem.

[515] RIBEIRÃO PRETO. Câmara dos Vereadores. Projeto [...], op. cit, p. 4-5, nota 513.

Com o tempo, a Câmara dos Vereadores se integra com outros segmentos da classe dominante, obtendo delas respaldo político e credibilidade. Dessa forma, integra-se novamente como aparato político de grande valor tanto pela busca do poder como pela manutenção do *status quo*.

CONCLUSÕES

Acreditamos que essa pesquisa nos tenha possibilitado demonstrar que, em Ribeirão Preto, a classe dominante se mobilizou intensamente na década de 1960, para tentar restabelecer uma hegemonia que estava sendo fortemente questionada pelas contradições locais, essas também lastreadas em entendimentos e interpretações que se faziam dos acontecimentos nacionais e internacionais. Momento de graves crises internas e externas, como a Guerra Fria, a Revolução Cubana, a renúncia do presidente Jânio Quadros, o governo de João Goulart e a mobilização de empresários e trabalhadores foram alguns dos elementos que propiciaram a riqueza e a diversidade que compuseram aquele momento histórico.

Observamos que o município de Ribeirão Preto esteve totalmente integrado nessas transformações, participando ativamente das preocupações presentes nas grandes metrópoles, inclusive com a criação de organizações locais, comuns em cidades de importância estratégica, tanto econômica como politicamente. Os aspectos mais relevantes da historiografia local ficaram, por muito tempo, totalmente desconhecidos do público, inclusive acadêmico. Eles nos permitem entender como se deram as manifestações da classe dominante, sua organicidade e sua dinâmica com vistas a manter e expandir sua influência.

As dificuldades que se apresentaram à classe dominante, como vimos, ficaram evidentes sobretudo no período pós-renúncia de Jânio Quadros, quando setores politicamente importantes acorreram às ruas visando garantir a posse de João Goulart, temida pelos setores mais conservadores. Enquanto uma parcela da classe dominante ribeirãopretana tentava inviabilizar a posse, movendo-se nesse sentido, outra, momentaneamente desgarrada enquanto classe, tomava atitudes independentes.

Nesse sentido é que se deu um duplo movimento por parte da classe dirigente ribeirãopretana. Tentou resgatar e envolver num só bloco todos os interesses que eram de classe e, mais do que isso, tentou galvanizar a sociedade como um todo, fazendo convergir seus interesses com aqueles que eram próprios dos grandes

empresários. Tarefa nada fácil, como pudemos observar, mas que, dado o conservadorismo sempre presente e exercitado pelas entidades da sociedade civil, conseguiu dar organicidade às suas ações.

Uma seqüência muito grande de movimentos foi realizada na reconquista da hegemonia da classe dominante e teve início com a pacificação do setor sindical utilizando a repressão policial, a cooptação de suas lideranças de classe por meio de cursos promovidos pelo Ponto IV, que se mostraram extremamente eficazes e adequados às condutas assistencialistas já praticadas há muito tempo na cidade. Retirando a identidade do trabalhador enquanto classe, tentava-se inviabilizar qualquer forma de organização autônoma de qualquer categoria de trabalhadores, visando à conquista da "paz social". Sem qualquer referencial ideológico mais adequado às lides políticas, ficaram os trabalhadores entregues à sorte de seus representantes legais, totalmente integrados à dinâmica empresarial.

Enquanto se processavam essas cooptações, buscava-se ampliar o domínio social fosse espraiado para além dos setores diretamente ligados ao mundo do trabalho. O assistencialismo e a benemerência, que sempre foram utilizados como instrumentos eficazes para a criação de um consenso, recebiam agora severas críticas, até mesmo por parte da Igreja, na pessoa de seu Arcebispo. Mostrava-se, gradativamente, o aumento de uma fissura no edifício ideológico da sociedade ribeirãopretana, onde a classe dominante estava perdendo o monopólio na condução da sociedade local. O surgimento de um número cada vez maior de miseráveis na cidade, causado pelo êxodo rural e pelos problemas urbanos, como os baixos salários pagos e o desrespeito às mínimas garantias dos trabalhadores, fez com que as atividades assistencialistas fossem criticadas não só pelo seu efeito paliativo, mas também moral, visto que aqueles que patrocinavam essas atividades eram os mesmos que causavam os problemas.

Não pretendendo, na verdade, resolver qualquer problema social, pois eles requeriam reformas de vulto, que os levaria à perda de parte de seus privilégios, a alternativa encontrada pela classe dominante foi a de, mais firmemente, durante o governo João Goulart, organizar-se em torno de um projeto que fosse, ao mesmo tempo, organizativo e conspirativo. Organizativo, visando unir em um só bloco toda

a sociedade ribeirãopretana em torno de reivindicações genéricas, buscando-se apelos de ordem moral e religiosa em detrimento de questões que remetessem aos problemas econômicos. O Movimento de Rearmamento Moral e a Campanha Pró Moralização dos Costumes, em 1962 e o Movimento de Arregimentação Feminina, em 1963, mostraram como a classe dominante local interpretava os problemas sociais não só locais, mas também os que assolavam o país de modo geral.

A integração de parcela da sociedade local com o complexo IPES/IBAD deu o suporte necessário para se desenvolverem outros projetos de alcance nacional, como a conspiração para a derrubada do governo Goulart. A troca de experiências entre as entidades locais, representantes da sociedade civil com as demais organizações nacionais, também eminentemente políticas, consolidou um núcleo de poder local que não conseguiu ser totalmente hegemônico, eis que tiveram que lançar mão da violência do aparato policial para conseguir debelar seus inimigos ideológicos. A série de prisões pós golpe civil-militar em 1964, em Ribeirão Preto, evidencia que não havia consenso nessa sociedade radicalizada. No entanto, havia se consolidado um forte sentimento de classe, sobretudo a dominante que se apresentou fragmentada ideológicamente no início de 1960.

Articulando instituições já conhecidas com outras que foram colocadas à disposição da classe dominante por meio do complexo IPES-IBAD, foi possível, então, tentar responder a contento aos desafios apresentados.

A pesquisa nos possibilitou entender várias passagens em que a integração com o modelo de desenvolvimento econômico e a influência ideológica proposta pelos centros hegemônicos do capitalismo internacional se tornaram patentes. Os instrumentos da luta político-ideológica que parte da sociedade ribeirãopretana utilizou não eram de origem local, mas se tornaram eficazes na medida em que foram aplicados adequadamente.

O anticomunismo, o controle sindical e da imprensa e a farta divulgação de ações filantrópicas, além de outras ações da sociedade civil ribeirãopretana, criaram todo um aparato ideológico que possibilitou à classe dominante retomar sua hegemonia naquele momento tão questionado pela sociedade.

Com relação à documentação trabalhada, quando iniciamos nosso trabalho, acreditávamos que as atas da Câmara de Ribeirão Preto fossem por si só material suficiente para esgotar o assunto. No entanto, no decorrer da pesquisa, outras fontes se mostraram valiosas à medida em que nos remeteram a construir um quadro teórico-metodológico bastante esclarecedor da política e da sociedade local. Também as entrevistas enriqueceram nossa exposição de idéias na medida em que explicitaram detalhes que escaparam das informações colhidas na imprensa. Foi o caso da entrevista realizada com Said Issa Halah, que nos revelou aspectos da dinâmica da Câmara Municipal e sua percepção, como advogado trabalhista, das transformações que se operavam na área rural.

Nesse sentido, esclarecemos que inúmeras entrevistas foram feitas, sem, no entanto, aparecerem arroladas no corpo do trabalho. No entanto, foram de grande importância para dar organicidade aos diversos acontecimentos do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

DOCUMENTOS MANUSCRITOS E DATILOGRAFADOS

Associação Comercial e Industrial. **Atas**. Ribeirão Preto. 1960-1970.

Câmara Municipal. **Atas.** Ribeirão Preto. 1960-1968.

Sindicato dos oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de móveis de madeira, junco e vime e de vassouras. **Atas**. Ribeirão Preto. 1949-1974.

Sindicato dos trabalhadores da indústria de cerveja e bebidas em geral. **Atas** Ribeirão Preto. 1952-1977.

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos. **Estatuto dos Cravos Vermelhos**. Ribeirão Preto. 1953.

O Ponto IV no Brasil. Relatório do Escritório Técnico da Representação Brasileira Junto ao Ponto IV. 1959-1960.

Câmara Municipal. **Relatório da presidência**. Ribeirão Preto. 1958.

DOCUMENTOS DO ACERVO DO DEOPS

Documento 30-B-51-547

Documento 30-B-51-549

Documento 50-Z-298-3

Documento 50-Z-298-4

Documento 50-Z-298-9

Documento 50-Z-298-10

Documento 50-Z-298-125

Documento 50-Z-298-190

Documento 50-Z-298-191

Documento 50-Z-298-192

Documento 50-Z-298-1298

Documento 50-Z-298-1292

Documento 50-Z-298-1311

Documento 50-Z-298-1369

Documento 50-Z-298-1370

Documento 50-Z-298-1371

Documento 50-Z-298-1434

Documento 50-Z-298-1435

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

Aloísio Olaia Paschoal
Antônio Reis Villalobos
Argeu Egidio dos Santos
Benny Tostes Sant'Anna
Clarimundo Alves de Souza Filho
Faustino Jarruche
Ferez Sabino
Foaade Hanna
Francisca Pillegi Martinelli
João Batista Garcia (J.B. Garcia)
José Alves de Castro
José Velloni
Luciano Lepera
Lúcio Mendes
Maria Aparecida dos Santos
Maria Zoratti Delibo
Osório Carlos do Nascimento
Patrocínio Henrique dos Santos
Pedro Tarlá
Rosa Maria Cosenza de Oliveira
Said Issa Halah
Sérgio Rubens Sant'Anna
Welson Gasaprini
Wanderley Caixe
Zenon Sitrângulo

DEPOIMENTOS GRAVADOS EM FITA VHS

Depoimento de Padre Celso Ibson de Sylos, gravado no dia 04.08.1990, em Batatais.

PERIÓDICOS E PUBLICAÇÕES

Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. **70 anos de Progresso**. Ribeirão Preto. 1974.

A Palavra. Ribeirão Preto. 1961-1964.

Boletim da Ação Democrática. Rio de Janeiro. 1959-1963.

Boletim Diocesano de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Jan./mar. 1957.

Diário da Manhã. Ribeirão Preto. 1959-1964.

Diário de Notícias. Ribeirão Preto. 1961-1964

O Pequeno Polegar. Ribeirão Preto. 1956.

Revista da Sociedade Recreativa. Ribeirão Preto.

Revista de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Mai./dez. 1939.

Roteiro de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. 1948.

Seleções do Reader's Digest. Havana, Rio de Janeiro. 1944-1964.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMORIN, Galeno (Org.). **Os desbravadores:** personalidades que fizeram história no interior paulista. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

ANTOINE, Pe. Charles. **O integrismo brasileiro**. Tradução de João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Título original: L´Integrisme Brésilien.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de; SWENSSON JR, Walter Cruz (Org.). **No coração das trevas:** o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

BANDEIRA, Moniz. **Cartéis e desnacionalização**: a experiência brasileira 1964-1974. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Retratos do Brasil, 96)

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia:** hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Título original: National Industrial Elites and the State in Post-64 Brazil: Institutional Mediatons and Political Change.

BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirãopretana**: a história de uma organização armada revolucionária. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina.** Rio de Janeiro: ESG, 1981.

BUCI-GLUCKMANN, Cristinne. **Gramsci e o Estado**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Título original: Gramsci et l´État.

CAMARGO, Monsenhor Florêncio da Silveira. **Dom Manuel da Silveira D´Elboux**: vida e obra. Curitiba: Voz do Paraná, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre a teoria do desenvolvimento. **Cadernos CEBRAP**. Petrópolis, n. 33, 1980.

_____. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARONE, Edgard. **A República Liberal**: instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. (Corpo e Alma do Brasil).

_____. **O PCB**: 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982. v. 2. (Corpo e Alma do Brasil).

CARVALHO, cel. Ferdinando de (Org.). **Inquérito Policial Militar 709**: O comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

CHACON, Valmireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: EdUnB, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHESNAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Tradução de Marcos A da Silva. São Paulo: Ática, 1995. (Série Fundamentos, 109). Título original: Du passé faisons table rase?

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997. 5 v.

COMBLIN, José. **A força da palavra**. Petrópolis: Vozes, 1986.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia de segurança nacional.** O poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997.

COSTA, João Emboaba da. **Álbum Comemorativo do 1º Centenário de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: [s.n.], 1956.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DECKES, Flávio. **Radiografia do terrorismo no Brasil (1966-1980)**. São Paulo: Ícone, 1985.

DENYS, Odílio. **Ciclo revolucionário brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DREIER, John (Org.). **A Aliança para o Progresso**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. Título original: The aliance for progress.

DREIFUSS, René Armand. **1964 - A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Tradução de Else Ribeiro Pires Vieira et al. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. Título original State, class and the organic elite: the formation of na entrepreneural order in Brazil (1961-1965).

DUTRA, Eloy. **IBAD**: sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, Heloisa. **Política e segurança**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalho e resistência**: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). 1993. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

GASPARIAN, Fernando. **Capital estrangeiro e desenvolvimento na América Latina**: o mito e os fatos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GERALDO, Sebastião. **Comunicação oral**: resgate da memória proletária em Ribeirão Preto. 1990. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 6 v.

GUIÃO, João Rodrigues. **O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º Centenário da Independência Nacional**. [s.l.:s.n.]: [s.n.], 1923.

GUMIERO, Elaine Maria. **Ribeirão Preto e o desenvolvimento de seu comércio (1890-1937)**. 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

HERRERA, Felipe. **O desenvolvimento da América Latina e seu financiamento**. [s.l.:s.n.]: APEC, 1968.

HOBSBAWN, Eric J. Trad. Marcos Santamaria. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Título original: Age of extremes. The short twentieth century: 1914-1991.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café.** Café e sociedade em São Paulo: 1886-1934. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Estudos Brasileiros, 71). Título original: Immigrants on the land.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política:** relações Estados Unidos/América Latina. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. Título original: Political policing. The United States and Latin America.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico**: 1930-1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAGES, José Antonio Corrêa. **O povoamento da Mesopotâmia Pardo-Mojiguaçu por correntes migratórias mineiras: o caso de Ribeirão Preto (1834-**

1883).1995. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista. Franca.

_____. **Ribeirão Preto: da figueira à Barra do Retiro** – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LAUREANO, Monsenhor Dr. João. **Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto**. São Paulo: Ave Maria.

LOVE, Joseph. **A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira** (1889-1937). Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Estudos Brasileiros, 57). Título original: São Paulo in the Brazilian Federation.

MACCIOCHI, Maria Antonietta. **A favor de Gramsci**. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Título original: Pour Gramsci.

MAGALHÃES, José de (Pref.). **Ribeirão Preto**. São Paulo: Habitat Editora, 1951.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989. Título original: The Catholic Church and Politcs in Brazil, 1916-1985.

MARINO, Divo. **O populismo radiofônico em Ribeirão Preto**. 3. ed. Ribeirão Preto: Gráfica Santo Antônio, 1977.

_____. **Orquídeas para Lincoln Gordon:** depoimento sobre o golpe de 1964. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

MAYER, D. Antonio de Castro et al. **Reforma Agrária**: questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

MIRANDA, José Pedro de. **Ribeirão Preto de ontem e de hoje**. Guarulhos: Distribuidora Paulista, 1971.

MORAES, João Quartin de (Org.). **História do Marxismo no Brasil**: teoria e interpretações. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1982.

NALDI, Mildred Regina Gonçalves. **Coronelismo e poder local**. Franca: UNESP, 1992.

NEVES, Lucila de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n. 27, p. 61-71, 1994.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULINO, Carlos Leopoldo Teixeira. **Tempo de resistência**. 2. ed. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Crise de ajustamento da economia de Ribeirão Preto (1930-1956)**. 2000, 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

POMAR, Estevam da Rocha. **Dutra, Adhemar e a Repressão do PCB**: O incidente de Ribeirão Preto (1949). 2000. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: Gramsci et le Bloc Historique.

PRATES, Prisco da Cruz. **Ribeirão Preto de outrora**. 4. ed. Ribeirão Preto, [s.n.], 1975.

_____. **Ribeirão Preto e seus homens progressistas**. 2. ed. Ribeirão Preto: [s.n.], 1983.

PORTO, Sebastião; BUENO, Rubens Ribeiro (Dir.). **Roteiro de Ribeirão Preto.** [s.l.:s.n.]: [s.n.], 1948.

_____. **Ribeirão e os seus homens progressistas**. 2. ed. Ribeirão Preto, ,1983.

ROLIM, Frei Antônio. ***Levantamento sócio-econômico da Arquidiocese de Ribeirão Preto***. Ribeirão Preto: [s.n.], 1963. Mimeografado.

ROSA, Lílian Rodrigues de Oliveira. **Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)**. 1997. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

SALLES, Dagoberto. **As razões do nacionalismo**. São Paulo: Fulgor, 1959.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Título original: Politcs in Brazil, 1930-1960: na experiment in democracy.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ofensiva reacionária**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

SOUZA, Itamar. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis: Vozes, 1982.

STARLING, Maria Amaral Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças na política. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1995. Título original: The military in politics.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TÁVORA, D. José V. **Paz na Terra**. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1963.

TONETO, Sandra Márcia. **A política econômica de Getúlio Vargas e a crise do café em Ribeirão Preto (1930-1945)**. 1997. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

TUON, Liamar Izilda. **O cotidiano cultural em Ribeirão Preto: 1880-1920**. 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento**: de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. (Documentos Brasileiros).

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos coronéis à metrópole**. Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto, SP: Palavra Mágica, 2000.

WANDERLEY, Eduardo W. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YOUNG, Jordan M. **Brasil 1954/1964**: fim de um ciclo civil. Tradução de Milton Persson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973. Título original: Brazil 1954/1964: end of civilian ciele.